

**LENIR GOMES XIMENES**

**A RETOMADA TERENA EM MATO GROSSO DO SUL:  
OSCILAÇÃO PENDULAR ENTRE OS TEMPOS E ESPAÇOS DA ACOMODAÇÃO  
EM RESERVAS, PROMOÇÃO DA INVISIBILIDADE ÉTNICA E DESPERTAR  
GUERREIRO**

DOURADOS

2017

**LENIR GOMES XIMENES**

**A RETOMADA TERENA EM MATO GROSSO DO SUL:  
OSCILAÇÃO PENDULAR ENTRE OS TEMPOS E ESPAÇOS DA ACOMODAÇÃO  
EM RESERVAS, PROMOÇÃO DA INVISIBILIDADE ÉTNICA E DESPERTAR  
GUERREIRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em História.

Área de concentração: *História, Região e Identidades.*

Orientador: Prof. Dr. **Levi Marques Pereira.**

DOURADOS

2017

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).**

X9r	<p>Ximenes, Lenir Gomes.</p> <p>A Retomada terena em Mato Grosso do Sul : oscilação pendular entre os tempos e espaços da acomodação em reservas, promoção da invisibilidade étnica e despertar guerreiro. / Lenir Gomes Ximenes. – Dourados, MS : UFGD, 2017. 289f.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Levi Marques Pereira. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados.</p> <p>1. Terena. 2. Território. 3. Mato Grosso do Sul. I. Título.</p>
-----	--

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central – UFGD.**

**©Todos os direitos reservados. Permitido a publicação parcial desde que citada a fonte.**

**LENIR GOMES XIMENES**

**A RETOMADA TERENA EM MATO GROSSO DO SUL:  
OSCILAÇÃO PENDULAR ENTRE OS TEMPOS E ESPAÇOS DA ACOMODAÇÃO  
EM RESERVAS, PROMOÇÃO DA INVISIBILIDADE ÉTNICA E DESPERTAR  
GUERREIRO**

TESE PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA – PPGH/UFGD

**Aprovada** em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA:**

Presidente e orientador:

Levi Marques Pereira (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

2º Examinador:

Vera Lúcia Ferreira Vargas (Dra., UFMS) \_\_\_\_\_

3º Examinador:

Noemia dos Santos Pereira Moura (Dra., UFGD) \_\_\_\_\_

4º Examinador:

Thiago Leandro Vieira Cavalcante (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

5º Examinador:

Eudes Fernando Leite (Dr., UFGD) \_\_\_\_\_

Suplente:

Cándida Graciela Chamorro Argüello (Dra., UFGD) \_\_\_\_\_

Ao povo Terena, povo que se levanta!  
À minha mãe, Arlinda, mulher de fé e de luta.  
Ao meu pai, Arides, exemplo de integridade.

## AGRADECIMENTOS

Ao final desta caminhada, registro a minha gratidão às pessoas que fazem parte da minha história e que de alguma forma contribuíram para a concretização deste trabalho. Seria impossível citar nominalmente cada um, mas destaco que fui apoiada por uma ampla rede de professores, interlocutores, amigos e familiares, sem os quais esta pesquisa não teria sido possível. Faço a ressalva de que quaisquer erros presentes no trabalho são de minha inteira responsabilidade.

Agradeço inicialmente ao meu orientador Levi Marques Pereira, que desde o mestrado, iniciado em 2009, tem me apoiado e ensinado muito. Com olhar atento e perspicaz, sempre me ajudou a enxergar outras perspectivas nas fontes consultadas, sempre chamou a atenção para questões significativas que por vezes passavam despercebidas em minhas análises. Sou grata pela orientação segura e paciente, pelo compartilhamento de sua experiência como pesquisador, docente e profundo conhecedor da história dos povos indígenas de Mato Grosso do Sul. Agradeço a confiança depositada em mim e o incentivo nos momentos mais difíceis da pesquisa e da escrita.

Agradeço aos membros da banca do exame de qualificação, Vera Lúcia Ferreira Vargas, Thiago Leandro Vieira Cavalcante, Antonio Dari Ramos e Levi Marques Pereira pelas valiosas sugestões, questionamentos e reflexões acerca deste trabalho.

Destaco meus agradecimentos aos professores, técnicos e colegas da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Aos professores Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi, pelas discussões da disciplina de Teorias e Métodos da História. Novamente ao professor Levi Marques Pereira, pelas leituras e debates da disciplina de Relações interétnicas e territorialidades entre populações indígenas. Aos professores Graciela Chamorro, Thiago Cavalcante e Antonio Dari Ramos, pelas contribuições da disciplina de Seminários de Projeto de Pesquisa. Ao professor Eliazar João da Silva, que ministrou a disciplina de Historiografia brasileira, pelas reflexões historiográficas e filosóficas (bem humoradas, mas nunca superficiais), repletas de ensinamentos sobre o ofício do historiador, sobre a docência e sobre a vida.

Aos amigos da turma do mestrado/doutorado em História de 2013, Cintia, Cláudia, Julieta, Cássio, Jorge, Rafael, Mariana Esteves, Mariana Quadros, Vladimir, Zulmária, Almir, João Filipe, Miksileide, Maiara, Cristiane, André, Carlos Alexandre, Danilo, Djalma, Edmundo, Felipe, Marciana, Martina, Reginaldo, Rogério e Beto, pelos debates teóricos e

pelas conversas descontraídas que tornaram os dias de estudo e pesquisa bem mais agradáveis. À Miksileide, grata pela companhia e amizade em tantas idas e vindas entre Campo Grande e Dourados.

Aos amigos do mestrado em Antropologia, Alisson, Saulo e Lilian, agradeço pelas caronas, pelas conversas, pelas risadas e reflexões histórico-antropológicas no trecho Campo Grande – Dourados.

Agradeço aos colegas de trabalho da Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, em especial aos coordenadores do curso de História, Guto Josman e Roberto Figueiredo que organizaram meus horários de trabalho de modo a possibilitar a realização das disciplinas do doutorado. Estendo minha gratidão a todos os alunos e colaboradores desta universidade que, muito contribuiu com o meu amadurecimento como docente e pesquisadora.

Sou especialmente grata à amiga Eva Maria Luiz Ferreira, pela parceria no curso de História, no Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas – NEPPI/UCDB, por ter me permitido compartilhar momentos de angústia e de alegria da vida acadêmica, profissional e pessoal.

Aos amigos do NEPPI/UCDB, Pe. George Lachnitt, José Francisco Sarmiento, Leandro Skowronski e novamente Eva Ferreira, agradeço pela oportunidade de trabalhar no Centro de Documentação Indígena Teko Arandu – Cedoc, em cujos arquivos encontrei inúmeras fontes utilizadas nesta tese. Sou grata também por tudo que aprendi nesse espaço sobre os povos indígenas, sobre pesquisa e sobre o universo acadêmico. O NEPPI, além de espaço de circulação de vários saberes, de convivência com a diversidade e de amizade, também foi local tranquilo e acolhedor para a escrita deste trabalho. Estendo meus agradecimentos a todos os demais colegas e alunos que fazem ou fizeram parte dessa equipe, destacando Daniele Colman, que como acadêmica extensionista do curso de História, levantou alguns dos documentos do SPI utilizados ao longo deste texto.

Agradeço aos acadêmicos indígenas: Johnny Alcântara Batista (do curso de Biologia); Vilma Gabriel, Ilca Rocha e Leosmar Tsimi'udo Tseretsu (do curso de Pedagogia); José Carlos Rodrigues Mamede, Simião Gomes, Devane Gabriel e Gleison Vasconcelos (do curso de História), com quem muito mais aprendi do que ensinei. Ressalto minha gratidão a todos os demais acadêmicos indígenas da UCDB pelas oportunidades de aprendizado e pela convivência no NEPPI, em sala de aula, em reuniões de orientação, enfim, nos mais diversos espaços da universidade.

Grata ao André José pela companhia na visita a várias aldeias e por compartilhar um pouco da história terena. Ao prof. Neimar Machado que empenhou-se em ampliar os debates

acerca das violações dos direitos indígenas no Mato Grosso do Sul e assim aproximou-me dos debates da Comissão Nacional da Verdade – CNV. Foi um incentivador da pesquisa acerca desse tema, que passou a figurar dentre as preocupações da presente tese. À professora Isabelle Combès pela solicitude com que respondeu às minhas dúvidas acerca das relações entre os coletivos indígenas na região do rio Paraguai.

Aos companheiros do Centro Espírita Francisco Thiesen e do Movimento Espírita, sou grata pelas preces e pelo apoio, nos dois planos da vida, ao longo desses quatro anos de pesquisa.

Agradeço à minha família, fonte de apoio e inspiração. À minha mãe, Arlinda, por suas preces fervorosas, seu cuidado incansável, seu exemplo de resiliência e a firme confiança em mim depositada. Ao meu pai, Arides, também pelas preces, pela preocupação constante e pelo exemplo de responsabilidade. Às minhas irmãs, Evanir e Zenir, pelo apoio material e espiritual nessa longa jornada e pelos seus exemplos de perseverança e de que a luta pelas causas justas sempre vale a pena. Aos meus sobrinhos Patrick e Raquel, pelos momentos de alegria compartilhados, que tornaram esses anos de trabalho mais frutíferos. À Jussaine, parte dessa família, e que sempre teve palavras de encorajamento nos momentos mais difíceis da minha jornada acadêmica, agradeço por ter nos trazido a Rafaela, que tornou os meus dias de escrita mais leves. Ao meu cunhado, Edilson, agradeço pelo apoio a mim e à minha família, nos momentos em que além dos problemas acadêmicos, temos inúmeras outras questões cotidianas a resolver. Ao Willian, companheiro de longa data, pela parceria na vida, pelo incentivo, por vivenciar junto a mim os momentos de dificuldade decorrentes da vida acadêmica e por entender as minhas frequentes ausências em razão deste trabalho.

Aos amigos Vera Vargas e Sylvio Cesco, que há cerca de uma década estão presentes em minha trajetória pessoal e acadêmica, agradeço pelo apoio, incentivo e amizade. À Vera agradeço por ter me apresentado a história dos Terena e por ter ensinado que somos todos protagonistas de nossa história! Sou grata por tudo que ensinou como professora, como pesquisadora e como ser humano.

Estendo minha gratidão às pesquisadoras Noemia Moura e Iára Castro, cujas reflexões sempre estiveram presentes em minha trajetória acadêmica, por intermédio de Vera Vargas, por meio de inúmeras leituras e pelas discussões e contribuições em simpósios, mesas e demais eventos acadêmicos em que nos encontramos.

Ressalto minha gratidão aos interlocutores dessa pesquisa que permitiram conhecer um pouco mais da história terena. Ao senhor Davi Massi de Moraes que dividiu comigo memórias saudosas acerca de seu pai (Ângelo Massi). Ao Luiz Eloy, que partilhou um pouco



da trajetória de lutas dos Terena. Ao Johnny Alcântara Batista que abordou preocupações atuais do seu povo. Àqueles que encontrei nas Assembleias Terena e cujas falas e ações exemplificam uma história de lutas que tentei registrar. Aos Terena que administram a página no *Facebook Resistência do Povo Terena*, pela visibilidade que dão às demandas e ações dos coletivos indígenas e cujas postagens foram utilizadas como fontes históricas. A todos os demais Terena que são citados na tese e cujas falas e imagens foram retiradas de outros trabalhos, reportagens, vídeos, eventos e redes sociais. Muito obrigada pelo seu protagonismo e pelo seu inestimável papel na história do Mato Grosso do Sul e do Brasil.

Diz que antigamente não havia gente. Bem-te-vi, uítuka, descobriu onde havia gente debaixo do brejo. Bem-te-vi marcou o lugar aos Orekajuakái que eram dois homens e estes tiraram a gente do buraco. Antigamente, Orekajuakái era um só e quando moço a sua mãe ficou brava, pois Orekajuakái não queria ir junto com ela à roça, foi à roça, tirou foice e cortou com ela Orekajuakái em dois pedaços. O pedaço da cintura para cima ficou gente, e a outra metade também (Antônio Lulu Ka Liketé, traduzido para a língua portuguesa por Ladislau Hahóoti, *apud* BALDUS, 1950, p. 218).

## RESUMO

O objetivo desta pesquisa é compreender as estratégias dos Terena na interlocução com o Estado e com os regionais, moradores não índios da região, especialmente a partir do estabelecimento das Reservas indígenas no início do século XX até o período atual que corresponde ao Tempo do Despertar Guerreiro (marcado pelas Retomadas de terra no estado do Mato Grosso do Sul). As fontes utilizadas são documentos oficiais (principalmente do acervo do SPI); os documentos finais das Assembleias Terena; jornais da imprensa local e nacional; vídeos, fotos e textos de caráter público compartilhados na *internet* pelos próprios Terena; depoimentos coletados em eventos como a Assembleia Terena e entrevistas. É possível considerar que o Estado ao promover a acomodação dos Terena em Reserva causou-lhes uma série de prejuízos, no modo de produção cultural e reprodução social, impondo o cerceamento às suas formas próprias de territorialidade. Entretanto, mesmo convivendo com as limitações impostas pelo Estado brasileiro, os Terena exerceram sua capacidade de agência, transformando as Reservas em espaços de produção do *ethos* terena. No chamado período de recolhimento às Reservas, os Terena desenvolveram estratégias de acomodação à organização sociopolítica e econômica regional, mimetizando-se em produtores ou trabalhadores rurais, além de se envolverem no processo migratório para as cidades, onde se engajavam como trabalhadores urbanos. Disso resultou a imagem dos Terena como índios *aculturados* e plenamente adaptados à sociedade regional, inclusive com expressivo domínio da língua portuguesa. Com a abertura política e a mudança na legislação indigenista iniciaram um processo de recomposição das formas de apresentação de sua indianidade, passando a exigir a demarcação de parte de seus territórios tradicionais e outras formas de ressarcimento de direitos violados. Tal transformação é evidenciada nos discursos e documentos produzidos pelas lideranças, bem como por ações, como as Retomadas. Assim, os Terena evidenciaram e acionaram ao longo de sua história, duas importantes formas de expressão do seu *ethos*: a *diplomacia* e o *enfrentamento*. O acionamento de uma imagem de indígena *guerreiro* está imersa em um contexto de empoderamento de coletivos terena; enquanto o acionamento da diplomacia busca criar formas de interação, orientadas pela cooperação, para assegurar benefícios mais imediatos ou superação de crises. Essas duas posturas (*diplomática* e *guerreira*) sempre foram consideradas pelos Terena como valores importantes, porém, o uso depende do contexto em que estão imersos. A tese central é que, frente ao Estado e à sociedade nacional, o *ethos* terena é produzido no movimento pendular entre estas duas formas de expressão, que se alternam na proeminência em cada cenário vivido, mas nunca se anulam.

Palavras-chave: Terena. Território. Mato Grosso do Sul.

## ABSTRACT

The goal of this research is understanding the strategies of the Terena in the interlocution with the State and its regions, non-Indian inhabitants of the region, especially from the establishment of the indigenous Reserves in the early of 20<sup>th</sup> century until the current period that corresponds to the Time of Warrior Awakening (marked by land Recaptures in Mato Grosso do Sul state). The used sources are official documents (mainly from the SPI collection); the Terena Assemblies' final documents; local and national press' newspapers; videos, photos and texts of public character that they were shared on the Internet by Terena themselves; collected testimonies in events as the Terena Assembly and interviews. It is possible to consider that the State, in promoting the accommodation of the Terena in Reserve, caused them a series of damages, in the cultural production and social reproduction way, imposing the restriction to their own forms of territoriality. However, even while living with the limitations imposed by the Brazilian State, the Terena exercised their capacity as an agency, transforming the Reserves into production spaces of ethos terena. In the so-called gathering period to the Reserves, the Terena developed strategies for accommodating the socio-political and regional economic organization, mimetizing themselves into producers or rural workers, apart from engaging into the migration process for the cities, where they engaged themselves as urban workers. From this, it had resulted the image of the Terena as acculturated Indians and fully adapted to the regional society, including with expressive dominion of the Portuguese language. With the political opening and the indigenous legislation change, a process of recomposition of the forms of presentation of their indianity had been begun, requiring the demarcation of part of their traditional territories and other forms of reimbursement from the violated rights. Such transformation is evidenced in the discourses and documents produced by the leaderships, as well as by actions, such as the Recaptures. Thus, the Terena have evidenced and activated throughout their history, two important forms of expression of their ethos: the diplomacy and the confrontation. The activation of an image of indigenous warrior is immersed in a context of empowerment of terena collective; while the activation of diplomacy seeks to create forms of interaction, guided by cooperation, to ensure more immediate benefits or overcoming crises. These two postures (diplomatic and warlike) have always been considered by Terena as important values, but their use depends on the context in which they are immersed. The central thesis is that, facing to the State and to the national society, the terena ethos is produced in the pendular movement between these two forms of expression, which they are alternated in the prominence of each lived scenario, but they are never revoked.

**Keywords:** Terena. Territory. Mato Grosso do Sul.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Localização do estado de Mato Grosso do Sul .....	19
<b>Figura 2</b> – Área de abrangência do Chaco .....	33
<b>Figura 3</b> – Sub-regiões do Pantanal .....	34
<b>Figura 4</b> – Tratado de Tordesilhas, 1494 .....	39
<b>Figura 5</b> – Tratado de Madri, 1750 .....	40
<b>Figura 6</b> – Localização do Presídio de Nova Coimbra e da Povoação de Albuquerque, 1789 .....	42
<b>Figura 7</b> – Localização da T. I. Cachoeirinha e perímetro atual, município de Miranda .....	69
<b>Figura 8</b> – Localização da T. I. Pilad Rebuá (área circulada), município de Miranda .....	72
<b>Figura 9</b> – Localização da T. I. Taunay/Ipegue e perímetro atual, município de Aquidauana .....	73
<b>Figura 10</b> – Localização da T. I. Lalima (área circulada), município de Miranda .....	75
<b>Figura 11</b> – Localização da T. I. Nioaque (área circulada), município de Nioaque .....	77
<b>Figura 12</b> – Localização e perímetro atual da T. I. Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti .....	79
<b>Figura 13</b> – Localização da T. I. Limão Verde (área circulada), município de Aquidauana .....	84
<b>Figura 14</b> – Terras e Reservas Indígenas em Mato Grosso do Sul, com destaque para as áreas com presença terena .....	152
<b>Figura 15</b> – Terena Odair Mamedes mostrando parte da produção agrícola da Retomada na área de Buriti .....	167
<b>Figura 16</b> – Terena Guilherme Gabriel observando a lavoura de feijão na Retomada na área de Buriti .....	168
<b>Figura 17</b> – Marcha com indígenas e integrantes do MST .....	188
<b>Figura 18</b> – Crítica aos políticos de Mato Grosso do Sul .....	191
<b>Figura 19</b> – Postagem sobre manifestação em Brasília .....	192
<b>Figura 20</b> – Imagem de capa da página do <i>Facebook Resistência do Povo Terena</i> .....	193
<b>Figura 21</b> – Campanha de boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul .....	193
<b>Figura 22</b> – Campanha de boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul .....	194
<b>Figura 23</b> – Campanha de boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul .....	194
<b>Figura 24</b> – Acampamento Terra Livre, abril de 2015 .....	199
<b>Figura 25</b> – Indígenas, representantes da CUT e da FETEMS na Assembleia Legislativa – MS em 07 de outubro de 2015 .....	202
<b>Figura 26</b> – Indígenas caminhando .....	205
<b>Figura 27</b> – Crítica dos Terena à matéria de um jornal local .....	209

<b>Figura 28</b> – Ocupação da FUNAI pelos Terena .....	224
<b>Figura 29</b> – Charge de Latuff sobre a atuação da FUNAI em Buriti .....	225
<b>Figura 30</b> – Encontro entre o governador de MS, Reinaldo Azambuja e lideranças indígenas em audiência pública .....	228
<b>Figura 31</b> – Outdoor fixado em Campo Grande, referente à fazenda Esperança, na Terra Indígena Taunay/Ipegue, 2015 .....	233
<b>Figura 32</b> – Página do <i>Facebook Resistência do Povo Terena</i> , referência aos Guarani Kaiowá de Nhanderu Marangatú, dias após a morte de Simião Vilhalva .....	239
<b>Figura 33</b> – Seminário sobre retomada do território tradicional, na T. I. Cachoeirinha, 2007 .....	243
<b>Figura 34</b> – Marçal de Souza Tupã-Y e o papa João Paulo II, 1980 .....	245
<b>Figura 35</b> – Lindomar Terena e outras lideranças indígenas na ONU, 2015 .....	245
<b>Figura 36</b> – Ocupação da fazenda Nossa Senhora Aparecida .....	246
<b>Figura 37</b> – Dona Miguelina, na 4ª Assembleia do Povo Terena, Aldeia Brejão, 2013 .....	249
<b>Figura 38</b> – Homenagem a Oziel Gabriel .....	250

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Presença dos Terena em Terras e Reservas Indígenas .....	150
<b>Tabela 2</b> – Acampamentos terena .....	153

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- Apib** – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- ATL** – Acampamento Terra Livre
- CDDH** – Centro de Defesa dos Direitos Humanos
- CDR** – Centro de Documentação Regional
- CGID** – Coordenação Geral de Identificação e Delimitação
- CIGCOE** – Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais
- Cimi** – Conselho Indigenista Missionário
- CNBB** – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPI** – Conselho Nacional de Proteção ao Índio
- CNV** – Comissão Nacional da Verdade
- CPI** – Comissão Parlamentar de Inquérito
- CUT** – Central Única dos Trabalhadores
- DF** – Distrito Federal
- DGI** – Diretoria Geral dos Índios
- DOU** – Diário Oficial da União
- Enei** – Encontro Nacional de Esudantes Indígenas
- Famasul** – Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul
- Fetems** – Federação dos Trabalhadores em Educação de Mato Grosso do Sul
- FOCAMS** – Fórum dos Caciques de Mato Grosso do Sul
- FUNAI** – Fundação Nacional do Índio
- GT** – Grupo Técnico
- I. R.** – Inspetoria Regional
- INCRA** – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
- InPACTO** – Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo
- Interpol** - Organização Internacional de Polícia Criminal
- IOS** – Instituto Observatório Social
- MJ** – Ministério da Justiça
- MPF** – Ministério Público Federal
- MS** – Mato Grosso do Sul
- MST** – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
- MT** – Mato Grosso
- NEPPI** – Núcleo de estudos e pesquisas das populações indígenas
- NOB** – Estrada de Ferro Noroeste do Brasil



**OIT** – Organização Internacional do Trabalho  
**ONG** – Organização não governamental  
**ONU** – Organização das Nações Unidas  
**P. I.** – Posto Indígena  
**PDT** – Partido Democrático Trabalhista  
**PEC** – Proposta de Emenda à Constituição  
**PF** – Polícia Federal  
**PM** – Polícia Militar  
**PMDB** – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
**PR** – Partido da República  
**PRF** – Polícia Rodoviária Federal  
**PSD** – Partido Social Democrático  
**PSDB** – Partido da Social Democracia Brasileira  
**PT** – Partido dos Trabalhadores  
**PT do B** – Partido dos Trabalhadores do Brasil  
**SASSI** – Serviço de Assistência ao Índio  
**SBT** – Sistema Brasileiro de Televisão  
**SP** – São Paulo  
**SPI** – Serviço de Proteção aos Índios  
**SPILTN** – Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais  
**SPU** – Serviço de Patrimônio da União  
**STF** – Supremo Tribunal Federal  
**T. I.** – Terra Indígena  
**TRF** – Tribunal Regional Federal  
**UCDB** – Universidade Católica Dom Bosco  
**UEMS** – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
**UFGD** – Universidade Federal da Grande Dourados  
**UFMS** – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
**UNI** – União das Nações Indígenas

# SUMÁRIO

Lista de figuras.....	12
Lista de tabelas .....	14
Lista de abreviaturas e siglas.....	15
<b>Introdução.....</b>	<b>19</b>
<b>Capítulo 1</b>	
<b>OS TERENA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO .....</b>	<b>29</b>
1.1 Os Terena no Chaco/Pantanal .....	30
1.2 As relações dos Terena com outros grupos: sistemas regionais multiétnicos indígenas .....	42
1.3 Os Terena e as políticas indigenistas no Brasil Colônia e no Brasil Império.....	51
1.4 Os Terena na Guerra da Tríplice Aliança.....	56
<b>Capítulo 2</b>	
<b>FORMAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS: os Terena, as frentes de colonização e o SPI .....</b>	<b>61</b>
2.1 Os Terena, as cercas e a política indigenista do SPI.....	62
2.1.1 Formação da Reserva Cachoeirinha.....	69
2.1.2 Formação da Reserva Taunay/Ipegue.....	73
2.1.3 Formação da Reserva Lalima.....	75
2.1.4 Formação da Reserva Nioaque .....	77
2.1.5 Formação da Reserva Buriti.....	79
2.1.6 Formação da Reserva Limão Verde.....	84
2.2 A agência terena na formação de suas Reservas.....	87
2.3 A mão de obra terena no sul do Mato Grosso.....	92
2.3.1 A mão de obra terena em empreendimentos públicos.....	92
2.3.2 A mão de obra nas fazendas, nas cidades e nas Reservas.....	94
2.3.3 A mão de obra terena nas usinas sucroalcooleiras.....	99
2.3.4 A mão de obra terena na atualidade e a crise estrutural e política na oferta de emprego...	103
<b>Capítulo 3</b>	
<b>OS TERENA NAS RESERVAS: imposições do Estado brasileiro x agência dos Terena.....</b>	<b>110</b>
3.1 As lideranças terena nas Reservas e a <i>reterenização</i> da organização política.....	111
3.2 Violações de direitos indígenas no acervo do SPI e no Relatório Figueiredo.....	116
3.2.1 Prisões.....	118
3.2.2 Ameaças, espancamentos, assassinatos e outros abusos.....	128
3.2.3 Má gestão de recursos.....	130
3.3 Os Terena e as reivindicações de políticas de reparação.....	134
<b>Capítulo 4</b>	
<b>AS RETOMADAS E OS <i>GUERREIROS TERENA</i>.....</b>	<b>138</b>
4.1 Articulações para as Retomadas.....	141
4.2 Panorama geral das Retomadas em Mato Grosso do Sul.....	153
4.2.1 A Retomada em Cachoeirinha.....	154
4.2.2 A Retomada em Taunay/Ipegue.....	159

4.2.3 A Retomada em Buriti.....	166
4.2.4 A Retomada em Limão Verde.....	171
4.2.5 A Retomada em Pilad Rebuá.....	173
4.3 Os <i>guerreiros</i> terena nas Retomadas.....	176
<b>Capítulo 5</b>	
<b>ESTRATÉGIAS GUERREIRAS E DIPLOMÁTICAS NA LUTA PELA TERRA: desafios e alternativas contemporâneas.....</b>	<b>184</b>
5.1 Articulações dos <i>guerreiros</i> em rede/nas redes.....	186
5.2 Grande Assembleia do Povo Terena – <i>Hánaiti Ho’únevo Têrenoe</i> .....	210
5.3 Estratégias guerreiras e diplomáticas frente ao Estado atual.....	221
5.3.1 Reposicionamento frente ao indigenismo oficial.....	221
5.3.2 Estratégias de inserção e colaboração com o Estado.....	226
5.4 A redefinição das relações com o entorno.....	231
5.4.1 Mudança nas relações com patrões, padrinhos e compadres.....	231
5.4.2 Novos aliados: indigenismo não oficial.....	234
5.5 A inserção no movimento indígena.....	236
5.6 Práticas rituais e a evidenciação da terenidade.....	241
<b>Considerações finais.....</b>	<b>251</b>
<b>Bibliografia e fontes .....</b>	<b>265</b>

## INTRODUÇÃO

Os Terena habitam diversas Terras Indígenas no estado do Mato Grosso do Sul (figura 1), além de áreas em São Paulo e em Mato Grosso. Também estão nos bairros de várias cidades sul-mato-grossenses como: Campo Grande, Rochedo, Aquidauana, Anastácio, Nioaque, Sidrolândia, Dourados e Dois Irmãos do Buriti. Assim como ocorre com outras etnias indígenas no Mato Grosso do Sul e no Brasil, os Terena têm protagonizado um movimento político e social com objetivo de recuperar territórios tradicionalmente ocupados e que ficaram fora das áreas reservadas pelo Estado brasileiro.

**Figura 1** – Localização do estado de Mato Grosso do Sul



Fonte: Google Maps, 2016.

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de pós-graduação *stricto sensu* em História da Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, na linha de pesquisa em História Indígena, o que propiciou o contato com discussões de outras áreas do conhecimento, em especial da Antropologia, indispensável para compreender os processos históricos vivenciados/protagonizados pelos povos indígenas.

Este estudo foi motivado pelas inquietações que se desdobraram durante e após a elaboração da dissertação intitulada *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*, defendida em 2011 no mesmo programa de pós-graduação. O referido trabalho abordou a mobilização dos Terena de Buriti (nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, estado do Mato Grosso do Sul) na luta pela recuperação dos territórios tradicionais que estavam fora do perímetro já regularizado pelo Estado brasileiro, enquanto Reserva.

Durante a realização da pesquisa de mestrado foi possível entrever a articulação entre os Terena daquela área com os de outras regiões e mesmo com outras etnias indígenas e com apoiadores não índios. Por outro lado, também ficaram evidentes as redes formadas pelos proprietários de terra nas áreas em litígio com outros fazendeiros, com representantes da mídia e da política regional e nacional. Esse quadro suscitou o interesse em ampliar o foco da situação na Terra Indígena Buriti para outras áreas do Mato Grosso do Sul.

Assim, foi elaborado o projeto de doutorado intitulado a Retomada terena em Mato Grosso do Sul com objetivo de compreender as ações de reivindicação das terras de ocupação tradicional (denominadas pelos próprios Terena como Retomadas), bem como conhecer seus principais atores sociais e as relações de poder envolvidas na questão do território indígena no estado. Os objetivos específicos do projeto eram: a) compreender o papel de diferentes atores sociais na Retomada terena; b) compreender o papel das alianças extra-aldeia neste movimento; c) realizar uma etnografia da Retomada; d) identificar e analisar as transformações nos modos de interação entre os Terena e os proprietários ao longo do século XX e as estratégias desenvolvidas nos diversos cenários de interação.

Ao longo da realização da pesquisa foi necessário redefinir alguns pontos do projeto. Embora ainda esteja presente a discussão a respeito do papel dos diversos sujeitos nas Retomadas e a tentativa de compreender as alianças extra-aldeia, essas questões foram perpassadas por outros questionamentos. O objetivo de realizar um trabalho de campo nas Retomadas, tornou-se o mais difícil de ser alcançado, uma vez que exigiria maior frequência e permanência nas áreas de acampamento. A exiguidade do tempo e as tensões que permeiam a situação atual dos Terena nessas áreas, dificultaram a concretização desse objetivo.

Soma-se a essas dificuldades a decisão política de muitos coletivos terena de limitarem o acesso de pesquisadores *purutuya*<sup>1</sup> nessas áreas, em uma conjuntura em que os próprios

---

<sup>1</sup>*Purutuya* significa não índio na língua terena.

indígenas têm cada vez mais ingressado em programas de pós-graduação e buscado fazer pesquisas acadêmicas acerca de sua história.

Por outro lado, outras inquietações surgiram. No ano de 2013 foi divulgado o Relatório Figueiredo, documento da década de 1960 acerca das violações de direitos cometidas contra os indígenas durante a Ditadura Militar e na gestão do Serviço de Proteção aos Índios – SPI. O documento fomentou o debate sobre os indígenas nesse período da história e essas discussões chegaram ao Mato Grosso do Sul. No mesmo ano foi realizado o I Seminário de Documentação Indígena e Etnohistória, na Universidade Católica Dom Bosco – UCDB, instituição em que sou professora. Compareceu ao evento o vice-presidente do grupo Tortura Nunca Mais, Marcelo Zelic, que ministrou uma palestra acerca do tema.

Em conversas com meu ex-professor e então colega prof. Neimar Machado de Sousa, que já vinha discutindo sobre essa questão, me propus a buscar informações na documentação do SPI, acerca de violações de direito cometidas contra os indígenas no Mato Grosso do Sul, no período de 1946 a 1988 (recorte adotado pela Comissão Nacional da Verdade – CNV, para apurar as violências cometidas pelo Estado brasileiro).

Em 2014 participei da 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), articulada entre outros, pelo prof. Neimar. A audiência, realizada na UFGD, tinha como objetivo subsidiar o relatório (de autoria de Maria Rita Kehl) acerca das violações cometidas contra camponeses e indígenas, entre 1946 e 1988. Assim, a participação ou a negligência do Estado diante de inúmeras violações de direito cometidas contra os Terena, passaram a figurar entre as preocupações da pesquisa.

O fio condutor desta tese são as transformações ao longo da história terena que resultaram na expropriação de parte de seu território e culminaram com a atual situação das Retomadas no Mato Grosso do Sul. Nessa perspectiva, a pesquisa evidenciou que o Estado, ao promover a acomodação dos Terena em Reservas causou-lhes uma série de prejuízos, nos modos de produção cultural e reprodução social, impondo o cerceamento às suas formas próprias de territorialidade em *troncos* e aldeias. Tal processo está amplamente documentado, como atestam o Relatório Figueiredo (1967), a documentação do SPI e as discussões da Comissão Nacional da Verdade. Entretanto, mesmo convivendo com as limitações impostas com a condição de Reserva, os Terena exerceram sua capacidade de agência, transformando as Reservas em espaços de produção do *ethos*<sup>2</sup> terena, como atestam trabalhos de

---

<sup>2</sup> Por *ethos* entende-se os aspectos comportamentais que possibilitam a distinção entre um grupo social, um povo e outros grupos ou povos.

pesquisadores como Gilberto Azanha (2005); Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2003, 2012) e Noemia dos Santos Pereira Moura (2009).

No período de recolhimento às Reservas, esses indígenas desenvolveram estratégias de acomodação à organização sociopolítica e econômica regional, mimetizando-se em produtores ou trabalhadores rurais, além de se envolverem no processo migratório para as cidades. Disso resultou a imagem dos Terena como índios *aculturados* e plenamente adaptados à sociedade regional, como discutido em etnografias clássicas como a do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976).

Com a abertura política e a mudança na legislação indigenista, os Terena iniciaram um processo de recomposição das formas de apresentação de sua indianidade, passando a exigir a demarcação de parte de seus territórios tradicionais e outras formas de ressarcimento de direitos violados. Tal transformação é evidenciada nos discursos e documentos produzidos pelas lideranças, bem como por ações, como as Retomadas, conforme abordado em outros trabalhos como os de Eremites de Oliveira e Pereira (2003), Pereira (2009), e Andrey Cordeiro Ferreira (2007).

O Estado não logrou o propósito da assimilação dos Terena, no sentido de demovê-los de seu *ethos* específico. Como atores históricos eles se reorganizaram enquanto grupo étnico, atuando como sujeitos de sua própria transformação, conforme discutido por vários autores como os já citados Moura (2001, 2009), Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e pela historiadora Vera Lúcia Ferreira Vargas (2003, 2011a). Dessa forma, o que pretendo evidenciar ao longo da tese, são as estratégias utilizadas pelos Terena nesses diferentes contextos históricos, ora com uma postura de negociação, ora com uma postura de enfrentamento aberto, ora mesclando as duas formas.

É útil retomar aqui a antiga dualidade terena, a divisão endogâmica entre *sukirikionó* ou *gente mansa* e *shumonó* ou *gente brava*. O tema foi abordado por alguns dos primeiros antropólogos que estiveram com os Terena, como Fernando Altenfelder Silva (1949), Kalervo Oberg (1985) e Cardoso de Oliveira (1976); e retomado em trabalhos recentes como o de Pereira (2009) e de Patrick Thames Franco (2011).

A dualidade, como aponta Franco (2011) a partir dos escritos de Altenfelder Silva, tem raízes no mito de origem Terena. *Orekajuuakái* ou *Yúrikoyuvakái*, é um herói duplo responsável por retirar os Terena do fundo da terra. Há várias versões para o mito e um fragmento de uma delas, registrada pelo antropólogo Baldus (1950), foi transcrita na epígrafe

deste trabalho. *Orekajuuakái* foi partido ao meio pela própria mãe, originando dois seres diferentes.

A dualidade entre *sukirikionó* e *shumonó* teria assim sua origem explicativa nesse mito fundador. Essa divisão é representada na dança *Kohixoti Kipaé* que pode ser traduzida como “dança da ema”, e que entre os não índios ficou conhecida como Dança do Bate Pau. Conforme informações do pesquisador Terena Éder Alcântara de Oliveira (2016, p. 178), os participantes da dança representam os dois grupos: “os *Súkirikiono* (conhecidos como índios calmos) e os *Xúmono* (tidos como mais bravos). A dança também é composta pelo som de um tambor, instrumento feito com o couro de caça e de madeira; e o pife, instrumento de sopro feito de bambu, com som idêntico à flauta”.

Não pretendo insinuar que as categorias *sukirikionó* e *shumonó* ainda estejam ativas para dividir ou classificar indivíduos ou grupos terena de forma particular, como compondo coletivos rigorosamente definidos. Mas, argumento que tanto as características de *gente mansa*, quanto as características de *gente brava*, configuram o *ethos* terena. Pereira (2009, p. 27) a esse respeito pontuou que um “sistema de distinção de posições sociais de status e prestígio, baseado em um complexo de atitudes comportamentais e que regeria um provável sistema de metades matrimoniais e cerimoniais no passado”, continua sendo significativo nas figurações terena atuais, ao menos nas aldeias de Buriti.

Em relação às representações dos não índios de forma geral acerca dos Terena, salienta-se que predominou ao longo de sua História, a imagem de um povo propenso a estabelecer relações pacíficas com os *purutuya*. A transformação de uma imagem de índio *manso* em índio *guerreiro* está imersa em um contexto de produção e de empoderamento de coletivos terena. Entretanto, argumento que essas duas posturas (de *diplomacia* ou de *guerra*) possivelmente sempre foram consideradas pelos Terena como valores importantes, cujo uso depende dos contextos específicos de interação.

Nesse sentido, a ideia de *mansidão* (por vezes carregada de estereótipos das classificações coloniais) será substituída pelo termo *diplomacia*, em alusão à habilidade terena em conviver e negociar com outras sociedades. A noção de *gente brava* dará lugar ao termo *guerreiro*, bastante utilizado pelos Terena no contexto das Retomadas.

Há períodos ou situações de emergência e hegemonia (mas não de forma absoluta) de uma postura *diplomática* ou de uma postura *guerreira*. Dessa forma, a dualidade não se aplicaria aos indivíduos, mas ao *ethos* terena como um todo, no sentido de que, um mesmo



indivíduo ou coletivo, pode, de acordo com a conjuntura vivenciada, agir diplomaticamente ou de um modo mais aguerrido.

Assim, a partir da discussão das formas de transformações históricas envolvendo o território e a organização social terena, resultantes da relação entre eles e a sociedade não indígena, delineou-se a tese da pesquisa: a existência de um movimento pendular do *ethos* terena, que oscila entre posturas diplomáticas ou guerreiras conforme o contexto histórico no qual estão inseridos.

A presente pesquisa beneficiou-se do diálogo entre História e Antropologia, que possibilitou o surgimento de “uma nova história indígena”, como denominou John Monteiro (1999), referindo-se aos trabalhos que reconhecem os indígenas como sujeitos históricos plenos, como protagonistas e não meros expectadores da sua própria história. Maria Regina Celestino de Almeida (2012), pontua que a aproximação entre essas duas disciplinas foi fundamental para historicizar conceitos acerca das relações de contato, permitindo repensar a trajetória dos povos indígenas antes considerados aculturados ou extintos. Para isso, foi necessário compreender “cultura e etnicidade como produtos históricos, dinâmicos e flexíveis, que continuamente se constroem através das complexas relações sociais entre grupos e indivíduos em contextos históricos definidos [...]” (CELESTINO DE ALMEIDA, 2012, p. 23).

Como referenciais teóricos da pesquisa situam-se, portanto, trabalhos que estão nessa fronteira dos debates históricos e antropológicos, como os de Marshall Sahlins (2007); Eduardo Viveiros de Castro e Manuela Carneiro da Cunha (1986); Viveiros de Castro (2002); Carneiro da Cunha (1992); John Monteiro (1999) e Maria Regina Celestino de Almeida (2012). Da bibliografia contemporânea sobre os Terena destaco os já citados: Moura (2001; 2009); Vargas (2003; 2011a); Eremites de Oliveira e Pereira (2003); Pereira (2009); e o pesquisador Terena Claudionor do Carmo Miranda (2006).

As fontes de pesquisa foram documentos escritos (especialmente do SPI e os documentos finais das Assembleias do Povo Terena), material da imprensa (jornais impressos e *on-line*), material veiculado pelos Terena nas redes sociais (textos, fotos e vídeos) e material coletado em campo. Cabe aqui a ressalva de que por campo entendo não apenas visitas às aldeias e áreas de Retomada, mas, os diversos espaços em que os Terena transitam. Dessa forma, a interdisciplinaridade pautada principalmente pelo diálogo com a Antropologia, foi fundamental não só em relação ao referencial teórico, como também na utilização de variados tipos de fonte.

Muito das considerações registradas neste trabalho são fruto também da interlocução com os Terena nas Assembleias, fóruns e reuniões organizadas por eles, dos congressos e do dia a dia acadêmico nas universidades em que transito: UCDB e UFGD e nas quais mantenho contato com os Terena, sejam eles colegas de trabalho/estudo ou alunos.

O diálogo com outros pesquisadores foi fundamental para a construção desta tese. Destaco a relevância das discussões realizadas nas disciplinas Teorias e métodos da História (ministrada por Ana Maria Colling e Losandro Tedeschi), Historiografia brasileira (ministrada por Eliazar João da Silva), Relações interétnicas e territorialidades entre populações indígenas (ministrada por Levi Marques Pereira) e Seminários de projeto de pesquisa (ministrada por Graciela Chamorro, Thiago Cavalcante e Antonio Dari Ramos), além, evidentemente, do processo de orientação e da arguição da banca no exame de qualificação desta tese. O diálogo com os referidos professores, bem como com os colegas pós-graduandos foi fundamental para o amadurecimento da pesquisa.

A participação em alguns eventos acadêmicos também suscitou reflexões imprescindíveis para este trabalho, por meio do contato com outros pesquisadores da temática indígena, incluindo pesquisadores terena. Destaco a participação nos simpósios sobre a questão indígena realizados nos seguintes eventos: em 2014, no IV Congresso Internacional de História: cultura, sociedade e poder (cujo simpósio temático foi coordenado por Vera Lúcia Ferreira Vargas, Noêmia dos Santos Pereira Moura e Iára Quellho de Castro); e no XII Encontro da Anpuh-MS (cujo simpósio foi coordenado por Vera e Iára); e em 2015, o IV Simpósio de História, Cultura & Política (em simpósio coordenado novamente por Vera e Iára).

O diálogo fomentado por essas pesquisadoras, entre outras inúmeras contribuições, evidenciou a importância do protagonismo terena e das suas estratégias políticas em diferentes contextos. Destaco ainda, a discussão com as pesquisadoras Noemia e Iára acerca da valorização dos sinais diacríticos pelos Terena no contexto de suas mobilizações políticas, assunto abordado nesta tese e que foi discutido nos dois simpósios.

Este texto inicialmente foi organizado em quatro capítulos simulando a divisão da linha do tempo terena, proposta pela historiadora Circe Maria Bittencourt e pela cientista social Maria Elisa Ladeira (2000), no livro *A História do Povo Terena*. Conforme essa divisão: 1) os Tempos Antigos se estendiam até o final da Guerra contra o Paraguai; 2) os Tempos de Servidão correspondiam ao período entre o final da Guerra contra o Paraguai e a

formação das Reservas no início do século XX; 3) os Tempos Atuais estariam situados após a formação das Reservas.

Miranda (2006), em sua dissertação intitulada *Territorialidades e práticas agrícolas: premissas para o desenvolvimento local em comunidades terena de MS*, acrescentou a essa linha um quarto período: Tempo do Despertar, a fase da busca pela autonomia. Esta etapa é, de acordo com o autor, caracterizada pela “inserção dos ‘patrícios’ Terena nos espaços que antes não eram ocupados por eles, na economia regional, por exercerem cargos públicos ou serem profissionais liberais e pela presença dos jovens Terena nas universidades” (MIRANDA, 2006, p. 22).

Essa linha do tempo tem importância singular na literatura sobre os Terena e também na própria memória desse povo, uma vez que eles mesmos constantemente se remetem a ela. Formulada inicialmente por Bittencourt e Ladeira (2000), a partir do diálogo com professores terena, essa divisão temporal foi apropriada pelos pesquisadores e pelos próprios indígenas. Entretanto, a visibilização do *ethos* guerreiro gera questões novas que permitem repensar essa formulação. A partir da arguição da banca no exame de qualificação da tese, essa estrutura foi reelaborada. Embora a linha do tempo não tenha perdido sua relevância para entendermos a história terena, atualmente temos outros elementos de análise que não a invalidam, mas que nos permitem fazer outras abordagens, especialmente em relação aos chamados Tempos de Servidão.

Os Tempos de Servidão, entre o fim da Guerra do Paraguai e o estabelecimento das Reservas nas décadas iniciais do século XX, são referidos como a fase de intensa exploração do trabalho terena pelos proprietários que começavam a se estabelecer na região. Sem negar a violência dos não índios nesse processo, é forçoso reconhecer o protagonismo terena. Conforme afirmam as próprias autoras Bittencourt e Ladeira (2000, p. 96), eles “nunca aceitaram a *servidão* nas fazendas e chegaram algumas vezes a se rebelar contra os fazendeiros”. O trabalho nessas fazendas, embora em muitos casos fosse compulsório, foi por outro lado, o meio pelo qual os Terena se estabeleceram no novo contexto social e territorial que se desenhava.

O estabelecimento das Reservas configurou-se como um divisor de águas na história Terena e delineou-se como um novo instrumento para a reorganização étnica e social desse povo. Entretanto, algumas relações e práticas de exploração e violência, comuns no período conhecido como Tempos de Servidão, continuaram acontecendo durante o período do estabelecimento nas Reservas.

Dessa forma, optei por reorganizar o texto de outra forma, mantendo a referência, no título da tese, ao período denominado por Miranda (2006) como Tempo do Despertar. Acrescentei, além do mais, a expressão *guerreiro*, como referência às estratégias de enfrentamento adotadas pelos Terena no contexto das Retomadas.

O capítulo 1, *Os terena e o processo de consolidação do Estado brasileiro*, tem como objetivo contextualizar historicamente a trajetória dos Terena, até o final do século XIX, período que corresponde também ao processo de consolidação do Estado brasileiro e que portanto, teve consequências na organização territorial terena.

O capítulo 2, *Formação das Reservas indígenas: os Terena, as frentes de colonização e o SPI*, visa apresentar um breve histórico das frentes de colonização que adentraram o sul do então Mato Grosso (principalmente após o fim da Guerra da Tríplice Aliança – 1864-1870) e as consequências para os Terena, culminando com a expropriação de parte do seu território e a constituição das Reservas Indígenas, sob direcionamento do SPI e devido à ação dos próprios Terena em reivindicar sua permanência nessas áreas.

O capítulo 3, *Os Terena nas Reservas: imposições do Estado brasileiro x agência dos Terena*, tem como objetivo demonstrar os prejuízos que o Estado brasileiro causou aos Terena, nos modos de produção cultural e reprodução social, ao promover sua territorialização em Reservas; e, paralelamente evidenciar a capacidade de agência terena na produção de seu *ethos*, mesmo na condição de Reserva.

O capítulo 4, *As Retomadas e os guerreiros terena*, aborda essa nova forma de luta e mobilização pelo território, que os próprios indígenas denominam como Retomada e que emergiu entre os Terena a partir da década de 1990. Apresenta, portanto, um panorama geral das Retomadas terena no estado e perpassa, ainda, pela apresentação de outro conceito, o de *guerreiro*, ressignificado no contexto político atual de luta pela terra.

O capítulo 5, *Estratégias guerreiras e diplomáticas na luta pela terra: desafios e alternativas contemporâneas*, tem como objetivo discutir as estratégias utilizadas pelos Terena nas Retomadas, abrangendo as redes estabelecidas por eles nesse contexto, seu reposicionamento frente ao indigenismo oficial e ao movimento indígena e o processo de recomposição das formas de apresentação de sua indianidade.

Os capítulos têm como objetivo demonstrar a atuação e o protagonismo dos Terena, evidenciando a alternância de estratégias guerreiras e diplomáticas (ou o emprego de ambas), especialmente na luta pela garantia de seus territórios. Dessa forma, esse movimento pendular pode ser percebido desde as discussões do primeiro capítulo, que aborda as relações iniciais

entre o recém-criado Estado brasileiro e esses indígenas. Os capítulos 2 e 3, que tratam da situação de Reserva e da tentativa do Estado de promover a invisibilidade étnica dos Terena, demonstram a predominância de ações de negociação e diplomacia, mas não a sua exclusividade. Os capítulos 4 e 5 apontam um aumento das ações de enfrentamento com o Estado, sem, entretanto, implicar o abandono de outras estratégias.

# **CAPÍTULO 1**

## **OS TERENA E O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO**

Por má consciência e boas intenções, imperou durante muito tempo a noção de que os índios foram apenas vítimas do sistema mundial, vítimas de uma política e de práticas que lhes eram externas e que os destruíam. Essa visão, além de seu fundamento moral, tinha outro, teórico: é que a história, movida pela metrópole, pelo capital, só teria nexos em seu epicentro. A periferia do capital era também o lixo da história. [...] Ora não há dúvida de que os índios foram atores políticos importantes de sua história, e de que nos interstícios da política indigenista, se vislumbra algo do que foi a política indígena (CARNEIRO DA CUNHA, 1992, p. 17-18).

O objetivo deste capítulo é contextualizar historicamente a trajetória dos Terena, até o final do século XIX, período que abrange também o processo de consolidação do Estado brasileiro e que conseqüentemente, impactou a trajetória desse grupo, especialmente em relação à sua organização territorial.

O capítulo aborda a convivência dos Terena com outras coletividades indígenas no território do Chaco/Pantanal; a política indigenista instituída durante o período do Brasil colônia e do Brasil Império e a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Perpassa dessa forma, importantes transformações e as respectivas estratégias dos Terena nesse contexto.

Além da bibliografia histórica e antropológica sobre os Terena, foram utilizados como fontes de pesquisa documentos oficiais, principalmente os relatórios de presidentes de província e escritos de cronistas como Alfredo D' Escagnolle Taunay.

## **1.1 Os Terena no Chaco/Pantanal**

Conforme as principais obras sobre os Terena, esta etnia é um dos subgrupos Guaná ou Chané, da família linguística Aruák. As pesquisadoras Circe Bittencourt e Maria Elisa Ladeira (2000) ao abordarem sua história, inserem-nos no contexto dos demais grupos de origem Aruák no continente americano (em países como Guiana, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia e Paraguai) e no Brasil (no estado do Mato Grosso e na região Norte do país). De acordo com as autoras “todos esses grupos [assim como os Terena] possuem ou possuíram formas de organização interna características, sendo tradicionalmente agricultores e conhecedores das técnicas de tecelagem e cerâmica” (BITTENCOURT e LADEIRA, 2000, p. 18).

De acordo com os pesquisadores Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques Pereira (2003), que atuaram como peritos da Justiça Federal na região da Terra Indígena Buriti, pesquisas arqueológicas e etno-históricas realizadas na porção pantaneira de Cáceres, estado do Mato Grosso, evidenciam que povos Aruák como os antigos Xaray, já estavam estabelecidos naquela região há cerca de 2.000 anos, permanecendo no local até o século XVIII, quando bandeirantes de São Paulo destruíram suas aldeias.

Entretanto, no livro *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*, Pereira (2009, p. 14) pontua que “pouco tem sido feito até o momento para situar as continuidades entre as etnias falantes de línguas Aruak. Tal

procedimento seria importante para evitar o equívoco de tratar cada uma dessas etnias como isoladas, sem relações históricas e culturais com seus parentes linguísticos”.

Michael Heckenberger (2001), no livro *Os povos do Alto Xingu*, destaca que as línguas Aruák podem ser:

[...] remetidas a uma antiga migração, ou série de migrações, para a região do Alto Madeira de onde posteriormente se expandiram para oeste (Acre e Peru), para sul (terras baixas da Bolívia) e para leste (Periferia Meridional). Os Terena (guaná) e os chané limitam as extensões desse processo ao sul, enquanto os pareci e os alto-tinguanos limitam-nas a leste (HECKENBERGER, 2001, p. 30-31).

No mesmo volume, Bruna Franchetto discute as possíveis relações entre grupos falantes de línguas Aruák, entre eles os Pareci, Terena, Bauré e Enawenê-nawê, que formam o chamado corredor aruák meridional:

Se acrescentarmos outro grupo [aos pareci, terena e bauré] – os enawenê-nawê, de contato recente – que fala uma língua muito próxima a dos pareci, temos uma concentração maipure no Mato Grosso ligada por uma espécie de canal histórico aos povos, outrora muito mais numerosos e com população bem maior, aruak/maipure, canal que atravessa o Mato Grosso do Sul até as terras do Chaco. Relações mais distantes ligariam esse conjunto centro-meridional aos aruak da Amazônia Ocidental, Acre e Peru (FRANCHETTO, 2001, p. 116).

Com relação aos termos Guaná e Chané, Eremites de Oliveira e Pereira (2003, p. 242) destacam que “*Guaná-Txané*, também citado como Guaná, Chané ou Chané-Guaná, é uma categoria genérica”, e ainda que “os antigos Guaná falavam, até o período anterior à guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança (1864-1870), diversos dialetos Aruák. Estavam divididos nos subgrupos Terena (Etelenoé), Echoaladi, Quinquinau (Equinquinau) e Laiana (Layana)”. Esses grupos foram fundidos em uma única denominação reconhecida pelo Estado brasileiro, os Terena, no século XX. Entretanto, os Kinikinau, no século XXI, têm demonstrado sua sobrevivência como grupo e reivindicado o reconhecimento de sua identidade étnica, como aponta a pesquisadora Iára Quelho de Castro (2010).

No livro *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, o antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (1976), a partir de escritos de cronistas dos séculos XVIII e XIX, como Sanches Labrador, Félix Azara, Juan Francisco Aguirre, Francis de Castelnau, Alfredo D’ Escagnolle Taunay, considera que o subgrupo Echoaladi foi designado como Guaná em algumas obras. Devido a imprecisões como essas, é necessário ter cautela na interpretação dos dados. A designação dos diversos grupos indígenas não era uniforme e, não se pode inferir exatamente os mesmos etnônimos para a atualidade.



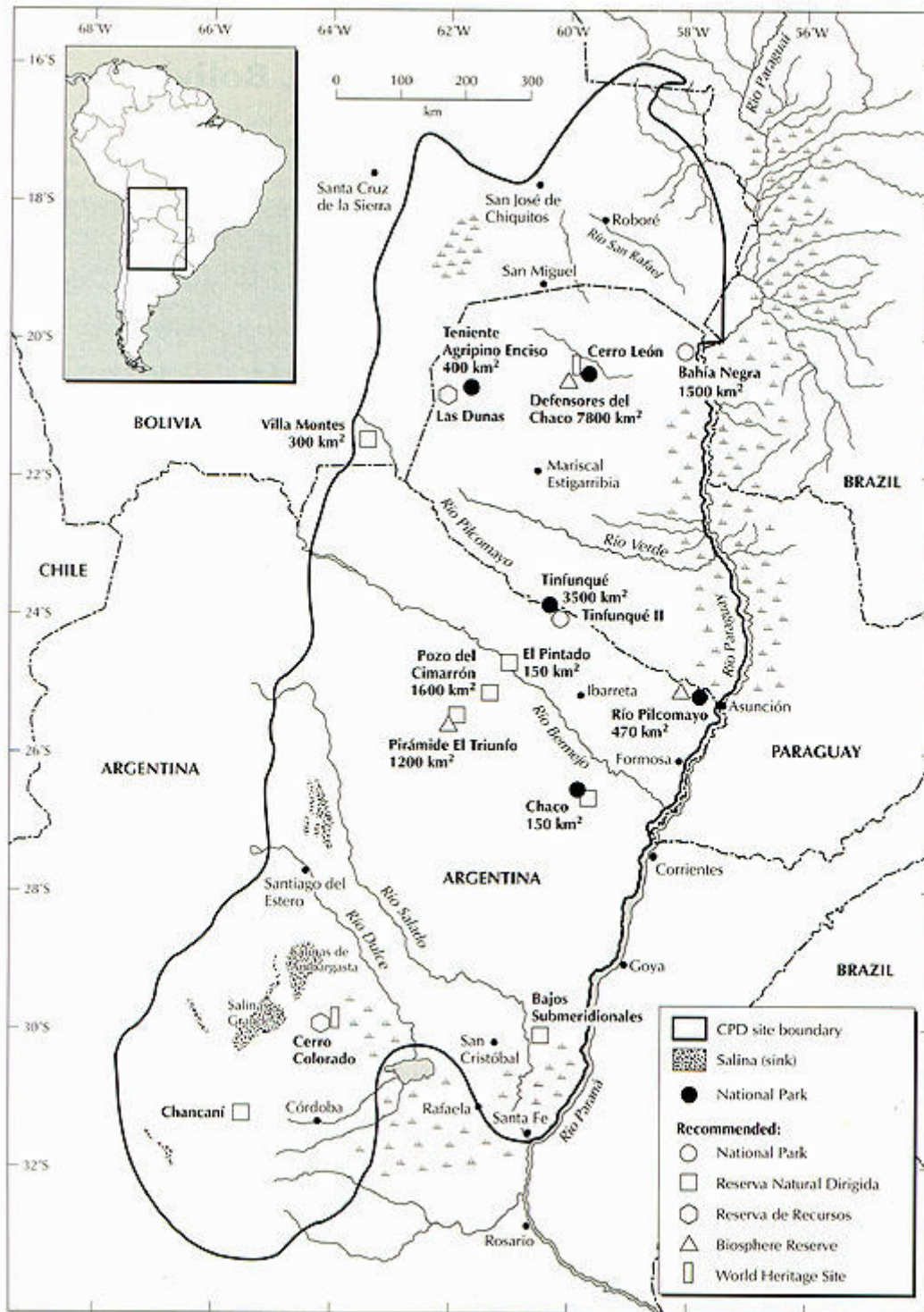
Conforme assinalaram Eremites de Oliveira e Pereira (2003), a própria denominação Guaná ou Chané, é uma categoria genérica, que abrange povos com historicidades diversas. Ou seja, é uma categoria utilizada por cronistas, antropólogos, estudiosos em geral, com o objetivo de criar uma unidade entre estes grupos, baseados em algumas características similares.

Feitas essas ressalvas, é possível abordar a presença dos Terena no território que abrange as regiões hoje denominadas Chaco e Pantanal. Os estudiosos das ciências naturais enumeram algumas características do território chaquenho e do território pantaneiro. Assim, o Chaco (do quechua *chaku*: lugar de caça) é uma região no centro da América do Sul, com aproximadamente 850.000 km<sup>2</sup> divididos entre os territórios do Paraguai, da Bolívia, da Argentina e do Brasil – ao sul do Pantanal (figura 2). Possui grande diversidade de ambientes com áreas planas alagadas, serras, brejos e banhados, além de florestas (SILVA *et al*, 2000).

O Pantanal, normalmente chamado de Pantanal mato-grossense, é uma planície sedimentar com mais de 140.000 km<sup>2</sup>, preenchida com depósitos aluviais dos rios da Bacia do Alto Paraguai. A baixa declividade dificulta o escoamento das águas e origina o aparecimento de ambientes alagados, além de vegetação em mosaico, com vegetação arbórea mais densa. (SILVA *et al*, 2000). Está dividido em várias sub-regiões (figura 3).

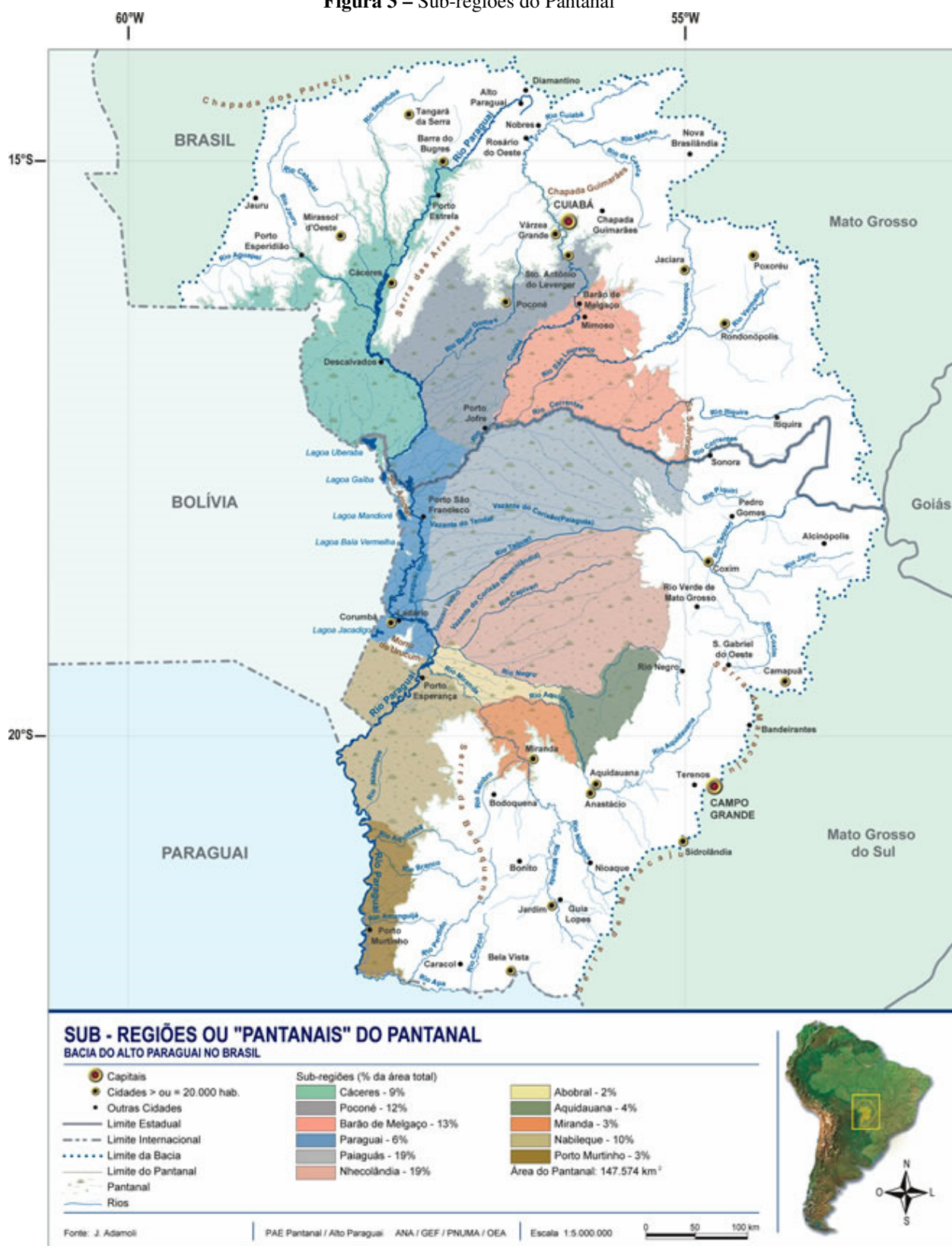
Todavia, os pesquisadores admitem que não é fácil delimitar as duas áreas, considerando-se ainda que nenhuma delas é homogênea, e que ambas têm características semelhantes entre si. Dessa forma, é importante ressaltar que a divisão entre as áreas chaquenha e pantaneira descrita e apresentada nas figuras 1 e 2, remete a uma divisão geopolítica atual (mais política que ecológica). No período colonial essa definição ainda não existia, visto que os critérios usados nas ciências naturais certamente não eram aplicados de forma sistemática até o século XIX.

Figura 2 – Área de abrangência do Chaco



Fonte: (CPD Site SA22, after FAO and UNEP 1985).

Figura 3 – Sub-regiões do Pantanal



Fonte: Programa de Ações Estratégicas para o Gerenciamento Integrado da Pantanal e bacia do Alto Paraguai - PAE.

Soma-se a essa indefinição quanto aos parâmetros naturais, a imprecisão quanto aos limites políticos no território hoje dividido entre Chaco e Pantanal. A construção desses espaços geopolíticos vincula-se à formação dos Estados Nacionais, que foram se consolidando a partir dos processos de independência, dos tratados diplomáticos e de conflitos que definiram politicamente a divisão das fronteiras entre Brasil e Paraguai.

A pesquisadora Sílvia M. S. de Carvalho (1992), no *texto Chaco: encruzilhada de povos e “melting pot” cultural*, descreve as características físicas e climáticas da área chaquenha, apontando que esta estende-se para leste no atual Mato Grosso do Sul até as proximidades de Miranda.

É o Pantanal mato-grossense, com a sua parte mais exuberante hoje ao norte, em terras de Mato Grosso, uma vez que, a partir do início do século, com a construção da estrada de ferro Noroeste do Brasil, o trecho de Campo Grande a Corumbá passou a sofrer fortes transformações com a presença do colonizador. No Mato Grosso do Sul, divisores de águas (das bacias do Paraguai e do Paraná, e do Miranda e Paraguai) constituem chapadas relativamente baixas (Maracaju, Bodoquena), correspondendo a afloramentos de terrenos basálticos, que caracterizam também o planalto meridional brasileiro, cuja ligeira inclinação para oeste explica o trajeto litoral-interior dos afluentes da margem esquerda do Paraná (CARVALHO, 1992, p. 457).

A autora discorre também sobre os diversos grupos étnicos na região, apresentando um panorama do período pré-colonial até o século XX. Na região do Rio Paraguai havia significativa presença guarani, formada por diversos grupos horticultores e cuja hostilidade com outros povos da região chaquenha atingiu seu ápice “pouco antes da chegada dos espanhóis, e é provável que esta seja a explicação para o fato de a influência cultural dominante sobre as tribos chaquenhas ser a arawak e não a guarani” (CARVALHO, 1992, p. 460).

Carvalho (1992) aborda, a partir dos vestígios arqueológicos, as possíveis relações entre os povos que viveram no Chaco com grupos de outras regiões, por exemplo, o intercâmbio de materiais provenientes da região incaica, realizado pelos povos Arawak (Aruák):

Do lado oriental, a estrada que permitia as trocas entre os Andes e os Xarayes atravessava as “terras chiquetanas” (norte do Grande Chaco). Geralmente eram os índios Arawak que realizavam o intercâmbio de bens, sobretudo no que diz respeito às famosas lâminas de metal de proveniência incaica e que se tornaram conhecidas antes de os europeus ouvirem falar do “Eldorado”. O rio Paraguai representava um limite natural para as populações chaquenhas. A zona do alto Paraguai era, no início da conquista espanhola, densamente povoada por indígenas cultivadores. Alcançaram essa área sucessivamente grupos amazônicos e pampidas com

economias diversas e diferentes elementos culturais; situação esta que também aí provocou contínuas lutas interétnicas (CARVALHO, 1992, p. 459, grifo nosso).

Em relação ao trecho destacado da citação de Carvalho (1992), fazemos a ressalva de que outras pesquisas apontam o Rio Paraguai antes do estabelecimento dos Estados nacionais na região, como elemento de conjunção e conexão entre os povos dessa área. Somente com o advento das fronteiras nacionais o rio converte-se em fator de disjunção territorial. Seu curso é transformado em limite, produzindo territórios distintos e distinções históricas, linguísticas e culturais, processo nunca totalmente concluído, o que faz com que a fronteira persista enquanto problema.

A pesquisadora Isabelle Combès (2015), no livro *De la una y otra banda del Río Paraguay: historia y etnografía de los Itatines (siglos XVI-XVIII)*, corrobora com a visão do Rio Paraguai como ponto de conexão (até o século XVIII) ao abordar a história dos povos que habitavam a região, com destaque para os de língua guarani:

Lo que me interesó en estas páginas fue una época anterior. Una época en la cual el Itatín de la orilla oriental del Paraguay era una “provincia” guaraní y la “Chiquitania” cruceña todavía no era tal, sino poblada por numerosos grupos de habla guaraní. Sobresale de esta historia el tejido de relaciones mantenidas entre los guaraní-hablantes de ambas orillas del río, y con los pueblos del río Paraguay mismo. Es la historia de un pueblo otrora pantanero aunque diferente de los “clásicos” habitantes canoeros de la región; de una etnia unida por el Pantanal y el río Paraguay; de un grupo que sigue viviendo hoy, pero bajo otros nombres y em otros lugares, y definitivamente desgarrado: los guarayos de Bolivia no conocen a los kaiowás ni a los paĩ-tavyterã de Brasil y de Paraguay, y viceversa. De ser punto de unión, el Pantanal llegó a erigirse en una frontera entre ambos conjuntos itatines y, en el siglo XVIII, ya están definitivamente separadas sus trayectorias. Surgen dos nuevas etnias: los kaiowás/ paĩ-tavyterã y los guarayos, sin más contactos entre sí (COMBÈS, 2015, p. 87, grifo nosso).

Algumas obras historiográficas e antropológicas e alguns cronistas abordam o período em que os Guaná, ou mais especificamente os Terena, viviam na região chaquenha (considerando-a como as terras do lado esquerdo do rio Paraguai). Cardoso de Oliveira (1976), a partir de relatos setecentistas e oitocentistas conclui que os subgrupos Guaná atravessaram o rio Paraguai somente a partir da segunda metade do século XVIII, e instalaram-se nas proximidades do rio Miranda. Acrescenta ainda ser improvável que eles tenham se estabelecido na região antes deste período.

Os escritos do cronista Félix Azara, corroboram com essa visão:

Na época da chegada dos primeiros espanhóis, ela [a nação Guaná] habitava o Chaco, entre o paralelo 20° e 22° de latitude. Ela aí permanece até 1763, enquanto

uma grande parte da nação vai se estabelecer a leste do rio Paraguai, ao norte do trópico, no país que se chamava então a província de Ytati; depois ela se estende para o sul (AZARA, 1809, II, p. 86).

Azara menciona a frente missionária do Itatim. O pesquisador Neimar Machado de Sousa (2004) na obra *A Redução de Nuestra Senhora dela Fe no Itatim: entre a cruz e a espada (1631-1659)*, aborda a história da região, que fazia parte da vice-província do Paraguai (sob jurisdição da coroa espanhola, localizada na faixa limítrofe com a jurisdição da coroa portuguesa).

O Paraguai compreendia os territórios das antigas províncias do Guairá, Tape, Uruguai e Itatim, além das regiões do Chaco e do Rio da Prata, sendo assim, a sua jurisdição incluía os atuais estados brasileiros do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e sul de Mato Grosso (Itatim), subindo até a bacia do Amazonas e incluindo a bacia do Amazonas e incluindo o Uruguai e a Argentina, excetuando-se a região de Tucumam (SOUSA, 2004, p. 44).

Em 1603, o Paraguai foi desmembrado do vice-reino do Peru e elevado à condição de vice-província. Em 1631 foi criada a frente missionária do Itatim como uma continuação das Missões Jesuíticas do Guairá. A área era palco de conflitos de interesses entre os jesuítas e os bandeirantes paulistas, cada qual com seus objetivos em relação às populações nativas. Sousa (2004) enumera alguns grupos indígenas que viviam na região no século XVII, além dos Guarani:

No século XVII, baseado em Cabeza de Vaca e Schmidel e em outras várias expedições espanholas à região, Pe. Diogo Ferrer afirma que estes *Itatines* não eram verdadeiros Guarani nem Tupi, mas uma nação intermediária, por ele dividida em dois grupos linguísticos: os Gualachos e os Guarani, os primeiros não falavam guarani e compreendiam vários grupos, os Guaná, os Tuno, os Mbayá, os Guarano, entre outros em número menor (SOUSA, 2004, p. 53).

Ainda de acordo com o autor, o termo *Itatines* abrangia todos os grupos que habitavam entre os rios Apa e Miranda. Assim, já no século XVII, os Guaná são mencionados nessa região, antes da data da migração citada por Azara (1809).

Possivelmente a documentação escrita não abrangia a totalidade dos subgrupos Guaná e permanecemos ainda com as dificuldades de encontrar etnônimos mais específicos, como Terena. Os colonizadores espanhóis provavelmente tiveram contato com alguns desses grupos, mas não com sua totalidade, sendo improvável que pudessem conhecer precisamente todos os seus deslocamentos. Essas considerações indicam que é possível que alguns grupos

Guaná estivessem na região em períodos diferentes daqueles que aparecem de forma mais recorrente na historiografia.

Algumas pesquisas como a resultante da perícia realizada por Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e a tese de doutorado *Tutela e Resistência Indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*, de Andrey Cordeiro Ferreira (2007), não abordam a temática sob a perspectiva da migração. Para esses autores, os locais hoje ocupados pelos indígenas do Mato Grosso do Sul são fragmentos de um território indígena muito mais amplo, no espaço de interação interétnica do Chaco/Pantanal. Os saberes indígenas sobre estas terras foram construídos durante o processo de colonização espanhol e português, que desintegrou esse território ao longo da formação dos Estados Nacionais (FERREIRA, 2007).

Para a antropóloga Branislava Susnik (1978), o Chaco Boreal compreenderia a região do Porto de Candelária até o rio Jauru, ou seja, o Pantanal. Esta área era considerada uma rota de passagem para os Andes e Peru, devido à busca pelo ouro. Um processo de ocupação sistemática no local só começou a ser realizado no século XVIII, pelos colonizadores portugueses. Entretanto, mesmo sem ocupação efetiva, o colonialismo hispânico adentrara nesta região há muito tempo, defrontando-se com diversos povos indígenas, em empreendimentos como Santiago de Jerez e Puerto de los Reyes.

É importante ressaltar que os territórios atualmente reconhecidos como Chaco e Pantanal eram de posse indefinida até o século XVIII. Conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2003), do ponto de vista físico o *Gran Chaco* não abrange somente terras da Bolívia, do Paraguai e da Argentina. No Brasil, há também áreas com vegetação tipicamente chaquenha.

Pelo Tratado de Tordesilhas (figura 4), firmado em 1494, a bacia inundável pertencia à coroa espanhola, e passou a ser denominada *Laguna de los Xarayes*. Mas, os limites eram incertos, uma vez que, de acordo com Sousa (2004, p. 44), “a linha de Tordesilhas que dividia as terras da Espanha e de Portugal era apenas imaginária e pouquíssimas pessoas sabiam quantas léguas equivaleria a um grau de longitude e desta forma determinar o limite entre a América Portuguesa e Espanhola”.



Figura 4 – Tratado de Tordesilhas, 1494



Fonte: SOARES, 1939. Disponível em: <http://www.sohistoria.com.br/ilustrada/brasil/p1.php>.

No caso do Tratado de Madri (figura 5), de 1750, Machado (2003, p. 90) destaca que “não havendo o reconhecimento do direito indígena ao território, grande parte das terras era tida como espaços vazios. Os limites seguiriam, nesse caso, os acidentes físicos, ou seja, a fronteira natural, principalmente, as fronteiras fluviais”.



Figura 5 – Tratado de Madri, 1750



Fonte: SOARES, 1939. Disponível em: <http://docplayer.com.br/docsimages/32/15364396/images/2-0.jpg>.

Com o Tratado de Badajoz, de 1801, determinou-se que a bacia do alto Paraguai pertencia à coroa portuguesa. Esses acordos não foram os únicos, e a tensão culminou com a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). No entanto, os exemplos assinalam as contradições na demarcação das fronteiras luso-espanholas na região habitada pelos Terena e pelos demais povos definidos como Guaná.

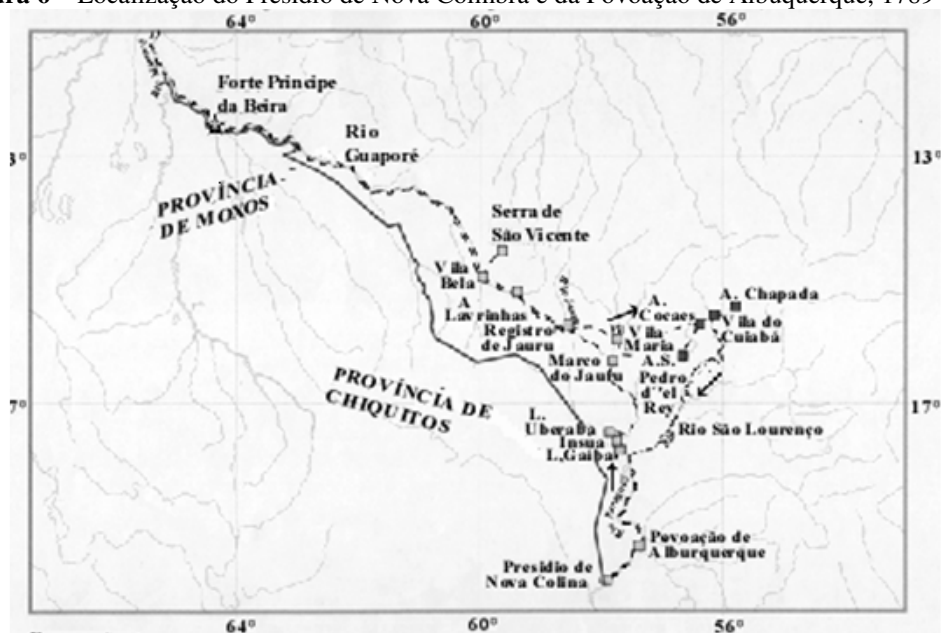
Assim, para as populações indígenas, o que atualmente corresponde ao Brasil e ao Paraguai, era um único espaço de interação interétnica. Certamente, havia mobilidade dos povos, mas não é possível precisar seus deslocamentos no interior deste complexo geográfico, uma vez que eram vários grupos das mesmas etnias e os relatos de viajantes não poderiam ter contemplado todos eles. De qualquer forma, os deslocamentos das aldeias dos ancestrais dos atuais Terena se dava no interior do amplo território de ocupação tradicional. A construção desse território é anterior ao estabelecimento dos limites nacionais (XIMENES, 2011).

Nas narrativas terena é mencionada a saída do *Exiva* (Chaco), todavia, essa memória começou a ser construída no período colonial, e, portanto, também está atrelada à noção imposta ao longo da formação dos Estados brasileiro e paraguaio.

No caso do Brasil, essa região [*Exiva*] abrangia, sobretudo, áreas que a partir do século XVIII foram denominadas pelos monçoeiros de Pantanal, em especial a porção meridional que vai da altura do município de Corumbá, na atual fronteira do Brasil com a Bolívia, até o rio Apa, na atual fronteira com o Paraguai (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2003, p. 293).

Dessa forma, a região chamada de *Exiva* pelos atuais Terena, poderia abranger a área denominada Albuquerque (figura 6). Nesse local havia grande concentração de indígenas, alguns deles em missões religiosas. Com as constantes dificuldades dos religiosos em estabelecer os aldeamentos, ou até mesmo fugindo do assédio dos colonizadores, muitos índios se dispersaram, fundando outros assentamentos no interior do território de ocupação, ou retornando a antigos assentamentos. Outros saíram de seus assentamentos para se fixar ao lado de empreendimentos missionários e militares coloniais.

**Figura 6** – Localização do Presídio de Nova Coimbra e da Povoação de Albuquerque, 1789



Fonte: COSTA, 2001. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-59702001000500011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000500011).

Assim, o que parece mais preciso “é que a região do atual Pantanal de Mato Grosso do Sul também estava inserida neste espaço definido como Chaco” (XIMENES, 2011, p. 35). É possível inferir que na área de abrangência do Chaco/Pantanal, os diversos grupos indígenas inseriram-se em vários sistemas multiétnicos com relações de troca, colaboração e aliança (sem, contudo, excluir possíveis relações belicosas). Em períodos mais recuados, a ocupação colonial foi precedida de outras configurações populacionais, e deslocamentos diversos, com rotas de fluxos que conectavam o planalto meridional da América do Sul com a região platina.

## **1.2 As relações dos Terena com outros grupos: sistemas regionais multiétnicos indígenas**

Para abordar as relações estabelecidas entre os Terena e outros grupos nesse território, recorri à obra *Os Povos do Alto Xingu*, organizada por Bruna Franchetto e Michael Heckenberger (2001). Embora os textos da coletânea tratem de outro contexto geográfico e etnográfico, são úteis para discutir as relações estabelecidas no âmbito de um sistema multiétnico.

Conforme Heckenberger (2001, p. 35), os grupos xinguanos formam uma sociedade regional que se “reproduz através da rede de trocas rituais entre elites, da interdependência

cerimonial e de padrões difusos de sociabilidade e de interação intra e intercomunidade”. Essas características que compõem o que o autor denomina como *regionalidade*, refletem esquemas culturais amplos e antigos, embora transformadas nos atuais povos xinguanos. Apesar de não ser possível reconstruir padrões pré-históricos de intercassamentos ou troca material, o autor sugere que a *regionalidade* está presente na estrutura prototípica aruák.

Dessa forma, é possível fazer um paralelo com os grupos Aruák que se estabeleceram na região do Chaco/Pantanal (Terena, Echoaladi, Kinikinau e Laiana) e nesse espaço se relacionaram com outros grupos, por exemplo, com os Mbyá-Guaicuru. Os textos produzidos por cronistas do período colonial e imperial e também a literatura histórica e antropológica sobre os Terena evidenciam sua propensão a contrair relações amistosas com outras coletividades e sua tendência em adquirir conhecimentos, estratégias, códigos de outras sociedades.

Os Terena se adaptaram bem ao sistema multiétnico ou adaptaram-no ao seu modo de conduzir as relações interétnicas. Se levarmos em conta as formulações de Heckenberger (2001, p. 35), pode-se dizer que aqui também se identifica a característica dos Aruák, pois esse tipo de sistema não é xenófobo, mas, ao contrário, é acolhedor e absorve, “tanto traços culturais quanto pessoas de fora”. É o que o autor define como um “ethos cultural de acomodação (baseado na hospitalidade local e nas relações de ‘boa vizinhança’)” (HECKENBERGER, 2001, p. 91).

Os relatos de cronistas coloniais como Schmidel (1944) evidenciam que os Guaná tinham uma agricultura bem desenvolvida, e na análise deste cronista eram vassallos dos Mbayá-Guaicuru. De acordo com Azara (1809) os Guaná obedeciam aos Mbayá, constituindo o que seria uma *escravidão bem doce*, pois seus senhores não empregavam um tom imperativo.

Por não conhecerem as maneiras de interação encontradas entre os diversos grupos indígenas na América, os europeus denominaram as relações entre os Guaná e os Guaicuru como vassalagem ou mesmo escravidão. Todavia, esses termos parecem imprecisos e inapropriados, pois estavam fundamentados na vivência dos espanhóis em outro ambiente e com outros padrões de organização política. A noção de vassalagem remete ao contexto europeu da Idade Média, e a palavra *escravidão* está em desacordo com a descrição que sugere uma *submissão voluntária*. Na etnografia brasileira estas relações foram definidas como aliança ou simbiose, embora envolvessem formas de assimetria.

Cardoso de Oliveira (1976), sintetizando as informações de cronistas setecentistas e oitocentistas acerca da questão, aponta que a interação entre os grupos não foi hegemônica, estava sujeita às diferenças de cada subgrupo, e restrita aos que ocupavam posições de chefia. Também houve períodos de conflito. Os Mbayá tinham supremacia bélica na região do Chaco e espoliavam os Guaná, destruindo suas plantações e espreitando-os em suas roças. Foi feito então um acordo de paz entre eles, mediante a entrega periódica de parte da produção agrícola para os Guaicuru.

Os Guaná forneciam alimentos e mantas de algodão aos Guaicuru, em troca de machados, e outros utensílios (frutos das investidas dos Mbayá contra portugueses e espanhóis). Conforme Cardoso de Oliveira (1976) ocorriam também matrimônios interétnicos que selavam as relações entre estes povos. A historiadora Vera Lúcia Ferreira Vargas (2003), na dissertação intitulada *A construção do território terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*, destaca que os Terena, souberam aproveitar a aliança com os Guaicuru, também adotaram o cavalo e organizavam incursões em busca de aliados. Dessa forma, colocavam em prática sua estratégia de defesa, pactuando com outras etnias.

O que conhecemos das relações entre essas etnias, em grande medida, se deve a fontes produzidas já durante o período colonial, como os escritos de Ulrich Schmidel (1945 [1599]), Sanches Labrador (1910 [1770]), Juan Francisco Aguirre (1898 [1793]) e Félix Azara (1809). Dessa forma, possivelmente houve outras figurações populacionais na região do Chaco/Pantanal. A conexão com grupos de outras regiões também é plausível, uma vez que a área foi uma zona de passagem para outros locais, de intercâmbio material e cultural e de busca por recursos naturais como a caça (como define o próprio termo quechua *chaku*: lugar de caça). Carvalho (1992, p. 460), a partir de dados arqueológicos, destaca que o Chaco abrigou inúmeros grupos étnicos que estabeleciam relações entre si e com povos de outras áreas, como a “planície da bacia amazônica, a planície argentina e a zona subandina”.

O pesquisador Pedro Inácio Schmitz (2001), apresentando os resultados das pesquisas arqueológicas do Projeto Corumbá, aborda a ocupação da região correspondente ao Pantanal no atual estado de Mato Grosso do Sul, destacando:

[...] o estabelecimento das populações canoieiras, que viviam da pesca e da coleta nas áreas alagadiças e o assentamento das populações horticultoras, que se estabeleceram nos terrenos não atingidos pelas cheias anuais do rio Paraguai. A primeira ocupação do Pantanal é de mais de 8.000 anos atrás; o povoamento do mesmo tornou-se denso a partir de 4.400 anos e a cerâmica apareceu 2.200 anos depois, um pouco antes do início da era cristã. Ao tempo da colonização europeia viviam na área populações de diferentes troncos linguísticos (SCHMITZ *et al*, 2001, p. 11).

Como em qualquer outro sistema, as relações não são estáticas e foram se transformando ao longo do tempo. A colonização luso-espanhola na região ocasionou outras mudanças no Chaco/Pantanal. A aliança dos Guaicuru com os Guaná, ocorreu no contexto das demandas políticas indígenas, e em meio ao processo de transformação das relações na região chaquenha sob interferência de aventureiros e colonizadores espanhóis e portugueses. Essa aliança somada à apropriação do cavalo e do aço, enquanto estratégia militar consolidou a supremacia Guaicuru no Chaco. Dessa forma, as relações entre os grupos nativos e o processo de colonização luso-espanhol na região devem ser estudados em conjunto. Tanto que:

O sistema social autóctone vigente no *Chaco/Pantanal* era caracterizado pela guerra e pela dominação exercida por grupos indígenas uns sobre os outros, e eles se valiam das relações entre si e com as agências coloniais para fortalecerem suas posições dominantes (FERREIRA, 2007, p. 116).

Como exemplo desta interdependência o autor cita o *Tratado de Paz e Amizade*, selado entre a Coroa portuguesa e os Mbayá-Guaicuru em 1791, na cidade de Vila Bela. O acordo possibilitou a fundação de fortes e povoações no território indígena. Dessa forma, embora também de forma assimétrica, os colonizadores europeus, a princípio, ingressaram nesse sistema multiétnico chaquenho-pantaneiro, fizeram parte do intercâmbio material e cultural, da rede de alianças e de rivalidades dos grupos indígenas.

Conforme o domínio português foi se consolidando na região, foram produzidos mais documentos pelo governo lusitano a respeito dos índios. Alguns ofícios da capitania de Mato Grosso foram selecionados com o cuidado de não tratar tais fontes como definitivas para as discussões aqui abordadas.

Em seu *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurus e Guanás*, o tenente coronel Almeida Serra (05 de abril de 1803)<sup>1</sup> destacou que os Guaná dividem-se em outros subgrupos. Entretanto, na maior parte dessas fontes os Terena não são assim nomeados, sendo entendidos aqui como parte da categoria Guaná. O interesse das autoridades estava voltado principalmente para a divisão entre os povos que mantinham relações de colaboração e os que estavam em conflito com os não índios. Ou seja, aqueles que eram julgados como mais

---

<sup>1</sup> Para facilitar a consulta à lista final de fontes documentais, optou-se por referenciar os documentos oficiais pelo sobrenome do autor, título ou tipo de documento e data completa (dia, mês e ano), já que há vários documentos com mesmo autor e mesmo ano de produção. Os outros elementos para localização dos documentos podem variar. No caso dos documentos do SPI, por exemplo, eles inicialmente foram consultados no acervo do Centro de Documentação Indígena Teko Arandu, NEPPI/UCDB. Porém, mais recentemente o Museu do Índio disponibilizou os mesmos documentos *on-line* em arquivos pesquisáveis (DOC Pro), o que facilitou a consulta. Entretanto, a organização dos arquivos é diferente, o que gerou algumas variações nos elementos presentes na referência final.

propensos a aceitar a *civilização* e aqueles que impunham obstáculos à colonização e deviam ser eliminados por meio das chamadas *Guerras Justas*.

O comandante do Presídio de Coimbra (figura 6), Francisco Rodrigues do Prado (*Ofício*, 22 de junho de 1796), informou que nas imediações do presídio, estava um grupo de Guaná estabelecido junto com os Guaicuru. Eles teriam fugido dos espanhóis e também de outros Mbayás, o que ratifica a ideia de que as relações não eram hegemônicas e variavam entre os extremos conflito/aliança de acordo com cada grupo. O principal capitão Guaicuru era casado com uma mulher Guaná, evidenciando que o matrimônio era uma forma de selar a aliança entre eles, conforme observado por alguns cronistas antigos.

Em 1797, o governador da capitania Caetano Pinto de Miranda Montenegro informa:

Agora devo participar a V. Ex<sup>o</sup>, que na minha chegada a Villa de Cuiabá vim alli achar hum dos principais chefes, conhecido hoje com o nome de Paulo Joaquim José Ferreira, o qual em nome da sua gente [Guaicuru], e dos Guanás, que vieram fugindo dos hespanhoes, e que presentemente se achão incorporados com os Uaicurús, não só me vinha comprimentar, mas pedir-me ao mesmo tempo mandasse aldear a huns, e a outros, no mesmo sitio, em que já se achavão entre o Presídio de Coimbra, e a povoação de Albuquerque. (MONTENEGRO, *Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar*, 17 de abril de 1797).

O documento confirma que os Guaná, ou pelo menos este grupo, era aliado dos Guaicuru no século XVIII. Também demonstra que o contato nesse caso, ocorreu inicialmente com os espanhóis e que alguns grupos deslocaram-se em virtude disto. Entretanto, é preciso fazer uma ressalva: esta mobilidade ocorreu dentro do complexo territorial que os índios ocupavam. Ao esbarrarem nos empreendimentos portugueses, eles reivindicaram a permanência entre o Presídio de Coimbra e a povoação de Albuquerque (figura 6).

No mesmo ofício, o governador da Capitania de Mato Grosso afirma que seria mais aconselhável aldear os Guaicuru e os Guaná às margens do rio Mondego (ou rio Aquidauana)<sup>2</sup>, formando uma barreira aos vizinhos espanhóis. Mas, os indígenas não aceitaram justamente em virtude dos conflitos com os colonos hispânicos. O aldeamento dos diversos grupos indígenas tornou-se desta forma, uma preocupação cada vez mais premente da coroa portuguesa, na tentativa de controlá-los e obter sua ajuda na defesa do território. Por outro lado, os índios aproveitavam-se dos conflitos luso-espanhóis para negociar seu apoio, como aponta o mesmo governador:

---

<sup>2</sup> De acordo com Corrêa Filho (1969, p. 174) Mbotetei, Mondego, Miranda e Aquidauana são o mesmo rio. No entanto, o rio Aquidauana é afluente do rio Miranda, e parece mais preciso que quando os documentos mencionam Mondego, estejam falando do Aquidauana e ao citarem Mbotetei, do Miranda.

A maior dificuldade que eu encontro hé a do local em que vivem [os Guaicuru e Guaná] entre Portuguezes e Espanhoes, que pretendem atrahí-los para sua amizade e elles manejaendo estas contrárias pretensões com bastante sagacidade, por este meio alcansão o que querem de huns e outros sem trabalho nem sujeição (MONTENEGRO, *Ofício ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar*, 17 de abril de 1797).

De acordo com Almeida Serra (*Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurus e Guanás*, 05 de abril de 1803), os Guaná estabelecidos nas imediações dos presídios tinham roças, criação de animais como porcos e galinhas, além de tecerem panos e redes. Todos estes produtos eram comercializados com os portugueses. Eremites de Oliveira e Pereira (2003), destacam que dessa forma eles encontraram uma alternativa para conseguir os artefatos metálicos, antes fornecidos somente pelos Guaicuru.

Com essas considerações é possível compreender que a aliança entre os Mbayá-Guaicuru e os Guaná consolidou a supremacia dos primeiros na região chaquenha. Supremacia essa que ocorreu no âmbito do desenvolvimento da conquista íbero-americana e por vezes envolveu conflitos e acordos com os novos ocupantes do território. No entanto, a partir do século XVIII, este sistema começou entrar em declínio, graças ao avanço do colonialismo e à fragilização do sistema de relações entre as diversas etnias indígenas da região, cada vez mais assediada e dependente das relações com os colonizadores.

Heckenberger (2001), sobre os efeitos do contato com os não índios no Alto Xingu, destaca a depopulação (principalmente em virtude das epidemias). A queda populacional somada às pressões não indígenas:

[...] forçou, frequentemente, certos indivíduos e grupos de parentesco a buscar apoio ou refúgio fora de seus grupos locais; de fato aldeias inteiras se dissociaram e foram forçadas a se juntar a outras aldeias. Relações de parentesco que atravessavam as fronteiras linguísticas e as linhas de pertencimento a uma aldeia se tornaram, então, mais comuns, devido às relações ambíguas de parentesco e afinidade e ao necessário relaxamento das regras de residência e das práticas de casamento, consequências da queda populacional (HECKENBERGER, 2001, p. 103).

De acordo com o autor, a mobilidade e a capacidade de adaptação dos xinguanos a esse contexto de choque demográfico, evidencia seu *ethos* de acomodação. Processo semelhante pode ser verificado na região do Chaco/Pantanal. O avanço luso-espanhol e depois as frentes de colonização nacionais e as políticas indigenistas do século XX, impeliram os grupos indígenas a diversos rearranjos territoriais e sociopolíticos.



Heckenberger (2001, p. 103) sobre os processos de etnogênese no Alto Xingu salienta que “novas formas sociais emergiram, ao mesmo tempo em que a pressão demográfica e social e a anomia geral – resultantes da alta mortalidade, associada à rápida perda cultural – estimulavam intensas estratégias e experimentações [...]”. Também na região chaquenha-pantaneira as etnias se reorganizaram a partir dos impactos do colonialismo e da consolidação da presença dos Estados nacionais. Exemplo disso foi a simplificação do mosaico étnico. Etnias do chamado subgrupo Guaná, como Laiana e Kinikinau<sup>3</sup> se agruparam aos Terena, como forma de sobrevivência física, acesso à terra e à política indigenista do SPI (1910-1967) – que arbitrariamente não reconhecia a existência de alguns grupos indígenas. Das etnias Mbayá-Guaicuru, os representantes contemporâneos são os Kadiwéu. Vê-se, assim, que os Estados nacionais não só reconfiguraram os sistemas multiétnicos regionais, como também interferiram na nomeação dos povos e no reconhecimento de alguns em detrimento de outros.

Voltando ao período colonial, é preciso fazer a ressalva de que os documentos oficiais abordados referem-se aos grupos que viviam no entorno dos empreendimentos coloniais. Primeiro, porque evidentemente era com estes que os portugueses tinham mais contato; segundo, porque a preocupação das autoridades estava direcionada aos povos estabelecidos na região fronteira; e, terceiro, porque nessas aldeias havia um intercâmbio com os não índios, possibilitado por uma infraestrutura que abrangia grandes lavouras, criação de animais, produção de artigos para trocas. Todo este aparato era valorizado pela perspectiva europeia, que via nisso uma tendência ao que consideravam *civilização*.

Os empreendimentos coloniais também exerciam um poder atrativo na conjuntura do desenvolvimento de novas relações de troca com os não índios. Entretanto, esse padrão de assentamento não era exclusivo, pois, não obstante as tentativas não foi possível agrupar todas as pequenas aldeias ao redor dos presídios e fortes.

Conforme Eremites de Oliveira e Pereira (2003), o formato da ocupação territorial terena não está restrito às grandes aldeias. As unidades menores são mais características da organização desta etnia. Os autores apontam que a origem do termo aldeia remonta à Europa e foi incorporado à etnografia brasileira por influência de estudos sobre as sociedades africanas.

---

<sup>3</sup> Os Kinikinau vivem atualmente em terras indígenas com os Terena e com os Kadiwéu e têm protagonizado um movimento de reivindicação do reconhecimento de sua identidade étnica, conforme abordado por Castro (2010). Em virtude desse movimento, os Kinikinau têm realizado as Assembleias do Povo Kinikinau, cuja primeira edição aconteceu entre os dias 6 e 9 de novembro de 2014, na aldeia Cabeceira, Terra Indígena Nioaque, município de Nioaque-MS.

A denominação *tronco*, segundo os autores mencionados, é mais adequada para conceituar as unidades de ocupação dos Terena, ao menos na região de Buriti<sup>4</sup>.

Dessa forma, segundo os mesmos autores, muitas dessas unidades ficaram invisíveis nos documentos oficiais, nos relatos de viajantes, militares, religiosos, por estarem distantes e de certa forma serem mais independentes dos estabelecimentos coloniais. Porém, os materiais adquiridos pelos Terena dos grandes aldeamentos (como ferramentas para agricultura, por exemplo), circulavam também entre os *troncos* estabelecidos em outros lugares. Em outras palavras, esses grupos não estariam isolados, mas, juntamente com as aldeias, formariam um sistema de articulação social, uma rede de sociabilidade e reciprocidade, que poderia ocupar um território amplo. A articulação destes módulos organizacionais se daria por vetores de aproximação ou distanciamento, situados nos campos do parentesco, economia, política, religião, ecologia, e, é evidente, nas relações com os empreendimentos coloniais.

As relações amistosas estabelecidas entre alguns grupos Terena e os Mbayá, bem como sua convivência com os europeus no período colonial, corroboraram com a imagem de uma etnia *aberta* para as trocas culturais. Por outro lado, essa imagem converteu-se no estereótipo de índios *mansos*. No entanto, os Terena ressignificaram todas as impressões a seu respeito na composição de sua identidade. Essa *abertura* para os conhecimentos e utensílios de outros grupos, permitiu aos Terena compreender e apropriar-se de códigos de conduta e estratégias de outros povos.

A *mansuetude* terena foi mencionada inúmeras vezes nas crônicas de viajantes, de militares, nos documentos oficiais, e mesmo nas etnografias sobre eles. O cronista militar Alfredo d'Escragolle Taunay (conhecido como Visconde de Taunay) em sua obra *Entre nossos índios: chanes, terenas, kinikinaus, guanans, laianas, guatos, guaycurus, caingangas*, escrita entre 1866 e 1886 e publicada posteriormente, destacou que os Terena se diferenciavam de outros povos indígenas pelo domínio da língua portuguesa e pela facilidade em contrair alianças com grupos rivais por meio do matrimônio (TAUNAY, 1931).

O antropólogo Patrik Thames Franco (2011) analisa os primeiros trabalhos etnográficos feitos entre os Terena e destaca o pioneirismo do etnólogo canadense Kalervo Oberg (que esteve com os Terena na década de 1940). O interesse em produzir etnografia

---

<sup>4</sup> Este assunto será abordado mais detidamente nos próximos capítulos, mas adianto que por *tronco* os autores entendem: “Um grupo de parentes está articulado em torno da figura de um líder, geralmente um velho, um ancião identificado como um *tronco*. O mais comum, entretanto, é que a referência seja não apenas o homem, mas o casal de velhos.” (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2003, p. 135). Cada tronco reúne em torno de si um número de famílias, que ocupa determinado espaço para habitação, prática da agricultura etc.; e tem total autonomia na condução das demandas políticas internas.

sobre esse grupo centrava-se na formação recebida nos grandes centros universitários, principalmente nos círculos do culturalismo americano que discutiam a questão da mudança social e cultural dos povos indígenas sob a perspectiva da *aculturação*. O etnólogo veio ao sul do então Mato Grosso atraído pela notícia de povos sedentarizados que mantinham relações contínuas com os não índios.

“Embora submetidos à proposta analítica da aculturação, o material de Oberg sugere a interface do contato com a alteridade, em certa medida e com cuidado, como procedimento eficaz de expansão e transformação [dos Terena]” (FRANCO, 2011, p. 29). A partir das obras de Oberg, Franco (2011, p. 18) ainda salienta que “mesmo envolvidos constantemente com seus Outros, os Terena conseguiram manter o conteúdo de suas instituições tradicionais, embora fosse necessário recorrer a sua transformação”.

Conforme já discutido por outros pesquisadores, como Vargas (2003), a *mansuetude* é algumas vezes, vista como uma característica positiva pelos próprios índios, mas quando isso atende aos seus interesses. Isso fica evidente quando os Terena tentam negociar com o Estado e com os regionais usando as vias da legalidade, em atitudes diplomáticas muito características desse povo. Os Terena orgulham-se da capacidade de se relacionarem, principalmente da diplomacia terena no trato com as autoridades.

Por outro lado, eles investem-se da condição de *guerreiros* quando esgotam as possibilidades de negociação. Essa é uma categoria nativa, pois, os próprios Terena denominam-se desse modo. Essa forma de apresentação do seu *ethos* também é motivo de orgulho para eles. Um exemplo disso foi sua participação na Guerra da Tríplice Aliança, episódio que guardam como elemento marcante de sua memória coletiva (XIMENES, 2011). Nesse sentido, é possível observar a oscilação pendular na história terena entre essas duas características do seu *ethos*, ora a *diplomacia*, ora a atitude *guerreira*, de acordo com a conjuntura vivenciada por eles.

Kalervo Oberg, conforme observado por Pereira (2009, p. 26), propôs que os Terena antigos possuíam em sua organização social um sistema de metades endogâmicas e cerimoniais: *sukirikionó* ou *gente mansa* e *shumonó* ou *gente brava*; e ainda que “os ‘sukirikionó’ teriam maior prestígio social que os ‘shumonó’, e isto era expresso em formas comportamentais”. O autor salienta que durante seus trabalhos de campo junto aos Terena não encontrou vestígios dessa divisão, mas que na formação social atual, esses indígenas dão especial destaque “aos estilos comportamentais como signo de distinção social” (PEREIRA, 2009, p. 26).

Dessa forma, Pereira (2009, p. 27) procurou demonstrar, a partir da pesquisa de campo feita na Terra Indígena Buriti, que o sistema de distinção de posições sociais de prestígio, fundamentado em um complexo de comportamentos e que “regeria um provável sistema de metades matrimoniais e cerimoniais no passado dessa formação social, continua vigoroso e operante em suas figurações atuais”.

Seguindo nessa perspectiva, pretendo ao longo da tese evidenciar que essas duas formas de apresentação do seu *ethos* – que aqui serão denominadas *guerreira* (termo utilizado pelos próprios Terena) e *diplomática* (que soa mais adequada do que *mansa*) – sempre foram consideradas importantes para os Terena, que, entretanto, optam por deixar que ora uma prevaleça, ora outra, de acordo com a conjuntura vivenciada por eles

### **1.3 Os Terena e as políticas indigenistas no Brasil Colônia e no Brasil Império**

A colonização europeia na América esteve sempre atrelada a uma concepção cristã etnocêntrica, baseada em uma suposta escala evolutiva em que os indígenas representavam a infância da humanidade, e em cujo topo estava a *civilização branca, cristã, ocidental*. Para Ferreira Neto (1997), esta postura foi reforçada nos séculos XVIII e XIX com o desenvolvimento das ciências naturais e do positivismo. Dessa forma, em uma perspectiva evolucionista, a distância geográfica e cultural era considerada histórico-evolutiva, explicando tal situação com as diferenças físicas de cada grupo étnico, ou *raças*, conforme terminologia (já superada) utilizada na época. Embora tais teorias não tenham se sustentado após as críticas antropológicas do século XX (pelo menos não no meio acadêmico), essas ideias marcaram as representações sobre os povos indígenas e nortearam não só a colonização portuguesa, mas as políticas indigenistas brasileiras nos períodos subsequentes.

O governo português, nos primeiros anos de colonização no sul de Mato Grosso, direcionou suas ações principalmente para as populações que viviam nas imediações dos fortes, presídios e vilas. Nos primeiros anos do Império, a situação não mudou e as decisões sobre os índios eram tomadas arbitrariamente, a critério de cada província (VASCONCELOS, 1995). Em 1845, isso começou a mudar, ao menos teoricamente. Nesse ano foi instituído o Regulamento 426, ou Regulamento das Missões, ou ainda Regulamento da Catequese e Civilização dos Índios.

A partir dessa nova legislação foram criadas as Diretorias Gerais dos Índios – DGI, em todas as províncias. As terras em que os índios se encontravam passariam a pertencer ao Império e poderiam ser vendidas por este. As diversas etnias deveriam ser aglomeradas em pequenos aldeamentos nas terras *doadas* pelo Estado para seu usufruto. O objetivo era a então *assimilação* desses povos pela *civilização* brasileira (LEOTTI, 2001). Sob a aparente regulamentação das aldeias estava evidente que a intenção era legalizar a expropriação dos territórios indígenas.

Para definir as estratégias que seriam utilizadas com cada etnia, era preciso conhecê-las. Alguns relatórios evidenciam esse interesse. O presidente de província José de Oliveira (*Relatório*, 03 de maio de 1849) apresentou uma classificação da população indígena de Mato Grosso em três grupos, conforme as relações que mantinham com os não índios: “1) aldeados perto das nossas povoações, 2) no primitivo estado de independência, mas tem algumas relações conosco, 3) hostilizam-nos e não se mostram dispostos a querer a nossa amizade”. O fragmento evidencia que a condição de independência e distância em relação aos empreendimentos coloniais era vista como indicativo de primitivismo.

Os Terena, junto com os demais subgrupos Guaná aparecem na primeira categoria. No entanto, neste caso trata-se de aldeamentos oficiais, mas, é importante lembrar que eles não eram a única alternativa de territorialização para todos os indígenas, nem mesmo para todos os Terena.

Em 1846 foi criada a Diretoria Geral dos Índios – DGI no Mato Grosso, mas, as autoridades encontraram muitos obstáculos para a aplicação do novo Regulamento. O aldeamento dos indígenas não era uma tarefa simples. Havia inúmeras dificuldades para estabelecer um padrão para culturas tão múltiplas, com formas diferentes de recepção desse novo modelo imposto pelo Império. Inicialmente, o controle das aldeias seria entregue a pessoas leigas, o que gerou certo descontentamento entre alguns presidentes de província (já acostumados com a ação de religiosos na intermediação com alguns grupos indígenas).

Assim, graças à insistência das autoridades de Mato Grosso, foram enviados dois religiosos capuchinhos para a catequese dos índios: Frei Antônio de Molinetta e Frei Mariano de Bagnaia, conforme José de Oliveira (*Relatório*, 03 de maio de 1849).

Outro presidente de província, Augusto Leverger (*Relatório*, 10 de maio de 1851), afirmou que somente os religiosos poderiam incumbir-se de semelhante trabalho, e mesmo assim, seria difícil cumprir a nova lei. Ele acrescenta ainda que “quasi nenhuma aplicação se

tem feito das disposições do Regulamento 426, de 24 de julho de 1845; e muitas delas parecem inexequíveis, pelo menos na actualidade”.

As principais disposições do Regulamento 426 eram a criação de aldeamentos indígenas subordinados à administração provincial, a realização da catequese, a criação nesses aldeamentos de escolas de alfabetização e oficinas de artes mecânicas, o estímulo à agricultura, o treinamento militar e o alistamento dos índios em companhias especiais. Apesar disso, no mesmo documento, o presidente de província faz menção aos Guaicuru e Guaná, ressaltando que suas aldeias “tem um tal princípio de civilização e entretêm conosco relações mais ou menos estreitas”. Ou seja, mais uma vez fica evidente a intenção das autoridades de *integrar* os índios à sociedade nacional, e da confiança do Estado na suposta predisposição dos Guaná a essa *integração* (LEVERGER, *Relatório*, 10 de maio de 1851),

As informações relativas aos índios eram de difícil acesso para os funcionários do Estado, já que o território era vasto e com poucos habitantes não indígenas. O então presidente de província do Mato Grosso, Gomes Jardim, em ofício de 1846, transcrito por Vasconcelos (1995), expôs suas dificuldades para obtenção de tais informações, demonstrando o desconhecimento dos administradores em relação às populações indígenas.

No mesmo documento, o referido Presidente de Província menciona que não havia nenhuma aldeia propriamente dita na província, mas grupos de índios que:

Habitam tendas ou ranchos cobertos de palha, ordinariamente abertos, a aos lugares onde estão fixamente situadas as tendas de uma mesma tribo, dá-se ainda que impropriamente o nome de aldeia, embora não estejam sujeitas a direcção ou regimem algum (GOMES JARDIM, *apud* VASCONCELOS, 1995, p. 209).

Por meio desta citação é perceptível que a palavra *aldeia* deve ser compreendida no seu contexto, para evitar equívocos. Neste caso, o autor do documento utiliza este substantivo com algumas ressalvas. Embora admitindo a existência destas *aldeias*, ele salienta que o termo não é totalmente adequado, pois a autoridade nestes lugares não estava sob a interferência do Estado. O termo aldeia, como idealizado pelas autoridades não indígenas, remetia à ideia de submissão. Locais como os que foram citados pelo Presidente da Província, totalizariam vinte e um. No Distrito de Albuquerque, por exemplo, haveria grupos de Guaicuru, Guaná, e Kinikinau. No distrito de Miranda, além de outras etnias, estariam os Laiana, Kinikinau e Terena.

Ainda persistiam as dificuldades com as diferentes denominações que os grupos indígenas recebiam. Mas, apesar das limitações, o documento citado nos dá uma ideia da

forma como os aldeamentos eram vistos, da preocupação das autoridades oficiais em instituir o controle do Estado sobre estes grupos, e da dificuldade em implantar efetivamente este controle.

“Em geral, estes relatórios seguem o mesmo padrão, com pouca ou nenhuma mudança a cada ano, mesmo quando escritos por pessoas diferentes” (XIMENES, 2011, p. 43). Essa prática pode ter servido para perpetuação de equívocos e estereótipos. No item *Catechese e Civilização* são apresentados os empecilhos para a efetivação do Regulamento 426, e os poucos sucessos segundo a visão das autoridades. Em 1852, por exemplo, Leverger reitera a dedicação do Frei Mariano de Bagnaia na aldeia Kinikinau:

Continua a ser mui satisfactorio o estado da aldêa dos Kinikinãos na Missão do Bom Conselho, sob a desvelada direcção do religioso Capuchinho Frei Mariano de Bagnaia. Oitenta e três meninos frequentão com notável proveito a aula de primeiras letras, e vinte a de musica, oito aprendem os officios de Ferreiro e de Ourives, e dous já estão promptos no de Sapateiro (LEVERGER, *Relatório do presidente de província do Mato Grosso*, 03 de maio de 1852).

Mas, os empecilhos persistiram. O mesmo presidente de província lamenta não ter conseguido estabelecer uma aldeia para a catequese dos índios Terena e Laiana em Miranda (LEVERGER, *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, 03 de maio de 1854). E em 1856, informa sobre o insucesso da Aldeia Kinikinau do Bom Conselho<sup>5</sup>:

Huma deplorável fatalidade tem feito com que, de há tres annos a esta parte, falhassem as plantações; a fome tem obrigado os índios adultos a espalharem-se, e os meninos, tendo também de prover à sua subsistência, mal podem frequentar a escola. Não há alias motivo de receiar que esses índios voltem à vida selvagem: ajustão-se com os particulares para serviços de roça ou de navegação fluvial, e tenho tirado muito proveito de huma porção delles; que mandei alistar em huma companhia de canoieiros e que há dous annos guarnecem as canoas empregadas no transporte de gente e de munições de guerra e de boca (LEVERGER, *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, 04 de dezembro de 1856).

Entretanto, ele, concluiu que o malogro não foi total, uma vez que muitos índios prestavam serviços aos regionais. Ou seja, em meio às iniciativas do Estado estava o desejo de empregar a mão de obra indígena. Quanto a isso é possível traçar um paralelo com a análise de Monteiro (1995), ao considerar que os índios eram os *negros da terra*. O intento era justificado pelo discurso paternalista que previa proteção aos indígenas e por meio da catequese retirá-los da “vida vagabunda e depredadora a que estão acostumados”, conforme

---

<sup>5</sup> A aldeia do Bom Conselho ficava nas proximidades de Albuquerque (SGANZERLA, 1992). A dispersão dos índios de áreas como esta é semelhante aos relatos sobre a saída do *Exiva*.

palavras de Leverger (*Relatório do presidente de província do Mato Grosso*, 03 de maio de 1852).

Por outro lado, a prestação de serviços pelos indígenas evidencia mais uma vez, no caso dos Terena, sua habilidade em utilizar conhecimentos de outros povos para atualizar e ressignificar suas relações interétnicas.

Os empecilhos para a execução do projeto aldeador eram lembrados a cada ano. O vice-presidente de província Albano de Sousa Osório (*Relatório*, 03 de maio de 1857), informa que somente na localidade de Albuquerque havia aldeias, nos moldes estabelecidos pelo Estado. Em Miranda havia muitos índios, mas, “que vivem, posto que mansos, sem lei sobre si”, segundo a avaliação de Osório. Isto mostra que se as tentativas aldeadoras não lograram total êxito no Mato Grosso foi em parte pela não aceitação dos próprios índios. Porém, ainda que limitadas e insuficientes para as intenções do Estado, estas iniciativas possibilitaram o acesso dos novos ocupantes à terra e ao trabalho indígena.

Os relatórios dos presidentes de província até o período da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) confirmam as dificuldades em estabelecer os aldeamentos, a falta de missionários ou pessoas que se responsabilizassem pelas aldeias (XIMENES, 2011). Apesar disso, é importante destacar que nos primeiros anos da colonização portuguesa e posteriormente do Império, o Estado interferiu na organização territorial dos indígenas no sul do Mato Grosso. Vargas (2003) traz contribuições relevantes para esta discussão, demonstrando que a política indigenista era, efetivamente, uma política das terras indígenas. O aldeamento e a catequese eram os instrumentos usados para controlar as sociedades indígenas, ao passo que, suas terras eram ocupadas por não índios.

A Lei de Terras (lei nº 601 de 1850), na prática, também contribuiu com a expropriação dos índios. Com a nova legislação a posse passou a ser legalizada somente por meio da compra. Os pesquisadores Rosely Pacheco e Carlos Pacheco (2010, p. 273) destacam que “os desdobramentos do efeito da lei beneficiaram quase que exclusivamente os grandes proprietários rurais, e, portanto, serviu para impedir o ‘livre’ acesso à terra aos demais pretendentes”.

Passaram a existir as terras de domínio privado e as terras de domínio público ou devolutas. Quanto ao território indígena, o regulamento não era claro, mas delegava ao Estado a obrigação de reservar parte das terras devolutas para o aldeamento dos índios. Todavia, conforme Moreira (2002), a tendência geral foi o avanço de terceiros às terras indígenas e a espoliação destas. Essa situação se agravou a partir do período republicano, com a



Constituição de 1891, que transferiu as terras consideradas devolutas para o domínio dos estados.

Dessa forma, delineava-se a política em relação aos índios. Por meio da catequese as etnias consideradas *mansas* eram aglomeradas em espaços menores. Assim, além de liberar terras para os novos ocupantes era possível aproveitar o trabalho indígena (como no caso dos Terena que forneciam produtos agrícolas e mantas de algodão), e ainda possibilitar o guarnecimento das fronteiras. Mas essas novas medidas não atingiram grande parte da população indígena da província nos primeiros anos.

Quanto aos indígenas que estavam mais próximos dos novos ocupantes, é preciso fazer algumas ressalvas. Mesmo os Terena, rotulados pelas autoridades como *pacíficos e dóceis*, não aceitaram passivamente as condições impostas pelo colonialismo e depois pelo Império brasileiro. O vice-presidente de província Albano de Sousa Osório (*Relatório*, 03 de maio de 1857), observou que em Miranda havia índios que não viviam sob os novos moldes impostos pelo Estado, embora mantivessem boas relações com os não índios.

Esses contatos amistosos evidenciam que os Terena, em alguns momentos, souberam apropriar-se da política indigenista e embora não aceitando plenamente o regime dos aldeamentos, “permitiram-se aprender a ler e a escrever, para depois permitirem-se também contribuir com a política indigenista [...] com o objetivo de colocar em prática suas antigas pautas culturais de convívio” (VARGAS, 2003, p. 62). Um exemplo disso é citado por Taunay (1931), quando de sua passagem pela aldeia terena Pirainha, em 1866. O autor observa que o capitão, José Pedro, aprendera a ler e escrever no aldeamento Kinikinau do Bom Conselho, com Frei Mariano de Bagnaia. Em sua aldeia montou uma escola, e dentre outros feitos, conheceu o Imperador. Seu bom relacionamento com os não índios favorecia em parte os interesses indígenas.

#### **1.4 Os Terena na Guerra da Tríplice Aliança**

Além dos empecilhos iniciais, a tensão decorrente da questão fronteiriça entre Paraguai e Brasil dificultava ainda mais a aplicação do Regulamento 426. O litígio na região envolvia diretamente as populações indígenas, tanto que a tentativa de aldeá-las nas proximidades dos fortes e presídios tinha também o objetivo de guarnecer a fronteira e estabelecer alianças para garantir a posse territorial do Império (LEOTTI, 2001).

Embora a tentativa de estabelecer aldeamentos subordinados ao comando de autoridades oficiais não tenha sido bem sucedida no sul de Mato Grosso, ela evidencia como ocorreu a formação da estrutura fundiária na região, baseada nas propriedades extensas, à custa da expropriação indígena e legitimada pelo Estado sob o discurso do desenvolvimento econômico, e da suposta proteção aos índios.

Em 1860, os indígenas eram recrutados para missões de risco. Tanto o Brasil quanto o Paraguai aliaram-se a grupos nativos para patrulhamentos e reconhecimento da área litigiosa entre os dois países. As consequências foram tanto físicas quanto psicológicas para os povos indígenas, uma vez que se viam envolvidos em uma guerra cujas causas ignoravam (LEOTTI, 2001).

É preciso mencionar, porém, que o engajamento indígena na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) não se restringiu, no caso brasileiro, aos povos da fronteira. Também foram recrutados índios em outras províncias do Império. O maior envolvimento das etnias da região fronteira deve-se ao fato de que as terras ocupadas por estas estavam em território litigioso, como é o caso dos Terena.

As obras de Visconde de Taunay, militar participante e cronista do conflito platino, constituem-se como fontes históricas relevantes para esse assunto. Seus escritos evidenciam a cooperação dos Terena com o exército brasileiro. Pesquisadores que analisaram as obras de Taunay, como Vargas (2003), destacam que os Terena dispuseram-se a ingressar na Guarda Nacional como uma forma de resolver os problemas que tinham com fazendeiros da região, pois já existiam dissidências entre eles referentes aos limites das propriedades. Além disso, lutar contra o exército paraguaio significava defender seus próprios territórios.

De acordo com Taunay (1948) no final de 1864, ocorreu a invasão paraguaia do Mato Grosso sob o comando do coronel Resquin. Na vila de Miranda, a agitação era geral, inclusive militares fugiram. Os indígenas propuseram a defesa do território, contudo não possuíam armas, por isso, solicitaram às autoridades de Miranda o arsenal do depósito da vila, no que não foram atendidos:

Pela madrugada chegaram os restos desordenados do primeiro corpo de caçadores e tudo quanto morava nos arredores para lá afluíra [vila de Miranda]. A quantidade de índios de raça chané (*terenas, laianos, kinikinaus e chooronós* ou *guanás*), *guaicurus* e até *cadiués* e *beakiés* que são, contudo, pérfidos aliados, mal vistos dos brancos, era considerável, todos a pedirem em altos brados, armas e munições de que estava repleto o depósito de artigos bélicos, para correrem a preparar *tocaias* (TAUNAY, 1948, p. 263).

A despeito da má vontade ou mesmo do medo das autoridades, em armar os índios, esses, esperaram a população abandonar a vila e pegaram as armas do depósito. Essa atitude, conforme Taunay, garantiu a proteção dos brasileiros, uma vez que tal armamento foi utilizado ao lado das forças imperiais e não fosse isso, teria caído nas mãos inimigas. “Os paraguaios, porém, vinham marchando muito vagorosamente, tanto assim que só a 12 de janeiro [1865] entraram na vila entregue pelos índios a completo saque, principalmente no que dizia respeito ao armamento e cartuchame. E fizeram muito bem, não há contestar” (TAUNAY, 1948, p. 264).

Leverger expressou sua opinião a respeito da resistência organizada pelos índios, em relatório de 1865:

Os Índios moradores das aldeias da vizinhança, depois da evacuação da nossa tropa e antes da entrada dos Paraguayos apoderarão se da porção de armamento que existia nos armazéns militares, e com elles hostilizarão o inimigo; mas este não tardou a domar esta resistência, que não era de esperar fosse efficaz, attendendo à inferioridade de numero dos mesmos Índios e à sua falta de disciplina (LEVERGER, *Relatório do vice-presidente da província de Matto-Grosso*, 17 de outubro de 1865, grifo nosso).

O documento evidencia a visão das autoridades da época (ainda baseada em uma perspectiva etnocêntrica, que atribuía aos índios o rótulo de *menos capazes, bárbaros, inferiores* à sociedade envolvente). Esta noção pode ser percebida quando se atribui o insucesso da defesa organizada pelos indígenas, além de outros fatores, a uma suposta falta de disciplina deles. O trecho destacado chama a atenção por citar “aldeias da vizinhança”, denotando a expressividade desses agrupamentos na região e contrastando com relatórios de presidentes de província anteriores que relatavam que as aldeias eram esparsas no sul de Mato Grosso.

Taunay (2005) também menciona os Terena ao referir-se ao episódio conhecido como Retirada da Laguna, em 1867. O plano das forças aliadas (Argentina, Uruguai e Brasil) era atacar com duas frentes simultâneas: uma ao sul, subindo o Rio Paraguai pelo lado da Argentina até o coração da república paraguaia; e outra pelo norte, descendo as águas do referido rio a partir de Cuiabá. Entretanto, as imensas distâncias que as tropas deveriam percorrer comprometeram a estratégia. A maior parte dos recursos bélicos foi destinada às forças que atuavam pelo sul e a pequena coluna que ia pelo norte ficou à mercê de inúmeras dificuldades. A citação abaixo é sobre uma passagem em que essa coluna estava próximo à colônia de Miranda e já contava com ajuda dos indígenas:

Recebeu logo o 17º. batalhão ordem de ir, além do ponto atingido pelo 21º. realizar um reconhecimento, sob a direção do guia Lopes e em companhia de um grupo de índios Terenas e Guaicurus , que desde algum tempo se apresentara ao Coronel. A 10 de abril, realizou-se a partida, bandeiras desfraldadas e música à testa, espetáculo sempre imponente em vésperas de combate. Graças ao comandante apresentava-se o grupo em pé de disciplina, que em qualquer ponto o tornaria notado. (TAUNAY, 2005, p. 64)

A participação na Guerra ficou presente na memória coletiva da etnia Terena, como pode ser percebido nesta fala sobre o conflito, que enaltece o *ethos guerreiro* terena:

É, a nossa geração, os nossos tronco, tem uma história pra nós que... Tinha um preparo na flecha, paraguaio tava do lado de lá da aroeira, então... faz de conta que isso aí é uma aroeira. Então, paraguaio escondeu de lá. Ele mete uma flechada daqui, ele parte essa aroeira e pega o paraguaio. É uma coisa que... eles falaram, pode ser que acontece (Armando Gabriel, Terena, 85 anos, 2003, *apud* XIMENES, 2011, p. 49).

São inúmeros os exemplos do engajamento dos Terena ao lado das forças imperiais, porém, sua contribuição não se restringe a isso e pode ser atestada com os serviços que prestaram: como guias por serem bons conhecedores da região; produtores de víveres, visto serem excelentes agricultores; e ainda anfitriões, pois abrigaram não índios em suas aldeias.

Durante a guerra, muitos habitantes da região, refugiaram-se na Serra de Maracaju. A maior parte da população precisou abandonar suas casas, inclusive os indígenas viram-se obrigados a deixar algumas aldeias. Ao subirem a referida serra, os índios encontraram a população de Miranda, que estava refugiada, em uma situação delicada. Nem todos possuíam o hábito da agricultura e a fome afligia grande parte da população não indígena. Os índios então começaram a plantar e dividir entre todos a sua colheita. De acordo com Taunay, logo se regularizou a vida na serra:

Não tardou também que toda a população alli estabelecida, brancos e índios, encarasse, com paciência, a situação, esperando o desfecho da intermina guerra dos cinco annos, pelos paraguayos tão deslealmente encelada quanto ferazmente conduzida. Nos diversos acampamentos da serra construíram ranchos vastos e commodos, e, pouco a pouco, regularizou-se o modo de viver daquellas colônias hybridas, de brasileiros civilizados e índios, sobretudo kinikináus, a que se haviam aggregado guanás, terenas e laianos (TAUNAY, 1931, p. 34).

Em sua obra *Memórias* (TAUNAY, 1948), afirmou que os índios, em número superior ao dos brancos, entretinham com estes boa convivência e grande cooperação. Passavam entre as rondas paraguaias à noite e desciam a serra de Maracaju para laçar reses na planície e

tangê-las para o alto dos acampamentos, abastecendo de carne as moradias dos *Morros*. Alguns indígenas especializaram-se nesta tarefa, angariando até oito ou dez cabeças de gado bravo. Ocorreram embates entre os índios e os paraguaios em 1866 nas imediações da Serra de Maracaju, quando as forças imperiais ainda estavam distantes, no Coxim.

Esses exemplos, indicam a relevância da contribuição dos Terena para o Exército brasileiro, em suas atividades como guias, como agricultores, anfitriões e voluntários no exército imperial. Esses indígenas mantiveram relações de cooperação com o Estado e com a sociedade envolvente.

Todos esses acontecimentos na trajetória dos Terena fizeram parte da construção histórica de sua identidade. Autores como Vargas (2003, 2011a) e Eremites de Oliveira e Pereira (2007) destacaram a importância da Guerra da Tríplice Aliança na trajetória dos Terena. O episódio alterou a configuração territorial dos índios no sul de Mato Grosso, pois com o seu término, novos ocupantes chegaram à região. Por outro lado, sua participação ao lado do exército brasileiro, foi mais um argumento para exigir a demarcação de suas terras.

O período abordado nesse capítulo, evidenciou as estratégias de atuação e protagonismo dos Terena em um contexto de transformações marcantes no sistema multiétnico do Chaco/Pantanal que culminou com a formação do Estado nacional brasileiro. Os Terena demonstraram sua habilidade em conviver com outras coletividades, ora dialogando, negociando, ora lutando. Expressaram assim, a oscilação pendular entre o Terena *guerreiro* e o Terena *diplomático*, duas formas de expressão do *ethos* terena ao longo de sua história. Em cada momento o predomínio de uma das formas se dá a partir do entendimento construído sobre uma conjuntura específica e as correlações de forças aí presentes, o que pretendo melhor demonstrar ao longo da tese.

No próximo capítulo, serão abordadas as transformações que ocorreram no sul de Mato Grosso após o fim da Guerra da Tríplice Aliança, perpassando as novas frentes de colonização e a nova política indigenista.

## **CAPÍTULO 2**

# **FORMAÇÃO DAS RESERVAS INDÍGENAS: os Terena, as frentes de colonização e o SPI**

Quem viaja pela Estrada de Ferro Noroeste do Brasil que corta a região, pode vê-los [os Terena] de enxada à mão trabalhando nos roçados, montados a cavalo cuidando do gado de algum fazendeiro, nas turmas de conservação da própria estrada ou, mais raramente, vendendo abanicos de palha de carandá nas estações. O difícil é identificá-los como índios, uma vez que se vestem, se penteiam, trabalham e vivem como os sertanejos pobres da região (Darcy Ribeiro, prefácio à 1ª edição de *O processo de assimilação dos Terena*, 1959, apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 13).

O objetivo deste capítulo é apresentar um breve histórico das frentes de colonização que adentraram o então sul do Mato Grosso (principalmente após o fim da Guerra da Tríplice Aliança – 1864-1870) e as consequências para os Terena, culminando com a constituição das Reservas indígenas, sob direcionamento do SPI.

O capítulo reuniu dados que possibilitam uma melhor compreensão do processo histórico de expropriação das terras terena e sua titulação em favor de não índios, o que resultou na atual situação litigiosa entre indígenas e proprietários rurais. Com este texto buscou-se evidenciar a agência dos Terena na garantia de pelo menos parte de seu território, por meio do estabelecimento das Reservas.

Também foi abordado o engajamento terena como mão de obra no sul do Mato Grosso, tanto no período anterior à formação das Reservas, quanto após o seu estabelecimento.

Para a construção deste capítulo, além da bibliografia que já aborda os temas citados, foram utilizadas fontes orais e documentos oficiais (ofícios, memorandos e correspondências do SPI).

## **2.1 Os Terena, as cercas e a política indigenista do SPI**

Após o fim da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), o Estado tinha vários problemas a solucionar no sul do Mato Grosso, como: o guarnecimento das fronteiras; a recuperação do território devastado pela guerra; e a liberação de terras e o fornecimento de mão de obra para os estabelecimentos agropastoris que estavam surgindo. Em relação ao indigenismo oficial, as já inconstantes ações foram interrompidas pelo conflito platino.

A principal consequência da guerra para os povos indígenas da região foi uma nova onda de colonização que acabou por aumentar os conflitos territoriais entre índios e não índios. As frentes colonizatórias adentraram o sul do Mato Grosso em levas diversas. A ocupação não indígena, que era esparsa durante os períodos colonial e imperial, foi intensificando-se no pós-guerra e continuou por várias décadas ao longo do século XX, impactando em ritmos e intensidades diversas as populações indígenas que viviam na região. Nesse sentido, os pesquisadores Paulo Marcos Esselin e Tito Carlos Machado de Oliveira (2007, p. 39), apontam que as frentes de colonização pós-conflito platino foram mais

significativas do que as anteriores e intensificaram “o processo de expropriação das terras e escravização do indígena, que se iniciara no século XVI”.

Várias obras de historiadores e antropólogos discutiram os efeitos dessas ondas de colonização para os indígenas no sul de Mato Grosso. Antonio Brand (1993, 1997), Katya Vietta (2007), Thiago Cavalcante (2013), Aline Crespe (2015), por exemplo, trataram da dispersão dos Kaiowá (também chamada de *sarambi* ou *esparramo*) desencadeada pela formação de novas propriedades rurais (principalmente ao longo do século XX) em terras ocupadas por esses indígenas. Processo semelhante atingiu os Terena, sendo mais intenso logo após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), como atestam Vargas (2003, 2011a), Eremites de Oliveira e Pereira (2003, 2007).

O processo colonial, cada vez mais intenso avançou sobre os territórios de várias etnias indígenas no atual Mato Grosso do Sul, alterando seus formatos de ocupação da terra, e consequentemente sua organização social. Nesse sentido, é útil a observação do sociólogo Georges Balandier (1993), no texto *A noção de situação colonial*, que embora analise outros contextos, contribui com o diálogo sobre essa região:

Ao nos lembrar de algumas medidas “audaciosas” – deslocamento de populações, e criações de “reservas”, modificações no modo de povoamento, transformação do direito tradicional e das relações de autoridade, etc. – o historiador chama nossa atenção para o fato de que a colonização foi por vezes uma “cirurgia social” (BALANDIER, 1993, p. 108).

E seguindo as reflexões do mesmo antropólogo, os estudos históricos sobre os processos de colonização abrangem (ou deveriam abranger) o fator externo, ou seja, o grupo colonizador e os motivos que o impulsionam ao empreendimento colonial; e o fator interno, isto é, a organização social do grupo submetido ao processo de colonização. Dessa forma, a abordagem histórica revela “os processos de adaptação e recusa, as condutas inovadoras nascidas da destruição [ou ressignificação] dos modelos sociais tradicionais, mas também manifesta os ‘pontos de resistência’ das sociedades colonizadas [...]” (BALANDIER, 1993, p. 109).

Nesse sentido, o processo colonial no sul do Mato Grosso continuou ao longo do século XX, e o objetivo da discussão é perceber não só o seu avanço, mas também a recepção desse processo pelos Terena. Em outras palavras, interessa-nos não só a atuação do Estado e dos novos ocupantes, mas também a agência indígena nesse contexto de transformações em seu território.



O antropólogo Marshall Sahlins (2007) contribui significativamente com essa discussão:

[Sahlins integra] o coro antropológico de protestos contra a ideia de que a expansão global do capitalismo ocidental, ou do sistema mundial transformou os povos colonizados e “periféricos” em objetos passivos de sua própria história, e não em autores, e de que, por meio de relações econômicas e tributárias, transformou da mesma maneira suas culturas em bens adulterados. Em *Europe and People Without History*, Eric Wolf é impelido a dizer que é preciso prestar atenção a essas pessoas, que elas de fato são seres históricos, e são mais do que as “vítimas e testemunhas silenciosas” de sua subjugação (SAHLINS, 2007, p. 444).

O autor salienta, ainda, que isso não se trata de negar as forças impositivas dos processos de colonização e expansão do capitalismo, mas sim de compreender o significado desses processos na ordem local, ou seja, “a apropriação cultural que as pessoas fazem das condições externas que elas não criam, e das quais não podem escapar, constitui o próprio princípio de sua ação histórica” (SAHLINS, 2007, p. 445).

Importante mencionar que a titulação das áreas nem sempre foi seguida pela ocupação imediata. Crespe (2015, p. 45) adverte que o “processo de povoamento não indígena foi lento e, na medida que isso ocorria, chegavam mais cercas e mais remoções indígenas”. Esse processo paulatinamente atingiu todas as populações nativas na parte sul do Mato Grosso. O governo, tanto em âmbito estadual quanto federal, titulou as terras em nome de terceiros, desconsiderando a ocupação indígena. E assim, eles ficaram nas sobras das áreas vendidas ou doadas pelo poder público. Até o início da década de 1980, uma parcela expressiva dos indígenas vivia nos fundos das fazendas, com grau variável de integração às atividades produtivas desenvolvidas pelos proprietários ou por arrendatários.

Os Terena, como também ocorreu com outras etnias, eram então expulsos ou pressionados a deixar suas casas, roças, locais de reza, enfim, suas terras. Essas expulsões ou pressões eram feitas ou pelos próprios *proprietários*, ou por uma espécie de força policial chamada pelos indígenas e regionais de *captura*, conforme apontam diversos trabalhos, entre eles Eremites de Oliveira e Pereira (2003); Vargas (2003); Crespe (2009, 2015). Em alguns casos, funcionários do próprio SPI atuavam na retirada dos indígenas.

Ao mesmo tempo essas novas propriedades precisavam de mão de obra para trabalhos que iam desde a derrubada da mata para formação de pastagens ou plantações até os trabalhos de rotina das novas fazendas. Muitos Terena engajaram-se nessas atividades de forma compulsória. Este período ficou conhecido por eles como *Tempos de Servidão* ou *Tempos de*

*Cativeiro*. Em algumas situações também era uma forma de permanecer no seu território de ocupação tradicional.

Enfim, a solução encontrada pelo Estado brasileiro para resolver a questão do guarnecimento das fronteiras, e da liberação de terras e de mão de obra para os estabelecimentos agropastoris foi o aldeamento dos índios, conforme aponta Vargas (2003). Foi delineada a nova (mas cheia de continuidades) política indigenista oficial, no âmbito das mudanças políticas do final do século XIX e início do século XX.

A Proclamação da República, em 1889, de acordo com Carvalho (1990), foi articulada pelos militares, cada vez mais influentes nos altos escalões do poder brasileiro. Embora do ponto de vista da estrutura social a República não tenha resultado em grandes transformações, os grupos que ascenderam ao poder, remodelaram a política indigenista. Os órgãos administrativos eram fortemente influenciados pelos militares, que por sua vez tinham adotado como doutrina política o positivismo. A influência positivista pode ser percebida desde a fundação do novo órgão indigenista, o SPI.

O Brasil urbano (leia-se especialmente Rio de Janeiro, centro do poder político) respirava ares franceses. Era o positivismo comteano, tanto em sua versão política quanto religiosa, que impregnava boa parte da inteligência e, muito particularmente, o exército nacional com anseios humanistas cujas exalações acabaram por afetar profundamente os destinos de centenas de povos indígenas espalhados pelo subcontinente Brasil. Foi pelo empenho e pressão de uma boa parte de militares positivistas que se fez a República. O projeto positivista para o Brasil, como outros antes dele, contemplava amplamente a questão indígena, diretamente vinculada à conquista e ao domínio de partes do território nacional (RAMOS, 2000, p. 276).

Mas, para compreender o processo de fundação do SPI é preciso abordar a história da Comissão Rondon. Após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) houve a preocupação do governo em melhorar a comunicação entre as diversas regiões do país e preencher com ocupação não indígena as regiões próximas à fronteira, já que na perspectiva da época, os espaços ocupados pelos índios eram vistos como *espaços vazios*. Denise Lasmar (2011, p. 35), pontua que para cumprir o dever de defesa e integração nacional, o exército foi aparelhado e ficava “incumbido, dentro de uma perspectiva civilizatória de levar aos sertões o telégrafo e a ferrovia”. Foi criada, então, uma série de comissões com essa atribuição. As que ficaram sob a chefia do militar Cândido Mariano da Silva Rondon, ficaram conhecidas ao longo do tempo simplesmente como Comissão Rondon.

Em 1888 o General Deodoro da Fonseca foi enviado pelo governo imperial para Mato Grosso, como comandante das forças de proteção das fronteiras. Com ele seguiu uma

comissão de engenheiros militares com a tarefa de unir por telégrafo as cidades de Corumbá, Coimbra e Cuiabá. A comissão foi reorganizada posteriormente e outras rotas foram estipuladas. Em 1890 o projeto de construção de uma linha telegráfica entre Cuiabá e Araguaia começou a ser realizado. De 1890 a 1891, Rondon atuou com engenheiro auxiliar na construção dessa linha que se estendia por uma “extensão de 583 quilômetros” (LASMAR, 2011, p. 36).

Assim, iniciou-se a trajetória de Rondon como sertanista. Adentrando o sertão do Brasil, o contato com os grupos indígenas foi inevitável. Paralelo à construção das linhas telegráficas também se abriam estradas de rodagem. Em 1900 foi constituída a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas do Mato Grosso, a primeira chefiada por Rondon. Os trabalhos dessa comissão foram concluídos em 1906. Conforme Lasmar (2011), a repartição de telégrafos estava subordinada ao Ministério da Guerra e ao Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas.

Essas expedições eram, em geral, compostas por oficiais, praças e inferiores, engenheiros militares, funcionários civis e um fotógrafo. Em alguns pontos os indígenas integraram a equipe de construção, como é caso dos Bororo no trecho que liga a Estação de São Lourenço à Itiquira, e dos Terena na linha em direção à Ponta Porã.

Cada viagem rendia extensos relatórios (acompanhados de fotografias) enviados aos ministérios com informações sobre a topografia, as possibilidades de exploração econômica e os grupos encontrados. Depois a comissão incorporou outras funções, com um caráter científico, com botânicos, geólogos e zoólogos. Lasmar (2011, p. 37), destaca que “sob sua direção, Rondon legou ao exército brasileiro as tarefas de mapear e estabelecer a comunicação entre os sertões, defendendo o ideal positivista da incorporação progressiva do índio à sociedade brasileira através da miscigenação e do trabalho”.

Ainda conforme Lasmar (2011), a comissão cumpriu três funções básicas: a militar (estimulando a ocupação não indígena do território e a proteção das fronteiras), a socioeconômica (favorecendo a expansão capitalista e a incorporação econômica e social do Centro-Oeste ao restante do país) e a científica (por meio do levantamento etnográfico, mas também da fauna, da flora, da topografia e da hidrografia de uma região ainda pouco conhecida).

Nos trabalhos da Comissão Rondon (que duraram oficialmente até 1930), foram encontrados muitos grupos indígenas já explorados como mão de obra compulsória ou alvos de violência das novas frentes de colonização (como era o caso no sul do antigo Mato

Grosso). Começaram a se delinear então as propostas para proteger as diversas etnias. Os ideais de Rondon para os indígenas eram bem definidos dentro da lógica positivista de proteção e integração:

[...] como a utilização pacífica de soldados no desbravamento dos sertões, na construção de obras públicas e na concretização de objetivos “humanísticos” como a “proteção de aborígenes”, demonstrando ao país e às parcelas do próprio governo, que índios tinham aptidão para civilização, mostrando as possibilidades de sua incorporação no progresso nacional como verdadeiros trabalhadores nacionais (MACIEL, 1998, p. 112).

Entretanto, mesmo que teoricamente a comissão adotasse uma postura de não agressão aos grupos indígenas, a entrada nessas áreas impactava (algumas vezes de forma desastrosa) a vida dos povos nativos e evidentemente as formas de recepção foram diferentes de acordo com o grupo contatado.

Portanto, a partir das expedições da Comissão Rondon foi gestada a política indigenista que seria praticada durante a maior parte do século XX. Nesse contexto, foi fundado em 1910 o Serviço de Proteção aos Índios e Localização e Trabalhadores Nacionais – SPI/LTN, chefiado inicialmente por Cândido Rondon. O órgão integrou o então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. A expressão *localização de trabalhadores nacionais* sugere a intenção de vincular os índios ao trabalho nas atividades econômicas da sociedade brasileira.

Em 1918 o SPI separou-se de seu complemento LTN. De 1930 a 1934, o órgão indigenista passou para o Ministério do Trabalho. De 1934 a 1939, integrou o Ministério da Guerra, na Inspetoria de Fronteiras, reforçando o papel indígena no guarnecimento das fronteiras. Em 1940, voltou ao Ministério da Agricultura e por fim, passou a integrar o Ministério do Interior (SOUZA LIMA, 2002).

A formação das Reservas indígenas terena expressa bem as intenções que nortearam a política indigenista do SPI. Nas áreas terena delimitadas nas primeiras décadas do século XX, é perceptível a intenção do Estado de assegurar algum espaço para a lotação dos índios, mas ao mesmo tempo também de liberar as terras de ocupação terena para as propriedades rurais em formação. A concentração dos índios em torno dos Postos Indígenas também consolidou a Reserva como um reduto de mão de obra para as fazendas do entorno, conforme apontam Moura (2001), Vargas (2003) e Eremites de Oliveira e Pereira (2003).

Vargas (2011b) descreve o processo de constituição das Reservas: as terras consideradas públicas eram reservadas sob a supervisão de um engenheiro ou agrimensor

autorizado pelo então Presidente do Estado, mas antes disso eram publicados editais com antecedência de trinta dias. Esse procedimento assegurava os interesses dos fazendeiros, pois as áreas só eram reservadas quando não atingiam os limites das propriedades que iam se formando. Assim, aldeias como Naxedaxe e Agachi, em Miranda, foram transformadas em propriedades privadas.

Por outro lado, em algumas áreas, por mais que o governo e os fazendeiros tentassem, não conseguiram retirar os Terena dos territórios que ocupavam. “[...] o Estado brasileiro se viu em uma difícil situação, em função da pressão exercida tanto pelos Terena, que se recusavam a sair das terras que ocupavam, quanto pelos supostos proprietários” (VARGAS, 2011b, p. 384).

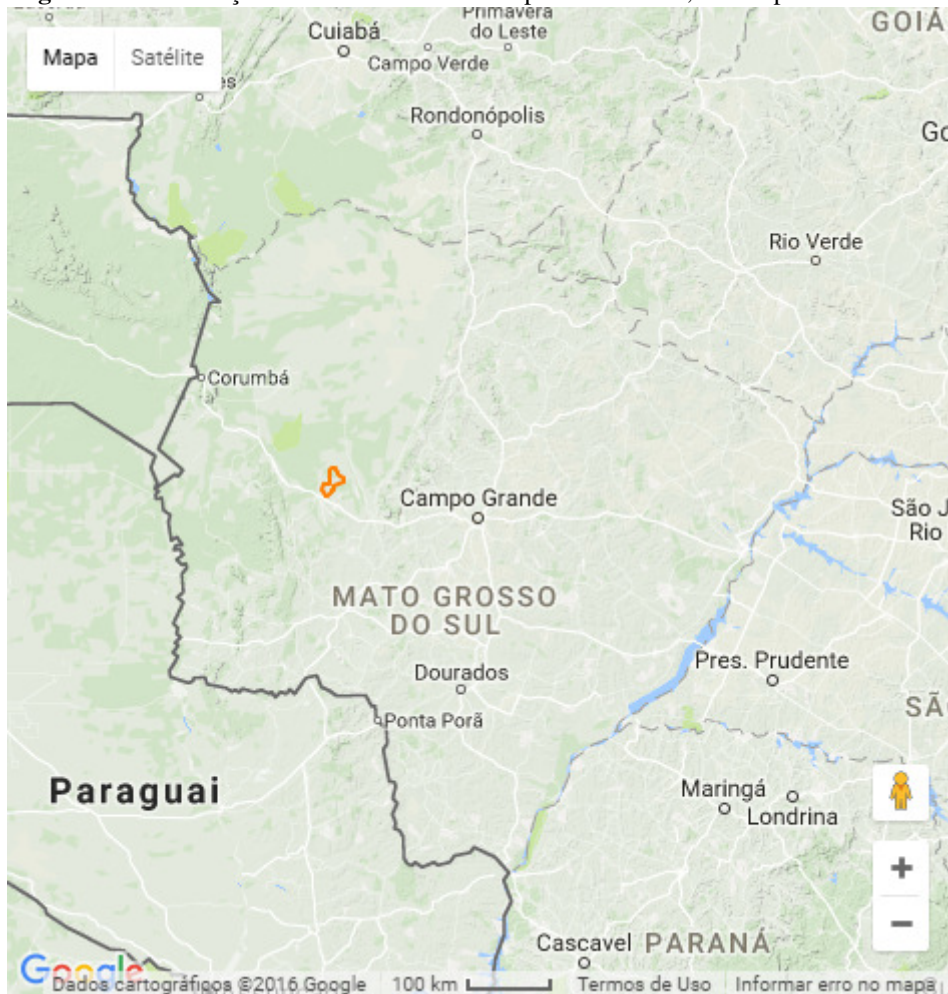
Outro ponto fundamental é que na primeira metade do século do século XX, o Estado, a Academia e os regionais (imbuídos do paradigma assimilacionista), não acreditavam que houvesse densidade populacional crescente e nem preservação da identidade étnica terena. Assim, as Reservas foram demarcadas com tamanhos muito inferiores à área ocupada por eles. Com isso, atualmente a densidade demográfica é alta e os indígenas consideram o espaço insuficiente. Essa situação é uma das causas para a intensa migração dos Terena para outras Terras Indígenas ou para espaços urbanos.

Em 1967 o SPI foi substituído pela Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Concebida durante a Ditadura Militar (1964-1985), sua ação nos primeiros anos, assim como a do órgão anterior, foi marcada pela perspectiva assimilacionista. Santilli (1991) destaca que o Estatuto do Índio (Lei nº 6.001) aprovado em 1973, reafirmou as premissas de integração.

A seguir será apresentada brevemente a trajetória das Reservas terena (formadas antes ou durante a gestão do SPI), abordando o processo de formação das fazendas e o avanço das cercas sobre as áreas indígenas e as ações dos Terena diante da nova configuração territorial do sul do Mato Grosso. São elas: Cachoeirinha (que tinha jurisdição também sobre as terras das aldeias de Passarinho e Moreira, atualmente da Terra Indígena Pilad Rebuá), Taunay/Ipegue (que abrange também a área do Posto Indígena Bananal); Lalima; Nioaque; Buriti; e Limão Verde.

### 2.1.1 Formação da Reserva Cachoeirinha

**Figura 7** – Localização da T. I. Cachoeirinha e perímetro atual, município de Miranda



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.

Vargas (2003) analisa a constituição das Reservas indígenas terena no sul do então Mato Grosso no início do século XX. De acordo com a autora, a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) desestruturou a ocupação territorial dos Terena, que protagonizaram um processo de mais de trinta anos de reivindicação para conseguir a garantia de parte de seus antigos territórios. Dessa forma, em 1905 foi criada a Reserva Indígena Cachoeirinha, a primeira área terena reservada pelo Estado brasileiro.

Nessa situação, Cachoeirinha foi reconstruída não só pelas reivindicações dos índios Terena, mas também pelos próprios interesses do governo brasileiro em *definir*, estabelecer o lugar dos índios, em pequenas extensões de terras, para que, dessa maneira, pudesse prosseguir com sua política de desenvolvimento da região do sul de Mato Grosso, que implicava, principalmente, na *desterritorialização* indígena para transformar suas terras em propriedades particulares (VARGAS, 2003, p. 83-84).

A política indigenista brasileira era ambígua, uma vez que as ações que resguardaram partes do território indígena, resultaram na liberação de porções maiores desse mesmo território para os ocupantes não indígenas, sobretudo para empreendimentos agropecuários.

A autora destaca que antes da criação da Reserva foi realizada uma reunião pública na qual todos os interessados poderiam participar ou mandar representantes. Dessa forma, compareceram os fazendeiros que estavam estabelecidos no território indígena e avalizaram a reterritorialização dos Terena na área reservada pelo estado. A Reserva foi estabelecida com um território muito menor ao que anteriormente era ocupado pelos Terena, e assim “o governo brasileiro conseguiu estabelecer o lugar do índio conforme objetivava através da política indigenista conciliatória” (VARGAS, 2003, p. 84).

O general Cândido Mariano da Silva Rondon, que passou pelo sul do antigo Mato Grosso para construção das linhas telegráficas, realizou em 1905 uma descrição da aldeia de Cachoeirinha para estabelecer os seus limites. No relatório, o militar descreveu, conforme Vargas (2003, p. 84), “para Cachoeirinha uma área com cerca de 2.658 hectares: respeitando-se as terras que já haviam sido demarcadas para a formação das fazendas, as *sobras* dessas terras foram demarcadas para a sociedade Terena”. Entretanto, de acordo com o Ato n.º 217, de 06 de maio de 1904, ficou reservado um lote de terras devolutas de 3.200 hectares de terra. Com a conclusão da demarcação em 01 de novembro de 1905 estabeleceu 2.658 hectares de terras.

Quinze anos depois da demarcação, esses índios continuavam trabalhando fora da Reserva, já que suas terras constantemente eram invadidas pelos fazendeiros, que não respeitavam as cercas, e com o seu aumento populacional, tinham que sair fora de seus limites para ampliar as condições de sobrevivência (VARGAS, 2003, 86).

A documentação do SPI evidencia as dificuldades dos Terena para fazer valer sua posse na área reservada. Em 1964, por exemplo, na 5ª Inspeção Regional do órgão indigenista, foi registrada uma reclamação assinada pelo Terena Benedito Vieira. O declarante denuncia a venda de terras do Posto Indígena pelo então encarregado do Posto, Américo Antunes Siqueira. Informa ainda que o encarregado ordenou que o declarante retirasse a cerca de parte do aldeamento, em virtude da venda para o Sr. Tercio Cardoso. Não acatando a ordem, Benedito Vieira foi abordado pelo comprador e pelo delegado de Polícia de Miranda, conforme fragmento a seguir:

Ao chegar aquela autoridade [Delegado Vitelmo], o Sr. Tercio passou a carta às mãos do delegado – carta que autorizava a entrega das terras – o delegado lendo a

referida carta falou com o delegado e perguntou: Porque ele não entregava as terras; quem mandava mais, ele (o declarante) ou o Sr. Américo Antunes Siqueira; Disse mais o Declarante, que o Delegado impôs que se ele não cumprisse a ordem levaria o caso à polícia (VIEIRA, *Declaração*, 13 de agosto de 1964).

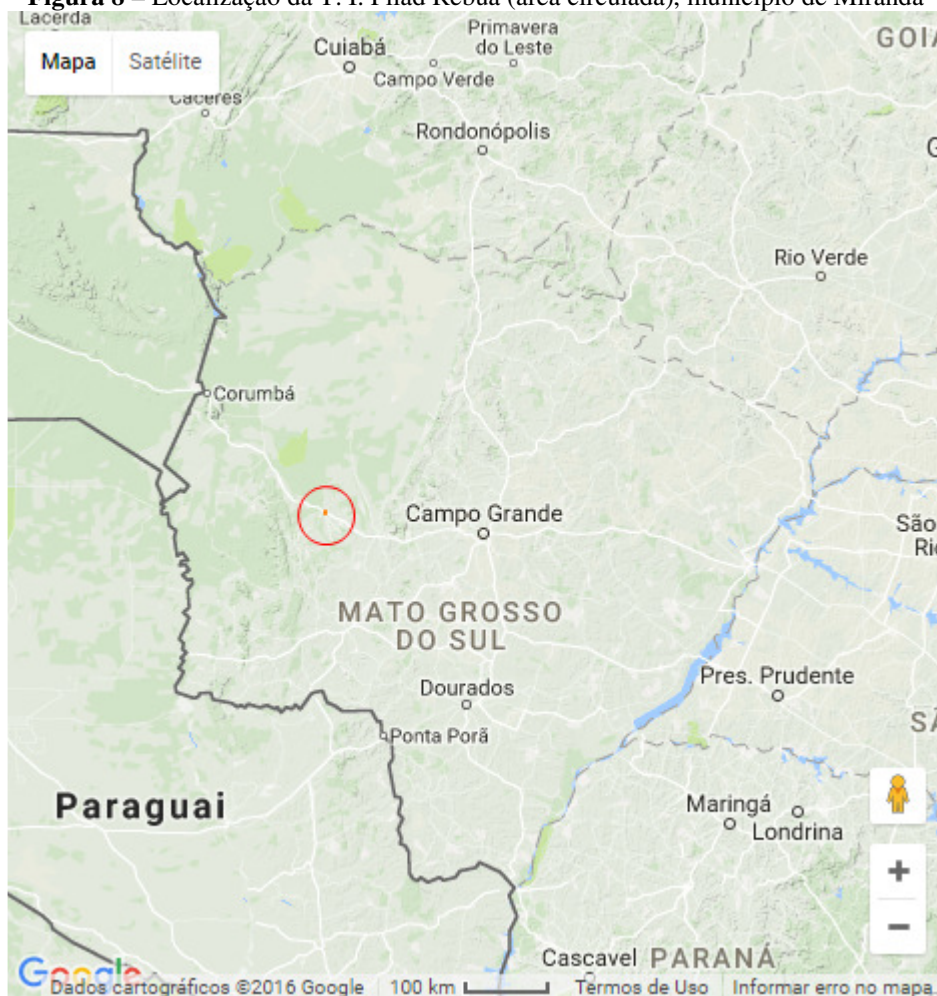
Na sequência, o declarante informou que as terras compradas por Tercio foram posteriormente vendidas e cita os nomes dos novos compradores. O episódio demonstra os obstáculos que os Terena enfrentaram para permanecer em algumas partes do território que lhes pertence.

O Título Definitivo de Cachoeirinha só foi expedido pelo governo do Mato Grosso em 1965, “quando foi criada oficialmente a Reserva Indígena de Cachoeirinha, portanto, 70 anos depois de sua demarcação” (VARGAS, 2003, p. 87).

Importante destacar ainda que sob a jurisdição da Reserva de Cachoeirinha estavam as aldeias Passarinho e Moreira, que hoje formam a Terra Indígena Pilad Rebuá (figura 8). Conforme Ferreira (2007, p. 133), no ano de 1925 as duas aldeias contavam com 171 ha. De acordo com Cardoso de Oliveira (1976, p. 74), em sua passagem pela região na década de 1950, Passarinho e Moreira ocupavam duas áreas contíguas, situadas nas vizinhanças de Miranda, constituindo-se praticamente como “subúrbios da cidade”, em virtude tanto da ligação dos moradores com a área urbana, quanto da expansão da cidade que avançou sobre a área indígena.



**Figura 8** – Localização da T. I. Pilad Rebuá (área circulada), município de Miranda



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.

Tanto em Cachoeirinha quanto em Pilad Rebuá, os Terena mobilizam-se para retomar as terras que ficaram fora do perímetro regularizado pelo Estado brasileiro. Em Cachoeirinha eles lutam pela ampliação da área para 36.288 ha., já declarada de posse permanente dos indígenas por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 791, de 19 de abril de 2007.

Em Pilad Rebuá, os Terena têm a posse de 160 ha., embora oficialmente a área seja de 208 ha., homologada pelo Decreto 299, de 29 de outubro de 1991. Dessa forma, eles reivindicam a ampliação em 400 ha. dos limites da área, conforme noticiaram os jornais *Midiamax* (FUNAI, *Midiamax*, 26 de maio de 2008) e *Agência Brasil* (ZENKER, *Agência Brasil*, 26 de maio de 2008). Foi constituído um grupo de trabalho para a realização de estudos antropológicos referentes à revisão dos limites de Pilad Rebuá, por meio da Portaria da FUNAI nº 158, de 17 de fevereiro de 2009.

## 2.1.2 Formação da Reserva Taunay/Ipegue

**Figura 9** – Localização da T. I. Taunay/Ipegue e perímetro atual, município de Aquidauana



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.

Em relação à chegada das novas frentes colonizatórias, que resultaram na expropriação de terras indígenas, Vargas (2003) destaca que os Terena não aceitaram essa *nova* condição que lhes era imposta e, passaram a reivindicar das autoridades brasileiras, seus territórios, embasados nos direitos que a sua participação no conflito platino lhes concedera.

Tornou-se comum, durante esse período, os índios Terena deslocarem-se de Miranda, onde se encontravam suas antigas aldeias, dentre elas Ipegue, e irem até Cuiabá solicitar providências da Diretoria Geral dos Índios naquela cidade. [...] Desta maneira, os Terena tentavam estabelecer uma *troca*, entre eles e o governo brasileiro, como forma de pagamento pelos seus *serviços prestados*. E assim, suas antigas pautas culturais de convívio eram novamente colocadas em prática, ou seja, dominavam quando podiam, aliavam-se quando necessário e também cediam (VARGAS, 2003, p. 89).

As terras de Ipegue foram reservadas em 1905, simultaneamente às de Cachoeirinha. Os fazendeiros, cujas terras eram limítrofes à área reservada, aceitaram a criação da Reserva desde que em nada alterassem as cercas já estabelecidas por eles. Embora suas propriedades também fossem áreas de antiga ocupação terena, conforme pontua Vargas (2003).

O antropólogo Gilberto Azanha (2004, p. 3), no *Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Taunay-Ipegue*, destacou que os depoimentos de anciãos Terena nascidos nas décadas de 1910 e 1920, demonstram que “a influência indígena na região nunca arrefeceu, e que a criação de um espaço arbitrário (a Reserva) jamais constituiu em obstáculo para a continuidade do uso e ocupação indígena nas áreas que os Terena do Ipegue tinham (e têm) como de ocupação tradicional”.

Noemia dos Santos Pereira Moura (2012) em *Relatório antropológico da Inspeção Judicial em áreas das fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema* (que incidem sobre a área da Terra Indígena Taunay/Ipegue), corrobora com as considerações de Azanha (2004). As informações levantadas pela autora indicam que mesmo após a formação das propriedades particulares, os Terena mantiveram o vínculo com esse território, seja por meio de incursões para utilizar os recursos naturais, seja prestando serviços aos fazendeiros:

Nessa primeira fazenda [Ouro Preto] percebe-se que o manguieiro é bem recente e foi construído pelos atuais proprietários e Autores da Ação. A juíza foi informada pelo cacique Jurandir Lemes, 40, da Aldeia Imbirussú [que integra a área de Taunay/Ipegue], que o mesmo acompanhara seu pai, quando tinha aproximadamente uns doze anos (mais ou menos 28 anos atrás), quando foi construída aquela cerca para o atual proprietário José Lippi. A informação foi confirmada pelo fazendeiro. Outra lembrança do cacique Terena foi que antes de construir o manguieiro novo era usado um antigo manguieiro (apontou o local onde se situava a construção), feito pelos Terena na época do gaúcho Antônio Bueno, casado com a Terena Paulina Jatobá, cuja família morava e ainda mora na T.I. Taunay/Ipegue. O senhor José Lippi também confirmou esta outra informação. Essas informações demonstram que, possivelmente, quando a fazenda Ouro Preto pertencia ao proprietário anterior aos Lippi, as divisas existentes não eram demarcadas por obstáculos físicos, ou seja, as cercas. As incursões dos Terena entre a reserva indígena e as fazendas eram constantes. Segundo o cacique Jurandir, os Terena se banhavam em uma vazante que passava no meio do pasto da fazenda Ouro Preto e interligava as aldeias Imbirussú e Água Branca. No momento da Inspeção Judicial, o fazendeiro José Lippi informou que fora mantida a mata no entorno da vazante, mas a mesma desaparece na época da seca (MOURA, 2012, p 157).

Sob a denominação de Ipegue, encontravam-se também as terras denominadas de Bananal; essas áreas foram reservadas juntas. O Posto do SPI em Bananal passou a ser visto como “*modelo*, para se implantar nas demais reservas indígenas da região; pelo menos, era isso que desejavam os responsáveis pelo Posto”, de acordo com Vargas (2003, p. 92).

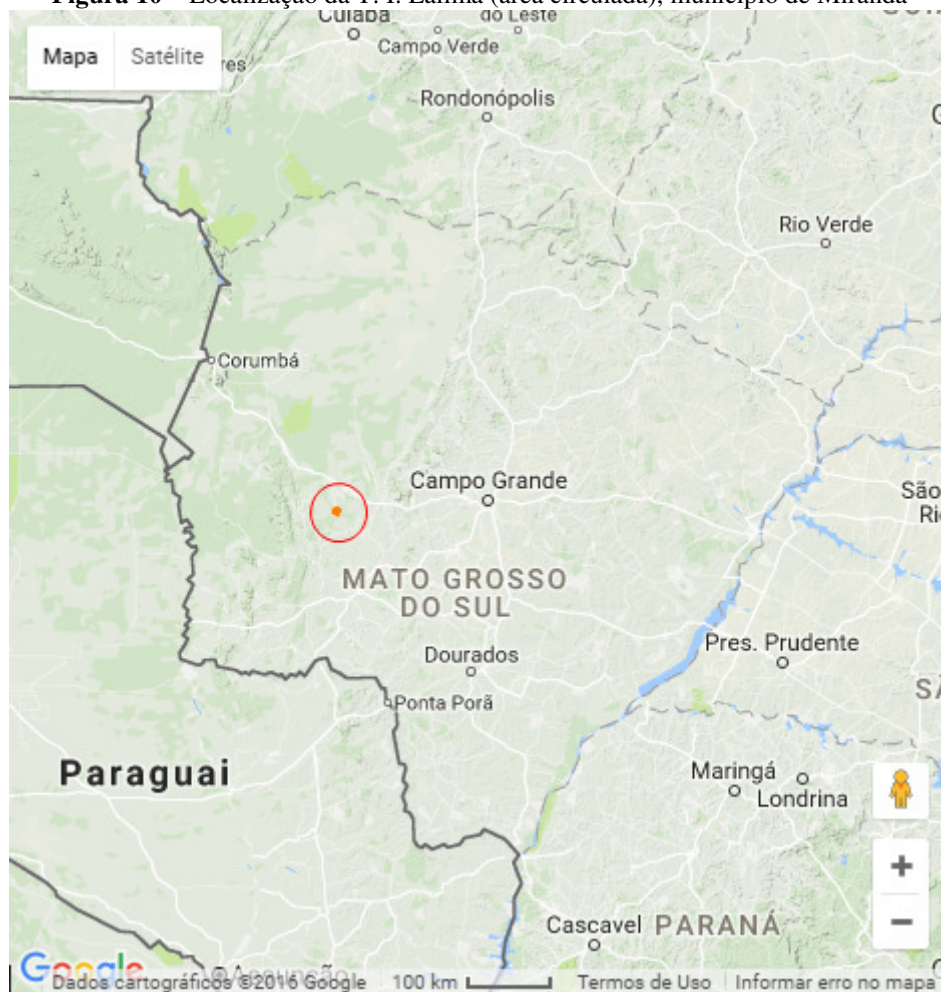
Almejavam transformar Bananal numa grande colônia, que atraísse todos os índios da região que ainda estavam fora das áreas de acomodação estabelecidas pelo SPI.

De acordo com Vargas (2003), o Título Definitivo de domínio dessas terras foi expedido pelo governo do Mato Grosso somente em 23 de novembro de 1965, oficializando a Reserva Indígena de Ipegue. Ressalta-se que alguns dos antigos territórios indígenas ficaram de fora do direito da posse dos índios Terena, uma vez que a fazenda Esperança incorporou as terras da antiga aldeia de Naxe Daxe.

Na região de Taunay/Ipegue os Terena reivindicam a demarcação da área de 33.900 ha., declarada de posse permanente dos indígenas por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 497, de 29 de abril de 2016.

### 2.1.3 Formação da Reserva Lalima

**Figura 10** – Localização da T. I. Lalima (área circulada), município de Miranda



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.



O processo de criação da Reserva Lalima, no município de Miranda, assemelhou-se ao das demais áreas ainda durante a passagem da Comissão das Linhas Telegráficas pela região e resultou das reivindicações dos indígenas. O pesquisador Terena Mario Ney Rodrigues Salvador (2012) pontua que o território de Lalima foi demarcado em 1905, com 3.600 ha. De acordo com recenseamentos citados pelo autor, entre os anos de 1936 e 1958, a população da área era formada por Terena, Kinikinau, Laiana e Guaicuru.

Belaspez (2014, p. 118) apurou que os Terena consideram que o território tradicional por eles denominado Divisa da Lalima, é menor que o território já regularizado e chamado por eles de Divisa da FUNAI. O autor destacou as narrativas terena sobre um dos últimos líderes guaicuru da região: Inocência Xavier, “que reagiu à usurpação do território tradicional através da reivindicação de uma área referida pelos índios como ‘Divisa do Inocência’” (p. 120). Essa área, conforme o autor é menor que a Divisa da Lalima, porém, maior que a Divisa da FUNAI.

Inocência teria conseguido manter a posse indígena nesse perímetro até meados do século XX, quando as cercas das fazendas avançaram também sobre porções da Divisa do Inocência. Essas terras, “situadas ao noroeste e ao nordeste-leste-sudeste da Divisa da FUNAI foram paulatinamente usurpadas pelas fazendas Santa Rosa e Vargem Grande e pelo INCRA” (BELASPEZ, 2014, p. 120).

Um documento do SPI, com o título, carta particular, escrito pelo Chefe da 5ª Inspetoria Regional, menciona a questão dos limites entre a Reserva e as fazendas Santa Rosa e Vargem Grande. A correspondência foi endereçada ao proprietário de Vargem Grande, na época, Manuel Bonifácio Nunes da Cunha:

Assentou-se com o Dr. Boni, de ver nessa cidade o desenho do trabalho de campo, cujo esboço, ou croqui ele teve a gentileza de mostrar-me em Santa Rosa, e chegava enfim a oportunidade de aí visitar-vos para o exame combinado do que poderia vir a ser um acordo, que evitasse o prolongamento da disputa (HORTA BARBOSA, *Carta do Chefe da I.R. 5 ao Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha*, 1º de outubro, ano ilegível).

O ofício do encarregado do Posto de Lalima, intitulado *Questão de Santa Rosa*, menciona a indefinição de limites entre a aldeia e a fazenda e parece remeter à carta citada anteriormente:

Conforme meu ofício nº 1, onde disia que o engenheiro devia vir nos primeiros dias deste mês, informo que até esta data, não veio e eu perguntei ao sr. Joaquim de Arruda, se já tinha sido publicado editaes, respondeu-me que não sabia, mas que a

medição, era para resolver os limites com a aldeia, conforme sua combinação com o Dr. Bonifácio em Aquidauana, assim que continuo aguardando instruções (FIORAVANTI, *ofício*, 13 de junho de 1942).

Lalima foi homologada por meio do Decreto s/n, de 24 de maio de 1996, com 3.000 ha. Atualmente os Terena reivindicam a ampliação da área, como evidencia o documento emitido pelo Conselho do Povo Terena (*Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015), exigindo do Ministério da Justiça, entre outras questões, a conclusão dos estudos antropológicos para revisão dos limites da área, cujo grupo de trabalho foi instituído por meio da Portaria da FUNAI nº 158, de 17 de fevereiro de 2009.

#### 2.1.4 Formação da Reserva Nioaque (Capitão Vitorino)

**Figura 11** – Localização da T. I. Nioaque (área circulada), município de Nioaque



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.

O processo de expulsão e retirada dos Terena dos antigos territórios, resultou na necessidade de desenvolverem estratégias para reconstruí-los. Dessa forma, Vargas (2003, p.

99) pontua que “os índios, que até então eram considerados os *amigos*”, tendo contribuído com o governo brasileiro, faziam-se presentes, desta vez reivindicando a retribuição dos serviços que haviam prestado.

A trajetória do Terena *Capitão* Vitorino evidencia essa capacidade dos Terena de produzirem estratégias e repostas diante da sociedade não indígena. Ele habitava a aldeia de Naxe Daxe, na região de Miranda:

Teve sua patente legal concedida e subscripta pelo Brigadeiro Thomaz Antônio de Miranda Rodrigues, Diretor Geral dos Índios da Província de Matto-Grosso, em 1 de Setembro de 1884, a qual está sellada com sello das armas Imperiaes, como tive ocasião de ver. Já antes, em 20 de Março de 1883, o Diretor dos Índios das Aldeias do município de “Miranda”, Antônio Xavier Castello, o nomeára para Chefe da Aldeia Naxe-Daxe. Que infelizmente foi depois invadida e demarcada para fazenda de particular, como si isso não constituísse uma iniqüidade! (HORTA BARBOSA, 1924, p.10).

Diante da espoliação das terras de Naxe Daxe, Capitão Vitorino, assim como os demais Terena protestaram, reivindicaram junto às autoridades brasileiras, sem, entretanto, conseguirem reverter aquela situação. Os Terena esparramaram-se, dividindo suas aldeias. De acordo com Vargas (2003, p. 99), “voltaram a se estabelecer nas antigas terras ocupadas durante a Guerra contra o Paraguai, na região de Nioaque. Uma vez que os novos habitantes da região – não índios – ocupavam terras que do ponto de vista indígena, pode-se dizer que não lhes pertenciam”.

Desta maneira, esse grupo de índios Terena se estabeleceu novamente em Nioaque, em uma área conhecida como Brejão, em 1884. Mas, Vargas (2003) destaca que mesmo nesse local, só permaneceram graças às próprias reivindicações e estratégias, já que também ali se encontravam os fazendeiros dispostos a disputar essas terras.

Em 1908, a justiça do estado delimitou os territórios por meio de um acordo, uma vez que os fazendeiros se mobilizaram para legalizar e definir o quanto antes seus limites e estabelecer as suas cercas. As sobras seriam as terras devolutas. Mas, um ano depois da justiça haver decretado improcedentes os pedidos de fazendeiros sobre a posse de terras no Brejão, ocupadas pelos índios Terena, estas ainda não tinham sido reservadas. Vargas (2003, p. 100-105), a partir de diversos documentos do SPI, demonstra a organização dos Terena para buscar soluções para esta questão. O *Capitão* Vitorino solicitava que as autoridades brasileiras tomassem providências quanto às terras reivindicadas.

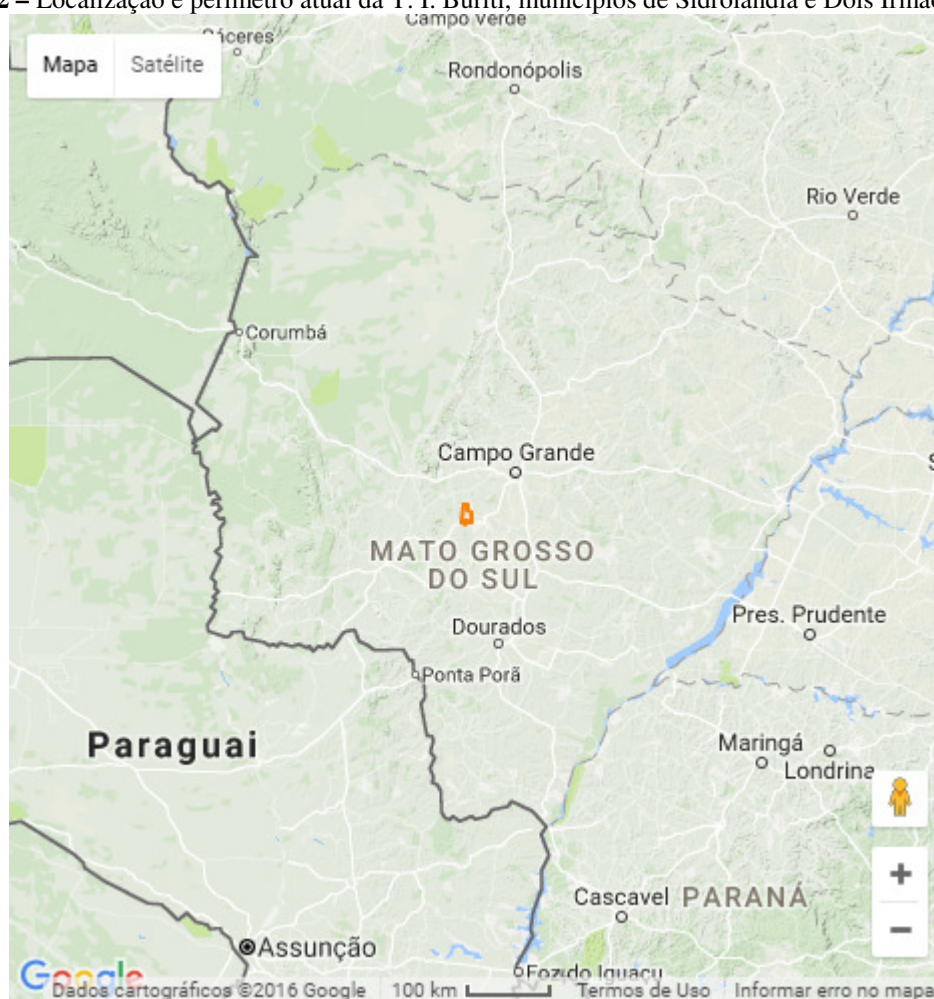
As pressões dos fazendeiros para que os Terena se retirassem de Brejão se estenderam por mais dois anos quando o governo do estado, por meio do Decreto n.º 611 de 14 de dezembro de 1922, estabeleceu os critérios para reservar 2.800 ha. de terras dos indígenas no

Brejão, os quais obedeciam aos limites das terras adquiridas por não índios e não apenas a comprovação da presença terena em períodos anteriores. A área foi regularizada em 1924, o documento referente ao Título de *uso-fructo*, data de 1931 e aponta outra medida para essas terras: 2.917 ha., que seriam usadas pelos índios Terena em usufruto durante dez anos. O Título Definitivo dessa área “foi expedido somente 34 anos depois, em 1965 concedendo-lhes uma área de 2.916 hectares” (VARGAS, 2003, p. 108).

A área foi homologada pelo Decreto 307, de 29 de outubro de 1991. Entretanto, os Terena reivindicam uma área maior do que a já regularizada e solicitaram ao Ministério da Justiça a constituição de grupo de trabalho para iniciar a identificação e delimitação da Terra Indígena Nioaque, conforme consta no documento emitido em setembro de 2015 (CONSELHO DO POVO TERENA, *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015).

### 2.1.5 Formação da Reserva Buriti

**Figura 12** – Localização e perímetro atual da T. I. Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.



De acordo com Eremites de Oliveira e Pereira (2012, p. 125), a distribuição das famílias terena até o final do século XIX na região de Buriti (atualmente nos municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti – MS) ia das franjas da Serra de Maracaju, “incluindo as microbacias hidrográficas dos córregos Buriti, do Meio e Américo ou Cortado, até a foz desses córregos, quando deságuam em rios maiores que correm em direção à região do Pantanal”. Os indígenas dessa área faziam também incursões de coleta de guavira nos meses de novembro e dezembro, no planalto da referida serra, e de pesca no córrego Cachoeirão.

Na última década do século XIX, o modelo de ocupação dos Terena “passou a confrontar-se com a colonização da região, iniciada pela demarcação da fazenda Correntes, em 1894” (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2012, p. 259). Vargas (2003, p. 110) ressalta que há documentos oficiais sobre as tentativas dos Terena de “legalização de seus territórios na região do Buriti, junto ao governo brasileiro, desde 1897”.

O fragmento a seguir de 1922, aborda a demarcação da fazenda Correntes, que resultou na expulsão de famílias Terena da área:

A aldeia da Invernada do Burity ou Suçay, como lhes chamam os índios, fica a 14 leguas ao nascente da estação de correntes e a 22, mais ou menos, de Campo Grande e é composta de 22 ranchos dispersos em forma de pequenos sítios e habitados por índios Terenas, tendo uma população de 148 almas. 12 destes ranchos ficaram para dentro da linha da fazenda das Correntes, demarcada há pouco, e com uma população de 80 almas, sendo que o mais distante ficou (...) 1.500 metros, mais ou menos, tendo as outras restantes ficado a uma distancia que varia desde 20 até 1.000 metros. Os índios moradores na parte que ficou para dentro da fazenda das Correntes, já estavam se preparando para mudar, o que impedi visto nada saber quanto a exatidão da medição da fazenda das Correntes e mesmo porque elles alli possuem grandes roças, curaes, cercas, laranjaes etc, que demonstraram a sua estadia naquella parte há mais de 15 anos (WERNEK, 1922, p. 183-184).

Diocleciano Mascarenhas, de acordo com relatos de indígenas mais velhos, era um homem respeitado e temido, apesar de existirem indígenas morando na área, isso não impediu a demarcação da fazenda Correntes. Vargas (2003, p. 111) salienta que nestes casos, inclusive as benfeitorias feitas pelos indígenas “passaram para os particulares”.

Mas, era comum decorrer certo tempo entre fazer o requerimento da terra e ocupá-la de fato. É o caso de Correntes: o documento do SPI citado acima data de 1922, e afirma que a fazenda havia sido delimitada há pouco tempo. No entanto, os relatos orais apontam que ela foi *cercada* na década de 1940.

Cercou depois. Eles mandaram fechar aqui em 40. Veio um engenheiro dele e mediu primeiro. Depois ele mandou esse engenheiro chamado Domingo. Esse Domingo era português. Era o agrimensor dele. Ele mandou medir outra vez em 40, porque os

fazendeiro que herdaram as área aqui dessa fazenda Corrente falavam assim: “eu quero a terra...”; começaram a ficar nos elementos da natureza. “Daqui até lá, daqui pra lá, de lá eu vou ficar com ele, pode registrar...” Então, eles sabia que nessa área tinha excesso. Então em 40 ele passou aqui pra legalizar. Vender o que é justo. Ele vendeu muita terra aí. Ele fez isso. Já foi da minha época (Armando Gabriel, índio Terena, 85 anos, 2003 *apud* XIMENES, 2011, p. 66).

Essa situação era comum no antigo Mato Grosso, muitos dos novos proprietários adquiriam do Estado uma extensa porção de terra, mas não residiam no local, nem sequer cultivavam. Anos depois, quando interessava vender os imóveis, loteavam em diversas partes para entregar aos herdeiros ou aos novos compradores. “Estes, por sua vez, tomavam posse e terminavam de efetuar a retirada dos índios, quando ainda se encontravam no local” (XIMENES, 2011, p. 68).

Os Terena permaneceram nas sobras da referida propriedade, conforme Vargas (2003, p. 115), “por sua própria persistência, não pela *bondade* dos que se tornavam *proprietários* das terras que eles ocupavam, ou ainda pela *bondade* do governo”. Mesmo assim, não ficaram livres do esbulho que queriam lhes impor alguns regionais, pois também essa área foi pleiteada por ocupantes recém chegados, cuja intenção era aproveitar-se da terra já trabalhada pelos indígenas.

De acordo com Eremites de Oliveira e Pereira (2012, p. 178), por volta de 1940, outros não índios passaram a ocupar uma área conhecida como Barro Preto, na qual “também chegou a morar uma índia Terena de nome Corina”, casada com um não índio. Ela era parteira e curandeira (xamã), bastante procurada tanto pelos Terena quanto pelos regionais que se estabeleceram no local. Na região há um morro, conhecido como Morro do Ponteiro ou Morro da Corina, conforme denominação dos próprios Terena.

A área próxima ao Barro Preto foi requerida por Porfírio de Brito, resultando na expulsão dos índios em 1946 e na sua transferência para a então Reserva do SPI. No entanto, temerosos de ficarem submissos às autoridades do órgão, várias famílias terena preferiram se dispersar e até mesmo buscar trabalho nas fazendas. Apesar de mudarem-se do local, em 1949 os indígenas ajudaram a construir a cancha para corrida de cavalos, cuja localização indicada pelos Terena consta na obra de Eremites de Oliveira e Pereira (2012, p. 74).

De acordo com os mesmos autores, Furna da Estrela é outra área de ocupação antiga. No sopé da Serra de Maracaju há uma nascente chamada Estrela, que deságua no córrego Buriti. Essa região foi regularizada como propriedade por José Ananias (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2012, p. 197).

Outro requerente era Agostinho Rondon, que iniciou a ocupação e adquiriu as terras junto ao Estado brasileiro por meio de compra. O governo, negligenciando a presença indígena, regularizou a posse dos *purutuya*. Tentando adaptar-se às novas situações impostas, os Terena agiram conforme os novos ocupantes, propondo a compra da área de sua ocupação tradicional e foram duplamente lesados:

O velho índio (...) por nome João José (...) que possui um grande laranjal, roças, cana, gado etc, e que conjuntamente com seus filhos e outros índios deram ao senhor Agostinho Rondon a importância de 1:800\$000, aproximadamente para que fossem requeridas aquelas terras para elles, tendo o sr. Agostinho Rondon recebido aquella importância (...) e de posse do dinheiro não deu recibo sob pretexto de falta de estampilhas, requerendo então as terras para si deixando os índios prejudicados não só na importância que deram como em seu socego (WERNEK, 1922, p. 184-5).

Esta situação exemplifica a expressão *diplomática* do *ethos* terena, ou seja, a tentativa de reaver a terra pelos mecanismos utilizados pelos não índios. Apesar do incidente, assim como a fazenda Correntes, a área adquirida por Agostinho Rondon não foi efetivamente cultivada e os índios continuaram a exercer sua posse na área chamada por eles de Veada. Somente em 1939, o novo proprietário Geraldo Correia expulsou os Terena do local, com a colaboração “de um encarregado do SPI, Alexandre Honorato Rodrigues”, conforme informações prestadas por um ancião terena e mencionadas por Eremites de Oliveira e Pereira (2012, p. 197).

Situação análoga aconteceu com a chegada de um novo ocupante, Reginaldo Lemes, em outras áreas também ocupadas pelos Terena: os locais conhecidos como Arrozal e Barreirinho. Eremites de Oliveira e Pereira (2012) destacam que do ponto de vista dos Terena mais velhos, Alexandre Honorato ajudou a retirar os índios do Arrozal/Barreirinho. Ainda de acordo com os mesmos autores, havia outros pontos de habitação dos Terena, por exemplo, às margens do córrego Cafezal afluente do Buriti. As famílias começaram a deixar o local na década de 1930, pressionadas pelos fazendeiros. A cabeceira do Córrego do Meio, o curso do córrego Cedro e as proximidades do córrego Cortado ou Américo, também eram habitadas pelas famílias terena.

A violência, assim como em outras áreas, era um dos meios utilizados para concretizar a expropriação do território terena na região de Buriti. Neste sentido, os índios apontaram a atuação da *captura*, que “deve ser entendida com uma forma particular dos Terena identificarem forças policiais ou forças que se fizeram passar como tal para, também, os expulsarem de muitos de seus antigos locais de moradia” (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2003, p. 28).

A *captura* seria uma força policial supostamente criada para deter grupos de bandidos ou bandoleiros no centro-sul de Mato Grosso, mas, de acordo com a percepção de certas lideranças de Buriti, atuava também na expulsão dos indígenas, principalmente durante o governo ditatorial de Getúlio Vargas.

Com a constante regularização de terras em favor de não indígenas, os Terena foram se recolhendo a uma área cada vez mais reduzida, sendo que por meio do Decreto Estadual nº 834, de 1928, foi reservada uma área de 2.000 ha. de terra para os índios de Buriti, ou seja, nas sobras das áreas requeridas pelas propriedades recém formadas.

A política de demarcação das terras indígenas atendeu aos interesses de alguns fazendeiros. Mas, ressalta-se novamente que se os Terena não tivessem posto a sua própria política em prática, não teria necessidade de o governo estabelecer o *seu lugar*, uma vez que um de seus principais objetivos era o de se apossar definitivamente das terras indígenas. Eles não permaneceram passivos diante do esbulho e iniciaram suas reivindicações para a reconstrução dos aldeamentos. “Mas, deve-se considerar que o ambiente político da época limitava bastante as possibilidades dos índios fazerem valer os seus direitos” (XIMENES, 2011, p. 72).

Os Terena colocavam em prática suas antigas estratégias, pois, não aceitaram a expropriação que os regionais e o Estado tentaram impor, e conforme Vargas (2003, p. 71), “formavam *comissão*” para cobrar do governo a demarcação de seus territórios, já que a formação de fazendas não se fazia esperar. Estes indígenas, embora mantendo relações amistosas, nem sempre aceitaram as determinações dos não índios, ou quando aceitaram, agiram de acordo com estratégias próprias.

Atualmente os Terena protagonizam uma Retomada na região de Buriti, na tentativa de recuperar os territórios de ocupação tradicional que ficaram de fora dos 2.090 ha. reservados pelos SPI. A Terra Indígena Buriti é palco de um dos conflitos de terra mais acirrados e polêmicos do Mato Grosso do Sul. A Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti realizada por Eremites de Oliveira e Pereira (2003), indicou que a área deve ser ampliada para 17.200 ha., já declarada de posse permanente dos Terena por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 3.079, de 27 de setembro de 2010. Entretanto, o processo de judicialização impede a conclusão da demarcação.

O Art. 231 da Constituição Federal de 1988 permite somente a indenização pelas benfeitorias dos ocupantes de boa fé, considerando que a União não pode pagar por áreas que

já lhe pertencem, como é o caso das terras indígenas. Entretanto, Cavalcante (2013, p. 381) destaca que a necessidade da criação de mecanismos para o pagamento de indenizações que contemplem o valor da terra nua é um ponto de concordância entre “a maioria dos integrantes dos poderes constituídos em Mato Grosso do Sul, alguns ruralistas, o MPF, movimento indígena e a FUNAI”. Buriti motivou a intensificação desses debates, pois diante do acirramento dos conflitos na área, que resultou na morte do Terena Oziel Gabriel em 2013, o governo propôs essa solução (inicialmente exclusiva para aquela Terra Indígena). Entretanto, alguns proprietários discordaram dos valores propostos pelo governo e o impasse acerca de Buriti prossegue.

### 2.1.6 Formação da Reserva Limão Verde

**Figura 13** – Localização da T. I. Limão Verde (área circulada), município de Aquidauana



Fonte: Dados cartográficos Google 2016, retirados do site <https://pib.socioambiental.org/pt>.

Vargas (2003, p. 121) aponta algumas informações sobre fundação da aldeia do Limão Verde. Ela teria sido fundada “pelo índio Terena Atale, que entre os não índios era chamado

de Manuel Lutuma”. Cardoso de Oliveira (1976) também traz informações referentes à constituição da Aldeia do Limão Verde por João Dias, que se mudou para o Morrinho, região próxima a Aquidauana e depois de sua morte, seus filhos mudaram-se para o lugar denominado Limão Verde, onde já teriam encontrado o Capitão Lutuma.

O trecho abaixo foi retirado por Cardoso de Oliveira (1976) de um caderno escrito de próprio punho pelo índio Terena Isac Pereira Dias, morador da Terra Indígena de Limão Verde, sem a data em que foi escrito:

(...) Sua história remonta um passado longínquo. Contaram-nos que a comunidade existe desde a Guerra do Paraguai e que teria sido fundada por um tal João Dias, bandeirante paulista. Este bandeirante, que vivia com uma índia Terena, no lugar onde é hoje Aquidauana, teria cedido sua gleba para a fundação da cidade, mudando-se para Morrinho, uma légua a noroeste de Aquidauana (...). Depois de sua morte, seus filhos abandonaram Morrinho e foram para Córrego Seco, no lugar chamado Limão Verde. O capitão de Limão Verde – onde já deveria existir uma pequena concentração de índios Terena – era o célebre Lutuma, conhecido em toda região pelos seus feitos na Guerra do Paraguai. (DIAS *apud* CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 80).

Assim como nas demais localidades habitadas pelos Terena, os conflitos territoriais entre os indígenas e os fazendeiros da região começaram a surgir. Em 1923, cogitou-se a transferência daqueles índios para junto dos Kadiwéu, em virtude de suas terras já se encontrarem reservadas. Mas, os Terena ali permaneceram e os conflitos entre eles e os regionais acentuavam-se a cada dia, obrigando o governo do então estado do Mato Grosso, a se posicionar. Estabeleceu-se, de acordo com Vargas (2003, p. 122) o “Decreto n.º 795, de 6 de fevereiro de 1928, que reservou uma área de 2.000 hectares de terras devolutas, mas não mencionou que seria para os índios Terena e, sim, para o patrimônio de Aquidauana” e respeitando-se todos os limites que haviam sido adquiridos pelos novos ocupantes da região, junto ao governo do estado.

Todavia, dezenove anos depois, em 1947, os Terena continuavam com dificuldades para manter a posse das terras do Limão Verde. Assim, por meio de um abaixo-assinado, enviado para Enoch Alvarenga Soares, chefe do Posto Indígena Capitão Vitorino na região de Nioaque, os Terena solicitaram a sua presença para informar sobre os abusos que vinham sofrendo por parte dos proprietários rurais da região, já que os marcos da Reserva não foram respeitados pelos seus vizinhos (VARGAS, 2003).

Um relatório de viagem realizado por Darcy Ribeiro em 1948, registrou que a maioria dos vereadores da cidade de Aquidauana também considerava indesejável a presença dos Terena na região. Em 1966, essa questão territorial do Limão Verde ainda não havia sido

resolvida. Os índios Terena formaram uma *comissão* e foram até a cidade de Cuiabá solicitar a demarcação de suas terras.

De acordo com Mariz (1997, p. 26), em 1970, o vereador Terena Jair de Oliveira, solicitou a demarcação das terras do Limão Verde, na Câmara Municipal da cidade de Aquidauana, propondo a regularização das 2.000 ha., conforme o Decreto de 1928. Seu pedido foi aprovado por unanimidade em sessão ordinária. Vargas (2003) pontua que somente em 1972, foram doados para a FUNAI 1.238 hectares, sendo levados para escritura em cartório em 1973, com uma quantidade de terras menor do que a estabelecida pelo Decreto de 1928.

Atualmente os Terena reivindicam a posse dos 5.377 ha. que constituem a Terra Indígena Limão Verde, homologada pelo Decreto de 10 de fevereiro de 2003 e registrada em nome da União por meio da Certidão nº 18/2008. Entretanto, a homologação foi suspensa pelo Acórdão da 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal, de 09 de dezembro de 2014 e publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 12 de fevereiro de 2015. O Acórdão aplica a chamada tese do marco temporal (uma das condicionantes utilizadas na demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima), que considera como terras tradicionais somente aquelas que estavam sob posse dos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Desconsidera, portanto, que diversos grupos indígenas não ocupavam essas áreas na referida data devido a inúmeros processos de esbulho.

Na prática, o voto do falecido ministro Carlos Alberto Meneses Direito [no julgamento da Petição RR nº 3.388, em 2009, que tratou da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol] substitui a “tese do indigenato”, que considera o direito indígena às terras de ocupação tradicional como sendo um direito “congênito” e “originário”, ou seja, antecedente ao próprio Direito, pela tese do “fato indígena”, que considera o direito indígena à terra como uma “concessão” do Estado a partir da promulgação da Constituição de 1988, justificando assim a necessidade de ocupação da terra no dia da promulgação da Carta (CAVALCANTE, 2016, p. 14).

Cavalcante (2016) pontua que esse direcionamento negligencia a tradição jurídica e antropológica brasileira que esteve presente na Assembleia Nacional Constituinte e cujo papel foi fundamental para a elaboração do texto constitucional, especialmente do artigo 231 que reconhece os direitos originários dos indígenas sobre suas terras de ocupação tradicional.

## 2.2 A agência terena na formação de suas Reservas

A noção de agência, mais frequente na Sociologia e na Antropologia, nos auxilia na compreensão da história terena. Os pesquisadores Norman Long e Jan Douwe van der Ploeg (2011), explicam que a ideia de agência atribuí ao ator social individualmente, a capacidade de processar a experiência social e elaborar maneiras de enfrentar a vida, ainda que sob formas extremas de coerção. Mesmo com restrições (físicas, normativas ou político-econômicas), eles procuram solucionar problemas, intervir no fluxo de eventos sociais do seu entorno e monitorar suas próprias ações, observando como os outros reagem ao seu comportamento.

O sociólogo Anthony Giddens (1984) salienta que todos os atores (agentes) exercem um determinado tipo de poder, mesmo aqueles em posições de subordinação, ou seja, todas as formas de dependência oferecem recursos com os quais aqueles que estão subordinados influenciam em alguma medida as ações dos que estão em posição superior.

Entretanto, Long e Ploeg (2011) salientam que a agência não é simplesmente um atributo do ator individual, pois requer capacidades de organização e depende da emergência de uma rede de atores parcialmente, embora quase nunca completamente, envolvidos nos projetos e práticas de outro indivíduo ou grupo. Dessa forma, dialogando com Bruno Latour (1994), a agência requer a geração/manipulação estratégica de uma rede de relações sociais por meio de certos pontos fundamentais de interação.

Nesse sentido, a trajetória histórica dos terena demonstra seu papel na garantia de parte de suas terras de ocupação tradicional. Isto é, embora as Reservas tenham atendido aos interesses do Estado e dos novos ocupantes, também representaram a capacidade dos Terena de reivindicar e dialogar com o Estado na busca pela manutenção de áreas em que pudessem se reorganizar enquanto grupo étnico. Evidenciam, portanto, a agência terena.

Moura (2009), na tese intitulada *O processo de terenização do cristianismo na Terra Indígena Taunay/Ipegue no século XX*, evidencia como os Terena se apropriaram da organização em Reservas para (ao contrário do que o Estado queria), manter sua distintividade étnica:

Para os Terena significava o reagrupamento tribal e a oportunidade de reconstituição do *modus vivendi* indígena. Os Terena, que aos olhos dos brasileiros estavam *integrados* à sociedade nacional, percebiam que para preservar seus direitos indígenas fazia-se necessário preservar traços de sua *indianidade*. Enquanto a meta do governo era acelerar a assimilação, a dos indígenas era preservar suas terras e seus direitos. Ao passo que a etnia reorganizava seu *modus vivendi*, o Estado se



encarregava de modernizar-se. A atenção estatal desviava-se dos indígenas vistos como acomodados à situação nacional e voltava-se para os ditos *arredios* e *selvagens*. Essa foi uma das causas pelas quais os Terena saíram da agenda nacional e conseqüentemente da História. Sua situação, do ponto de vista das autoridades brasileiras, estava encaminhada. A completa inserção e assimilação da etnia era uma questão de tempo. Paulatinamente, seriam absorvidos como trabalhadores nacionais, miscigenados e abasileirados (MOURA, 2009, p. 118).

Possivelmente essa não era uma estratégia deliberada, racionalizada, mas derivada da concentração do leque de relações de certo tipo entre os Terena e os não índios.

Vargas (2011b, p. 385) destacou a noção de “apropriação indígena dos códigos que regiam o SPI”. A autora ressalta que apesar das limitações e da atuação paradoxal do órgão indigenista, os Terena consideraram o “Estado como um aliado importante, ao qual deveriam recorrer. Aceitam o jogo político, incorporam e usam as normas estabelecidas, exigindo o cumprimento da lei para permanecerem nas terras reconhecidas oficialmente como suas” (VARGAS, 2011b, p. 385).

Nesse período, destaca-se a habilidade dos Terena em dialogar com as autoridades brasileiras utilizando os meios oficiais, conforme Vargas (2003, 2011a, 2011b) e Moura (2009). Os Terena, como também apontado por Ximenes (2011, p. 42), buscaram “negociar com o Estado e com os regionais usando as vias da legalidade, em atitudes diplomáticas muito características desse povo”.

O Estado tinha como objetivo último das Reservas a promoção da invisibilidade étnica dos Terena e esses, por sua vez, convenceram o Estado, os regionais, e mesmo os alguns antropólogos, de que estavam acomodados à situação nacional. Essa relativa invisibilidade, apontada pelo antropólogo Darcy Ribeiro na epígrafe que inicia o capítulo, foi útil ao passo que tirou momentaneamente os Terena de foco e permitiu sua reorganização, e mais que isso, a *terenização* – conforme expressão de Moura (2009) – das áreas reservadas.

Cardoso de Oliveira (1976, p. 117-126), traz uma descrição de algumas aldeias terena na década de 1950 e faz uma análise dos mecanismos de assimilação. Enquanto fatores convergentes para essa suposta assimilação dos Terena, o autor destaca: a atração das cidades, com as quais os Terena tinham bastante contato; o serviço militar, que representava para os jovens terena a possibilidade de viver novas experiências, o fornecimento da carteira de reservista que ampliava as possibilidades de emprego e uma certa condição de prestígio; os casamentos interétnicos e o compadrio (relações de amizade quando os terena tornavam-se afilhados ou compadres dos fazendeiros); as missões religiosas; a participação dos Terena na política regional; e o engajamento como mão de obra em ocupações diversas.

Conforme já discutido em pesquisas mais recentes esses fatores não resultaram na aculturação dos Terena, ao contrário, foram de alguma forma apropriados pelo modo de ser desses indígenas. Exemplo disso é a questão religiosa, conforme demonstrou Moura (2001, 2009), em relação ao protestantismo entre os Terena.

Ressalta-se, porém, que naquele período eles utilizaram esses fatores para se aproximarem das práticas e das condições disponíveis aos não índios. Eles não poderiam prescindir do contato com as cidades (inclusive porque muitos produtos das atividades agrícolas desenvolvidas nas aldeias eram comercializados no espaço urbano). Além disso, os Terena precisavam acessar uma série de produtos e serviços que estavam disponíveis apenas nas cidades. Assim como ocorreu em outros momentos da sua história, eles perceberam que era necessário dominar os códigos de conduta dos *purutuya* para fazer valer seus direitos.

Por outro lado, também não é possível desconsiderar que no contexto regional sempre houve hostilidade aos indígenas. Ser índio era considerado algo negativo pelos regionais, aliás, pelos brasileiros. Assim, a invisibilidade étnica (mesmo que não totalmente alcançada) era, e ainda é em algumas situações, um mecanismo de defesa em um contexto discriminatório. É importante destacar que os Terena eram chamados pelo termo pejorativo de *bugres*<sup>1</sup> (que ainda hoje é comumente utilizado no Mato Grosso do Sul), o que sempre gerou sérios constrangimentos.

Como essa invisibilidade étnica nunca foi totalmente alcançada, elencamos, a partir dos escritos de Cardoso de Oliveira (1976), alguns obstáculos a esse processo: a aparência física (que permitia o reconhecimento da indianidade, pela qual os Terena eram visivelmente destratados na cidade, por funcionários e donos de comércios e até por servidores públicos); o uso da língua terena (que por outro lado, também era alvo de discriminação); a falta de

---

<sup>1</sup> Cardoso de Oliveira (1976) intitulou sua obra: *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*, em referência à forma pejorativa como os Terena eram referidos pela sociedade regional no sul do Mato Grosso, à época de sua passagem pela região. De acordo com o *Dicionário Aulete*, o termo bugre significa: “1. Pej. Etnol. Designação depreciativa que os europeus deram aos indígenas do Brasil, por considerá-los sodomitas [segundo algumas fontes, o termo foi us. pela primeira vez no Brasil em 1555, por oficiais da marinha francesa, para designar os tamoiós.]. 2. Pej. Denominação depreciativa dada a indivíduo de origem indígena, preconceituosamente tido como selvagem, rude, incivilizado e herético. 3. Fig. Pej. Pessoa incivilizada, inculta. 4. Fig. Pessoa arredia” (BUGRE, *Aulete Digital*, s. d., s. n.). Guisard (1999, p. 92) discorre sobre a origem do termo que remete ao “movimento herético, na Europa, durante a Idade Média, representando uma força contrária aos preceitos ditados pela ortodoxia da Igreja. Surgiu no século IX, na Bulgária, tendo sido batizado como bogomilismo, inspirado no nome do padre Bogomil, considerado fundador da seita herética. [...] Aos poucos, no Mundo Ocidental, o sentido da palavra bugre vai se transportando de um mundo religioso para um mundo profano, levando consigo a idéia do bugre como o devasso, o sodomita, o pederasta, o infiel em que não se pode confiar, que representa a porção mais baixa da sociedade europeia”.

documentos (que impedia o acesso a certas ocupações urbanas); o gosto pela atividade agrícola (que dificultava sua adaptação nas cidades); e, a atuação do SPI.

Importante destacar que esses fatores descritos pelo antropólogo remetem às suas observações na década de 1950. Embora trabalhasse com os conceitos de *assimilação* e *aculturação*, Cardoso de Oliveira (1976, p. 134), destaca que “a população Terena ainda que integrada à estrutura econômica regional, nem por isso será – num futuro previsível – assimilada pela sociedade brasileira ou por seus segmentos sócio-culturais”.

Cardoso de Oliveira (1976, p. 30), destacou o papel das Reservas na “emergência de mecanismos psicossociais contrários à assimilação: [o que] torna mais sólido o ‘nós tribal’, diminui as possibilidades de contato interétnico e marca socialmente a situação de índio, tutelado”, pois, após asseguradas as porções de terra em que os Terena permaneceram, o resultado foi uma relativa segregação. “Não uma segregação imposta pelo SPI, por meios diretos, persuasivos ou violentos; mas uma consequência natural da criação das Reservas, numa área em que a população tribal era barbaramente explorada” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 130).

Trabalhos mais recentes como o de Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e mesmo uma consulta à documentação do próprio SPI, evidenciam que, ao contrário do que afirma Cardoso de Oliveira (1976), houve pressão por parte do órgão indigenista para que os Terena que estavam fora das áreas reservadas, se estabelecessem naqueles locais e abandonassem outros espaços de ocupação tradicional. Mas, é evidente que muitos indígenas o fizeram por entenderem que era a alternativa que tinham naquele momento para garantir, pelo menos, parte de suas terras.

Entretanto, é pertinente a observação do antropólogo sobre a situação de Reserva como um fortalecimento para o *nós tribal*, que entendemos aqui como um fortalecimento do sentimento de pertença, não pela diminuição do contato interétnico como afirma o autor, mas pelo reforço da diferenciação entre os Terena e os regionais, e pelas possibilidades (ainda que limitadas) de reorganização social e cultural nas Reservas.

Nesse sentido, é possível fazer um paralelo com a situação dos Piro, nativos da região amazônica, do rio Baixo Urubamba, no Peru oriental. Assim como os Terena, os Piro foram considerados praticamente aculturados, o que os levou a serem descritos de forma separada dos demais grupos amazônicos considerados *tradicionais*. Entretanto, o antropólogo Peter Gow (2008, p. 197), discorda da descrição simplista desse grupo como “vítimas da história, prejudicados pelo contato com a sociedade europeia e com as sociedades nacionais”. Para o

autor é preciso considerar as formas de recepção das políticas do Estado peruano, por exemplo, a organização territorial na *Comunidad Nativa*<sup>2</sup>.

Ao evocar a escola e a *Comunidad Nativa* como base para a ação comunitária, eles evocam, simultaneamente, por contraste, as vidas de seus ancestrais, que viveram na floresta. Especialmente eles evocam as narrativas de escravidão e opressão sofridas por seus ancestrais e por alguns parentes mais velhos. Os ancestrais foram escravizados pelos brancos e seus descendentes viveram e trabalharam em sistema de débito (“barracão”) nas *haciendas*. Os mais velhos viveram essa experiência de violência e as “aldeias reais” de hoje foram vitórias obtidas frente à oposição dos patrões brancos. Cada referência à escola e à *Comunidad Nativa* ressoa contra a narrativa de violência e opressão (GOW, 2008, p. 197).

Nesse sentido, as novas condições de vida nos territórios regularizados pelo Estado, embora implicassem uma reorganização e muitas vezes em transformações socioculturais, são percebidas pelos Piro como um contraponto às situações de violência e exploração ainda maiores vivenciadas por esses grupos em período anteriores. É o que fica evidenciado pelos Terena na classificação do período anterior às Reservas como *Tempos de Cativoiro*. É preciso, contudo, fazer a ressalva de que durante a vigência do SPI os Terena não ficaram imunes às práticas violentas e exploratórias, conforme será abordado posteriormente.

O pesquisador do Centro de Trabalho Indigenista – CTI, Gilberto Azanha (2005), em texto sobre as Terras Indígenas terena no Mato Grosso do Sul, argumenta que as Reservas, constituíram-se no ponto de apoio para o reagrupamento das famílias dispersas (especialmente no pós-guerra) e que se encontravam em regimes de trabalho compulsório nos barracões das fazendas.

[...] ao mesmo tempo em que [a Reserva] acarretou a perda da autonomia política (dado que submeteu os índios à dependência política do chefe branco do posto do SPI e, depois, FUNAI), foi transformada pelos Terena na base territorial necessária para a atualização e manutenção do ethos tribal; sua integração à estrutura econômica compensou de certa forma a perda da auto-suficiência econômica; e, finalmente, a urbanização crescente de parte de sua população, foi a resposta encontrada pelos Terena às limitações (políticas, sociais e econômicas) reinantes na situação de reserva. Portanto, poderíamos compreender as novas pautas sociais engendradas pelos Terena "modernos" como derivadas da estratégia de um povo na busca de novos espaços para o exercício da sua sobrevivência enquanto tal (AZANHA, 2005, p 80).

Dessa forma, as Reservas tornaram-se o espaço para a reafirmação da identidade étnica (embora a intenção estatal fosse a assimilação), além de garantir uma relativa liberdade, se comparado à situação de trabalho em que muitos Terena enfrentavam nas propriedades

---

<sup>2</sup> A *Comunidad Nativa* é o formato de territorialização instituído pelo Estado peruano.

rurais. No item a seguir serão abordadas essas condições de trabalho antes e após o estabelecimento das Reservas.

## **2.3 A mão de obra terena no sul do Mato Grosso**

O objetivo desse item é abordar a utilização do trabalho terena tanto nas modalidades compulsórias, quanto em modalidades mais amenas; antes e durante a gestão do SPI, perpassando o trabalho nas fazendas, em obras públicas (linhas telegráficas, Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB) e a produção agrícola e extrativista nas Reservas.

A mão de obra indígena foi fator importante na economia no território brasileiro, desde o período colonial, como atesta a obra *Negros da Terra: índios e bandeirantes na origem de São Paulo*, de John Monteiro (1995). O autor aborda a temática da escravidão indígena no século XVI, focando nas relações entre os bandeirantes e os Guarani em São Paulo.

A mão de obra terena (e de outras etnias também) foi elemento primordial na região sul do Mato Grosso. O braço indígena derrubou matas, formou fazendas, movimentou a indústria sucroalcooleira, construiu estradas e alimentou os não índios, como apontam trabalhos de Cardoso de Oliveira (1976), Moura (2001), Garcia (2008), Vargas (2003), Eremites de Oliveira e Pereira (2003), Salvador (2012), dentre outros.

A observação das relações de trabalho mantidas entre os indígenas e os *purutuya* também evidencia alguns processos históricos marcantes da trajetória dos Terena e caracteriza sua interação com as frentes de colonização e com a expansão capitalista que adentrou o território terena no sul do Mato Grosso no período em que acontecia sua acomodação em Reservas.

### **2.3.1. A mão de obra terena em empreendimentos públicos**

No final do século XIX e início do século XX, a recente república brasileira tinha projetos de modernização e integração do interior do país. Rumo aos ideais de *ordem e progresso* e sob o influxo do positivismo, o objetivo era investir em uma infraestrutura capaz de facilitar a comunicação e o transporte com as regiões como o sul do Mato Grosso, e assim estimular novas frentes de colonização não indígena e a expansão capitalista.

Nessa conjuntura, e somado à preocupação de proteger militarmente as fronteiras brasileiras, foi organizada a Comissão Construtora de Linhas Telegráficas de Mato Grosso (1900-1906), chefiada por Rondon (conforme abordado no item 2.1). Por onde passava, a comissão entrava em contato com as diversas etnias indígenas, e a partir disso delineou-se a política indigenista que resultaria na criação do SPI. O grupo adentrou o território terena e iniciaram-se mudanças que culminariam com a formação das Reservas.

A comissão arregimentava os indígenas para os diversos trabalhos que envolviam a exploração de regiões desconhecidas para os funcionários não índios, a derrubada da mata, a lapidação da madeira, o levantamento e a fixação dos postes e o transporte de materiais e equipamentos. Bittencourt e Ladeira (2000, p. 81), destacam que os primeiros indígenas que participaram dos trabalhos da comissão foram os Bororo e à margem do rio Taquari, eles não quiseram mais continuar o trabalho, alegando que dali para frente, “estava o território dos Guaicuru e dos Terena. E, a partir daquele momento, o trabalho dos Bororo foi substituído pelo dos Terena, que participaram das atividades da Comissão até o final”.

Adilson de Campos Garcia (2008), na dissertação intitulada *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do sul de Mato Grosso (1845-1930)*, analisa algumas fotografias, dentre elas uma de um grupo de Kaiowá e Terena que trabalharam na construção da linha de Ponta Porã. O pesquisador chama atenção para a presença de crianças na imagem, indicando que possivelmente havia “ampla utilização de menores na atividade de construção das linhas telegráficas” (GARCIA, 2008, p. 111).

Em alguns documentos analisados pelo mesmo autor, evidenciou-se que em certos momentos a produção agrícola dos Terena foi prejudicada, dado o número de homens que era recrutado para outras atividades, dentre elas o trabalho nas linhas telegráficas e o engajamento militar, pois, o governo de Mato Grosso “convocava os índios para lutarem em suas fileiras. Essas lutas coronelísticas caracterizaram-se pelo extremo grau de violência registrada no final do século XIX e que se enveredou pelo seguinte, devido às Revoltas Tenentistas” (GARCIA, 2008, p. 112).

Outro empreendimento que contou com a mão de obra terena foi a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – NOB. O traçado da NOB começou em Bauru, estado de São Paulo e estendeu-se até Corumbá, fronteira com a Bolívia, no atual Mato Grosso do Sul. Mantinha um ramal de Campo Grande (Estação Indubrasil) a Ponta Porã. Bittencourt e Ladeira (2000, p. 84) salientam que os trabalhos da ferrovia foram feitos praticamente pelos

indígenas e ainda que “muitos morreram pelos vários acidentes que aconteceram no período da construção da estrada de ferro”.

De acordo com Garcia (2008, p. 125) os Terena trabalhavam também na manutenção dos trilhos, trocando dormentes podres, acomodando as pedras, fazendo roçado ao longo da linha férrea, cortando lenha para as locomotivas a vapor e, “via de regra os índios recebiam uma diária inferior em relação aos outros trabalhadores”. Importante mencionar ainda que parte da madeira utilizada nos trens a vapor era proveniente das Reservas terena, como será abordado no capítulo 3.

O autor discute a escassez de fontes escritas acerca do engajamento terena nas obras da NOB e atribui isso à invisibilidade dos Terena perante a sociedade nacional que contava como certa a sua assimilação:

Esta concepção de “invisibilidade” da sociedade envolvente, de considerar os índios já “integrados” entre a população de reduzido poder aquisitivo, “pode” ser considerado um fator ao qual as fontes geralmente não se reportam, e ou se referem de forma acanhada à participação e à contribuição do trabalho indígena Terena na edificação da Ferrovia NOB (GARCIA, 2008, p. 124).

Dessa forma, as autoridades do órgão indigenista e da própria NOB, concentravam suas preocupações nos grupos hostis, com os quais haveria a necessidade, em seu entendimento, de impor os padrões da *civilização*.

Há outros exemplos do trabalho terena em obras de caráter público. Eremites de Oliveira e Pereira (2012, p. 180) mencionam que os indígenas “ajudaram a construir uma cancha para corrida de cavalos” na área do Barro Preto (região da Terra Indígena Buriti), importante espaço de sociabilidade para índios e regionais. Também é possível citar uma estrada de ligação entre a então Reserva Buriti e a cidade de Sidrolândia, cuja iniciativa teria sido do Coronel Nicolau Bueno Horta Barbosa, delegado da inspetoria do SPI. A construção foi feita por 60 índios da T. I. Buriti. De acordo com o relato do Terena Lúcio Sol: “os peão [eram] só índio. Só falou, já levantou, já fez estrada” (Lúcio Sol, Terena, 89 anos, 2003, *apud* XIMENES, 2011, p. 76).

### **2.3.2 A mão de obra terena nas fazendas, nas cidades e nas Reservas**

No território chaquenho-pantaneiro, os grupos Guaná (nos quais se incluem os Terena) mantiveram diversas relações com os colonizadores e, embora não de forma compulsória, seu

trabalho na produção agrícola e na tecelagem fornecia diversos produtos indispensáveis para a manutenção de empreendimentos coloniais como fortes, presídios e vilas.

Garcia (2008, p. 68), destaca que “no período que antecedeu à Guerra da Tríplice Aliança (1864/1870), a produção agrícola excedente dos Guaná (Terena) já era vendida para a sociedade dominante, no Forte Coimbra, e/ou permutada por aguardente, panos, armas de fogo, animais e instrumentos de trabalho”.

A prática da agricultura, considerada característica importante da cultura terena e dos grupos Aruák de forma geral, também foi fundamental para os moradores não indígenas do sul do Mato Grosso no período da Guerra da Tríplice Aliança (conforme já abordado no capítulo 1). Vargas (2011a) salienta:

Os Terena tornaram-se conhecidos pelas autoridades brasileiras, como “dóceis” e “pacíficos”, como foram classificados durante o Império, prestadores de várias formas de serviço, tais como: a plantação de gêneros alimentícios para abastecimento do exército, ensino da prática da agricultura para índios que dela não faziam uso, buscar índios para conduzi-los à “civilização”, entre outras atividades por eles desenvolvidas (VARGAS, 2011a, p. 122).

Entretanto, após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) com a intensificação da colonização não indígena no sul do Mato Grosso, não só as terras dos Terena passaram a ser alvo das novas propriedades, mas também sua mão de obra, dessa vez recrutada de forma compulsória.

O recrutamento dos Terena como trabalhadores nas fazendas se deu nos parâmetros das relações trabalhistas arcaicas que foram estabelecidas no campo, agravado pela condição de desrespeito aos indígenas, que de certa forma continuou presente nos discursos e práticas de muitos empregadores. Na tradição oral dos Terena, esse período é chamado Tempos de Servidão, ou ainda Tempos de Cativo.

A expressão Tempos de Camaradagem também é usada pelos Terena, e remete aos *camaradas de conta*, pois os peões das fazendas eram obrigados a comprar alimentos e demais artigos nas *vendas* ou *bolichos* do próprio patrão. Contraíam, dessa forma, dívidas infundáveis e não conseguiam se desvencilhar do vínculo nas fazendas. Essa prática, que foi bastante comum no interior do Brasil, é também chamada de sistema de barracão.

O trabalho que os Terena desempenhavam nos imóveis rurais ia desde a derrubada da mata e a formação das pastagens e lavouras até a manutenção, plantio das roças, manejo do gado, além da construção da infraestrutura das propriedades. A demarcação das Reservas, fruto das reivindicações indígenas e da política indigenista do SPI, possibilitou que os Terena



se reorganizassem em parte do seu território e tivessem alternativa às condições de vida e trabalho nas fazendas, como apontam Moura (2001), Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e Vargas (2003).

Entretanto, Eremites de Oliveira e Pereira (2003), pontuam que alguns Terena continuaram dispersos nas fazendas, motivados pela relutância de viverem sob as ordens do Chefe de Posto. Além disso, alguns indígenas mesmo tendo se estabelecido nas áreas de abrangência dos postos do SPI, não abandonaram outras atividades nas áreas que ficaram de fora do perímetro das Reservas.

Uma hipótese é que para os Terena, o trabalho nas fazendas, bem como as incursões de caça, pesca e coleta de frutos e mel nas matas dessas propriedades, eram também formas de permanecerem conectados ao seu território. É o que evidencia a fala do Terena Agenor, da Aldeia Córrego do Meio (Terra Indígena Buriti), transcrita e analisada por Azanha (2005):

Quando eu era menino, a maior alegria era quando meu pai, meu avô me levava para 'melar' (tirar mel). Era uma festa; todo mundo saindo com as latas atrás dos enxames, mulher, gurizada... Porque não tinha açúcar não, como hoje em dia. Nós saía por essas matas, naquele tempo era tudo mata, para catar mel, pra comer com farinha, jatobá [...]. No campo era guavira, nós pousava nas invernadas, porque a peonzada era tudo patriciada, tudo índio [...]. Nós fazia caçada de caitetu por aí também [...] Nós tinha liberdade. O capataz não importava, era amigo dos índio; os fazendeiros nem apareciam por aqui, era tudo mata... Mas nós respeitava o gado, ninguém matava vaca... Agora a caça a gente não respeitava, era nossa né? [...]. (Agenor, aldeia, Córrego do Meio, 55 anos, *apud* AZANHA, 2005, p. 83, grifos nossos).

Os fragmentos destacados demonstram, por um lado que os Terena consideravam que esses recursos naturais lhes pertenciam, e, por outro, que seu engajamento como peões, facilitava o acesso a essas áreas e aos elementos importantes para a cultura terena que nelas estavam. Azanha (2005), faz a ressalva de que nem sempre a convivência era harmoniosa e que, vez por outra, os fazendeiros reclamavam ao SPI das *invasões* dos indígenas às propriedades. Especialmente a partir da década de 1960, as perseguições aos Terena que circulavam por esses locais se tornaram mais constantes.

Portanto, mesmo após o recolhimento dos Terena às Reservas, os produtores rurais continuavam a recorrer ao trabalho indígena, devido à escassez de trabalhadores não índios na região. Conforme Moura (2001, p. 36), as “Reservas transformaram-se em depósitos abundantes de mão de obra”. Interessava aos *purutuya* não só as terras terena, mas também o seu trabalho.

Garcia (2008), destaca que esses indígenas eram muito requisitados para a lida com gado. Além de serem considerados vaqueiros habilidosos, eles mesmos confeccionavam os aparatos para montaria como selas, baixeiros e coxinilhos, o que representava uma economia considerável para os patrões.

Dentre os apetrechos, o baixeiro era de suma importância, pois se colocava sob os arreios das cavalgaduras para proteger o lombo do animal, com o objetivo de não pisá-lo ou machucá-lo; primava-se pela saúde lombar do animal, conservando-o para o trabalho. Quando deixava a aldeia para trabalhar uma temporada em alguma fazenda, era costumeiro cada índio levar seu arreio ou sua traia de montaria, que lhe era peculiar. Como se pode depreender através dessa representação, o índio participava de todo o processo de fabricação de um arreio, desde colocar a armação de madeira, costurar com tiras de couro curtido o suador, enchê-lo com capim batido, coser as abas (assento), e sobre essas, suturar o travessão com as duas argolas, onde vão os loros que seguram os estribos (GARCIA, 2008, p. 76).

Os trabalhos nas fazendas eram os mais diversos, e após o estabelecimento nas Reservas, passou a ser para a maioria dos Terena, de caráter temporário. Ou seja, quando os indígenas estavam em dia com as atividades em suas roças, ou devido à precária situação financeira, procuravam e/ou eram procurados pelos proprietários rurais “para changuear ou fazer empreitadas de derrubada de matas, tirar postes, fazer cercas, limpar lavouras, roçar os brotos das invernadas, na marcação de bezerros, amansar vacas leiteiras, domar animais bravios – equinos, muares – para a labuta no campo, enfim” (GARGIA, 2008, p. 79).

Também é importante mencionar o trabalho externo das mulheres Terena que muitas vezes empregavam-se nas cidades como cozinheiras, lavadeiras, arrumadeiras e babás. Nas fazendas, pontua Garcia (2008, p. 88), o emprego da mão de obra feminina foi considerável e para as indígenas, “de um modo geral, esse contato mais consistente de trabalho nas mais variadas modalidades – geralmente empregadas domésticas – servia também como um espaço de aprendizagem do comportamento do homem branco”.

Assim, as diversas funções que os Terena desempenharam serviam, também, para a estratégia de conhecer e dominar os códigos de conduta dos *purutuya*. De certa forma, a invisibilidade étnica que a política indigenista tentava impor, transformando-os em trabalhadores nacionais, foi ressignificada pelos Terena e possibilitou a sua reorganização nas Reservas.

No contexto do trabalho nas fazendas emerge uma relação importante entre os fazendeiros e os Terena, o compadrio:

Vários são os registros nos Relatórios de atividades do SPI que apontam para a exploração do trabalho indígena nas fazendas. Cardoso de Oliveira (1968) evidencia que entre as estratégias usadas pelos fazendeiros para obter o trabalho indígena, constavam as relações de “compadrio”, estabelecidas entre eles e os Terena. Essa relação era formalizada quando fazendeiros batizavam os filhos dos índios e tornavam-se os seus padrinhos. Na maioria das vezes, eram os padrinhos que escolhiam os nomes para as crianças Terena. Muitos adotavam inclusive seu sobrenome. Tais relações consistiam na lealdade e na obediência dos índios aos seus patrões, que passavam à condição de compadres e de padrinhos, enquanto esses últimos proporcionavam aos Terena ferramentas para o desenvolvimento do trabalho agrícola, roupas, remédios e outros utensílios que esses julgavam necessários. Essa também foi uma das formas que os Terena estabeleceram políticas de alianças com os não índios para obterem possíveis vantagens, apesar da exploração de seu trabalho (VARGAS, 2011a, p. 126).

Portanto, o compadrio, embora envolvesse relações assimétricas e possibilitasse a exploração da mão de obra terena, também era vislumbrado pelos indígenas como possibilidade de acessar espaços e obter alguns benefícios. Vargas (2011a) transcreve e analisa relatos de alguns Terena sobre essas relações evidenciando que em alguns casos o apadrinhamento possibilitou acesso a tratamentos de saúde e oportunidades de instrução formal (elementos que na teoria, deveriam ser garantidos pelo SPI).

Se, por um lado a existência dessas relações revela a fragilidade da política supostamente protetora do Estado brasileiro e a estratégia da sociedade regional para camuflar a exploração da mão de obra indígena, por outro, demonstra que os Terena viam nesse tipo de aliança possibilidades de obter melhorias nas suas condições de vida.

Nas Reservas, as roças continuaram sendo a atividade principal dos Terena. Conhecedores da habilidade e do gosto terena pela agricultura, os agentes do SPI incentivavam essa atividade, vislumbrando a possibilidade de sustentação financeira dos Postos e a mais rápida assimilação dos indígenas pela sociedade nacional.

As informações sobre o trabalho terena apontam primeiramente para a sua organização familiar e para a formação de suas redes por meio de seus parentes e de outros que se submetiam à liderança do grupo. A forma de organização do trabalho era realizada pelos Terena, organizada de tal forma que os agentes do SPI não se intrometiam, afirmando que era assim que os índios desejavam. Obviamente esse processo não ocorria apenas porque os Terena desejavam, mas porque a sua organização e a sua produção atendiam às expectativas do SPI. Essa situação demonstra a sua reorganização dentro das reservas: permaneciam com os núcleos familiares, obedeciam a sua estrutura patriarcal, as suas plantações não se misturavam com as de outros grupos familiares e utilizavam a estrutura oferecida pelo Posto para finalizarem sua produção (VARGAS, 2011a, p. 124).

Essa autora ainda destaca que a produção era comercializada por eles mesmos nas cidades de Aquidauana, Miranda e Nioaque. Dessa forma, o estabelecimento das Reservas

não impediu a continuidade de antigas práticas terena de manter relações de comércio com os *purutuya*. Os indígenas eram “abastecedores de gêneros alimentícios” e “consumidores dos produtos de que necessitavam comprados nos antigos *bolichos* da região” (VARGAS, 2011a, p. 124).

As terras das Reservas também forneciam ao entorno recursos naturais importantes, pois de acordo com as palavras de Cardoso de Oliveira (1976, p. 96), os Terenas eram conhecidos “como peritos na difícil arte de extrair a casca de angico sem estragá-la”, e apesar dos estereótipos já recorrentes sobre os indígenas, os fazendeiros reconheciam sua importância como mão de obra:

Dessas modalidades de trabalho são insubstituíveis nas tarefas extrativas, para as quais desenvolveram uma técnica primorosa, aliada à grande resistência que demonstram em uma atividade das mais penosas. É voz corrente em Mato Grosso, de que não há “melhor casqueiro” que o Terena. Numa “mesa-redonda” que organizamos em Duque Estrada, em 1955, pudemos ouvir depoimentos de três fazendeiros, unanimemente favoráveis ao índio como trabalhador, apesar de inicialmente haverem procurado diminuir seu valor, só mudando de atitude e pondo de lado os estereótipos depois de cerrada discussão entre si, por nos estimulada. Concordaram finalmente que o Terena é o braço da região e, mesmo o braço mais desejado: “trabalha bem, vive com pouco, e é muito obediente” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 125)

Garcia (2008, p. 81), explica que “as cascas de angico [eram] produto muito valorizado, pois, sua resina tem aplicações industriais e medicinais, usadas especialmente no combate à bronquite”; e acrescenta quanto à madeira que os indígenas “eram contratados por empreiteiros para derrubar as árvores, rachar a madeira em toletes e transportá-la do cerrado, de onde era retirada, até o ponto de embarque nas estações ferroviárias”. Portanto, os próprios Terena trabalhavam na extração desses recursos que serviam inclusive para abastecer as locomotivas a vapor da Ferrovia Noroeste do Brasil, conforme será abordado novamente no capítulo 3.

### **2.3.3 A mão de obra terena nas usinas sucroalcooleiras**

O emprego de indígenas (não só Terena) na produção sucroalcooleira também foi (e ainda é) significativo. Salvador (2012), aborda esse tema em sua dissertação intitulada *Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual*. O autor menciona a Usina Santo Antônio, a primeira do município de Miranda:

Em meados do século XX, por volta de 1940/50, a mão de obra Terena do município de Miranda teve seu primeiro contato com a usina e a cana de açúcar – dois importantes elementos da economia brasileira e principal empregador da mão de obra indígena durante mais de meio século no Mato Grosso do Sul. Nessa época, a Usina Santo Antonio, do município de Miranda, de propriedade de um fazendeiro local, Guilherme Maidana, empregou a mão de obra indígena no corte de cana e trato da lavoura e adquiriu cana plantada no território das Reservas (SALVADOR, 2012, p. 58).

Salvador (2012), pontua que o período de atividade da usina situou-se provavelmente entre as décadas de 1940/1950 e 1970. Os Terena trabalhavam nos canaviais nas atividades de corte de cana, plantio e limpeza da terra. “O contato com a Usina Santo Antônio se dava através de empreiteiros, e com estes, ou pelas relações de trabalho construídas ao longo do tempo nas fazendas, ou através das relações cotidianas com indígenas de outras aldeias (relações de amizade e parentesco)” (SALVADOR, 2012, p. 60).

A respeito dos locais de onde provinham os trabalhadores terena, Salvador (2012, p. 59) aponta “que o trabalho na referida usina não se restringia aos indígenas de Passarinho, como descreveu Cardoso de Oliveira (1968). Em Lalima encontramos velhos indígenas que trabalharam nesta usina de Miranda e obtivemos nomes de outros já falecidos”.

Na documentação do SPI há diversas referências ao engajamento terena na Usina Santo Antônio. Esses documentos estão reunidos na pasta do Posto Indígena Cachoeirinha, o que não significa que a origem dos trabalhadores se restringia àquela área, mas possivelmente era o Posto com mais condições (talvez pela proximidade ou disposição do Chefe) de prestar assistência aos indígenas contratados pela empresa.

Foram encontrados sete documentos do ano de 1953 sobre o trabalho dos Terena na Usina Açucareira Santo Antônio. Um deles é um ofício do comandante da 9ª Região Militar ao Chefe da 5ª Inspeção Regional do SPI, solicitando explicações pelo comportamento do chefe do Posto Indígena, que estaria incitando os índios funcionários da usina a não trabalharem, fazendo motim com cerca de 30/40 indígenas (BRAGA, *Ofício do comandante da 9ª Região Militar ao Chefe da I. R. 5*, 24 de agosto de 1953).

Em resposta, o Chefe da Inspeção explicou que só recentemente tinha tomado conhecimento de que os índios estavam trabalhando na usina, pediu mais informações sobre a suposta greve e afirmou também que ia verificar se os índios estavam registrados na referida empresa (NENÊ, *Ofício do Chefe da I. R. 5 ao comandante da 9ª Região Militar*, 25 de agosto de 1953).

Em memorando ao gerente da Usina Açucareira Santo Antônio, o Chefe da Inspetoria afirmou que ia apurar denúncias de que o Chefe do Posto Cachoeirinha “professa a ideologia comunista” e incita os índios à greve, mas faz a ressalva de que os índios só podem ser fiscalizados pelo SPI (NENÊ, *Ofício do Chefe da I. R. 5 ao gerente da Usina Açucareira Santo Antonio Ltda*, 22 de agosto de 1953).

O gerente da usina enviou uma correspondência ao Chefe da Inspetoria, informando sobre a suposta greve. Ele negou exploração dos indígenas, mas alegou que não tinha conhecimento das regras do SPI para contratação deles. Reafirmou o “espírito subversivo” do Chefe de Posto (CANDIDO, *Correspondência ao Chefe da 5ª Inspetoria Regional*, 26 de agosto de 1953).

Uma certidão do cartório do 1º ofício, da comarca de Miranda informou que o gerente da Usina Santo Antônio solicitou os registros sobre o Chefe de Posto, devido à questão da greve. Certificou que o nome dele constava da ata de fundação do Partido Comunista do Brasil (ALBUQUERQUE, *Certidão do cartório do 1º ofício*, 17 de agosto de 1953).

Em ofício, o Chefe de Posto se defendeu das acusações. Negou ter incitado os índios à greve. Afirmou que compareceu ao escritório da usina com quatro índios, pois havia queixa de que eles recebiam menos que os “civilizados”. Informou que nessa ocasião o guarda-livros da usina confirmou que os indígenas não receberiam o mesmo valor que os demais e utilizou xingamentos. O Chefe de Posto acrescentou, ainda, que os índios sempre ficavam devendo na “caderneta” da usina; que eram frequentemente ameaçados pela polícia de Miranda e que já haviam ocorrido casos de espancamentos feitos pelo pessoal da usina (SIQUEIRA, *Ofício do encarregado do P.I. ao chefe da I. R. 5*, 28 de agosto de 1953).

Nesse período, em que as reivindicações trabalhistas eram tratadas como casos de polícia, a situação dos indígenas era ainda mais difícil, como sugere o fragmento do ofício já citado:

Ele [o guarda-livros da usina] sustentou que de fato [os índios] não recebiam [descanso remunerado], porque os índios não são considerados operários e também não tem direito a reclamações. [...] Como escravo da Uzina [sic.] Açucareira Santo Antônio LTDA, sempre ficam devendo e ameaçados pela polícia gananciosa de Miranda (SIQUEIRA, *Ofício do encarregado do P.I. ao chefe da I. R. 5*, 28 de agosto de 1953, grifo nosso).

O trecho em destaque evidencia as variações do discurso dos empregadores a respeito dos Terena. A imagem de bons trabalhadores, habilidosos e amigos se desfazia quando os Terena reivindicavam as mesmas condições que os demais empregados. Ou seja, quando

interessava à sociedade regional, os Terena não eram considerados nem mesmo índios. Sua adaptação, enquanto trabalhadores nacionais, sinalizava sua assimilação. Mas, quando os Terena faziam uso dessa condição de igualdade em relação aos outros funcionários, os empregadores evocavam (de forma pejorativa) a indianidade terena, como se ela justificasse a negação de direitos trabalhistas.

Alguns meses depois desse ofício, em novembro de 1953 o mesmo encarregado de Posto relatou que havia índios presos por dívidas na Usina Santo Antônio e solicitou providências ao Chefe da 5ª Inspeção (SIQUEIRA, *Memorando do encarregado do P.I. ao chefe da I. R. 5*, 10 de novembro de 1953).

O trabalho terena nos canaviais não se encerrou com o fechamento dessa usina. Salvador (2012, p. 60) salienta que em “finais dos anos 1970 e início dos anos 1980 uma nova fase da economia nacional incentiva a atividade sucroalcooleira no país e, com isso, o território sul-mato-grossense é visto como oportunidade para o mercado da cana”. O autor ainda situa a experiência da Usina Santo Antônio como norteadora para a instalação de outras empresas do ramo na região que hoje abrange o Mato Grosso do Sul.

Ou seja, a agroindústria não se expandiu para o Mato Grosso do Sul numa espécie de aventura empresarial, mas tinha como ponto de partida uma base sólida do empreendimento agropecuário que serviu de referência e, ainda, uma experiência concreta de produção e industrialização da cana anterior (a Usina Santo Antônio em Miranda) que funcionara exatamente no município de maior concentração da população Terena conhecida como exímio no manejo de ferramentas e “ideal” para a colheita da cana. As condições criadas anteriormente (pela fazenda, pelo Posto e pela Usina Santo Antônio) serviram para as usinas mobilizarem os indígenas coletivamente (SALVADOR, 2012, p. 75).

Assim, a agroindústria sucroalcooleira aproveitou as condições sociais que resultaram na oferta abundante da mão de obra indígena (estabelecida em Reservas cujo espaço nem sempre era suficiente para suprir as necessidades e expectativas dos seus moradores).

O pesquisador Terena Simião Antônio Gomes (2016), discorre a partir de experiências vivenciadas na Aldeia Água Branca (na Terra Indígena Taunay/Ipegue, em Aquidauana), sobre o trabalho no corte da cana de açúcar na década de 1980.

Cada grupo era formado por 45 homens incluindo o responsável que era conhecido como “cabeçante” que a sua remuneração era de acordo com a produção do grupo. Havia também o cozinheiro, seu ajudante e um zelador para cuidar do alojamento. Permaneciam na usina por três a quatro meses sem ter qualquer tipo de contato com a comunidade, tendo seu alojamento situado à beira de um córrego para poderem tomar banho e lavar roupa, aproximadamente a uma distância de 20 km da vila da usina. No final de semana eram organizadas equipes para jogar futebol e assim passar o dia tomando tereré e, podendo conhecer parentes de outras aldeias. Quando

saíam da aldeia era aberto um crédito no mercado do distrito de Taunay que fica a 3 km de distância, para que suas famílias pudessem fazer compras. No final de cada mês o “cabeçante” chegava para pagar um pouco o mercado e o acerto total era feito só quando os trabalhadores retornavam. Permaneciam com suas famílias por uma semana e para voltar para usina recebiam um adiantamento em dinheiro equivalente a dois salários mínimos, ou seja, saíam em débito com o patrão, não recebiam nenhum tipo de direito trabalhista assim com o 13º salário, férias ou Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) (GOMES, 2016, p. 6).

Como pode ser percebido pelo fragmento, as relações de trabalho eram precarizadas e os Terena não tinham garantidos nenhum direito trabalhista. Gomes (2016), cita um personagem importante que surgiu nas décadas de 1970/1980 no recrutamento de mão de obra temporária, especialmente para os canaviais: o cabeçante.

Conforme Salvador (2012, p. 68), antes os trabalhadores indígenas eram recrutados por um empreiteiro; depois “as usinas passaram a negociar, portanto, diretamente com os indígenas, sem que se dispensasse a figura de um líder para a equipe de trabalho. Na relação entre índios e usinas desaparece a figura do empreiteiro e surge a figura do ‘cabeçante’”, necessariamente um indígena.

A diferença entre esses dois papéis é que o *cabeçante de turma* não é representante apenas do empregador, é também um líder não só no local de trabalho, mas na própria aldeia ou Reserva. Além da liderança, outros requisitos são importantes para desempenhar essa função, como, certo domínio da escrita e habilidade de negociação. Dessa forma, o *cabeçante* precisa dominar os códigos de conduta, tanto do seu grupo étnico, quanto dos *purutuya*.

Para Salvador (2012, p. 68), esse é um indício da especificidade das relações de trabalho envolvendo os indígenas, ou seja, da “etnicidade na construção do campo das relações de trabalho agroindustriais onde aparece (numa posição ambígua) como representante dos indígenas e da usina ao mesmo tempo”.

As mudanças no setor sucroalcooleiro, notadamente nas últimas décadas, resultaram em uma crise estrutural na oferta de emprego para os indígenas no Mato Grosso do Sul, crise essa, agravada por questões políticas que permeiam as relações entre índios e proprietários rurais no estado, como será discutido no próximo item.

### **2.3.4 A mão de obra terena na atualidade e a crise estrutural e política na oferta de emprego**

Embora o recorte temporal do capítulo esteja centrado entre o final da Guerra da Tríplice Aliança (1870) e o período de atuação do SPI (até a década de 1960), optamos por



inserir uma discussão mais atual acerca do emprego da mão de obra Terena, abrangendo as décadas de 1970 e 1980 (conforme já discutido no item anterior) e estendendo-se ao início do século XXI. O comparativo acerca do emprego da mão de obra desses indígenas nos diferentes períodos fornece elementos para uma análise da conjuntura social e política que envolve, também, a luta pela terra.

O fornecimento de alimentos para as cidades, fruto da agricultura e do extrativismo nas aldeias Terena, continua sendo um fator importante, a despeito das dificuldades e obstáculos que a falta da demarcação de terras impõe para a essa produção. Entretanto, outras formas de obtenção de renda ainda são buscadas pelos Terena. O trabalho assalariado continua sendo um elemento significativo, inclusive devido à escassez de recursos derivada da pequena extensão das áreas indígenas já regularizadas pelo Estado.

Salvador (2012, p. 90), enumera as motivações diretas para a busca de serviço remunerado mensalmente: a necessidade de atender às demandas imediatas de alimentação e vestuário; o consumo de produtos industrializados (inclusive alimentos) que gradativamente passaram a fazer parte do dia a dia das aldeias; demandas específicas e imediatas como a construção de uma casa, a realização de uma festa de casamento ou aniversário, dentre outros; e (principalmente para os mais jovens) a vontade de ocupar espaços sociais diversos, “de ter condições (financeiras) de usufruir desses espaços e de se destacarem nesse meio social (desejo de sociabilidade). [...] Assim os espaços sociais seriam os clubes noturnos, os bares, os eventos, os locais onde se acessam através do uso do dinheiro”.

As oportunidades de trabalho assalariado aos poucos têm se diversificado. Além do engajamento nas fazendas e empreendimentos rurais, do trabalho doméstico exercido pelas mulheres, os Terena têm acessado outras vagas nas cidades (no comércio, na prestação de serviços, no serviço público), e mesmo nas aldeias, como é o caso dos agentes de saúde e professores. Além das motivações já elencadas, a busca por formação e colocação profissional conecta-se também a demanda pelos direitos territoriais:

Assim, os jovens índios que saem de suas aldeias para estudar e trabalhar nas cidades não rompem com sua cultura, mas atualizam-na mediante as suas necessidades atuais, entre as quais destacam-se a de defender, preservar e recuperar o território. Por isso vêm insistentemente solicitando a legalização, a revisão, a ampliação das áreas em que se encontram, bem como buscando trabalhos fixos que lhes garantam salário mensal, como é o caso das funções de professor e agente de saúde dentro das aldeias. Esses são fatores que contribuem para a busca ou ampliação de conhecimentos fora delas, de modo que estes possam ser revertidos a seu favor, de forma individual ou coletiva, como nas disputas com o Estado brasileiro (VARGAS, 2011a, p. 144).

Com relação ao trabalho no corte da cana de açúcar, é importante compreender o contexto da indústria sucroalcooleira no Brasil e no Mato Grosso do Sul. A publicação da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2014), aponta que o Estado brasileiro apoiou e priorizou a expansão do agronegócio, estimulando também a presença de empresas estrangeiras. No Mato Grosso do Sul várias empresas se fixaram na década de 1980, incentivadas pelo Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), lançado em 1975, com objetivo de substituir a matriz energética automotiva de gasolina para o etanol.

Destaca-se que a expansão do setor canavieiro no estado se deu a partir do ano 2000, com “incentivos fiscais oferecidos pelos municípios, pelo governo estadual e através do apoio financeiro do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e de outras fontes de recursos públicos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2014, p. 26).

Algumas dessas empresas inclusive arrendam ou plantam em terras indígenas Guarani e Kaiowá em processo de demarcação, como aponta a tese do geógrafo José Roberto Nunes Azevedo (2013). Como exemplos, é possível citar as agroindústrias canavieiras: Monteverde, na área indígena Jatayvary, no município de Ponta Porã; São Fernando, na área indígena Apyka'i, no município de Dourados; e o Grupo Cosan/Shell, na área indígena Guyraroká, no município de Caarapó.

O autor argumenta que o Estado brasileiro e os organismos internacionais que incentivam esse setor negligenciam o impacto para as populações locais:

Sob a ótica dos organismos internacionais como Banco Mundial, FAO, Departamento do Estado Americano o desenvolvimento destas atividades são entendidas como fatores fundamentais para o desenvolvimento, para alimentação etc., mas não se coloca em questão, por exemplo, o respeito às comunidades indígenas existentes nas áreas, quilombolas e camponesas. Bem como não se coloca na balança os impactos ambientais causados por utilização desenfreada de veneno e pesticidas em geral (AZEVEDO, 2013, p. 21).

Acrescente-se aos problemas territoriais a exploração do trabalho indígena feita por essas empresas, que, assim como nas décadas anteriores, continuou caracterizada pelas condições degradantes para os trabalhadores e pelas relações trabalhistas precarizadas. Em virtude da pressão de órgãos como o Ministério Público do Trabalho, foi firmado em 1999 o Pacto Comunitário dos Direitos Sociais nas Relações de Trabalho Indígena, entre as comunidades indígenas do Mato Grosso do Sul, o governo estadual e as empresas Agro-Industrial Santa Helena Ltda e Santa Fé Agro-Industrial Ltda. Como expõe a pesquisadora

Simone Beatriz Assis de Rezende (2011, p. 109) “a finalidade do Pacto cingia-se à adequação, fomento e regularização das relações de trabalho indígena pelas empresas signatárias”, e posteriormente teve a adesão de outras empresas.

Em 2005 foi lançado o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, reunindo empresas brasileiras e multinacionais com o compromisso de não negociar com quem explora o trabalho em condições análogas à escravidão. A gestão do Pacto era realizada pelo Comitê de Coordenação e Monitoramento, composto pelo Instituto Ethos, o Instituto Observatório Social – IOS, a Organização Internacional do Trabalho – OIT e a ONG Repórter Brasil. Em 2014 foi criado o Instituto do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo – InPACTO.

Embora sejam instrumentos importantes inclusive para aumentar a fiscalização, os Pactos por isso só não garantiram no Mato Grosso do Sul a melhoria das condições de trabalho nos canaviais. Reportagens diversas noticiam o resgate de trabalhadores em condições de trabalho degradantes. Em 2007, por exemplo, foram encontradas inúmeras irregularidades na Fazenda e Usina Debrasa, no município de Brasilândia e na Destilaria Centro-Oeste Iguatemi – Dcoil, no município de Iguatemi, ambas com grande número de trabalhadores das etnias Kaiowá e Terena:

Alimentação deficiente, banheiros entupidos e alojamentos precários. Esse foi o panorama encontrado pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) na Fazenda e Usina Debrasa, em Brasilândia (MS), durante fiscalização coordenada pelo órgão em novembro de 2007. Nos dormitórios dos cortadores de cana, havia superlotação, mofo e restos de comida pelo chão. Segundo os fiscais, também faltava água para o banho e os salários estavam atrasados. Mais de mil trabalhadores tiveram seus contratos rescindidos. Oito meses antes, o MTE já havia encontrado problemas em outra usina de Mato Grosso do Sul. Na Destilaria Centro-Oeste Iguatemi (Dcoil), em Iguatemi (MS), pertencente ao médio do trabalho Nelson Donadel, uma diligência flagrou trabalhadores sem carteira assinada, sem equipamentos de segurança e, mais uma vez, em alojamentos superlotados. [...] Na Dcoil, 150 dos resgatados eram dos povos Terenas ou Guaranis. Já na Debrasa, quase todos eram índios. O Ministério Público do Trabalho (MPT) estima em 10 mil os aldeados que labutam nos canaviais do estado. Juntamente com bóias-frias trazidos – quase sempre de forma irregular – da Região Nordeste, são a principal força de trabalho utilizada pelo setor sucroalcooleiro em plena expansão (CAMPOS, 2008, s. n.).

Conforme informações da ONG Repórter Brasil (2008), o estado de Mato Grosso do Sul ficou em segundo lugar no país entre os que mais exploram a mão de obra análoga à escrava. Das 5.968 liberações de trabalhadores realizadas em 2007, pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho e Emprego, 1.634 foram registradas em Mato

Grosso do Sul. “As principais liberações acontecem em áreas de expansão de cana-de-açúcar e envolvem, em especial, trabalhadores indígenas” (REPÓRTER BRASIL, 2008, s. n.).

Paradoxalmente, a modernização do campo e a mecanização do processamento da cana-de-açúcar, também não contribuíram para a melhoria das condições de trabalho nesse setor. O uso de maquinário para o corte da cana tem sido implementado gradativamente e, conforme Dantas e Tavares (2015, p. 5), a “mecanização funciona como um mecanismo de controle político, que atua diretamente na organização e na mobilização dos trabalhadores em defesa de direitos trabalhistas”.

O aumento do uso das máquinas resulta em demissões em massa, o que é comprovado pelo relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2014, p. 30), que aponta que “desde 2011, a queima da cana-de-açúcar para a colheita manual está proibida no município de Dourados. Outras cidades da região seguiram esta determinação e aprovaram leis semelhantes”. A publicação destaca ainda que a cada colheitadeira utilizada no canavial, há cerca de 80 demissões e apenas 18 contratações para operar as máquinas. Além disso, os novos postos de trabalho exigem um grau maior de escolaridade, o que muitas vezes é incompatível com a situação dos trabalhadores indígenas. Esse quadro contribui com a crise estrutural de oferta de empregos que atinge os Terena no Mato Grosso do Sul.

Os trabalhadores que conseguem manter seus postos de serviço também são afetados negativamente, porque a mecanização gera novas exigências de volume produzido pelos cortadores de cana e operadores de máquinas agrícolas. O pagamento é feito por produção, logo, os trabalhadores são impelidos a cortar cada vez mais para tentar cumprir uma meta que cresce com os avanços tecnológicos. Isso aumenta a jornada de trabalho, os riscos de doenças e acidentes, a concorrência entre os trabalhadores (pressionados pelo desemprego) e dificulta a reivindicação de direitos trabalhistas:

O corte mecanizado se tornou referência para a quantidade cortada pelos trabalhadores, que registra uma exigência das usinas de 12 a 15 toneladas por dia, principalmente em regiões onde o ritmo das máquinas se tornou referência de produtividade. Os trabalhadores são remunerados por quantidade de cana cortada e não por horas trabalhadas. O não cumprimento da meta frequentemente significa que o trabalhador será dispensado, o que agrava a concorrência entre os cortadores e, conseqüentemente, o nível de exploração. A intensificação do trabalho aumenta o risco de doenças crônicas, ferimentos e mutilações. Como em geral o sistema de contratação é terceirizado, muitos trabalhadores doentes ou mutilados não conseguem garantir seus direitos a saúde e aposentadoria. [...] O impacto sobre os trabalhadores pode ser notado tanto na diminuição da média de seus salários, quanto no vertiginoso aumento da quantidade de cana cortada. Ambos ocorrem em razão da necessidade de tentar manter o emprego em um momento de diminuição dos postos de trabalho (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2014, p. 23-24).

As mudanças no setor sucroalcooleiro impactaram, portanto, a oferta de empregos no Mato Grosso do Sul e um dos resultados disso é o deslocamento dos indígenas para trabalhar em outras regiões do Brasil, como ocorre com os Kaiowá e Terena que têm se deslocado para trabalhar nas colheitas de maçã, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, onde também ocorrem “denúncias de superexploração e maus tratos contra indígenas” (REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS, 2014, p. 31).

Há outro aspecto que contribui com a crise na oferta de empregos para os Terena, mas esse de viés político. No final dos anos 1990 os Terena passaram a protagonizar novas formas de reivindicação das suas terras de ocupação tradicional, as Retomadas. Nas regiões em que há disputa territorial, as relações mudam entre indígenas e proprietários rurais. De vizinhos, *amigos* e empregados, os Terena que participam de movimentos de reivindicação de terra, convertem-se em adversários indesejáveis dos proprietários da região.

Nas situações em que emergiram disputas de terra entre indígenas e fazendeiros, o discurso de muitos *purutuya* se inverteu. A esse respeito argumentou o Terena Armando Gabriel, da Terra Indígena Buriti:

Nós sabemos que os fazendeiro desvaloriza a condição do índio. Que [dizem que] o índio não trabalha. Mas nem tanto assim, nessa redondeza dessa aldeia tudo o serviço que se vê aí é o braço do índio, né? Chamam o índio até hoje. É o valor do índio fazendo o serviço pro fazendeiro. Assim o fazendeiro fala que o índio é preguiçoso, não faz nada. Isso aí desvaloriza a condição do índio (Armando Gabriel, Terena, 85 anos, 2003, *apud* XIMENES, 2011, p. 76).

Ao encontro dessa questão, Vargas (2011a) pontua que predominaram três concepções acerca dos Terena. A primeira, datada do século XIX, remetia à imagem de docilidade e de disposição para colaborar com os objetivos do Império. A segunda, disseminada a partir do século XX, foi uma extensão da anterior e considerava-os como exemplo de êxito para os propósitos de assimilação do SPI. Predominou enquanto os Terena permaneceram como empregados nas fazendas. A terceira concepção emergiu ao disputarem terras com os fazendeiros que se estabeleceram nos territórios antes ocupados por eles. Assim, “suas qualidades foram esquecidas” e passaram a ser considerados como “índios preguiçosos, bêbados, desobedientes, passando do ‘índio ao bugre’, que resumia todos os termos pejorativos pelos quais passaram a ser identificados pelos fazendeiros” (VARGAS, 2011a, p. 129).

Portanto, a partir dos anos 1990, os fazendeiros cujas propriedades incidem nas áreas litigiosas ou mesmo os que têm fazendas nas proximidades tenderam a não oferecer mais os antigos postos de trabalho aos Terena, contribuindo com a crise da oferta de emprego, mais tarde agravada pelas mudanças estruturais da indústria canavieira. Eremites de Oliveira e Pereira (2012), apontam essa situação no entorno da Terra Indígena Buriti:

Depois de deflagrado o conflito, a partir de 1999, algumas famílias que trabalhavam em fazendas da região e lá residiam temporariamente foram dispensadas e retornaram aos 2.090 ha. Os fazendeiros também deixaram de contratar a mão de obra dos índios para serviços temporários. Alguns desses índios se opõem às reocupações porque esse processo resultou na perda de seus empregos e na quebra da relação de amizade que tinham com alguns fazendeiros (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2012, p. 204).

Uma entrevista transcrita pelo pesquisador Jorge Luiz Gonzaga Vieira (2006), revela situação semelhante em Miranda no entorno da Terra Indígena Cachoeirinha. Na época, o trabalho nas usinas ainda era alternativa para muitos Terena da região que já encontravam dificuldades para empregarem-se nas fazendas: “Em Miranda não tem emprego; os fazendeiros não dão serviço para os índios. O único jeito que tem para sustentar a família é ir para a usina” (Valdeci Antônio, 30 anos, *apud* VIEIRA, 2006, p. 69). Esse tema da redefinição das relações com o entorno será retomado no capítulo 5.

Ressalta-se na discussão histórica acerca do trabalho indígena, que a mão de obra terena foi fundamental nas cidades, fazendas, usinas e empreendimentos públicos no sul do Mato Grosso. Em vários momentos os funcionários do SPI, os patrões e a população regional reconheceram as habilidades e a disposição desses indígenas no desempenho de várias funções e mantiveram com eles relações de amizade e compadrio. Mas, isso não excluiu as relações conflituosas e abusivas por parte dos empregadores.

Por outro lado, os Terena ao engajarem-se como trabalhadores nacionais colocaram antigas pautas em prática, utilizando habilidades características do seu *ethos* como agricultura e comércio com outras etnias. A invisibilidade étnica que o órgão indigenista e mesmo a sociedade regional tentaram impor-lhes foi temporariamente aceita e ressignificada como estratégia de convivência e negociação com o indigenismo do Estado. Assim, mais uma vez os Terena faziam valer suas táticas *diplomáticas*, como forma de interação no novo cenário econômico que se desenhava no sul do Mato Grosso.

No capítulo seguinte, serão abordadas outras ações do Estado em relação aos Terena no contexto das Reservas e, por sua vez, as ações dos Terena na sua reorganização nesses espaços.

### **CAPÍTULO 3**

## **OS TERENA NAS RESERVAS: imposições do Estado brasileiro X agência dos Terena**

A sua maneira, os Terena sempre reivindicaram, aliaram-se, cederam, dialogaram e agiram. Sempre, de uma forma ou de outra, responderam às situações que se apresentavam. Foram obrigados a estabelecer relações mais estreitas com a sociedade envolvente e, dessa feita, apropriaram-se de alguns de seus valores, suas falas, seus hábitos (VARGAS, 2003, p. 95).

O objetivo deste capítulo é demonstrar os prejuízos que o Estado brasileiro causou aos Terena (nos modos de produção cultural e reprodução social) ao promover sua territorialização em Reservas e, paralelamente, evidenciar a capacidade de agência terena na produção de seu *ethos*, mesmo na condição de Reserva.

Serão abordados o processo de reorganização política dos Terena no interior das Reservas, que se desenvolveu em alguns momentos na contramão daquilo que o SPI impunha; as violações de direitos praticadas contra esses indígenas nesse período e as reivindicações de políticas de reparação.

Dessa forma, ainda que o texto evidencie as violências do Estado e da sociedade regional contra os Terena e as tentativas de promoção de sua invisibilidade étnica, sobressaem também as ações dos próprios indígenas, que lançavam mão, ora de estratégias de negociação, ora de estratégias de enfretamento, como se observou também nos capítulos anteriores.

As fontes utilizadas para a elaboração do capítulo são documentais (Relatório Figueiredo, Relatório da Comissão Nacional da Verdade, documentos do SPI) e orais (depoimentos de indígenas nas audiências da Comissão Nacional da Verdade e entrevista).

### **3.1 As lideranças terena nas Reservas e a *reterenização* da organização política**

Moura (2009), tendo por base as Terras Indígenas Taunay/Ipegue e Cachoeirinha, destaca que após o estabelecimento nas Reservas, os Terena moldaram uma nova organização social, política, econômica e cultural sob os auspícios do órgão indigenista. Considerados integrados à estrutura socioeconômica da região, os Terena estabeleceram as características para marcar a diferença entre eles e a sociedade nacional.

Ainda de acordo com Moura (2009), a garantia da terra, na qual podiam viver e plantar sem a interferência de um patrão, e com relativa proteção contra aqueles que ficaram no restante do seu território, foi fundamental naquele momento para os Terena. Em contato “há séculos com várias situações de superioridade bélica e política, perceberam o contexto no qual estavam vivendo e exploraram ao seu modo a nova política indigenista protecionista” (MOURA, 2009, p. 119).

Evidentemente, a vida nas Reservas não pôde ser organizada exatamente como no período referido pelos Terena como Tempos Antigos, uma vez que o contexto era outro e



havia uma série de limitações sociais, políticas, territoriais e de recursos naturais. Mas, a organização das Reservas também não se deu só nos moldes impostos pelo SPI. Os Terena se apropriaram das condições de que dispunham, e *reterenizaram* o espaço reservado pelo Estado brasileiro.

O termo *terenização*, foi utilizado por Moura (2009, p. 45) no âmbito da religiosidade terena, para explicar como esses indígenas se apropriaram do protestantismo: “ao invés de serem cooptados e acomodados no âmbito das religiões cristãs, foram paulatinamente moldando essas instituições e adaptando-as às suas necessidades, conformando o que denominamos de *terenização* ou *indigenização* do Cristianismo”.

A pesquisadora Grazielle Acçolini (2012, p. 45), também analisou a apropriação do protestantismo entre os Terena e utilizou o termo *terenização* para definir “a tenacidade das sociedades indígenas em interação com a sociedade nacional e a capacidade criativa de se apropriarem, como no caso dos Terena, da doutrina protestante em paralelo a mudanças reunidas ao círculo xamânico, à sua própria cosmologia”. Nesse sentido, utilizamos neste texto o termo *reterenização*, mas relativo à questão territorial e à organização social e política nas Reservas.

O modelo centralizador instituído pelo SPI, não contemplava o formato de ocupação tradicional dos Terena, nem as redes de alianças entre as famílias. Assim, os próprios indígenas fizeram suas adaptações e fundaram diferentes aldeias dentro das Reservas, de acordo com suas articulações políticas internas. Moura (2009), aponta que essas novas aldeias também serviam/servem como válvulas de escape para os conflitos internos.

O antropólogo João Pacheco de Oliveira Filho (1998), contribui com essa discussão ao remeter-nos ao conceito de territorialização:

O movimento pelo qual um objeto político-administrativo — nas colônias francesas seria a “etnia”, na América espanhola as “reducciones” e “resguardos”, no Brasil as “comunidades indígenas” — vem a se transformar em uma coletividade organizada, formulando uma identidade própria, instituindo mecanismos de tomada de decisão e de representação, e reestruturando as suas formas culturais (inclusive as que o relacionam com o meio ambiente e com o universo religioso). [...] As afinidades culturais ou linguísticas, bem como os vínculos afetivos e históricos porventura existentes entre os membros dessa unidade político-administrativa (arbitrária e circunstancial), serão retrabalhados pelos próprios sujeitos em um contexto histórico determinado e contrastados com características atribuídas aos membros de outras unidades, deflagrando um processo de reorganização sociocultural de amplas proporções (OLIVEIRA FILHO, 1998, p. 56).

Nesse sentido, os Terena imprimem um novo formato à organização territorial das Reservas, que a princípio constituíram-se como unidades político-administrativas arbitrárias instituídas pelo Estado.

Para melhor compreender as divisões efetivadas pelos Terena no interior das Reservas também é útil abordar o conceito de *tronco*, que de acordo com Eremites de Oliveira e Pereira (2003) e Pereira (2009), é o módulo organizacional básico dos Terena, estruturando, assim, a ocupação territorial.

Um certo grupo de famílias nucleares se articula em torno da figura de um *tronco*, isto é, um líder, em geral um ancião, ou ainda um casal de anciãos. Os *troncos* se reconhecem como pertencentes a uma cultura terena comum, mas cada um deles tem formas de conduta e socialização próprias, baseadas no exemplo do seu articulador. Os locais ocupados por cada um destes *troncos*:

(...) foram denominados pelos regionais como *aldeias*. Foi assim que os não-índios muitas vezes viram os aglomerados de casas habitadas por famílias nucleares terena, organizadas em torno de um *tronco familiar*. O conceito de aldeia, cuja origem remonta à Europa, foi assim incorporado à produção antropológica brasileira, principalmente através da literatura etnográfica que descreve as características morfológicas das sociedades africanas (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2003, p. 138).

Carolina Perine de Almeida (2013), na dissertação *Os troncos, suas raízes e sementes: dinâmicas familiares, fluxos de pessoas e história em aldeias Terena* avança na conceituação dos troncos. Ela utiliza também o termo em terena: *xuve*, o *tronco da família*, o *tronco da casa*, o *tronco que chama os filhos* ou *chefe de casa/família*. *Xuve* ou *tronco* de acordo com a pesquisadora é uma liderança capaz de mediar conflitos, aconselhar, resolver problemas etc. Mas que para isso, precisa se portar de forma específica, ter uma trajetória que demonstre sua confiabilidade e capacidade de resolver as demandas de seu grupo. Além de ser a liderança, é o próprio grupo que ela aglutina.

Desse modo, a utilização da terra no interior das Reservas e a organização social e política foram norteadas pela organização dos *troncos*. Conforme as necessidades administrativas e/ou políticas, e o arranjo das alianças, são fundadas novas aldeias (cada uma delas com seu cacique e outras lideranças). Esse processo aconteceu em todas as Reservas terena criadas pelo SPI.

Sobre o sistema organizacional, o pesquisador Terena Claudionor do Carmo Miranda (2006) ressalta que, historicamente, esteve baseado nos grupos de parentesco, em que cada

grupo tinha sua forma de se organizar e seus líderes tradicionais. Dessa forma, a escolha dos caciques era feita por sistema de hierarquia familiar, no qual o “tronco da maior família agnática da aldeia se tornava cacique e ia passando de geração a geração” (MIRANDA, 2006, p. 44).

Embora as relações de parentesco ainda ocupem um papel importante na escolha das lideranças, por meio dos *trancos* e alianças entre esses, novas formas de escolha foram sendo incorporadas pelos Terena. Vargas (2003) e Miranda (2006) trataram das mudanças ocorridas a partir da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870). Durante o conflito, o exército brasileiro contou com o auxílio dos Terena, que abasteceram com alimentos as tropas brasileiras, serviram como guias e ainda lutaram ao lado das forças imperiais, como já exposto no capítulo 1. Após a guerra, e como recompensa pelos serviços prestados ao exército, algumas lideranças Terena receberam patentes como alferes de *Capitão*.

Essa política do governo de reconhecimento dos líderes guerreiros tinha intenção de desarticular os grupos indígenas, instituindo uma nova forma de autoridade. Entretanto, Vargas (2003, p. 72), destaca que os indígenas apropriaram-se dessa condição para cobrar do governo brasileiro as medidas que atenderiam às suas necessidades e, “no encontro com o poder, iam revestidos dos direitos de *capitão* e vestidos como alferes, conotando uma reunião de autoridades”.

De acordo com outro pesquisador Terena, Wanderley Dias Cardoso (2004), em sua dissertação *Aldeia Indígena de Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local*, no período da gestão do SPI foi introduzida a eleição pelo sistema de voto, por meio do qual, todos podiam e podem ainda hoje se candidatar e ser eleitos. Miranda (2006, p. 45), acrescenta que “logo que iniciou este processo, as famílias extensas elegiam, através do voto, as pessoas com mais experiência, mais velhas e que tradicionalmente eram representativas, do ponto de vista sócio-organizacional e político dentro da comunidade”.

De acordo com as pretensões do SPI, o capitão seria o responsável por:

(...) zelar pelo bem estar geral da Tribo, manter a ordem e o respeito, bem assim impedir que seja quebrada a tradição dos princípios da raça “Terena”. Ficando também responsável por infiltração de civilizados dentro da área Indígena, sem a devida autorização das autoridades competentes do S.P.I. Procurando também manter constante vigilância em tudo quanto pertença ou venha a pertencer ao Patrimônio do Índio ou Nacional, bem com, não permitir que seja extraída madeiras, cascas e tudo o mais. Toda e qualquer irregularidade que porventura ocorra dentro da área, será levada ao conhecimento do Encarregado do Posto, ou, na falta deste, ao Sr. Chéfe da 5ª Inspeção Regional do Serviço de Proteção aos Índios. (PEDROZA, *ordem de serviço*, 10 de julho de 1964).

Cardoso (2004), menciona outra instância importante no contexto das Reservas, o Conselho Tribal, escolhido pelo cacique após eleito:

O critério atual que se observa com maior frequência, na escolha do Conselho Tribal, adotado pelos caciques, é escolher as pessoas que tenham maior representatividade dentro da comunidade para facilitar a governabilidade de seu mandato. O presidente do Conselho é de sua inteira confiança e os demais são negociados, de tal forma que toda a comunidade é contemplada na administração interna (CARDOSO, 2004, p. 46).

Há algumas menções aos *Conselhos indígenas* formados pelos Terena nos documentos do SPI. Algumas decisões, (por exemplo, punições aos índios) eram tomadas pelo Conselho, embora precisassem da aprovação do SPI para serem cumpridas, como evidenciam os seguintes documentos: Viana (*Memorando*, 25 de fevereiro de 1955) e Viana (*Memorando*, 26 de julho de 1957). Nos avisos mensais o Conselho é citado, como neste documento do Posto Indígena Buriti: “O conselho de índios, reuniu-se uma vez para tratar de diversos assuntos” (DUARTE, *Aviso mensal*, 30 de setembro de 1943).

Problemas de convivência dentro das aldeias poderiam ser resolvidos (ou ainda fomentados) pelo Conselho em conjunto com o Encarregado de Posto, como evidencia o Relatório do SPI elaborado por Silva e Santos (*Relatório*, 25 de julho de 1967). Questões como transferência ou permanência de Chefes de Posto também eram alvo das reivindicações dos conselheiros. Quando não atendidos pelo SPI recorriam a outras instâncias de poder solicitando intermediação. O Prefeito de Nioaque, por exemplo, endossou um pedido do Conselho de Índios de Capitão Vitorino para que não fosse feita a mudança de Chefe de Posto (PEIXOTO, *Ofício*, 21 de janeiro de 1965).

Em alguns documentos os Chefes de Posto reclamaram do que consideravam abuso de autoridade dos Conselhos Indígenas em áreas terena. Em 1964, no Posto Indígena de Taunay, o Conselho e o Capitão conseguiram impedir que o novo encarregado de Posto assumisse a função, alegando já terem condições de se autogovernarem e ainda que estariam revoltados com o SPI (BARBOSA DE OLIVEIRA, *Correspondência ao Chefe da IR5*, 18 de maio de 1964).

Apesar de terem sido introduzidas ou pelo menos reforçadas pelo SPI, as categorias de capitão e de conselho tribal foram apropriados pelos Terena de forma a colocar em pauta as suas demandas e criar formas de representação diante do órgão indigenista. Assim, mais uma vez, utilizando a *diplomacia* característica do seu *ethos*, os Terena conseguiram aumentar seu poder de decisão ou influência (mesmo que restrito a alguns grupos dentro das Reservas) diante da política estabelecida em suas áreas. Outras formas de exercício da liderança também

foram mantidas, como evidencia a permanência dos *troncos* como categoria significativa na organização política, social e territorial dos Terena.

### **3.2 Violações de direitos indígenas no acervo do SPI e no Relatório Figueiredo**

As discussões acerca das violações de direitos praticadas durante a Ditadura Militar brasileira (1964-1985) fomentaram a construção deste item. Essas discussões orientaram a busca por indícios, na documentação oficial, de violações de direitos praticadas pelo Estado contra os Terena. Entretanto, as questões encontradas nos documentos e debatidas aqui não se restringem ao período ditatorial, mas ao período de vigência do SPI.

Entretanto, é importante compreender o contexto em que esse debate emergiu. Em novembro de 2011 foi sancionada a Lei nº 12.528, que determinou a criação da Comissão Nacional da Verdade – CNV, com o objetivo de averiguar as violações de direitos humanos praticadas no período de 18 de setembro de 1946 e 5 de outubro de 1988 (o recorte temporal abrange da promulgação da Constituição Federal de 1946 à promulgação da Constituição Federal de 1988). Em maio de 2012 foram nomeados os membros da CNV. De acordo com Dias (2013, p. 25), a instauração de uma Comissão da Verdade é entendida como um mecanismo de “Justiça de Transição entre um regime autoritário e um que lhe sucede, dotado de princípios e valores democráticos”.

Conforme Soares (2010), Justiça de Transição, por sua vez, é o conjunto de abordagens e mecanismos (judiciais e não judiciais) de enfrentamento do legado de violência em massa do passado, com objetivo de atribuir responsabilidades, exigir a efetividade do direito à memória e fortalecer as instituições democráticas para garantir a não repetição das violações de direitos humanos.

Dias (2013), destaca que a instauração da CNV no Brasil após três décadas do fim do regime ditatorial, revela o caráter inconcluso e problemático da longa transição, uma vez que mecanismos como esse foram instaurados muito antes em outros países que passaram por regimes semelhantes ao brasileiro.

Apesar disso, do ponto de vista historiográfico, a Comissão trata de problemas da chamada história do tempo presente, uma história que, portanto, “fere, que faz sangrar”,

conforme a metáfora do historiador francês Pierre Nora (1989, p. 53). E nesse sentido, suscita polêmicas e discussões acerca de seus resultados.

Evidentemente, o debate sobre as violações de direito no período da Ditadura Militar afeta a questão da memória coletiva e seus esquecimentos, que não são neutros ou despropositais. Ricouer (2007), parafraseado pelo historiador José Carlos Reis (2010, p. 42), utiliza a expressão *esquecimento manifesto*, para designar aquele “que é exercido pela memória manipulada. É um esquecimento estratégico, astucioso. [...]”; na memória ideológica, a configuração narrativa seleciona datas, eventos, personagens e cria um esquecimento estratégico, que justifica poderes e posições de poder”.

Os trabalhos da CNV, independente dos resultados apresentados no relatório final, contribuíram para ampliar a visibilidade de grupos, até então, esquecidos nos debates acerca do regime militar brasileiro. Em novembro de 2012 foi instaurado o Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos, praticadas por motivação política, relacionadas à luta pela terra ou contra os povos indígenas. Seus objetivos, conforme a Resolução nº 5, de 05 de novembro de 2012, eram estes:

- I - esclarecer fatos, circunstâncias e autorias de casos de graves violações de direitos humanos, como torturas, mortes, desaparecimentos forçados, ocultação de cadáveres, relacionados aos grupos de que trata o *caput*;
- II - identificar e tornar públicos estruturas, locais, instituições e circunstâncias de violações de direitos humanos cometidas contra os grupos de que trata o *caput*;
- III - examinar acervos referentes à temática; e
- IV - fornecer subsídios ao relatório circunstanciado mencionado no art. 11 da Lei no 12.528, de 2011 (BRASIL, 2012).

Em 2013, Marcelo Zelic, pesquisador do Grupo Tortura Nunca Mais, encontrou o Relatório Figueiredo, documento com mais de sete mil páginas, que até então se acreditava ter sido eliminado em um incêndio no Ministério da Agricultura. O Relatório foi produzido pelo Estado brasileiro entre novembro de 1967 e março de 1968, por uma Comissão de Investigação do Ministério do Interior, presidida pelo procurador federal daquela época, Jader de Figueiredo Correia. Essas investigações foram iniciadas em 1963, ainda durante o governo de João Goulart:

Em 1963, ainda no governo do ex-presidente João Goulart, teve início no Congresso Nacional uma CPI para apurar denúncias contra o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), que era um órgão do Ministério da Agricultura. [...] O procurador Jader de Figueiredo verificou que a CPI do SPI havia debruçado sobre um período curto – anos 1962/1963 – e apenas parte da Amazônia e do antigo Estado de Mato Grosso. Decidiu então ampliar a investigação de modo que pudesse percorrer as várias regiões do país. No início dos trabalhos, um incêndio criminoso atingiu a sede do

SPI no Ministério da Agricultura, queimando quase a totalidade da documentação ali reunida. Essa foi uma das razões pelas quais as investigações passaram a priorizar as visitas às regiões em busca de depoimentos e documentos (ZELIC, entrevista, Viomundo, 2013).

De acordo com informações de Canêdo (2013, p. 1), com a conclusão do Relatório, durante a Ditadura Militar, foi recomendada a “demissão de 33 pessoas do SPI e a suspensão de 17, mas, posteriormente, muitas delas foram inocentadas pela Justiça”. Esse documento e a própria mobilização atual dos povos indígenas na luta por seus direitos, têm motivado a pesquisa por outras fontes que comprovem as violências sofridas por esses grupos.

Na 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), realizada em Dourados – MS, nos dias 25 e 26 de abril de 2014, indígenas de diversas etnias do estado relataram casos de violações de direitos. Nem todos os relatos se enquadraram nos critérios da CNV. Alguns por falta de dados que pudessem ser cruzados com a documentação escrita, outros por extrapolar o recorte temporal estabelecido.

Ficou evidente o desejo dos indígenas de relatar as violências sofridas em anos mais recentes, em especial aquelas decorrentes da retomada dos territórios tradicionais. Albuquerque Júnior (2007), salienta que o passado é sempre pensado em relação aos problemas e demandas do presente. E, nesse sentido, os debates têm contribuído para refletir sobre a situação atual dos povos indígenas e sua constante luta por direitos ainda não efetivados, mesmo no contexto democrático.

Além do Relatório Figueiredo e dos relatos dos indígenas, o acervo do SPI também evidencia casos de violações de direitos não só em relação ao período da Ditadura Militar. São inúmeros casos de violência física, exploração irregular da mão de obra, má gestão dos recursos naturais e financeiros das então Reservas, dentre outros, que extrapulam o período ditatorial e remontam a anos anteriores. Espancamentos, prisões arbitrárias, assassinatos não investigados, são exemplos de situações em que o Estado agiu de forma direta, ou foi conivente ou negligente.

### **3.2.1 Prisões**

No capítulo sobre violação de direitos humanos dos povos indígenas, do relatório final da CNV foi abordada a organização informal do sistema punitivo utilizado pelo SPI. De acordo com o relatório foi mantida uma cadeia ilegal de abrangência nacional no “posto indígena de Icatu, em terra Kaingang, no interior de São Paulo, atendendo a situações em que

o Estado decidia que os presos deveriam ser afastados de sua região e de seu povo” (KEHL, 2014, p. 234). Esse relatório menciona a presença de índios Terena em Icatu.

A presença terena também foi registrada em outra cadeia destinada aos indígenas: o Reformatório Krenak, que em 1969 (quando o SPI já havia sido extinto) substituiu a cadeia ilegal de Icatu. Entretanto, a despeito de sua legalidade formal, no Reformatório também ocorreram inúmeras violações de direitos contra os indígenas. Entre os anos de 1969 e 1979 foram identificados pelo menos “17 Terena” presos no referido local (KEHL, 2014, p. 238).

O professor Terena Genésio Farias, da Terra Indígena Cachoeirinha, em sua fala na 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), destacou que as prisões e outras violações de direitos dos Terena aconteceram durante o período ditatorial, mas não se restringiram a ele:

Eu quero falar do sofrimento do meu povo. Ele não inicia em 1967, ele vem muito antes desse período, de 67 a 1988. Meu povo vem sofrendo há muito tempo. No período da ditadura militar, que é no período da década 60, quando houve essa ditadura entre os brancos, muitos de nossos patrícios, do nosso povo, também foram violados dos seus direitos. Eles também foram presos (Genésio Farias, Terena, 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), 25 de abril de 2014).

Dentre os documentos consultados foram encontrados registros de prisões, com indícios de arbitrariedade. Nos documentos administrativos do SPI, em geral, as explicações sobre essas detenções são bastante genéricas e pouco explicativas. Os indígenas presos são designados com expressões como *elemento pernicioso à coletividade, portador de espírito já mercenário e astuto, agitador*. Via de regra, não há descrição das infrações que justificariam as prisões.

Há o caso do indígena Leão Vicente que chama a atenção por ter motivado pelo menos dois documentos com objetivo de explicar sua detenção. Neles há referências sobre outros documentos, no entanto, nem todos foram encontrados ao longo da pesquisa documental. No primeiro registro encontrado sobre o caso, o Chefe da 5ª Inspetoria Regional do SPI, afirma que Leão fez denúncias infundadas contra o encarregado do Posto Taunay e passa a negá-las. Registra ainda, que Leão foi detido por alguns dias “no salão de cadeia desta cidade [Aquidauana], com alimentação especial” por estar movendo campanha contra o órgão indigenista (CHEFE DA I. R. 5, *Correspondência ao Diretor do SPI*, 23 de dezembro de 1950).

A segunda correspondência encontrada, responde às denúncias feitas por outro indígena (Angelo Massi), de que a prisão de Leão Vicente (agora no Posto Icatu, em São



Paulo) havia sido injusta. Evidentemente, nos registros escritos prevalece a versão dos funcionários do SPI, mas, as explicações para a prisão permaneceram insuficientes.

O Chefe da 5ª Inspeção justifica a prisão de Leão Vicente afirmando que dois anos antes já fora decidida sua detenção no Posto Indígena Icatu (em São Paulo), mas que pela benignidade da Chefia, ele não havia sido preso e que ao invés de se corrigir, Leão e Angelo haviam ido ao Rio de Janeiro difamar o Chefe da Inspeção.

Esta Chefia dispõe de elementos para julgar perniciosa a presença, quer de Leão Vicente, quer de Angelo Massi, em qualquer coletividade indígena, visto que ambos já alcançaram grau altamente elevado de malandragem e sabedoria, e, o que é pior, todos os vícios e mazelas da civilização; o 1º ex-expedicionário e ex-policia em São Paulo, viajado e malicioso, e o 2º sagaz e mais inteligente que o outro, pregador do Evangelho e professor da escola protestante em Aquidauana. E quando aparece no Posto Taunay, prega na Igreja Protestante e valhe-se da oportunidade para insuflar e atizar a insubordinação e animosidade entre os índios e a administração (CHEFE DA I.R.5, *Correspondência*, 26 de janeiro de 1951, grifos nossos).

O fragmento em destaque demonstra que Leão Vicente e Angelo Massi tinham vivências extra-aldeia, possibilitadas, respectivamente, pelo trabalho no exército/polícia e pela opção religiosa (protestantismo). Eram indivíduos que, assim como outros Terena, dominavam os códigos socioculturais da sociedade nacional. Essa habilidade, característica do *ethos* terena foi discutida e destacada neste texto e anteriormente por Moura (2001, 2009); Vargas (2003, 2011a, 2011b); Pereira (2009); Ximenes (2011).

O filho de Angelo Massi, Davi Massi de Moraes, atualmente servidor da FUNAI, ocupando o cargo de Chefe da Coordenação Técnica Local da FUNAI/Dourados, concedeu uma entrevista sobre a trajetória do pai e sua conturbada relação com o SPI. Falou também de Leão Vicente, que era primo-irmão de seu pai.

Segundo ele, Angelo nasceu na aldeia Bananal, na Reserva de Taunay. Ele converteu-se ao protestantismo (e os documentos mencionam que pregava em uma aldeia em Aquidauana). Na década de 1950, foi convidado para trabalhar na Missão Evangélica Caiuá, onde atuou por certo tempo como professor, mantendo suas atividades de pregação. Dessa forma, ele mudou-se nessa época para Dourados, onde ficava a Missão. Os documentos encontrados sobre seus conflitos com o SPI, são da mesma década. Perguntei se esses problemas não teriam sido a razão da mudança, e o entrevistado respondeu que poderia ter influenciado, mas, além disso, e do convite para trabalhar na missão, houve também influência do seu avô materno (sogro de Angelo):

Pode ser que influenciou. Mas nessa época meu pai veio pra cá porque meu avô, ele tinha passado por aqui por Dourados, o pai da minha mãe. Ele conhecia porque tinha passado por aqui abrindo picada com o Rondon, da linha telegráfica, que passava aqui atrás de Itaporã. E conheceu a região. Meu avô falou pra ele e veio pra cá. E também pelo atrito, acabaram vindo (Davi Massi de Moraes, Terena, entrevista, 14 de julho de 2016).

Importante mencionar que Angelo também era ourives, profissão que o manteve durante a maior parte de sua vida. E sua atuação como religioso possibilitou viajar por vários locais do Brasil.

Pra região de Aquidauana a gente não voltou mais [após a saída na década de 1950]. Na década de 60 meu pai mudou e levou a gente pra Maringá, no Paraná, moramos um ano em Maringá. Depois de Maringá nós mudamos pra São Paulo, capital, moramos mais um ano a convite de igrejas de São Paulo. Mas nisso meu pai não era só missionário evangélico. Ele tinha profissão dele que ele era ourives. Ele fazia joias. Então ele se mantinha como ourives. Aí de lá nós voltamos pra cá de novo e não saímos mais. Da década de 60 até o falecimento dele. [...] Mas, papai viajava muito. Praticamente o Brasil inteiro o meu pai conheceu, sempre a convite de igrejas. Ele ia e voltava. Fazendo esse trabalho de evangelização (Davi Massi de Moraes, Terena, entrevista, 14 de julho de 2016).

Davi discorreu a respeito dos problemas do pai e do tio com o SPI, explicando que eles não aceitavam alguns *desmandos* do órgão, e dessa forma, fugiam da aldeia para denunciar em outras instâncias. A fuga evidencia também o controle do SPI sobre a entrada e a saída das pessoas da Reserva, que nem sempre eram autorizadas, especialmente nesses casos em que os indígenas tinham conflitos com o funcionário do Posto.

O meu pai me dizia que realmente eles eram muito perseguidos. Leão Vicente é primo dele. Era né. É falecido. Primo-irmão. Leão Vicente era um expedicionário. Ele foi na guerra, na Itália. Então eles já tinham essa mentalidade de direito. Tinha uma visão de direito. Então não aceitavam essas coisas que aconteciam, até hoje acontecem né, nesses governos... Realmente eles eram muito perseguidos. Tinham dias, quando a perseguição era demais, eles fugiam da aldeia, de madrugada... não tinha hora, para ir fazer a denúncia no Rio de Janeiro mesmo, onde ficava a sede de governo na época. E lá eles encontravam com Marechal Candido Rondon. Esse era o trajeto do meu pai com o primo dele: falar com Rondon. E sempre houve esses desmandos... Hoje eu estou na FUNAI, mas a gente vê tantas coisas que está errada, na documentação indígena. Não tinha sensibilidade com o povo indígena. Desde o meu pai ele já falava pra gente dessa situação. E por isso que o chefe de posto perseguia. E, essa história meu pai sempre contava pra nós. Aí depois ele se tornou evangélico e mesmo assim ele continuou sendo perseguido pelas lideranças que era coordenada pelo SPI. Aqui mesmo [em Dourados] também foi perseguido. Perseguição muito ferrenha aqui dentro. Eu, como filho mais velho, acompanhei. Essa situação, eu acompanhei tudo (Davi Massi de Moraes, Terena, entrevista, 14 de julho de 2016).

Como pode ser percebido por meio do fragmento anterior, Davi atribui à Angelo Massi e à Leão Vicente uma *mentalidade de direito*, adquirida por meio das experiências como pregador religioso e soldado participante da Segunda Guerra Mundial, respectivamente. As mesmas características na visão do SPI seriam responsáveis por desvios de conduta. E, aquilo que foi considerado como crime pelo órgão indigenista, na perspectiva de Davi Massi, configura-se como tentativa de coibir práticas do SPI que violavam os direitos dos indígenas.

A ida ao Rio de Janeiro para fazer denúncias na sede do SPI foi confirmada na entrevista de Davi, que relata que Angelo e Leão encontraram o Marechal Rondon. A viagem (ou uma delas) está referida na documentação na década de 1950. Nesse período, Rondon ocupava a presidência do Conselho Nacional de Proteção ao Índio – CNPI. A entrevista também sugere que houve mais de uma viagem ao Rio de Janeiro para denunciar essas perseguições.

Davi correlaciona os conflitos entre seu pai e o SPI à postura paterna de defender outros indígenas diante do poder estatal e alia essa postura à atuação religiosa do pai como pregador protestante:

Eu tenho quase certeza que era por causa de religião [os atritos entre Angelo e o SPI]. Aqui em Dourados. Porque ele era protestante, e defendia as causas dos mais necessitados, dos mais humildes que eram massacrados pelas lideranças e pelo policiamento da liderança. Eu assisti uma prisão de indígena dentro da casa do meu pai, que foram prender o indígena e meu pai falou: “aqui dentro da minha casa você não vai prender ninguém não”. Então o indígena fugiu da casa dele e foi se esconder lá na casa do meu pai. O pessoal que tava perseguindo localizou ele. Tirou dele. Então essas coisas que meu pai defendia. Que não maltratasse o próximo indígena... Que era muito mal tratado os guarani kaiowá. Apesar de nós sermos Terena, a gente defende o ser humano (Davi Massi de Moraes, Terena, entrevista, 14 de julho de 2016).

O fragmento demonstra que Angelo contestava o SPI na região de Taunay em Aquidauana e que essa postura continuou em Dourados, onde ele viveu por mais tempo e ainda foi alvo de atritos com o indigenismo oficial. Quanto a Leão Vicente, Davi confirma sua prisão e acrescenta: “segundo meu pai ele foi judiado também. Ele foi muito judiado na aldeia de Bananal” (Davi Massi de Moraes, Terena, entrevista, 14 de julho de 2016).

Paradoxalmente, o órgão indigenista que buscava justamente a assimilação e o que consideravam como *civilização* dos indígenas, vê Leão Vicente e Angelo Massi de forma pejorativa, como possuidores de *malandragem*, *malícia* e de todos os *vícios e mazelas da civilização*. Assim, o que podia ser considerado naquele contexto como êxito da política indigenista, passa a ser rechaçado no discurso do funcionário do SPI. A justificativa era a de

que eles ataçavam a *insubordinação*, ou seja, estimulavam que outros Terena contestassem as ações do Chefe de Posto, e conseqüentemente, eram vistos como opositores da política indigenista do Estado.

Esses documentos evidenciam que os indígenas que não se enquadravam nos moldes comportamentais do órgão indigenista, não eram bem vindos nas aldeias que estavam sob a jurisdição do mesmo. O Chefe da Inspetoria não descreve como e por que os indígenas citados insuflavam a *insubordinação* e a *animosidade*, e ainda nega as denúncias que eles fizeram contra os funcionários do SPI. Não é possível checar essas informações, mas é verossímil que esses Terena tenham sido punidos somente por discordarem e criticarem o órgão. Também é verossímil que os indígenas tivessem razão em suas denúncias e críticas.

As reivindicações em relação à terra, eram em geral, tratadas como *casos de polícia*, como demonstra um telegrama de 1954 emitido por um delegado: “havendo agitação entre índios do aldeamento do Bananal, no kilometro 260 – deste município por questão de terra solicito a vinda de um funcionário desse serviço para apassiguamento e orientação dos mesmos” (ARAÚJO, *Telegrama do Diretor substituto do SPI ao Delegado Federal de Segurança Pública*, 8 de abril de 1954).

Em 1956, o funcionário do SPI Enoch Alvarenga Soares, solicitou providências do Chefe da 5ª Inspetoria Regional quanto às prisões e espancamentos de índios Terena do Posto Capitão Vitorino (Nioaque) efetuados pela polícia de Nioaque:

[...] o senhor delegado da polícia de Nioaque prendeu o índios: Estevo Manoel Silva, Gabriel José, Sabino Manoel da Silva e Marcos Mereni; os três primeiros foram presos e recolhidos ao xadrez e pagaram a importância de CR\$ 300,00 (trezentos cruzeiros), dito pagamento efetuado pelo Cap. Dionizio ao próprio Delegado de Polícia; o último, Marcos Mereni, foi espancado brutalmente pelos soldados do destacamento policial (SOARES, *Correspondência*, 23 de agosto de 1956).

No mesmo documento, Enoch cita ainda outros espancamentos que serão mencionados no item seguinte. Ao final diz que aguarda providências “para o bem estar e tranquilidade do índio que sempre por amizade ao branco civilizado, procuram ter o contacto com eles, procurando a civilização com boas intenções, e esperando a boa acolhida dos mesmos” (SOARES, *Correspondência*, 23 de agosto de 1956).

Não foram encontradas informações sobre o desfecho do caso, somente o recibo do pagamento citado no valor de trezentos cruzeiros, entregue ao delegado de Nioaque pelo Capitão Deonísio Miranda da aldeia Água Branca, Posto Indígena Capitão Vitorino, referente

à “carçarage dos índios Estevo da Silva, Gabriel José e Sabino da Silva” (MIRANDA, *Declaração*, 11 de agosto de 1956).

O chefe do Posto de Cachoeirinha, Américo Siqueira, em 1960, pede providências quanto à prisão arbitrária, espancamento e extorsão do Terena Alexandre de Albuquerque:

Comunico essa chefia para as devidas providencias, junto ao Chefe de policia nessa cidade, que o delegado de Polícia, que constantemente bêbado, mandou prender o índio Alexandre de Albuquerque, mandando espanca-lo, esturquindo dinheiro, e obrigando, este índio a intregar a um malandro bêbado, 5 vacas de sua filha, que ele criava, a própria filha, casada como o referido malandro, não queria que o pae intregasse, índio esse Alexandre sem vicio, correto e já afultunado em pequena escala (SIQUEIRA, *Memorando*, 07 de março de 1960).

É provável que essas prisões e perseguições tenham sido motivadas por disputas por terra; ou disputas entre grupos políticos internos, aliados ou opositores do Chefe de Posto. De todo modo, elas resultam da situação de Reserva.

Outro caso que chama a atenção na documentação do SPI é o do Terena Faustino Salvador, de Cachoeirinha. Em documento de 1962, o mesmo encarregado de Posto citado no caso anterior, Américo Antunes Siqueira, informou que mandou prender Faustino Salvador porque este o desacatou, além de, na noite anterior ter agredido outros indígenas:

Comunico, V. sa. que mandei prender o índio Faustino Salvador e recolher na cadeia pública de Miranda, por desacato à autoridade, deste, como de todo o Serviço, bateo em índio, na noite de sábado para domingo. [...] na segunda feira mandei ir buscar-lo, ele veio, mas, não como prezo, não asseitou a prisão, dizafiou todo mundo, dizendo que não tinha, homem no serviço, que pudesse prende-lo, quis invadir o posto para bater no encarregado, e quando mandei que a guarda agisse, ele sai gritando chamando o Serviço de perseguidor de índio (SIQUEIRA, *Memorando*, 12 de fevereiro de 1962).

No mesmo documento há um aviso manuscrito do Chefe da 5ª Inspetoria Regional afirmando que ordenou que Faustino fosse colocado em liberdade. O que é significativo são as queixas anteriores a respeito dele. A mais antiga, encontrada durante a realização da pesquisa documental, é um memorando do ano de 1961. No documento, Faustino é referido como *Capitão*:

Esteve nesta sede o Sr.Totó Candia que veio solicitar permissão para o Sr. Mario Candia, a titulo de cooperação, aproveitar uns cem taquaruçu, derrubados com a abertura de uma picada destinada ao transporte de taquaruçu retirado das terras vizinhas deste posto. Como o cap. Índio Faustino Salvador, embargou a retirada desses taquaruçu, derrubado com a abertura da picada já referida, deveis entrar em entendimento com o capitão Faustino para consentir a retirada, tendo em vista que o Sr. Totó Candia foi o homem que quando vereador do município de Miranda,

conseguiu a Reserva para os Índios Tereno das terras das aldeias Moreira e Passarinho (SAMPAIO, *Memorando*, 03 de maio de 1961).

Ou seja, Faustino agiu em desacordo com a prática do SPI. A entrega da madeira, negada pelo então *Capitão*, era vista pelo órgão como algo correto. A justificativa era a de que as terras de Moreira e Passarinho tinham sido obtidas graças à atuação do indivíduo que pleiteava a retirada da madeira. Fica evidente que as Reservas não eram entendidas como direito garantido aos indígenas, mas como *favor* dos regionais e do Estado. Assim, além de tudo, os Terena ainda deveriam ceder recursos naturais de suas áreas como demonstração de gratidão (o que não foi aceito por Faustino Salvador). Importante mencionar que outra expectativa era de que o Chefe de Posto e o *Capitão* agissem como facilitadores na contratação de mão de obra indígena.

Há outras reclamações do Chefe de Posto, que afirmou que Faustino, junto “com um tal de Biratan, da aldeia Moreira”, estaria dizendo que ele [Faustino] seria o novo encarregado de posto e que os outros indígenas queixavam-se dele (SIQUEIRA, *Memorando*, 16 de janeiro de 1962). Siqueira acrescenta que Faustino “continua dando alteração, esta trazendo índios, de outra parte como de Moreira, para provocar a guarda deste P.I.” (*Memorando*, 12 de fevereiro de 1962). E ainda que: “contenua com as suas, convidando os índios para carnear um boi de serviço, com essa carneação não deve os índios, fazerem os asseros das cercas, que todo ano, são feitos nessa época” (SIQUEIRA, *Memorando*, 12 de fevereiro de 1962).

Em 14 de junho de 1962, pouco antes do documento que informa sobre a prisão, o mesmo Chefe de Posto afirma que Faustino furtou uma vaca, provocou outros moradores da aldeia em um baile e proferiu ameaças: “[...] andou dizendo impropério, mesmo ameassando, que o serviço que não amolasse, ele, que ele não estava para estar aguentando amolação de chefe, e que não sai daqui, falei que ele tinha que ir a Campo Grande, ele respondeu que não iria trabalhar, para gastar com passagem” (SIQUEIRA, *Memorando*, 14 de junho de 1962).

No mês de julho o delegado de Miranda informou ao funcionário do SPI, Enoch Alvarenga, que deteve Faustino a pedido do chefe de posto:

[...] informo que a prisão do índio Faustino Salvador, não foi no sentido de recolher o referido índio como que fôsse criminoso, e sim atendendo ao pedido do agente Américo Antunes Siqueira, até que o mesmo entrasse em entendimento com as autoridades da IR5, para ser tomada a medida cabível no caso (CORREA, *Ofício*, 11 de julho de 1962).

Por meio dos documentos não é possível conhecer a versão de Faustino, nem analisar as possíveis disputas e conflitos internos entre Faustino e outros Terena. Entretanto, fica evidente que ele não aceitava *amolação* do Chefe de Posto, ou seja, contestava a autoridade instituída pelo SPI, a ponto do funcionário sentir seu cargo ameaçado e pedir auxílio à polícia.

Outro documento significativo sobre o caso foi escrito pelo Terena Bruno Quirino, funcionário público estadual, que trabalhava como identificador na Delegacia de Polícia de Aquidauana, município vizinho de Miranda (onde residia Faustino). A correspondência foi endereçada ao chefe da 5ª Inspeção Regional do SPI:

Avizo-o por esta de que os índios aguardam sua visita nas aldeias do município de Miranda-MT e o que aos agradeceram. Estas seguintes aldeias Cachoeirinha, Passarinho e Moreira, que está ao cargo da inspeção do sr. Américo – e aqui apresento-vos uma pequena queixa dos índios da aldeia Canhoeirinha e os demais: Conforme relatos do índio Olímpio Marques (este da Cachoeirinha) o sr. Olímpio Marques necessitava de alguns remédios para seus filhinhos, êle foi obrigado a sofrer algum prejuízo, pela venda de duas galinhas, pelo preço barato, porque isso ninguém paga o valor, o pobre é sempre prejudicado nas coisas que vende – tudo isso para adquirir miserável quantidade de remédio para seus filhinhos, e tudo aconteceu, porque o inspetor da Cachoeirinha o sr Américo, não quis contribuir com êle, sob o remédio paga pela Diretoria do SPI.

E também Olímpio Marques me informou que o inspetor Américo, mandou prender o índio Faustino Salvador, por motivo seguinte: o índio Faustino Salvador, foi escolhido pelos índios da aldeia Cachoeirinha para exercer o cargo de capitão d'aldeia; portanto o inspetor Américo, invejou-o e mandou prende-lo na cadeia pública da Delegacia do Município de Miranda, como se fosse um criminoso qualquer – isso não está certo – A verdade é isto, o tal Américo nunca se esforçou pelos índios, quanto mais pelas aldeias, mas o esforço do Américo é sempre prejudicial aos povos indígenas. E aqui apresento-vos os nomes dos índios da Cachoeirinha que presenciaram o fato ocorrido que são os seguintes: Olímpio Marques, Julio Matias, Antonio Muchaxo, Jacinto e Emilio Polidoro, (estes estão prontos a dar informações a favor do índio Faustino Salvador).

[...] De V. Excia. Ato e grato.

[Assinatura] Bruno Quirino – ident.

Obs – o autor desta linha, e índio “Tereno” nascido e criado na aldeia Passarinho, hoje exerce o cargo de Funcionário Público Estadual, como Identificador de Polícia na Delegacia do Município de Miranda-MT. (QUIRINO, *correspondência ao chefe da I. R. 5*, 07 de agosto de 1962).

Na correspondência, Bruno Quirino apresenta reclamações dos Terena de Cachoeirinha, Passarinho e Moreira em relação ao chefe de Posto e relata que os indígenas das referidas aldeias solicitam mais atenção do órgão indigenista. Na sequência, ele denuncia a prisão de Faustino Salvador, apresentando os argumentos de outro Terena, morador da aldeia Cachoeirinha. Conforme essa versão, o encarceramento de Faustino foi uma retaliação do chefe de Posto por ele sido escolhido pelos seus patrícios como capitão. No documento, são citados nomes de outros indígenas dispostos a testemunhar a inocência de Faustino.

Embora essa correspondência também não seja conclusiva para a compreensão do caso, demonstra: a) os conflitos entre a autoridade do SPI e as lideranças dos Terena no interior das aldeias; b) a articulação entre os Terena que viviam nas aldeias e os Terena que viviam nas cidades; c) a estratégia Terena de inserção em ocupações urbanas e cargos públicos; d) a utilização da escrita e de uma determinada posição social (como a de funcionário público) para levar suas reivindicações até os altos escalões do órgão indigenista.

Os Terena nesse período protagonizaram (embora com menos frequência) ações de enfrentamento mais aberto à autoridade local do SPI, que podem ser percebidas pelos atritos entre Faustino Salvador e Américo Siqueira. E exerceram também as estratégias de negociação com o órgão indigenista (inclusive buscando autoridades que estavam acima do chefe de Posto), como demonstrado pela correspondência de Bruno Quirino, que atuou como porta-voz de outros Terena.

O controle da circulação dos indígenas era constante no período de vigência do SPI. Exemplos disso são as autorizações (inúmeras arquivadas no acervo documental do órgão) que os indígenas deveriam portar ao saírem de suas Reservas. Os indígenas que não se limitavam a permanecer nos espaços reservados pelo Estado eram preocupação constante das autoridades. São recorrentes as referências à necessidade de impedir a *perambulação* dos índios.

Foi expedida em Brasília, pelo Chefe do Serviço de Assistência ao Índio – SASSI, uma mensagem significativa: “Solicito informar se foram tomadas as providências pedidas pela Interpol, quanto a índios perambulando” (VELOZO, *Telegrama do chefe da Sassi*, 06 de setembro de 1966). O texto é significativo por demonstrar a projeção dada à questão da mobilidade e do trânsito dos índios, até mesmo em órgãos não indigenistas, no período da Ditadura Militar.

Em 1967, há outros registros de índios enviados ao Posto Indígena Icatu, porque se recusavam a permanecer nos Postos Indígenas, optando por circular nas cidades de Aquidauana e Campo Grande (BUCKER, *Relatório do Chefe da Ajudância em São Paulo ao Chefe da 5. I. R.*, 14 de agosto de 1967).

Esses casos de Terena que contestavam o órgão indigenista, que desobedeciam as ordens do Chefe de Posto, que ousavam circular em espaços que não eram os da Reserva, mesmo quando não autorizados pelo SPI, apontam para seu *ethos* guerreiro, sempre presente mesmo em ambientes adversos.



### 3.2.2 Ameaças, espancamentos, assassinatos e outros abusos

Em 1954, uma correspondência do Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, à época presidente do CNPI, ao diretor substituto do SPI, informa o recebimento de uma carta anônima (RONDON, *Correspondência do Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios ao Diretor substituto do SPI*, 1º de dezembro de 1954). A carta provavelmente era de um índio Terena da região de Cachoeirinha, denunciando o delegado e alguns policiais de Miranda que estariam espancando e atirando contra os índios, além de lhes “tirar dinheiro” e fazer ameaças de morte.

Eu sou um simples índio que venho lhe comunicar que os índios daqui não tem mais o direito de andar na rua da cidade? Os policiais e o delegado toma o dinheiro dos índios e surra eles? Otro dia porque os índio tava com 4 contos dois policiais pediro dinheiro dos índios e só porque eles não quizero dar os policiais dero 8 tiros neles na rua todo mundo viu? O delegado quando foi lá e viu os dois índio caído no xão deu uma rizada e falou que bugre tava caindo que nem manga madura? Um dese índio já morreu é pai do otro que ficou alejado? Os dois policiais nem ficaro preso e anda perseguindo nos pra dar dinheiro? O delegado uma vez quase matou um índio de pancada? Fico no proceso mas diz que o proceso acabo porque ele ganho na política e agora ele não vai mais ser delegado e os bugres vai ver com eles? O general Orta Barboza conhece bem esse delegado? O senhor tem que olha por nós senão esse delegado vai judiá muito mais com os índios? Se o ser [ilegível] acredita manda um vê se tudo não é verdade. O delegado é ladrão também, uma vez fizero ele devolve espingarda que ele tomo? Vamo esperar que o sr faz alguma coisa por nois e manda tira esse delegado daqui de Miranda? Não vo escrever meu nome porque se o delegado descobrir eu também vo morre (CARTA, s. d.).

A carta evidencia, além da violência física perpetrada por agentes do Estado, as humilhações e o preconceito de que eram alvo os indígenas. Também era uma forma de intimidá-los a permanecerem recolhidos nas áreas reservadas, sem circular por outros espaços quando isso não atendia aos interesses dos não índios. Apesar das intimidações, os Terena mais uma vez se apropriaram de um mecanismo dos *purutuya*, no caso a linguagem escrita, para tentar fazer valer seus direitos. Também fica evidente que os índios apesar das violações sofridas, não permaneceram passivos, mas se atreveram a circular por diversos locais e reivindicar seu direito de ir e vir.

Foram encontrados mais 21 documentos sobre esse caso, a maioria são solicitações do SPI cobrando providências. O relatório do próprio delegado de polícia de Miranda encerra o caso, concluindo que os disparos de arma de fogo contra os Terena foram feitos em legítima defesa pelos policiais (CORRÊA, *Relatório do delegado de Polícia de Miranda*, 14 de fevereiro de 1955).

Cardoso de Oliveira (1976) ao mencionar as discriminações contra os Terena que presenciou durante sua passagem por Miranda na década de 1950, descreveu um episódio semelhante. Apesar das diferenças nas narrativas, é possível que o episódio seja o mesmo:

Por diversas vezes tem ocorrido casos de agressões gratuitas a grupos de indivíduos quando de suas compras na cidade. Uma delas, de consequências mais graves, deu-se em Miranda, envolvendo uma família Terena de Cachoeirinha e um grupo de policiais da cidade: contra o principal agredido que estava parado numa calçada, juntamente com o filho e outros companheiros, quando deles se acercaram dois ou três soldados que passaram a ofendê-los; com a reação embora tímida de seu filho, os policiais passaram a agredi-lo, fazendo o grupo debandar a tiros; um desses tiros o alcançou, prostrando-o ao chão, ferido na perna. Isso lhe causou algum tempo no hospital, às custas do SPI, que tentou processar os agressores; e, pelas informações que recebemos, sem nenhum resultado positivo (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976, p. 127).

Outro caso de espancamento feito pela polícia e denunciado pelo SPI, aconteceu em Nioaque. No documento (já citado no item anterior), a respeito da prisão de quatro indígenas, o funcionário Enoch Alvarenga Soares, informa também sobre agressão à família e a invasão da casa de um idoso Terena que residia na cidade de Nioaque:

Também foi invadida a residência do velho índio Daniel Pio que ultimamente mora na referida cidade; o índio Daniel sofreu os piores vexames, além de tudo a polícia tentou bestialmente agredir sua filha; por estes atos vandálicos, só mesmo as nobres autoridades podiam tomar as imediatas providências (SOARES, *Correspondência*, 23 de agosto de 1956).

Posteriormente foram solicitadas pelo chefe da 5ª Inspetoria, providências à polícia, entretanto, ao longo da pesquisa não foram encontradas informações sobre o desfecho do caso, tampouco uma resposta da polícia de Nioaque.

Outro caso de violência foi documentado em uma correspondência endereçada ao Delegado Federal de Segurança Pública em Campo Grande. O remetente, diretor substituto do SPI, solicita a colaboração deste em um inquérito, para manter o *bom nome* do órgão indigenista:

Solicitamos sua valiosa cooperação providências relacionadas inquérito policial contra servidor Djalma Mongenot que, segundo expediente nosso poder chefe 5 I/R eh autor defloramento de índia menor de idade. Agradecemos seus bons ofícios apuração fatos no resguardo bom nome administração SPI. (ARAÚJO, *Telegrama do Diretor substituto do SPI ao Delegado Federal de Segurança Pública*, 7 de outubro de 1965).

Essa acusação de abuso sexual, perpetrado por um funcionário do SPI contra uma indígena Terena, também consta no Relatório Figueiredo: “Djalma Mongenot. 1. Deflorou a índia Tereza do Posto Ipegue no próprio recinto da sede da Inspetoria” (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, vol. 20, doc. 399 ).

Em alguns casos, o órgão indigenista solicitou providências em relação às violências cometidas por outros órgãos do Estado, como a polícia. Nem sempre obteve êxito. Em outros casos, foram os próprios funcionários do SPI os acusados de cometerem violações de direitos contra os Terena.

### **3.2.3 Má gestão de recursos**

Conforme apontado anteriormente, as Reservas foram demarcadas com áreas inferiores ao território antes ocupado pelos Terena, ocasionando inúmeras dificuldades para a manutenção de seus costumes e organização social. Embora esses indígenas tenham encontrado alternativas, o processo de organização em Reservas ocasionou inúmeros obstáculos. Nessa conjuntura, o SPI pretendia inserir nas áreas reservadas o mesmo modelo de produção extrativista e agropastoril dos regionais, e, além disso, garantir o emprego da mão de obra terena nos empreendimentos da região, sobretudo rurais. Isso demonstra ainda a intenção do Estado de demover os Terena de sua indianidade.

Como consequência desse processo, as formas de utilização e manejo dos recursos naturais nas áreas indígenas também sofreram alterações. A exploração incentivada, ou pelo menos consentida, pelo órgão indigenista contribuiu para colocar em risco a biodiversidade de diversas áreas, e o resultado foi o esgotamento de recursos importantes para a manutenção do modo de viver tradicional das diversas etnias.

Há inúmeros documentos acerca da extração de madeira e de cascas de tronco de angico da Reserva Cachoeirinha (município de Miranda). De acordo com ofícios e memorandos de funcionários do órgão, em alguns momentos essa extração foi proibida, mas ainda assim acontecia, como evidenciam os documentos a seguir:

Tendo chegado ao conhecimento desta Chefia a notícia de que alguns índios desse Posto estão pleiteando a tiragem e venda de casca de angico, notifico-vos que é terminantemente proibida tal concessão, a quem quer que seja, índios ou civilizados, sob quaisquer pretextos, seja para finalidade fôr, sem que a S.O.A seja ouvida, consultada e opine sobre o assunto, que não será de aprovação, visto que m/m circular nº 159, da mesma S.O.A, no/ item “E”, proíbe taxativamente “ a exploração de qualquer bem ou riqueza natural”, cuja a copia vai anexa ao presente (SAMPAIO, *Memorando*, 21 de maio de 1957).

É do conhecimento desta I.R, a existência nêsse PI, de madeiras de cedro já derrubadas em gestões anteriores. Solicitamos da Administração dêsse Pôsto, da possibilidade do aproveitamento de referida madeira nêssa Região, dentro do mais curto praso possível, devendo V.S vir munido das respectivas propostas de interessados, os quais deverão serem discutidas e apreciadas na próxima Reunião a se realizar nêsta Séde, no dia 10 de Agôsto vindouro conforme Mem/cit-18/64 do dia 27 corrente (PEDROZA, *Memorando*, 1964).

Em outros momentos o órgão dava o aval, sob a justificativa de angariar recursos para o Posto Indígena. A madeira era vendida para serrarias da região e até mesmo como lenha para a Companhia Ferroviária Noroeste do Brasil – NOB. As cascas de angico eram requisitadas, pois, sua resina tem utilização medicinal e industrial.

[...] 5- A aquisição de um caminhão para o transporte de lenha de angico é contraindicada, considerando o alto custo de um veículo destinado somente ao transporte de determinada quantidade de lenha de arvores de angico derrubadas para a extração de casca. Tal serviço já começou a ser economicamente feito com os veículos do Posto; e a lenha será vendida em Miranda, á proporção que for sendo entregue, á vista. É desaconselhável a venda de lenha á Noroeste, visto que a mesma atraza-se sempre no pagamento, quer de lenha, que de dormentes, ás vezes um ano e mais (SPI, *Ofício*, 14 de agosto de 1949).

Salienta-se que eram os próprios Terena que realizavam o trabalho de extração. Ou seja, terra, recursos e força de trabalho indígena eram utilizados durante a gestão do SPI para negociação com terceiros. O documento a seguir trata da contratação da mão de obra terena e da situação já precária das matas da Reserva:

1º)- Comprometo-me arrendar as matas da Cachoeirinha para extração de casca de angico á razão de Cr.\$ 1,20 (um cruzeiro e vinte centavos) por arroba de (15) quinze-kilos, sendo que o respectivo pagamento será efetuado por mim no ato de embarque das cascas na Estação da Estrada de Ferro. 2º)- O serviço de transporte do material será feito em caminhões de minha propriedade- para as Estações de Miranda, Duque Estrada e Agachi, de onde serão despachadas para os Cortumes. 3º)- Proponho pagar esse preço uma vez que as matas nessa região já estão bastante exploradas, tornando-se assim mais difícil o serviço de tiragem do material. 4º)- Dou inteira preferência ao pessoal da Aldeia Cachoeirinha para o serviço de tiragem das cascas (ALVES, *Memorando*, 10 de agosto de 1951, grifos nossos).

O engajamento dos Terena nesses trabalhos evidencia por outro lado, suas estratégias de relacionamento com o Estado e com os regionais, em um novo formato de territorialização. Entretanto, a extração dos recursos naturais das Reservas e até mesmo a utilização das áreas por uma população crescente, causou prejuízos aos Terena, como demonstra Johnny Alcântara Batista, Terena da aldeia Buriti (Terra Indígena Buriti), estudante de Biologia e liderança dos acadêmicos indígenas na UCDB:

Tem a questão da nossa natureza, principalmente da minha aldeia, Terra Indígena Buriti. Dentro da aldeia, antigamente, como meu avô conta, que aquele córrego perto da aldeia era uma fonte de matéria pra eles, de peixe, de alimentação. Temos a nossa matéria prima que era buscada da margem desse rio, desse córrego, que é buriti, que nós usamos muito. Hoje já não temos isso. [...] Hoje quando se pensa em mata dentro da Terra Indígena Buriti, nós não temos. Nós temos pequenos fragmentos de cerrado. Hoje já não tem matéria prima. Por exemplo, o buriti, que nós usamos muito, dentro da Reserva Buriti não tem. Temos que buscar em uma outra região. [...] O buriti ele tem o fruto, as donas fazem doce. Mas o buriti mesmo está focado nos nossos adornos, por exemplo, para o colar, você tem que usar o buriti. A questão da nossa dança, a dança do bate pau, tem que usar o buriti pra fazer nossas vestimentas, que é a saia do buriti. Esse ano... dia 19 é uma tradição, é um dia inteiro de festa. Na verdade nem era pra ser comemorado em questão de muitas coisas, por exemplo, a educação que não está muito bem, a questão do nosso território, na verdade nem era pra gente comemorar, mas como é uma tradição, nós comemoramos no dia 19 de abril. E esse ano o cacique lá da Buriti até mudou. Não vamos fazer mais do buriti. Por que não tem. Nós temos que ir longe... aí vamos fazer com outro material (Johnny Alcântara Batista, Terena, entrevista, 24 de julho de 2015).

Alguns documentos consultados relataram a insuficiência das áreas reservadas pelo Estado aos indígenas. Não foi possível acompanhar pela documentação o desfecho de todos os casos, uma vez que os documentos não estão ordenados cronologicamente. Entretanto, muitas das áreas citadas são aquelas que permanecem ainda hoje com problemas de superpopulação e cujos limites são contestados atualmente pelos indígenas que reivindicam sua ampliação.

Em 1948, Darcy Ribeiro, que na época trabalhava no SPI, escreveu sobre o Posto Indígena de Cachoeirinha, município de Miranda:

Cachoeirinha é sem dúvida um dos melhores postos do S.P.I., quanto às instalações, lamentavelmente os índios Terenos [sic.], não vivem melhor aqui que nos outros postos; pois creio vem faltando aqui terras para as lavouras e pecuária e o emprego exaustivo destas as tem exaurido (RIBEIRO, *Relatório*, 19 de novembro de 1948).

Ainda sobre Cachoeirinha, há outro documento significativo. É uma declaração assinada pelo Terena Benedito Vieira, na sede a 5ª Inspeção Regional, em Campo Grande em agosto de 1964. O declarante denuncia a venda de terras do Posto Indígena pelo então encarregado do Posto, Américo Antunes Siqueira. Denuncia ainda que o encarregado ordenou que o declarante retirasse a cerca de parte do aldeamento, em virtude da venda para o Sr. Tercio Cardoso. Não acatando a ordem, o declarante foi abordado pelo comprador e pelo delegado de Polícia de Miranda, conforme fragmento abaixo:

Ao chegar aquela autoridade [Delegado Vitelmo], o Sr. Tercio passou a carta às mãos do delegado – carta que autorizava a entrega das terras – o delegado lendo a referida carta falou com o delegado e perguntou: Porque ele não entregava as terras; quem mandava mais, ele (o declarante) ou o Sr. Américo Antunes Siqueira; Disse mais o Declarante que o Delegado impôs que se ele não cumprisse a ordem levaria o caso à polícia (VIEIRA, *Declaração*, 13 de agosto de 1964).

Na sequência, o declarante informa que as terras compradas por Tercio foram posteriormente vendidas e cita os nomes dos novos compradores.

Outro exemplo documentado da má gestão de recursos é o caso das vendas de gado dos Postos Indígenas. Depoimentos da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para apurar irregularidades no SPI, na década de 1960, abordaram essa questão. O depoente Manuel Aureliano da Costa Filho (que estava respondendo também às perguntas sobre arrendamento de terras dos Kadiwéu) mencionou que foram feitas vendas de gado de diversos Postos sem abertura de edital para concorrência pública, mas afirmou não saber se o preço cobrado era o de mercado ou inferior. Dentre os Postos terena ele mencionou Taunay: “[...] venderam 30 reses. [...] Foi vendido esse gado para o Prefeito de Aquidauana. [...] Para o senhor Fernando Ribeiro.” Mencionou também Lalima: “25 reses”, mas não informou o nome do comprador; sobre o Posto de Cachoeirinha disse não ter informações; do Posto Capitão Vitorino afirmou terem sido vendidas 10 reses (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, vol. 3, doc. 232-233).

Ainda no Relatório Figueiredo há informações sobre possíveis irregularidades nas inspetorias de Campo Grande e Cuiabá:

No posto indígena de Buriti, no Estado de Mato Grosso, fazem-se construções sem que tenham sido orçadas e sem planos para sua realização. As inspetorias de Campo Grande de Cuiabá até hoje não prestaram contas da aplicação da renda indígena no exercício de 1962. Todas as viagens de diretores do SPI para Mato Grosso se fazem pelo circuito Brasília-Rio-São Paulo-Campo Grande. Naturalmente é o caminho mais longo, quando temos daqui viagens diretas para Cuiabá e dali para Campo Grande (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, vol. 1, doc. 115-116).

Constam também acusações a servidores do SPI que teriam tido lucros escusos em negociações feitas com o órgão indigenista, ou com produto do trabalho dos indígenas, no caso dos Terena de Buriti:

José Mongenot Filho, da IR5, quando encarregado do Posto Buriti vendeu ao SPI uma camionete usada marca Ford F-100, por preço de uma nova se adquirida na agência; que a transação foi feita na administração de José Fernando da Cruz; que José Mongenot Filho quando encarregado no Posto Buriti subtraía grandes partidas de arroz da produção indígena para vender em proveito próprio (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, vol. 8, doc. 112).

Em outro documento do mesmo relatório afirma-se que: “José Mongenot Filho vendeu uma camioneta Willis ao SPI, sem concorrência, apesar de ser funcionário”. O funcionário é acusado ainda de diversos outros procedimentos ilegais, inclusive de enriquecimento ilícito (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, vol. 20, doc. 415). No vol. 30 (doc. 59) está a defesa do referido funcionário, na qual ele nega as acusações e explica também o caso referido anteriormente do servidor Djalma Mongenot (ambos são irmãos).

Outro caso fartamente documentado é o desaparecimento de cinco reses do Posto Indígena Taunay. Teriam sido apontados os responsáveis, entre eles o ex-encarregado de Posto, o Terena Jair de Oliveira e o capataz do Posto Indígena. De acordo com um dos depoentes as reses foram revendidas a um segundo comprador, fazendeiro na região do Agachi (RELATÓRIO FIGUEIREDO, 1967, vol. 16, doc. 59).

O Estado, em todos os casos abordados no presente texto, prejudicou diretamente, ou por negligência ou por conivência os grupos indígenas citados. Em alguns casos o SPI tentou interferir de forma positiva, mas foi impedido, contrariado ou não atendido em suas solicitações por outras instâncias do poder estatal (em especial o governo do estado do Mato Grosso e departamentos de polícia). Em outras situações, o próprio SPI lesou os indígenas.

### **3.3 Os Terena e as reivindicações de políticas de reparação**

Além das violências físicas, a redução dos territórios indígenas, por si só, se configura para esses povos como uma grave violação, cujas consequências eles lutam para reverter até os dias atuais. O Estado prejudicou tanto os Terena, quanto outros grupos indígenas que vivenciaram processos históricos semelhantes.

As fontes consultadas e os depoimentos dos indígenas durante a 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), evidenciaram que o Estado brasileiro, tanto no período da Ditadura Militar, quanto no período oficialmente democrático (1946 a 1964, 1985 à atualidade), tratou os indígenas com truculência e desrespeito. E, portanto, precisa reconhecer publicamente seus erros e implementar políticas de reparação. As historiadoras Iára Quelho de Castro e Vera Lúcia Ferreira Vargas (2015), no artigo *Povos indígenas e políticas estatais autoritárias no Brasil*, destacam que:

[...] a violência contra os povos indígenas no Brasil constitui uma prática estatal (colonial e nacional) recorrente, não sendo prerrogativa de determinados períodos da

história desta nação, constatando-se que não obstante as garantias legais, o desrespeito a essas persiste e é flagrante (CASTRO E VARGAS, 2015, p. 98)

Entretanto, pontuam as mesmas autoras que é preciso ter cautela para que os povos indígenas não sejam vistos exclusivamente como vítimas (embora também tenham sido), sob pena de considerá-los (mais uma vez na historiografia) como incapazes de construir suas próprias histórias:

Mas não [são] apenas isso [vítimas], haja vista as diferentes políticas adotadas pelos diferentes povos indígenas, seja pelo confronto direto, pela afirmação das alianças, ou pela apropriação dos recursos e discursos disponibilizados pela sociedade envolvente, e envolvida nas suas lutas por seus direitos. Todos atuaram e atuam nos limites impostos pelo processo histórico a que todos estão sujeitos e, conforme os princípios que orientam a vida de cada grupo (CASTRO E VARGAS, 2015, p. 99).

Dessa forma, é importante ressaltar o protagonismo indígena que também emerge do acervo do SPI. Ele pode ser percebido nos relatos de funcionários indigenistas sobre os índios que denunciavam ou criticavam as ações do SPI; nos documentos que evidenciaram a ousadia e a coragem dos indígenas de circular nas cidades, mesmo sob ameaças e punições; e nas tentativas de garantir a posse de suas terras e reivindicar o merecido respeito por parte das autoridades.

Os povos indígenas lidaram, nas palavras de Castro e Vargas (2015, p. 118), “com poderes econômicos e políticos em relações profundamente assimétricas”. Nesse contexto, prevaleceram as posturas *diplomáticas* dos Terena: as alianças, o engajamento como mão de obra nas fazendas e cidades, a adoção das religiões não indígenas e a utilização dos mecanismos sociais dos *purutuya* para reivindicar suas demandas (como as reclamações feitas às autoridades do SPI, algumas vezes por escrito). Isso não excluiu formas de atuação pautadas pela oposição mais aberta às políticas indigenistas (mesmo que com menos frequência), o que pode ser inferido pelas queixas dos funcionários do SPI em alguns dos documentos consultados.

Apesar do autoritarismo estatal, na década de 1970 começou a se organizar o movimento indígena no Brasil. Castro e Vargas (2015, p. 118) destacaram a “atuação aguerrida de Marçal Guarani, Raoni, Ângelo Kretã e as lutas dos Xavante (MT) e Pataxó. Ao final daquela década e início da década de 1980, em vários pontos do país ocorreram diversas ‘rebeliões indígenas’, relacionadas a reivindicações por terra [...]”.

O movimento indígena atual tem, evidentemente, algumas diferenças em relação ao seu início. Uma delas é sua articulação em âmbito nacional, tema que será abordado no quinto



capítulo deste trabalho. Mas, é preciso salientar que esse movimento emergiu em resposta à “atuação do Estado brasileiro que sempre agiu sem considerar as demandas indígenas” (CASTRO E VARGAS, 2015, p. 118).

Os Terena evidenciam em seus discursos que responsabilizam o Estado brasileiro pelos problemas que enfrentam atualmente: como a diminuição de seu território e a exiguidade de recursos naturais que resultaram em graves dificuldades sociais, políticas e para manutenção de seu modo de vida. Dessa forma, reivindicam políticas de reparação, pautadas pela demarcação das terras tradicionalmente ocupadas por eles e que foram tituladas pelo Estado em nome de proprietários não indígenas.

Durante a realização da 2ª Sessão de Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), realizada nos 24 e 26 de abril em Dourados-MS, os indígenas das diversas etnias presentes manifestaram seu descontentamento pelo recorte temporal abrangido pela CNV, argumentando que sofreram violações de direito antes de 1946 e que continuam sendo alvo de diversas violências e desrespeito aos seus direitos garantidos na Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, para os Terena e tantas outras coletividades indígenas, a reparação devida não se restringe ao período da Ditadura Militar. O professor Genésio Farias, da Terra Indígena Cachoeirinha, quando fez uso da palavra, lembrou não apenas as violações sofridas antes de 1988, mas também a violência praticada atualmente contra os Terena, perpetrada pelo próprio Estado ou sem a oposição deste:

Me lembro do momento em que houve reintegração de posse na fazenda Petrópolis e muitos patrícios sofreram consequências. Outra injustiça também que eu me lembro é o ônibus incendiado, o ônibus que transportava alunos e que até hoje não houve nenhuma resposta da justiça. Desde muito tempo as violações do direito do indígena vem ocorrendo. Nós estamos invisíveis aos olhos do branco. O governo não quer ver na verdadeira história do indígena as violações de direito que eles sofrem. Existem direitos dos povos indígenas construído na constituição de 88 e nas leis internacionais, mas o governo não dá o seu respaldo a esses direitos e omite os direitos que estão na constituição. Na constituição federal de 88 diz que as terras indígenas deviam ser demarcadas em um prazo de 5 anos e até o momento isso não foi feito. Então eu entendo isso como uma violação de direito. [...] E esse momento é o momento oportuno para nós reivindicarmos que o governo nos respeite, que pare de violar nossos direitos e olhem para as violações que vemos sofrendo (Genésio Farias, Terena, 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), 25 de abril de 2014).

Assim, para os indígenas, mais uma vez, passado e presente se encontram, seja na violência de Estado, seja na postura dos Terena de reclamar às autoridades brasileiras o devido respeito às suas terras e às suas vidas.

A pesquisa sistematizada neste capítulo (tanto em relação às lideranças Terena nas Reservas, quanto em relação às imposições e violências do Estado contra os indígenas) evidenciou mais uma vez o movimento pendular do *ethos* terena. Dessa forma, em algumas situações, os Terena tiveram iniciativas de oposição aberta à política estatal (personificada na figura dos funcionários do SPI). E, na maioria dos casos, protagonizaram estratégias de *diplomacia*, negociando e se apropriando dessa mesma política.

No próximo capítulo será abordada mudança de postura dos Terena em relação às formas de buscar a recuperação de seus territórios tradicionais e a garantia de seus direitos. Essa fase é marcada pelas Retomadas, que em seu bojo rompem com a invisibilidade étnica (que o Estado tentou impor a partir da acomodação dos Terena nas Reservas). É significativo que nesse contexto os Terena tenham adotado de forma mais frequente as posturas *guerreiras* para a recuperação dos seus territórios tradicionais, sem, contudo, excluir as ações ditas *diplomáticas*, muitas vezes acionadas em um mesmo momento, em espaços distintos e com diferentes interlocutores.

## **CAPÍTULO 4**

# **AS RETOMADAS E OS GUERREIROS TERENA**

O Terena é índio manso. Mas não é covarde (Armando Gabriel, Terena, 85 anos, 2003).

Este capítulo trata da mobilização dos Terena na luta por diversos direitos, dos quais se destaca a busca pela recuperação dos territórios tradicionais. Essa mobilização emergiu em um contexto de abertura política e de mudança na legislação indigenista. Assim, os Terena iniciaram um processo de recomposição das formas de apresentação de sua indianidade, passando a exigir a demarcação de parte de seus territórios tradicionais e outras formas de ressarcimento de direitos violados.

Essa nova forma de luta e mobilização pelo território, que os próprios Terena denominam como Retomada, emergiu entre eles a partir da década de 1990. Será apresentado neste capítulo um panorama geral das Retomadas terena no Mato Grosso do Sul. Também será discutido o conceito de *guerreiro*, ressignificado pelos Terena no contexto político atual de luta pela terra.

As principais fontes utilizadas na elaboração do capítulo foram os materiais da imprensa: jornais *on-line* e impressos; regionais e nacionais; de empresas de comunicação, de instituições estatais e de organizações não governamentais. O tema da demarcação de terras indígenas e as disputas entre eles e os proprietários rurais, tem grande repercussão na mídia. O mapeamento de reportagens sobre as Retomadas protagonizadas pelos Terena, permitiu construir o panorama geral sobre essas ações no Mato Grosso do Sul.

Tania Regina de Luca (2005), destaca a importância desse tipo de material enquanto fonte histórica. Mas, alerta para os cuidados necessários para sua utilização, pois, assim como qualquer outro tipo de discurso ou narrativa, os textos jornalísticos não são neutros. A autora destaca que a manchete e as imagens têm um peso considerável na publicação, já que têm como objetivo chamar a atenção do leitor e ao mesmo tempo fixar um ponto de vista sobre o tema tratado.

Claude-Jean Bertrand (1999), alerta que cada vez mais o jornalista, além de construir notícias com as informações, também precisa lutar pela sobrevivência do jornal-empresa que, na maioria das vezes, apoia-se no senso comum e na manipulação de estereótipos.

Para atentar-se a essas questões, é fundamental contextualizar os veículos de comunicação e suas publicações:

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem

sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos (LUCA, 2005, p. 140).

Dentre os jornais consultados destaco alguns de âmbito regional, por serem mais expressivos e terem sido utilizados com mais frequência nesta pesquisa. O *Correio do Estado* é o jornal impresso de maior tiragem do Mato Grosso do Sul. Também veicula uma versão digital. Schwengber (2005), pontua que o periódico pertence ao grupo de comunicação de mesmo nome, que é mantenedor também da Rádio Cultura AM; da Rede Centro Oeste de Rádio e Televisão, que abrange a Rádio Canarinho FM e a TV Campo Grande (afiliada do SBT); de uma produtora de vídeo e da fundação Barbosa Rodrigues.

O *Correio do Estado* foi fundado em 1954 por políticos, empresários, produtores rurais e profissionais liberais ligados à União Democrática Nacional – UDN. Posteriormente, passou para a propriedade de José Barbosa Rodrigues, cuja relação amistosa com os militares rendeu em 1976, a concessão para a criação da Rede Centro-Oeste de Rádio e Televisão. O fim da Ditadura Militar, em 1985, representou, por um lado, mais liberdade para criticar ações estatais. Por outro lado, resultou na diminuição de verbas públicas. A partir de então, as empresas privadas assumiram maior participação financeira nos meios de comunicação. Nesse novo contexto, os principais assuntos pautados pelo *Correio do Estado* são referentes à política estadual, seguidos por assuntos do cotidiano e do agronegócio (SCHWENGBER, 2005).

Gabriel Landa (2016, p. 5), pontua que no “final dos anos 1990 e início dos anos 2000, com a popularização da *internet*, os jornais *on-line* começaram a surgir em todo o país”. Várias cidades de Mato Grosso do Sul têm veículos *on-line*. Os mais significativos são o *Campo Grande News* e o *Midiamax*, ambos de Campo Grande.

Taís Marina Tellaroli (2006), aponta que para esses portais de notícia, inseridos no contexto de crescimento da *webnotícia*, o paradigma da periodicidade é fundamental: atualização contínua de notícias em detrimento do aprofundamento dos temas. Grande parte das notícias também é apurada por telefone.

O *Campo Grande News* foi fundado em 1999 pelo jornalista Lucimar Couto e pelo proprietário do então provedor Zaz, Miro Ceolim. Enquanto os veículos de comunicação televisiva divulgavam em segunda mão as mesmas reportagens em seus portais na *internet*, o *Campo Grande News* produzia conteúdos especificamente para o jornalismo *on-line* (TELLAROLI, 2006).

Tellaroli (2006), salienta que o *Midiamax* inicialmente era uma empresa publicitária. Disponibilizava painéis eletrônicos nas ruas de Campo Grande. Para tornar as propagandas

mais atrativas, o proprietário Carlos Naegale, passou a inserir notícias entre as chamadas comerciais. Para adequar-se juridicamente aos padrões do jornalismo, foi criado o portal *online* de notícias. A venda dos anúncios publicitários ainda é a principal verba mantenedora do *site*.

Também foram utilizadas diversas matérias veiculadas no *site* do Conselho Indigenista Missionário – Cimi, que é um organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB. O Cimi foi criado em 1972 e, conforme Beatriz Catarina Maestri (2001), na dissertação *O Cimi e o povo Xokleng: uma análise da atuação missionária na Terra Indígena Ibirama*, pautou-se pela mudança de postura de alguns grupos da Igreja Católica perante as atividades missionárias nas aldeias:

Assim, a atuação tradicional da Igreja Católica no Brasil, nas diferentes missões, começou a ser questionada em encontros de “missionários descontentes”, desde 1968. Em 1969 foi criada a Operação Anchieta (OPAN), com o objetivo de trazer a participação organizada de leigos junto aos povos indígenas. Segundo o RGAC [Relatório Geral de Avaliação do Cimi], essa nova proposta indigenista, de convivência e trabalho nas aldeias, longe de estruturas e vícios das missões tradicionais, foi um marco no processo de organização do CIMI e definição de suas linhas de ação (MAESTRI, 2001, p. 53).

O Cimi se constituiu como uma organização apoiadora dos indígenas na luta por direitos, especialmente em relação aos seus territórios tradicionais. Como aponta Maestri (2001, p. 53), sua atuação, desde o início, esteve “marcada pelo levantamento da realidade indígena, pelas denúncias sistemáticas das violências, agressões e mortes a que estavam sendo submetidos os indígenas em todo país”. Nesse sentido, as matérias veiculadas pelo Cimi por vezes, apresentam um contraponto às reportagens de empresas jornalísticas, e têm evidentemente, o objetivo de dar visibilidade aos problemas enfrentados pelos coletivos indígenas. Nesse sentido, os textos do Cimi também devem ser entendidos a partir do contexto em que são produzidos.

#### **4.1 Articulações para as Retomadas**

Conforme apontado nos capítulos anteriores, a política indigenista, bem como as representações sobre os indígenas que predominaram por séculos na sociedade brasileira resultaram na redução drástica dos seus territórios. O estado do Mato Grosso do Sul insere-se

neste contexto, sendo hoje palco de diversos conflitos fundiários envolvendo índios (especialmente Kaiowá e Terena) e proprietários rurais.

A criação das Reservas terena ocorreu no início do século XX, durante a administração do SPI. A regularização dessas áreas atendeu a interesses ideológicos e econômicos nem sempre favoráveis aos indígenas. Concomitantemente, as propriedades rurais, em formação, avançavam sobre as terras dos Terena, sendo que muitas famílias deixaram casas, roças, locais de reza e cemitérios em virtude das pressões e violências exercidas pelos novos ocupantes.

O Estado por sua vez, negligenciou a presença indígena e regularizou as novas propriedades privadas, em locais de tradicional ocupação terena. Tais dados estão disponíveis em vários materiais: documentos do SPI, como Werneck (1922); produções acadêmicas, como Vargas (2003); e perícias judiciais, como Eremites de Oliveira e Pereira (2003), sendo que muitos elementos desse processo foram discutidos nos capítulos anteriores.

Conforme já abordado na tese, os Terena não aceitaram passivamente a expropriação do seu território e recorreram inúmeras vezes às autoridades do órgão indigenista. A postura do SPI foi ambígua, pois ao reservar pequenas áreas para os indígenas, contribuía para a liberação de grandes porções de terra para os novos empreendimentos rurais, como apontou Vargas (2003, 2011a e 2011b).

Muitos funcionários do SPI incentivaram os indígenas que ainda não estavam na área de abrangência dos Postos, a recolherem-se a elas, num claro ensejo de concretizarem a liberação das terras para novos proprietários. A concentração dos índios em torno dos Postos Indígenas também consolidou as Reservas como redutos de mão de obra para as fazendas do entorno, conforme discutido no capítulo 2, e apontado por autores como Moura (2001); Vargas (2003); Eremites de Oliveira e Pereira (2003); Garcia (2008).

Os indígenas salientam que há grande dificuldade, por exemplo, na criação de animais como galinhas e na manutenção de pequenas roças ou hortas em torno das casas, uma vez que, sendo as moradias muito perto umas das outras não há espaço para que estas atividades sejam praticadas sem inconvenientes.

Devido às tendências econômicas, sociais e regionais, como também às questões inerentes aos problemas territoriais, muitos Terena deslocam-se para as cidades passando a viver em aldeias urbanas (como a Marçal de Souza, em Campo Grande) ou ainda em diversos bairros da periferia de cidades como Campo Grande, Sidrolândia, Anastácio e Aquidauana. Importante fazer a ressalva que a maioria dos que vivem nas cidades tem relações na aldeia e

alguns retornam depois de um tempo. Sendo, ainda assim, a migração para o espaço urbano um dado significativo no panorama atual da população terena.

Poderíamos dizer que o crescimento demográfico das populações indígenas, combinado com as características e tendências econômicas e sociais regionais e nacionais, estão levando a uma redução drástica da média de terras disponíveis a reprodução econômica e cultural dos Terena (estando muito abaixo da média histórica do SPI, de 8 hectares). Este é um dos fatores a produzir um fluxo contínuo de migração dos Terena para as principais cidades do estado. A redução proporcional das terras indígenas faz que a atividade econômica de subsistência exercida no próprio local de moradia (as aldeias) seja virtualmente inacessível para a totalidade da população existente. Além disso, mesmo aqueles que estão ocupados nesta atividade econômica dificilmente conseguem tirar sua subsistência exclusivamente dela, já que a atividade de produção em áreas de menos de 10 ha tem uma renda média muito baixa (FERREIRA, 2007, p. 98).

A área de acomodação de Buriti em processo de ampliação de 2.090 ha. para 17.200 ha. exemplifica os problemas sociopolíticos resultantes da alta densidade populacional nas terras terena. As famílias disputam recursos escassos de fauna, flora, pesca e espaço para criar animais e fazer plantios. Pereira (2009, p. 66), destaca que os próprios indígenas dizem viver “amontoados”, o que prejudica também as atividades coletivas que envolvem os interesses de todos os *troncos* e aldeias.

Retomando o já citado conceito de *tronco*, abordado por Eremites de Oliveira e Pereira (2003), destaca-se que cada tronco reúne em torno de si um número de famílias, que ocupa determinado espaço para habitação, prática da agricultura etc. e tem total autonomia na condução das demandas políticas internas. No entanto, o pequeno espaço disponível para os Terena dificulta também a manutenção da autonomia desses módulos organizacionais e gera desconfortos políticos no interior das aldeias.

Ou seja, esse formato de organização perpassa a acomodação e desacomodação nas Reservas e a reorganização e reposicionamento da organização social terena. Um dos resultados disso é a divisão em várias aldeias dentro de uma mesma Terra Indígena, conforme abordado anteriormente.

Na primeira metade do século do século XX, o Estado, a Academia e os regionais não acreditavam que houvesse densidade populacional crescente e nem preservação da identidade étnica terena, imbuídos que estavam do paradigma assimilacionista. A constituição das atuais Reservas ocorreu neste contexto, resultando nos atuais problemas de superpopulação.

Além destes problemas de densidade populacional acrescenta-se a própria questão do direito indígena à terra. Conforme a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (1992), a originalidade dos direitos territoriais dos índios fundamenta-se na tese do indigenato, ou seja,



trata-se de direito anterior a todos os outros direitos reconhecidos pelo sistema jurídico nacional, por ser anterior a esse próprio sistema. Dessa forma, ao Estado cabe a regularização fundiária destas terras para que a posse e o usufruto pelos indígenas sejam garantidos.

A Lei nº 6.001/1973 em seu artigo 65º estabeleceu: “o Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas” (BRASIL, 1973). Este prazo não foi cumprido, e de acordo com o historiador Thiago Cavalcante (2012), havia 450 reivindicações registradas na Coordenação Geral de Identificação e Delimitação – CGID da FUNAI.

A elaboração de uma legislação mais favorável aos direitos indígenas deve ser entendida no contexto de emergência dos movimentos indígenas e de seus apoiadores. Santilli (1991), aponta que nas décadas finais do século XX desenvolveram-se várias instituições de apoio aos índios, das quais é possível citar: as comissões pró-índio (CPIs), as Associações Nacionais de Apoio ao Índio (ANAIs), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Operação Amazônia Nativa (OPAN), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e o Núcleo de Direitos Indígenas (NDI). Esses órgãos constituíram-se como alternativas para o indigenismo brasileiro.

Evidentemente, essa organização de grupos e movimentos de apoio aos indígenas, bem como as próprias organizações indígenas em formato de movimento social, tiveram campo mais propício no contexto da redemocratização do país, mas sua origem remonta à atuação de alguns grupos e lideranças desde a década de 1970, conforme abordado no terceiro capítulo.

No final da década de 1980, foi promulgada a Constituição Federal de 1988, que juntamente com a citada Lei nº 6.001/1973, passou a ser o instrumento legal para nortear as demarcações de terras indígenas:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º - As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º - O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º - As terras de que trata este artigo são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis (BRASIL, 1988).

Carneiro da Cunha (1992), destaca que a Constituição Federal de 1988 também trouxe mudanças importantes atreladas ao abandono do paradigma assimilacionista. Estes avanços podem ser compreendidos numa perspectiva dialética, visto que, em parte foram a mola propulsora de uma série de reflexões em torno da questão indígena, porém, por outro lado, também foram frutos dessas reflexões.

Outra questão importante é que os diversos grupos indígenas, assim como diversos grupos de minorias étnicas ao redor do mundo, não sucumbiram às previsões catastróficas de desaparecimento e assimilação. O antropólogo Marshall Sahlins (2007), pontuou que alguns grupos da América do Norte e da Polinésia foram considerados aculturados nas décadas de 1930 e 1940, entretanto:

[...] esses povos souberam desafiar seu rebaixamento antropológico, assumindo a responsabilidade cultural por aquilo que os estava afligindo. As próprias maneiras como as sociedades se modificam têm sua autenticidade característica, de modo que a modernidade global amiúde se reproduz como diversidade local (SAHLINS, 2007, p. 502).

Com alguns povos indígenas do Brasil, se deu o mesmo, pois, etnias consideradas extintas ou aculturadas passaram a reafirmar sua existência e sua distintividade étnica. Esse processo ocorreu no Mato Grosso do Sul, com os Guató, com os Ofayé, e mais recentemente com os Kinikinau. O pesquisador Carlos Alberto dos Santos Dutra (1989), escreveu o artigo intitulado *Ofayé Xavante: ainda estamos vivos!*, cujo título remete à campanha protagonizada pelos Ofayé e seus apoiadores para afirmar a sobrevivência étnica do grupo. O autor abordou a história dos Ofayé em outros trabalhos como a dissertação *O território ofaié pelos caminhos da História: reencontro e trajetória de um povo* (2004).

A já citada historiadora Iára Quelho de Castro (2010), na tese *De Chané-Guaná a Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*, demonstra a permanência desse grupo indígena, sua reafirmação identitária e o embate que os Kinikinau travam para serem plenamente reconhecidos pela sociedade brasileira. Os Terena, por sua vez, embora não tenham sido considerados extintos, eram comumente referidos como aculturados, e por isso, esforçam-se para promover a visibilidade de sua identidade étnica.

Para Woodward (2000), os “novos movimentos sociais” surgem a partir da década de 1960 para expressar a ideia de política de identidade. Ou seja, ao passo que o Estado e as

diversas frentes de contato opunham-se a identidade étnica dos povos indígenas, forneciam motivos e mecanismos para a afirmação identitária, e as reivindicações daí advindas. Assim, surgiu nas décadas finais do século XX, o movimento indígena na América Latina e no Brasil.

No Mato Grosso do Sul é possível citar, por exemplo, a fundação da UNI – União das Nações Indígenas, por um índio Terena em 1979, em Aquidauana, (SOUZA, 2006); e as reivindicações pela demarcação de terras indígenas. Os Guató, os Ofayé e os Kaiowá foram os primeiros no estado a dar uma conotação de movimento social às suas reivindicações territoriais.

Pereira (2003), ao discutir sobre o movimento étnico e social para demarcação das terras guarani no Mato Grosso do Sul, analisa a mobilização, na década de 1980, dos Kaiowá de Pirakuá:

Foi assim que em 1986, Lázaro Morel dirigiu um amplo movimento de desintrusão da terra reivindicada pela comunidade de Pirakuá, contando com o apoio de guerreiros armados, oriundos de diversas comunidades guarani de MS. Da mobilização participaram inclusive os Terena de Dourados. Tal evento teve um grande impacto na imprensa e em setores da sociedade civil (nacional e internacional) simpáticos à garantia dos direitos indígenas, forçando a FUNAI a encaminhar uma solução definitiva para o problema. Disto resultou a inclusão da referida área no rol das terras que seriam objeto de estudos de demarcação (PEREIRA, 2003, p. 139-140).

O caso de Pirakuá evidenciou naquele momento, que a garantia das terras indígenas só ocorreria com a capacidade dos próprios indígenas de mobilização “do apoio de outras comunidades guarani, de setores do indigenismo e da sociedade civil” (PEREIRA, 2003, p. 141).

O autor destaca ainda alguns fatores que modelaram a situação histórica vivida por esses grupos indígenas. Em primeiro lugar, até a chegada das frentes de ocupação agropastoris, havia a opção de definir com quais grupos se relacionar. Com a criação das Reservas, passaram a conviver com grupos com os quais não existiam vínculos de parentesco, de aliança política etc., o que por vezes, resulta em problemas de convivência. Em segundo lugar, as Reservas têm um espaço exíguo e recursos ambientais escassos, que, naturalmente geram disputa. O terceiro fator foi a constituição de uma rede viária e a facilidade de transporte e de comunicação, que intensificaram e ampliaram o intercâmbio de informações entre as comunidades. Por último, a constituição de instituições indigenistas, ligadas ou não ao governo, criou uma rede de alianças. Pereira (2003, p. 142) argumenta que é “essa nova

situação histórica que cria as necessidades e as condições para o surgimento do movimento social pela demarcação das terras”.

Esses fatores também podem ser elencados para a mobilização dos Terena. A situação de Reservas colocou em espaços pequenos diversos *troncos*. Embora a divisão em várias aldeias e a migração para outros locais tenham amenizado as pressões políticas nas terras terena, ainda assim, a escassez de espaço e de recursos ambientais constituem-se como problema. As melhorias nas redes de comunicação e transportes são decisivas para colocar em contato grupos de etnias e locais diferentes, mas que têm demandas em comum. Para a situação atual, destaco a facilidade de acesso à telefonia móvel e o aumento do impacto da *internet* e das redes sociais, das quais os indígenas fazem uso, inclusive, para divulgar e organizar os movimentos políticos e sociais. As redes que interligam apoiadores não indígenas também é significativa para o caso dos Terena.

Com esses fatores, as ações isoladas de diversas coletividades indígenas do Mato Grosso do Sul, para assegurar os direitos às terras que tradicionalmente ocupavam, mudaram (no caso dos Terena a partir da década de 1990) e se transformaram, conforme Pereira (2003, p. 143), “em eventos políticos capazes de aglutinar populações de várias comunidades. A mudança altera a maneira como, até então, vinha sendo tratado o direito destas comunidades às suas terras”.

O final do século XIX e início do século XX, quando se consolidou a expropriação das terras indígenas, era desfavorável para um enfrentamento aberto por parte dos índios. Nas últimas décadas do século XX este cenário começou a mudar com o surgimento dos diversos movimentos sociais e do próprio movimento indígena. A Constituição de 1988 também foi um fator importante na configuração da política indigenista e do posicionamento dos povos indígenas em relação às suas demandas. A adoção de uma postura terena em que as ações *guerreiras* ganharam destaque foi possibilitada por essas transformações no Estado e na sociedade brasileira (XIMENES, 2011).

Por *guerreiras* entende-se aqui ações de resistência *aberta*, para usar um conceito de Scott (2000). Exemplos destas ações são as ocupações de propriedades rurais que estão em terras de ocupação terena tradicional, protestos nas sedes da FUNAI, retenção de funcionários do órgão indigenista no interior das aldeias para fins de negociação e bloqueios de estradas.

Ressalto, entretanto, que as ações contra a tutela estatal e contra as pressões da sociedade envolvente sempre existiram, como foi possível perceber ao longo da história terena. Por outro lado, ficou evidente também que os Terena em inúmeras vezes optaram por

estratégias de negociação e aliança com o Estado, como por exemplo, para garantir o espaço (mesmo que diminuto) das Reservas.

Paralelo às ações ditas de desobediência civil, os Terena continuaram utilizando meios denominados aqui como *diplomáticos* para tentar reaver os territórios expropriados, tais como: entrega de ofícios, solicitações e abaixo assinados às autoridades da FUNAI e de demais órgãos governamentais (XIMENES, 2011).

O conjunto de ações de reivindicação de territórios tradicionais protagonizado pelos Terena, principalmente a partir da década de 1990, é denominado pelos próprios índios como Retomada. Resultado disso, em 1999 a FUNAI, por meio da Portaria 553, de 09 de julho de 1999, estabelece o Grupo Técnico – GT, para os estudos preliminares de identificação e revisão de três terras terena: Cachoeirinha, Taunay-Ipegue e Buriti. A partir disso, diversas áreas terena entraram em processo de demarcação ainda inconclusos.

O advogado e pesquisador terena Luiz Henrique Eloy Amado (2014), na dissertação *Poké'exa uti, o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local*, traz considerações significativas a respeito dos procedimentos de demarcação das terras indígenas. O autor destaca a distinção entre terra indígena reservada e terra indígena demarcada:

Nesta esteira, a terra indígena deve contemplar o espaço necessário para as habitações (moradias) da comunidade. Deve ainda, englobar os recursos naturais, como a mata onde se possa caçar e colher as plantas medicinais, os rios e lagos onde se possa pescar e onde as crianças possam desfrutar de momentos de lazer. O espaço deve ser o suficiente para as atividades culturais e para a convivência harmoniosa dos grupos familiares presentes e as futuras gerações. Este território deve abarcar também eventual montanha, rio, mata, gruta ou outro elemento qualquer considerado sagrado pela comunidade, dentre outros, o cemitério.

Vê-se que as atuais reservas indígenas estão bem longe do que traçou a Constituição de 1988, logicamente porque terra indígena reservada é diferente de terra indígena demarcada, razão pela qual todas as reservas indígenas de Mato Grosso do Sul deverão ser demarcadas de acordo com as lentes constitucionais de 1988 (AMADO, 2014, p. 37).

As terras indígenas não são criadas por ato constitutivo, mas sim reconhecidas a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988. Não se restringem, portanto, aos espaços das Reservas criadas pelo SPI no início do século XX. Logo, essas áreas, que foram reservadas, devem ser efetivamente demarcadas. Com esse objetivo, os indígenas das áreas de Cachoeirinha, Taunay/Ipegue, Buriti, Limão Verde e Pilad Rebuá estão protagonizando diversas ações de Retomada. Os Terena também já sinalizaram que as áreas de Lalima e Nioaque também devem ser demarcadas, já que parte das terras de

ocupação tradicional ficou fora da área reservada. As Retomadas nessas áreas serão abordadas no próximo item.

As etapas do processo demarcatório estão previstas no Decreto 1.775/96, são elas: “identificação e delimitação, aprovação pela FUNAI, contestação, declaração de limites pelo ministro da justiça, demarcação física, homologação presidencial, registro e desintrusão” (AMADO, 2014, p. 39). A FUNAI publica portaria constituindo o Grupo Técnico e nomeando o antropólogo que irá coordená-lo. É realizado um estudo antropológico de identificação (que envolve também estudos complementares de natureza histórica, sociológica, jurídica, cartográfica e ambiental). Ao final, o grupo apresenta o relatório circunstanciado à FUNAI. O relatório tem que ser aprovado pelo Presidente do órgão e, no prazo de 15 dias, é publicado o seu resumo no Diário Oficial da União – DOU, e da respectiva unidade federativa, quando a publicação é fixada na sede da prefeitura local.

A fase subsequente é a das contestações, visto que a contar do início do procedimento até 90 dias após a publicação do relatório no DOU, os interessados podem manifestar-se, apresentando à FUNAI suas razões, com provas pertinentes, para pleitear indenização ou demonstrar vícios no relatório. O órgão indigenista tem, então, 60 dias para elaborar pareceres sobre as razões de todos os interessados e encaminhar ao Ministro da Justiça (AMADO, 2014).

O Ministro da Justiça terá 30 dias para: expedir portaria, declarando os limites da área e determinando a sua demarcação física ou desaprovando a identificação, com decisão fundamentada. Declarados os limites da área, a FUNAI promove a demarcação física, enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, encaminha o reassentamento de eventuais ocupantes não indígenas. O procedimento demarcatório deve, por fim, ser submetido ao Presidente da República para homologação por decreto. A terra demarcada e homologada é registrada, em até 30 dias após a homologação, no cartório de imóveis da comarca correspondente e no Serviço de Patrimônio da União – SPU. A partir disso, deve ser realizada a regularização fundiária (desintrusão da área da presença de não índios e o saneamento de pendências judiciais referentes a títulos de propriedade). O pagamento das benfeitorias resultantes das ocupações de boa fé ocorre de acordo com a programação orçamentária disponibilizada para esta finalidade pela União (AMADO, 2014).

A tabela 1 mostra a situação jurídica atual das áreas em que os Terena vivem, excetuando-se algumas aldeias urbanas e o seu estabelecimento em vários bairros nas cidades de Mato Grosso do Sul.

**Tabela 1 – Presença dos Terena em Terras e Reservas Indígenas**

<b>Terra Indígena / Reserva</b>	<b>Localização</b>	<b>Etnias</b>	<b>Situação Jurídica</b>	<b>Área oficial (ha.)</b>	<b>População total</b>
Água Limpa	Campo Grande/MS e Rochedo/MS	Terena	Em identificação	Dados não divulgados	2.874, fonte: Siasi/Sesai (2013)
Aldeinha	Anastácio/MS	Terena	Em identificação/Revisão	4	366, fonte: Siasi/Sesai (2013)
Araribá	Avaí/SP	Kaiowá, Guarani Ñandeva, Terena	Homologada. Reg.CRI e SPU.	1.930	587, fonte: Siasi/Sesai (2013)
Bálsamo <sup>1</sup>	Rochedo/MS	Terena	Sem providências	-	Dados não divulgados
Buriti	Sidrolândia/MS e Dois Irmãos do Buriti/MS	Terena	Declarada	17.200	2.543, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Buritinho (Tereré)	Sidrolândia/MS	Terena	Homologada. Reg CRI e SPU.	10	668, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Cachoeirinha	Miranda/MS	Terena	Declarada	36.288	4.920, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Dourados	Dourados/MS	Kaiowá, Guarani Ñandeva, Terena	Reservada/SPI. Reg.CRI.	3.475	11.880, fonte: Funasa (2008)
Icatu	Braúna/SP	Terena e Kaingang	Homologada. Reg. CRI.	301	142, fonte: Siasi/Sesai (2013)

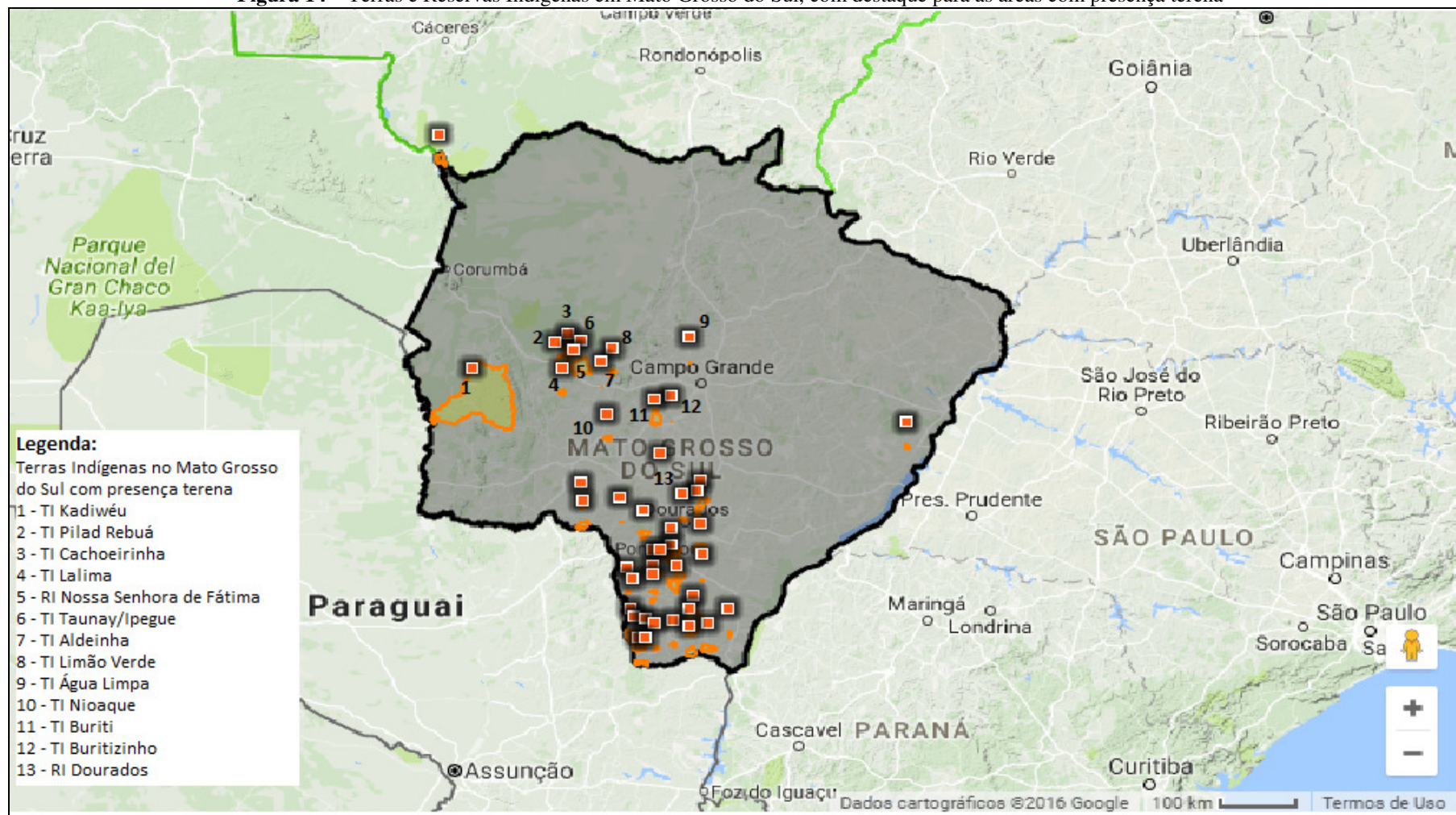
<sup>1</sup> A publicação *Aldeia Bálsamo, Rochedo, MS: olhar de um filho seu*, de autoria do pesquisador Terena Gleison Vasconcelos Figueiredo (2016), aborda a história da referida aldeia.

Kadiwéu	Porto Murtinho/MS	Chamacoco, Kinikinau, Kadiwéu, Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU.	538.536	1.622, fonte: Siasi/Sesai (2013)
Lalima	Miranda/MS	Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU.	3.000	1.374, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Limão Verde	Aquidauana/MS	Terena	Homologada. Reg. CRI. (suspensa por decisão judicial)	5.377	1.335, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Nioaque	Nioaque/MS	Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU.	3.029	1.417, fonte: Siasi/Sesai (2013)
Nossa Senhora de Fátima	Miranda/MS	Terena	Homologada	89	Dados não divulgados
Pilade Rebuá	Miranda/MS	Terena	Homologada. Reg. CRI e SPU.	208	2.104, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Taunay/Ipegue	Aquidauana/MS	Terena	Declarada	33.900	4.090, fonte: FUNAI Campo Grande (2010)
Terra Indígena Terena Gleba Iriri	Matupá/MT e Guarantã do Norte/MT	Terena	Reservada. Reg. SPU.	30.479	680, fonte: FUNAI/Colíder (2010)

Elaborada com base em dados disponibilizados no site PIB – Socioambiental: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/terena>, acesso em 03 de novembro de 2016, com exceção da informação sobre Bálamo, retirada de Amado (2014, p. 93) e Figueiredo (2016).



**Figura 14 – Terras e Reservas Indígenas em Mato Grosso do Sul, com destaque para as áreas com presença terena<sup>2</sup>**



Fonte: Adaptado a partir de dados do Google Maps e do site PIB – Socioambiental. Disponível em <https://ti.socioambiental.org/pt-br/#!/pt-br/terras-indigenas/pesquisa/povo/270>.

<sup>2</sup> O mapa não inclui a aldeia Bálsamo, no município de Rochedo.

## 4.2 Panorama geral das Retomadas terena em Mato Grosso do Sul

A questão territorial tem gerado muita polêmica na opinião pública de forma geral. Principalmente pela forma como é apresentada pelos veículos de maior circulação e audiência na mídia nacional e local, muitas vezes reforçando visões estereotipadas e negativas sobre os povos indígenas. Atrelado a isso, estão os interesses de segmentos sociais que observam somente a lógica capitalista, sem levar em conta os direitos originários dos índios.

Ambas as situações são ainda mais notáveis em Mato Grosso do Sul, que tem a segunda maior população indígena do país. E também está entre os campeões de concentração de terras no Brasil, de acordo com Alcântara Filho (2009, p. 78). Isso se reflete na influência política e econômica do setor ligado ao agronegócio, e na dificuldade de regularizar as terras de ocupação tradicional dos indígenas.

Amado (2014), disponibilizou uma tabela com os acampamentos terena em áreas de Retomada, elaborado a partir de dados do Cimi.

**Tabela 2 – Acampamentos terena**

<b>Município</b>	<b>Acampamento</b>
Aquidauana	Esperança
Sidrolândia	Pahô Sîni Terra Vida 10 de maio
Miranda	Mãe Terra Charqueada Maraoxapá Kuixóxono Utí

Fonte: AMADO (2014, p. 93).

O autor explica que esses acampamentos, diferente do que ocorre com muitos grupos Kaiowá, não estão nas margens das rodovias, mas no interior das fazendas que estão dentro da área reconhecida pela FUNAI como terra de ocupação tradicional indígena. Entretanto, em todas as áreas de acampamento indígena há em comum, o clima de tensão e dificuldades materiais. A pesquisadora Aline Crespe (2015), na tese *Mobilidade e temporalidade Kaiowá: do tekoha à Reserva, do Tekoharã ao Tekoha*, menciona esses problemas em relação aos Kaiowá, e podemos estendê-los a outros grupos, embora em proporções diferentes:

[...] os grupos mobilizados, para retornar aos antigos sítios de ocupação tradicional, têm sofrido diversas manifestações de hostilidade de diferentes setores da sociedade o entorno. Além disso, a maior parte das famílias atualmente mobilizadas para o

retorno ao *tekoha* passam longos períodos de dificuldades e provação, como é o caso dos grupos que passaram mais de uma década vivendo nas margens das rodovias, como o Apyka'y e Pakurity (CRESPE, 2015, p. 127).

Os jornais locais e nacionais, da mídia comum e de instituições indigenistas, *on-line* e impressos, fornecem importantes informações acerca das reivindicações terena e dos encaminhamentos judiciais e administrativos desencadeados por elas. Evidentemente, tais fontes, também, são testemunhos das representações, muitas vezes negativas, enraizadas na sociedade brasileira, e particularmente sul-mato-grossense.

A seguir será apresentada uma síntese das mobilizações indígenas nas áreas de Retomada, a partir das matérias produzidas pela imprensa e dos materiais produzidos e veiculados pelos próprios Terena. Destaca-se que, a despeito das Retomadas serem fruto de um mesmo contexto histórico e político (novo posicionamento dos Terena no final do século XX frente a expropriação de suas terras de ocupação tradicional), cada Retomada tem características próprias, sofre influência do seu entorno e difere mesmo pela atuação de cada grupo. Ou seja, embora existam articulações entre os Terena de diferentes regiões, cada Retomada é autônoma, ocorre em diferentes momentos e, portanto, é única. Assume o perfil dos troncos mobilizados e segundo a orientação de suas lideranças, são configurações com expressivo grau de autonomia.

#### **4.2.1 A Retomada em Cachoeirinha**

Em 1999 a FUNAI, por meio da Portaria 553, de 09 de julho de 1999, estabeleceu o GT, para os estudos preliminares de identificação e revisão da Terra Indígena Cachoeirinha. O jornal *Correio do Estado*, em 2001, noticiou que os índios de Cachoeirinha impetraram uma ação judicial contra 17 proprietários rurais, cujas fazendas ficavam na área ocupada anteriormente pelos seus antepassados. O periódico informa ainda que 80 proprietários reuniram-se no Sindicato Rural da cidade de Miranda para discutir o problema (ÍNDIOS, *Correio do Estado*, 1º de junho de 2001)<sup>3</sup>.

Já em dezembro de 2003, o mesmo jornal traz reportagem sobre a 1ª Assembleia das Aldeias de Cachoeirinha, que reuniu lideranças das aldeias Argola, Morrinho, Babaçu e

---

<sup>3</sup> Para facilitar a consulta à lista de fontes da imprensa, elas foram referenciadas pelo sobrenome do autor da reportagem ou pela palavra inicial do título (nos casos em que a autoria não foi identificada), pelo nome do veículo e data de publicação. Nas referências finais, foram agrupadas de acordo com o veículo de comunicação que as produziu.

Lagoinha para avaliar a luta pela terra desenvolvida em 2003 (TERENA, *Correio do Estado*, 05 de dezembro de 2003).

Em março de 2004, 30 lideranças de Cachoeirinha (sendo seis caciques), reuniram-se em Brasília com o então Ministro da Justiça, Sérgio da Cunha, para cobrar agilidade na ampliação da área (TERENAS, *Correio do Estado*, 10 de março de 2004).

Em 2005 os Terena de três aldeias da Terra Indígena Cachoeirinha ocuparam a Fazenda Santa Vitória. A notícia veiculada pelo jornal *Midiamax*, teve um erro numérico, pois afirmou que a ocupação fora feita por 300 famílias (CERCA, *Midiamax*, 28 de novembro de 2005). No entanto, o grupo compunha-se de 28 famílias que formaram o Acampamento Mãe Terra, ou, na língua Terena: *Poké' é Enôe* (VIEIRA, 2006).

Em carta ao então Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, os indígenas do Acampamento Mãe Terra, Terra Indígena Cachoeirinha, cobram celeridade no processo demarcatório, argumentam sobre a necessidade de retomar aquele território e reclamam da depredação dos recursos naturais impetrada pelos proprietários rurais no território indígena:

Referida área retomada é terra tradicional imprescindível para nossa sobrevivência, pois possui os recursos naturais necessários para nós, como o "córrego Ká'íKoe", de onde retiramos os peixes para alimentação das famílias e a água para consumo da comunidade.(...)

Tanta demora apenas traz benefícios para os fazendeiros invasores da terra que continuam a explorar seus recursos naturais de forma predatória destruindo as matas que ainda restaram para colocarem o gado e a braqueária em detrimento da posse indígena que depende da terra para sua sobrevivência física e cultural. [...]

Temos provas concretas da destruição das matas dentro da terra indígena, com fotografias da retirada das árvores bem como uma série de "tocos de madeira" que foram cortadas com motosserras pelos fazendeiros, visando a utilização como "postes" para beneficiar outras fazendas fora da terra indígena. Essas madeiras permanecem retidas pela comunidade Terena para que sirva de prova dos crimes ambientais praticados pelos fazendeiros (POVO TERENA DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRINHA, *Carta ao Sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos*, 05 de dezembro de 2005).

No mesmo documento os Terena declararam que haviam recebido ameaças a sua integridade física por reivindicarem os direitos garantidos pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da OIT.

Em abril de 2007, o jornal *Aquidauana News*, veiculou a manchete: "Demarcação de área indígena expulsa 60 fazendeiros de Miranda" (DEMARCAÇÃO, *Aquidauana News*, 24 de abril de 2007). A matéria é tendenciosa, uma vez que cita somente os argumentos apresentados pelos proprietários contra a demarcação. Segundo eles, o processo demarcatório

não é legítimo por basear-se no aumento populacional dos Terena e por desconsiderar os títulos de terra legalizados pelo Estado.

A legitimidade da ampliação da Terra Indígena Cachoeirinha para 36.288 ha. foi reconhecida pelo Relatório de Identificação publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 2003, e pelo Ministério da Justiça, por meio da Portaria Declaratória 791, de 17 de abril de 2007.

Jornais *on-line* de órgãos como o Cimi, também foram consultados para fazer um contraponto aos jornais constituídos como empresas de comunicação. Neste sentido, foram encontradas mais reportagens sobre ameaças que os índios vinham sofrendo, como a manchete “Povo Terena recebe ameaças de incêndio no Acampamento Mãe Terra” (POVO, *Cimi*, 13 de junho de 2007).

Em agosto de 2008, outro grupo de indígenas (cerca de 300) ocuparam a fazenda Petrópolis. O fato teve grande repercussão, pois a fazenda foi titulada em nome do ex-governador de Mato Grosso do Sul, Pedro Pedrossian (GRUPO, *Cimi*, 26 de agosto de 2008). Posteriormente, os indígenas foram despejados pela Polícia Federal, munida de um mandato de reintegração de posse.

Um vídeo produzido pelo Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul, intitulado *Tekoha – Mãe Terra* (como os Terena nomearam a Retomada em Cachoeirinha), abordou a reintegração de posse na área, mais especificamente na fazenda Petrópolis em 2009. O vídeo inicia com as imagens do despejo dos Terena efetuado pela Polícia Federal. Zacarias Rodrigues, uma das lideranças, e que já ocupou cargo de cacique, explica o motivo das ocupações de terra: “cansado de pedir pro governo demarcar nossa terra, ir em Brasília... Levar reivindicação... Reunimos a comunidade e resolvemos fazer essa Retomada”. Ou seja, os Terena lançaram mão de inúmeras estratégias até optarem pelas ocupações.

O vídeo contém imagens da polícia efetuando a expulsão, com tiros de balas de borracha. A esse respeito, um senhor Terena de nome Alberto Xavier, demonstra mais uma vez o descontentamento dos indígenas com o Estado brasileiro: “Como nós sabia que era terra indígena nós entramos lá. Aí que que fizeram, pra tirar nós de lá depois de sete meses? Meteram bala de borracha! Esse aí foi bem doído pra nós. As pessoas que era pra guarda nossa pessoa, foram contra nossa pessoa”. Depois ele acrescenta que após a expulsão, os fazendeiros entraram na área com trator e passaram por cima dos ranchos e das roças.

Em 2010, o processo demarcatório foi suspenso por decisão liminar proferida pelo ministro do Supremo Tribunal Federal – STF, Gilmar Mendes, em favor de uma ação movida

por Pedro Pedrossian, um dos proprietários. Até 2011 os Terena ocuparam, plantaram, mas foram obrigados a deixar algumas áreas. Em abril de 2011 eles ocuparam novamente a fazenda Petrópolis, mas recuaram e permaneceram em frente à propriedade.

De acordo com uma reportagem do jornal *Midiamax*, um grupo de fazendeiros da cidade de Miranda montou acampamento na fazenda na tentativa de forçar a saída dos Terena. E prossegue: “os índios disseram que deixaram a área por precaução. Eles afirmaram que seguranças contratados pelos fazendeiros dispararam tiros, daí o recuo. Já os proprietários negam a investida”. O proprietário da fazenda Estância (antes chamada Charqueada), também ocupada, disse, conforme o jornal: “aqui, quem pode mais vai chorar menos”, em alusão ao conflito e reclamando da omissão das autoridades, tanto estaduais, quanto federais. Já o líder Terena Vahele, afirmou que só compareceram ao local “os policiais militares e eles não conversam com a gente [com os indígenas], somente com os fazendeiros” (AQUI, *Midiamax*, 06 abril de 2011).

Em junho do mesmo ano um ônibus com 35 estudantes terena foi incendiado quando entrava na aldeia Babaçu (na Terra Indígena Cachoeirinha). O veículo foi atingido por um coquetel molotov. O atentado foi noticiado por vários jornais locais e nacionais.

Muitos índios ficaram queimados e quatro estão internados em estado grave nesta capital. A Polícia Civil ainda não tem pistas dos autores do atentado. O veículo estava dentro da aldeia Babaçu, a 15 quilômetros do Centro da cidade, quando foi atingido. O material atingiu o para-brisa e o fogo logo se alastrou. “Escutei um barulho e depois vi o fogo se esparramando dentro do ônibus e chegando às pessoas. Todo mundo saiu correndo, quebrando o vidro com chutes para sair. E depois jogaram terra e areia para apagar o fogo e o ônibus não explodir” - afirmou o indígena Edivaldo Francisco Martins, de 29 anos. Ele e a esposa estavam nas poltronas que ficam no meio do ônibus e tiveram queimaduras apenas em algumas partes do corpo. A mulher continua internada porque, além das queimaduras, bateu a cabeça. Edivaldo contou que uma das colegas, que sofreu ferimentos graves, disse que viu uma pessoa agachada no meio do mato, à beira da estrada, portando um objeto com fogo. Logo em seguida, ouviu a explosão e o ônibus pegando fogo. A índia não soube dizer se era um homem branco ou um índio (YAFUSSO, *O Globo*, 05 de junho de 2011).

A autoria do crime não foi descoberta pela polícia, entretanto, os Terena ficaram temerosos do ataque ter sido fruto da disputa de terras com os proprietários rurais da região. A *Folha de São Paulo* noticiou que “após atentado contra cerca de 30 índios da etnia terena no último dia 3, em Miranda (MS), os principais líderes indígenas da região passaram a andar em grupo para tentar evitar novos ataques” (MAGENTA, *Folha de São Paulo*, 22 de junho de 2011).

Em 2013, em outra área de Retomada terena, na Terra Indígena Buriti, o indígena Oziel Gabriel foi morto durante uma reintegração de posse. A morte gerou grande comoção e mobilização entre os *patrícios*, além de polemizar ainda mais a questão das demarcações. Dentre várias discussões, ficou acordado que indígenas e fazendeiros não fariam nenhuma ação até cinco de agosto daquele ano.

Entretanto, em 2013 os Terena da aldeia Babaçu (Terra Indígena Cachoeirinha) ocuparam outra fazenda no seu território: a propriedade Paratudal, de Pedro Paulo Pedrossian (INDÍGENAS, *Midiamax*, 08 de julho de 2013), porém, conforme reportagem no mesmo dia do jornal *Campo Grande News*, o grupo desistiu para não quebrar o referido acordo (SANTOS, *Campo Grande News*, 08 de julho de 2013).

Diante do acirramento dos conflitos, em 2013, começou a se delinear a possibilidade da União, por meio de um artifício jurídico, pagar indenizações que compensassem o valor da terra nua. Entretanto, as mesas de diálogo não avançaram. Em outubro os Terena voltaram a ocupar a fazenda Paratudal. Em novembro um ônibus escolar que transportava alunos de Cachoeirinha foi queimado, mas, desta vez estava vazio. Os alunos foram ameaçados após o episódio:

Cerca de 30 alunos indígenas da etnia terena da aldeia Cachoeirinha, em Miranda, a 203 km de Campo Grande, estão com medo de ir para a escola e temem novos ataques depois que o ônibus escolar da aldeia foi incendiado, na madrugada de quinta-feira (28). Afirmação foi feita ao G1, nesta sexta-feira (29), pelo cacique da aldeia, Adilson Antônio Terena. O veículo não tinha passageiros. “Depois do ataque de madrugada, no mesmo dia à noite, os alunos foram ameaçados no caminho de volta para a aldeia. Três motoqueiros seguiram o ônibus até que apareceu um carro e eles fugiram. Nós tivemos um ataque assim há dois anos e uma aluna morreu. Está acontecendo tudo de novo”, conta (ÍNDIOS, *G1*, 29 de novembro de 2013).

A liderança entrevistada disse não poder afirmar que o ataque partiu dos fazendeiros, entretanto ressaltou que os próprios Terena faziam a escolta (sem armas) dos ônibus para garantir a segurança dos alunos.

Em 2015 outro episódio de violência foi praticado contra os Terena em Miranda. Conforme reportagem do jornal *Midiamax*, os irmãos Jolinel e Josimar Leôncio foram surpreendidos por tiros disparados de uma camionete enquanto trabalhavam em um roçado na Terra Indígena Cachoeirinha. Jolinel foi baleado. Os suspeitos de terem praticado o crime são conhecidos na cidade como irmãos Amaral (CASTILHO, *Midiamax*, 30 de maio de 2015).

De acordo com o *Campo Grande News*, os dois suspeitos são proprietários de uma fazenda na área de Retomada e de um supermercado. Ambos foram presos após os protestos

que os Terena realizaram nas ruas de Miranda, em frente ao referido supermercado e em frente à delegacia (CAMPOS JUNIOR, *Campo Grande News*, 30 de maio de 2015).

Os Terena seguem ocupando parte das terras reivindicadas e aguardando a demarcação física e homologação da área que altera o tamanho de Cachoeirinha de 2.658 ha. para 36.288 ha. A área foi declarada de posse permanente dos indígenas por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 791, de 19 de abril de 2007.

#### **4.2.2 A Retomada em Taunay/Ipegue**

Em 1999, a FUNAI, por meio da Portaria 553, de 09 de julho de 1999, estabeleceu o GT, para os estudos preliminares de identificação e revisão da Terra Indígena Taunay/Ipegue. Segundo o relatório publicado no Diário Oficial da União em 13 de agosto de 2004, Taunay/Ipegue tem superfície de 33.900 ha. (AZANHA, 2004). Porém, os Terena ocupam somente 6,4 mil hectares para uma população de 7 mil pessoas. Assim como aconteceu em outras áreas, o processo ainda não foi concluído.

No ano de 2008 foram feitas várias mobilizações. O jornal *O Estado de São Paulo* noticiou que 500 Terena das sete aldeias da Terra Indígena Taunay/Ipegue fizeram de refém o administrador substituto da FUNAI e acrescentou ainda que “o grupo reivindica a posse do distrito inteiro e a expulsão de todos os habitantes não-índios” (OLIVEIRA, *OESP*, 19 de junho de 2008). Depois, tanto indígenas quanto a FUNAI negaram que tenha havido sequestro, segundo eles foi apenas uma reunião para tratar da questão fundiária.

Em julho de 2008, de acordo com o *Aquidauana News*, os indígenas de Taunay, prometeram interditar a estrada que dá acesso ao distrito de mesmo nome, se em 30 dias não houvesse novidades no encaminhamento referente à regularização da Terra Indígena. Há poucos dias havia acontecido uma reunião com vários caciques Terena em Brasília. Eles esperavam conversar com os deputados, mas foram recebidos por Paulo Santilli, que era coordenador da Coordenadoria Geral de Identificação e Delimitação da FUNAI – CGID (ÍNDIOS, *Aquidauana News*, 09 de julho de 2008).

Em 06 de outubro de 2009, os moradores das aldeias Ipegue, Bananal, Água Branca, Morrinhos, Imbirussú e Lagoinha (da Terra Indígena Taunay/Ipegue) bloquearam a BR 262.

Para o cacique Ramiro Luiz Mendes, da aldeia Ypeg (sic.), o que falta é boa vontade do MJ em julgar logo o processo. “Vamos dar duas semanas para o Ministério da Justiça agilizar esse processo e confirmar uma audiência conosco. Se isso não



acontecer, iremos programar mais mobilizações” [disse o cacique] (MPF, *Campo Grande News*, 06 de outubro de 2009).

A FUNAI encaminhou o Procedimento nº 08620.000289/85 ao Ministério da Justiça em 2009, com proposta de expedição de portaria declaratória, com prazo de 30 dias para a manifestação ministerial. Entretanto, passaram-se cerca de sete anos sem um posicionamento. Uma liminar suspendeu a demarcação por mais de três anos. “Contudo, após a revogação da medida, o processo ficou à disposição do ministro por 2 anos e 10 meses para decisão – prazo 34 vezes maior que o previsto no Decreto 1.775/96 – e novamente o MJ permaneceu inerte” (MPF, *MPF*, 11 de agosto de 2015).

Em março de 2010, uma delegação com quarenta e cinco indígenas de Mato Grosso do Sul foi recebida no Ministério da Justiça, em Brasília. Os Terena reivindicaram a publicação no Diário Oficial da União da portaria declaratória para demarcação de áreas em Aquidauana, Miranda, Sidrolândia e Dois Irmãos. A preocupação das lideranças naquele momento era a tese do marco temporal, que considera indígenas somente as terras que estavam ocupadas na data promulgação da Constituição em 1988, como foi fixado no caso de Raposa/Serra do Sol (desconsiderando os inúmeros obstáculos para a ocupação dessas áreas pelos índios até o referido ano). Os indígenas também esperavam uma conversa com os deputados, que não os receberam (COMISSÃO, *Midiamax*, 04 de março de 2010).

O jornal *MS Notícias* publicou, em 29 de março de 2012, que os Terena de Taunay/Ipegue estavam cobrando dos poderes Judiciário e Executivo celeridade no andamento do processo de demarcação das terras, cujos estudos já haviam sido realizados. Na ocasião o governo estadual realizou uma solenidade de entrega de documentos pessoais na aldeia Bananal:

Estão em jogo 33.900 hectares de terras no entorno das aldeias que foram ocupadas por fazendeiros e hoje fazem parte de 17 fazendas. Com o processo parado na Justiça, e o que consideram pouco caso do governo estadual para com a questão, os terenas estão realizando assembleias nas aldeias e vão se mobilizar para denunciar a morosidade do processo de demarcação. “Mais que registro civil (que serão entregues pelo governador André Puccinelli nesta sexta na Aldeia Bananal), queremos a demarcação das nossas terras. Estamos cansados dessa demora e enrolação da Justiça, que parece sempre estar do lado do fazendeiro, e também como o governo não faz nada, a coisa não anda” [disse um Terena, cujo nome não foi informado] (TERENAS, *MS Notícias*, 29 de março de 2012).

O jornal publicou ainda uma carta dos Terena da Terra Indígena Taunay/Ipegue em que eles justificavam as reivindicações territoriais e abordaram, também, outras lutas políticas do movimento, no campo da educação e da saúde.

Em 31 de maio de 2013, os jornais noticiaram que os Terena realizaram um nova retomada na Fazenda Esperança. Há poucos dias, Oziel Gabriel (da Terra Indígena Butiti) havia sido morto durante uma reintegração de posse.

“Essas ações das comunidades (Terena) se devem ao fato de que o governo brasileiro não tem interesse de resolver a questão indígena. As retomadas são nosso último recurso para que as leis e nossos direitos sejam garantidos”, afirma Lindomar Terena. [...] “A fazenda possui quatro partes: Esperança um, dois, três e quatro. Cada um possui 3 mil hectares. O proprietário faleceu e as terras ficaram para a filha, uma empresária. Fomos retirados desse território numa época em que isso era tudo Mato Grosso e o Estado distribuía títulos de propriedade para os colonos que por aqui decidissem ficar”, explica o Terena. [...] Conforme a liderança indígena, existem cemitérios e áreas sagradas dos Terena dentro das terras da Fazenda Esperança. Sem monocultivos ou criação de gado na fazenda, os Terena preparam a terra para plantações. Lindomar aponta que até o momento a dificuldade de alimentos era grande, na medida em que 7 mil indígenas vivem em 6 mil hectares. “Queremos mostrar que o povo indígena está com um pensamento só. Estamos tristes e revoltados com a morte de Oziel. A Justiça passa a ser injustiça, na prática. Os povos indígenas estão sendo massacrados sem que o Estado assuma o compromisso assumido em leis, como a Constituição e a Convenção 169 da OIT”, finaliza (SANTANA, *Brasil de Fato*, 31 de maio de 2013).

Essa reportagem é significativa por demonstrar a presença de uma liderança de outra área, Lindomar Ferreira, conhecido como Lindomar Terena (Retomada Mãe Terra, Terra Indígena Cachoerinha), evidenciando a rede de solidariedade entre os Terena de diferentes áreas. A argumentação de Lindomar explicita, em primeiro lugar, o conhecimento das leis que deveriam garantir o seu direito ao território e em segundo lugar, a frustração dos indígenas frente ao descumprimento do papel do Estado.

Em 18 de junho de 2013, conforme o jornal *Agência Brasil*, os Terena da Retomada Esperança fecharam a BR 262, em Miranda em protesto pela decisão da Justiça Federal que determinou sua saída da área (NASCIMENTO, *Agência Brasil*, 18 de junho de 2013). Em 24 de junho, o jornal *Campo Grande News* publicou a manchete: “Etnias convocam 200 caciques para decisão sobre área em Aquidauana” (DIAS, *Campo Grande News*, 24 de junho de 2013).

O *Cimi* noticiou, também em junho de 2013, que os Terena afirmaram que iriam resistir à reintegração de posse:

“Nós somos a mesma coisa que Buriti [onde assassinaram Oziel Terena]. Nós não vamos sair. A gente decidiu que vai permanecer. É o pensamento da comunidade”, explica o cacique Isasias Terena. “Nós lideranças explicamos os riscos que podemos passar. Mas todo mundo entende que para conseguir o que queremos, que é ficar na nossa terra, ter a nossa terra Taunay-Ipegue, para isso precisamos resistir” (SPOSATI, *Cimi*, 26 de junho de 2013).

Ainda de acordo com a reportagem do Cimi, na fazenda retomada, o grupo construiu mais de 50 casas, plantou ao menos em 10 hectares de terra, já estava com uma escola em funcionamento e também um posto de saúde. Os Terena entraram com recurso no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, pedindo a suspensão da reintegração de posse. Em junho de 2013, o Conselho Aty Guassu (representante dos Kaiowá e dos Guarani) publicou em sua página do *Facebook* um texto protestando contra as ações do Estado brasileiro em relação aos Terena, lembrando a morte de Oziel e criticando a ordem de reintegração de posse da fazenda Esperança:

É com muita pesar e lágrimas nos rostos do povo Guarani-Kaiowá vem lembrar do Oziel Gabriel Terena assassinado pela justiça do Brasil que hoje 30 de junho de 2013, faz um mês das violências aplicadas contra as vidas do povo Terena e do assassinato do Oziel Gabriel autorizada pela própria justiça federal de Campo Grande do Estado de Mato Grosso do Sul, a mando dos fazendeiros. [...] Mais uma vez, no dia 18 de junho de 2013, justiça federal já decretou mais uma ordem de violências, despejo e assassinato de povo Terena de Taunai Ipeguê. Assim, a justiça federal, de fato, pela terceira vez está autorizando o genocídio/extermínio do povo Terena. Justiça pare de mandar matar o povo indígena Terena, pare! Esse é nosso grito de manifestação indígena hoje (ATY GUASSU, *Facebook*, 13 de junho de 2013).

No mês seguinte, foi publicada a manchete: “Índios prometem queimar tudo em fazenda contra reintegração de posse” (OLIVEIRA, *Campo Grande News*, 1º de julho de 2013). De acordo com o jornal, esse foi o desabafo do cacique Isaias Francisco diante da determinação da Justiça Federal em Campo Grande, de convocar a Polícia Federal para efetuar a expulsão dos Terena da Retomada Esperança, cujo prazo de reintegração de posse havia vencido. Conforme jornal do *Cimi*, após um mês de decisões desfavoráveis e resistência, o Tribunal Regional da 3ª Região acatou pedido dos Terena e suspendeu a reintegração de posse (SPOSATI, *Cimi*, 05 de julho de 2013).

Em novembro de 2014, um grupo de 150 pessoas de Taunay/Ipegue ocupou a Fazenda Maria do Carmo. Conforme o jornal *Campo Grande News*, a proprietária afirmou que os índios estavam armados com revólveres e disparando. Um dos indígenas que integrava o grupo Francisco Thiago, 60 anos, afirmou que a situação era inversa. “Ele afirma que os índios estão apenas com arcos e flechas e homens estranhos surgiram em três caminhonetes atirando. No enfrentamento, segundo ele, um rapaz levou um tiro de raspão, mas passa bem. Para resolver a situação, os índios pedem a presença de autoridades” (MALDONADO, *Campo Grande News*, 28 de novembro de 2014).

Já em 2015 foram ocupadas outras três fazendas: Cristalina, Ouro Preto e Persistência. Os proprietários tiveram os pedidos de reintegração de posse negados e foram concedidos 120 dias de prazo para retirada do gado (HADDAD, *Campo Grande News*, 31 de julho de 2015).

Em agosto, o Ministério Público Federal – MPF, em Mato Grosso do Sul cobrou novamente um posicionamento do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, em relação ao processo de demarcação da Terra Indígena Taunay/Ipegue. O procurador da República, Emerson Kalif Siqueira, destacou a gravidade da situação e a necessidade de uma resposta imediata da administração federal. “Um embate armado de grandes proporções é iminente e a tomada de posição pelo Ministério da Justiça, em cumprimento ao prazo legal para decidir, é indispensável e urgente” (MPF, *MPF*, 11 de agosto de 2015).

O Conselho do Povo Terena (*Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015), cobrou a portaria declaratória da Terra Indígena Taunay/Ipegue, visto não haver mais nenhum empecilho jurídico. Em abril de 2016, o MPF fez outra cobrança ao Ministério da Justiça a respeito do processo demarcatório da área, com prazo de 30 dias, sob pena de pagar multa diária de 50 mil reais em caso de não cumprimento. O prazo foi fixado pela primeira instância e reiterado pela 1ª Turma do Tribunal Regional Federal (MINISTRO, *MPF*, 28 de abril de 2016).

Em 29 de abril de 2016 foi assinada pelo ministro da justiça Eugênio Aragão, a portaria nº 497, declarando de posse permanente dos Terena a Terra Indígena Taunay-Ipegue. Na mesma data foram assinados três decretos presidenciais de homologação de terras indígenas: Terra Indígena Piaçaguera, localizada no município de Peruíbe-SP, ocupada pelo povo Guarani Ñandeva; Terra Indígena Pequizal do Naruvôtu, localizada nos municípios de Canarana e Gaúcha do Norte, estado do Mato Grosso, ocupada pelo povo Naruvôtu (CARNEIRO, *FUNAI*, 02 de maio de 2016). Destaca-se, também, a conjuntura política nacional e as tensões que pairavam no governo federal. Dias antes, em 17 de abril de 2016 a Câmara dos Deputados havia aprovado a autorização de prosseguimento no Senado do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

No Mato Grosso do Sul, os atos do governo federal em relação às terras indígenas foram considerados por parte da oposição como retaliações ao processo de *impeachment*, como aponta a matéria a seguir, cuja manchete destaca que “Bancada quer anular demarcações de terras em Mato Grosso do Sul”:

A deputada federal Tereza Cristina (PSB-MS), vice-presidente da Comissão do Agronegócio da Câmara dos Deputados fez um alerta que chamou a atenção dos

presentes durante sua fala na 52ª Exposição Agropecuária de Dourados, na manhã de sábado. Segundo ela, por vingança, a até então presidente Dilma Rousseff assinou decretos demarcatórios transformando em terras indígenas 35 mil hectares de terra no Conesul sendo grande parte destas terras na região de Caarapó<sup>4</sup>. O prefeito de Caarapó ficou assustado quando a deputada se dirigiu a ele e disse: “Se bobear, prefeito, não vai sobrar nem mesmo a prefeitura”. Tereza Cristina também informou que no “Pacote de Maldades” da presidente Dilma foram incluídas por vingança a demarcação de mais 35 mil hectares na região de Aquidauana [Terra Indígena Taunay Ipegue] (CORDEIRO, *O Progresso*, 15 de maio de 2016, grifo nosso).

O fragmento em destaque evidencia as estratégias discursivas que colaboram para formar na sociedade regional uma opinião pública contrária às demarcações das terras indígenas. O engajamento da deputada e o evento no qual ela discursa (exposição agropecuária) denotam as articulações políticas dos proprietários rurais.

Em maio de 2016 foi noticiada uma ocupação feita pelos Terena desta área. Conforme o jornal *Correio do Estado*, um grupo de 50 indígenas ocupou a Fazenda Nova Bahia, sendo “16 jovens, 10 crianças e 24 adultos. Eles estão com facão, flecha e pedaços de paus” (VILALBA, *Correio do Estado*, 14 de maio de 2016).

No mesmo mês os Terena ocuparam outras quatro fazendas que incidem no território de Taunay/Ipegue. Um jornal local noticiou que uma das lideranças responsáveis pela Retomada afirmou que a decisão envolveu lideranças e caciques tradicionais e que o processo foi tranquilo, pois os fazendeiros não estavam no local (SANCHEZ, *Top Mídia News*, 11 de maio de 2016).

O jornal reproduziu a fala de uma das lideranças, identificado como Claudedir: “A gente está se mobilizando entre nós mesmos, por parte nossa. A aldeia Ipegue é a última de Aquidauana. Já tem pouco espaço, e não tinha mais como avançar, plantar, plantar mandioca e feijão, por exemplo, não estava tendo espaço. Só pra você calcular, são cerca de 15 times de futebol” (SANCHEZ, *Top Mídia News*, 11 de maio de 2016).

A conjuntura política estadual também é importante para os desdobramentos referentes à Taunay/Ipegue. Nesse período, acontecia na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, a Comissão Parlamentar de Inquérito do Conselho Indigenista Missionário, a CPI do Cimi, criada por meio do Ato Administrativo nº 06/2015, cujo objetivo era apurar a suposta atuação do Cimi “em atos de incitação e financiamento de invasão de propriedades particulares por indígenas no Mato Grosso do Sul” (MATO GROSSO DO SUL, 2016b, p. 6).

---

<sup>4</sup> Trata-se do despacho do Presidente da Funai reconhecendo os estudos de identificação da Terra Indígena Dourados-Amambaieguá I, de ocupação tradicional dos povos indígenas Guarani e Kaiowá, localizada nos municípios de Amambai, Caarapó e Laguna Carapã, em Mato Grosso do Sul, publicado no Diário Oficial da União, de 12 de maio de 2016. A área, entretanto, é de 55.600 ha.

Para os terenas, a ocupação do território é também um recado aos ‘rumos’ da CPI do Cimi, conforme explicou [o líder terena] Claudécir. Para ele, a retomada também serve para mostrar que as decisões políticas cabem apenas aos indígenas. “As decisões das retomadas são das nossas lideranças, e dos nossos caciques que são pessoas mais velhas. E não tem nada a ver com o Cimi. Fizemos pra provar que não tem ninguém por fora. Quem dá decisões pra gente somos nós mesmos”, concluiu Claudécir (SANCHEZ, *Top Mídia News*, 11 de maio de 2016).

Dessa forma, as ações dos Terena repercutem e são influenciadas pelas questões políticas e administrativas em âmbito estadual e nacional. Diante do governo provisório de Michel Temer (instaurado devido ao processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff), um grupo de Terena de Taunay/Ipegue ocupou o prédio da FUNAI em Campo Grande, cobrando uma reunião com o ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, para discutir a nova presidência do órgão em âmbito nacional. Os indígenas cobraram também a homologação da área de Taunay/Ipegue, para dar seguimento ao processo de demarcação (MATHIAS; HENRI, *Campo Grande News*, 07 de junho de 2016).

Após 12 horas de ocupação, os Terena deixaram o prédio:

Por telefone, o cacique da Aldeia Bananal, uma das oito existentes em Taunay Ipeg, Célio Fialho, explicou que a ocupação faz parte de um movimento mais amplo, por meio do qual os povos indígenas de todo o país pretendem reivindicar o respeito aos seus direitos. Lideranças de diferentes etnias de várias regiões do país estão organizando uma manifestação em Brasília para breve. A intenção é se reunir com o atual ministro da Justiça, Alexandre de Moraes.

“Estamos lutando pela demarcação de terras tradicionais, pela educação e pela saúde indígena. Queremos ser ouvidos antes da tomada de qualquer decisão que nos afete, conforme estabelece a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho [que trata dos direitos dos povos indígenas e tribais no mundo]”, afirmou Fialho. Ele se refere particularmente à recente exoneração do ex-presidente da FUNAI, João Pedro Gonçalves da Costa. A exoneração foi publicada na edição do Diário Oficial da União do último dia 3 e, em seu lugar, assumiu, ao menos temporariamente, o diretor de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável, Artur Nobre Mendes. “Substituíram o presidente, e não sabemos quem está respondendo pelo órgão neste momento. Tememos possíveis mudanças na Sesai [Secretaria Especial de Saúde Indígena] e cobramos o fortalecimento da FUNAI”, acrescentou o cacique (RODRIGUES, *Agência Brasil*, 8 de junho de 2016).

A manifestação evidenciou a articulação dos Terena com o movimento indígena nacional e sua preocupação com a garantia de direitos relativos ao território, à educação e à saúde, em meio ao contexto de instabilidade política no país.

### 4.2.3 A Retomada em Buriti

A FUNAI, em 1999, por meio da Portaria 553, de 09 de julho de 1999, estabeleceu o GT, para os estudos preliminares de identificação e revisão da Terra Indígena Buriti. Em agosto do ano 2000, os indígenas de Buriti reocuparam parte das terras antes habitadas por seus antepassados: as fazendas Flórida, Furnas da Estrela e São Domingos. Também fizeram protestos na sede da FUNAI, em Campo Grande (ÍNDIOS, *Correio do Estado*, 24 de agosto de 2000).

Em 2002, os Terena estabelecidos no estado do Mato Grosso articularam um bloqueio na rodovia BR-163. A estrada foi fechada com pneus e pedaços de árvore no Km 114, em Rondonópolis-MT. Eles cobravam o assentamento de 80 famílias em uma área prometida pelo INCRA. Aproximadamente 90 índios de Buriti participaram do protesto. Embora a ação não tenha visado diretamente à ampliação da Terra Indígena Buriti, lutar pela terra dos *patrícios* é uma forma de mostrar o descontentamento com a sua própria situação (XIMENES, 2011). Importante mencionar que essas famílias terena migraram de Buriti para o Mato Grosso, e é provável que uma das motivações tenha sido a exiguidade do território em Mato Grosso do Sul.

Além disso, as relações entre os parentes sedimentam a relações extra-aldeia, como evidencia Pereira, em sua análise sobre Buriti:

As famílias politicamente mais expressivas nas aldeias de Buriti dispõem de parentes em outras reservas e em cidades da região, mantendo com eles freqüente contato, imprescindível para a manutenção do reconhecimento das relações parentais. Este lastro de relações de significativa abrangência espacial, possibilita aos principais líderes contar com uma rede de apoio político, imprescindível para o desempenho das atribuições sociais de que estão imbuídos (PEREIRA, 2003, p. 51)

De 2003 a 2011, os Terena ocuparam outras fazendas no entorno de Buriti, entre elas: São Sebastião, Sabiá, Nossa Senhora Aparecida, Cambará, 3 R e Querência São José. Assim como aconteceu em outras áreas reocupadas, os Terena montaram acampamento, plantaram, foram expulsos das propriedades e depois tornaram a ocupá-las. Repete-se também a pressão, as ameaças e a violência impetrada na retirada dos indígenas de seus acampamentos. Grupos armados ligados aos proprietários e até mesmo à polícia militar envolveram-se nas retiradas, algumas vezes de forma pouco transparente (XIMENES, 2011).

Aproximadamente 240 índios, sob a liderança de nove caciques da Terra Indígena Buriti bloquearam novamente a principal rodovia do estado, a BR-163, entre Campo Grande e

Jaraguari, exigindo agilidade no processo de ampliação (KOBBER e OTA, *Correio do Estado*, 07 de novembro de 2006). Em 2009, os Terena bloquearam o Km 498 da BR-163 e o Km 528, da BR-262, nas proximidades de São Gabriel do Oeste, Miranda e Anastácio. Eles exigiram a presença de procuradores da República e de representantes da FUNAI (ÍNDIOS, *Midiamax*, 06 de outubro de 2009).

Assim, os Terena permanecem em algumas das áreas ocupadas aguardando que a posse da terra seja garantida de forma definitiva pelos órgãos competentes:

Nas lavouras, feijão prestes a ser colhido e terra preparada para receber o plantio de melancia e abóbora. Algumas estão pelo solo, para ainda serem colhidas. No campo a cena é esta e no espaço onde a sede da fazenda está, rostos apreensivos esperando novamente que a Justiça decida o que se arrasta há décadas, agora perante o pedido favorável de reintegração de posse aos fazendeiros (MACIULEVICIUS, *Campo Grande News*, 27 de julho de 2012).

A reportagem citada, feita pela jornalista Paula Maciulevicius (*Campo Grande News*, 27 de julho de 2012), foi acompanhada de fotografias das plantações dos Terena na área de Retomada (Figuras 15 e 16). O tom da matéria não reproduziu os velhos estereótipos negativos sobre os indígenas e apresentou um olhar mais imparcial sobre as Retomadas.

**Figura 15** – Terena Odair Mamedes mostrando parte da produção agrícola da Retomada na área de Buriti



Fonte: *Campo Grande News*, 27 de julho de 2012. Créditos: Minamar Júnior.



**Figura 16** – Terena Guilherme Gabriel observando a lavoura de feijão na Retomada na área de Buriti



Fonte: *Campo Grande News*, 27 de julho de 2012. Créditos: Minamar Júnior.

Em 2013, os Terena retomaram a Fazenda Querência São José. O jornal *MS Notícias*, noticiou que, conforme denúncia, a proprietária Lourdes Bacha, de 81 anos, foi impedida de entrar na propriedade, e que quatro funcionários da fazenda foram mantidos como reféns no local (TERENAS, *MS Notícias*, 07 de fevereiro de 2013).

Cerca de 250 famílias Terena que reocuparam a referida fazenda, sofreram um ataque, conforme noticiado pelo *Cimi*: “Segundo lideranças, pistoleiros e fazendeiros foram ao acampamento e dispararam tiros para o alto. Ninguém ficou ferido, e a comunidade continuou na área” (SPOSATI, *Cimi*, 07 de fevereiro de 2013).

Em maio de 2013, o *Midiamax* publicou a manchete: “Mulher e filho de Ricardo Bacha são reféns de Terenas que invadiram fazenda”. Na matéria o jornal acrescenta que além da família, quatro funcionários da Fazenda Buriti, também ficaram como reféns (MULHER, *Midimax*, 15 de maio de 2013). No mesmo dia, como aponta o *Campo Grande News*, a Justiça Federal determinou a reintegração de posse, que deveria ser efetuada pela Polícia Federal, de forma imediata (RODRIGUES, *Campo Grande News*, 15 de maio de 2013).

Os Terena resistiram à tentativa de reintegração de posse da Polícia Federal, Tropa de Choque da Companhia Independente de Gerenciamento de Crises (Cigcoe) e Polícia Militar

Rodoviária, em 18 de maio. Um jornalista do Cimi teve seu equipamento apreendido pelo delegado da Polícia Federal (PF, *Rede Brasil Atual*, 20 de maio de 2013).

No dia 30 de maio, durante ação das Polícias Federal e Militar para a reintegração de posse da fazenda Buriti, o Terena Oziel Gabriel foi ferido e morto. Outros 17 foram presos. Os indígenas deixaram a área e dois dias depois reocuparam (ÍNDIO, *GI*, 30 de maio de 2013).

Dias depois, outro Terena foi baleado, Joziel Alves, primo de Oziel. Ele estava na fazenda São Sebastião, nos arredores da fazenda Buriti. “Alves teria ficado ferido após ataques de um capataz da propriedade”. O Ministério da Justiça se comprometeu a enviar 110 homens da Força Nacional para reforçar a segurança na área (ZAMBIER, *Agência Brasil*, 05 de junho de 2013).

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região determinou a reintegração de posse na Fazenda Buriti, ainda em junho de 2013. Em outubro o *Campo Grande News* publicou outra reportagem sobre a produção agrícola dos Terena na área de retomada:

Os índios plantaram em aproximadamente 300 hectares das seis fazendas ocupadas em Sidrolândia, a 70 quilômetros de Campo Grande. Eles contaram com o apoio da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), que doou óleo diesel para o cultivo de diversas culturas, desde feijão até milho. Desde maio deste ano, os índios ocupam as fazendas Buriti, Lindóia, Cambará, Estrela, São José e 3R. Segundo o coordenador técnico da fundação, Jorge Antônio das Neves, os índios plantaram abóbora, melancia, milho, feijão de corda e arroz, entre outros (BITENCOURT, *Campo Grande News*, 30 de outubro de 2013).

O jornal *Midiamax*, em junho de 2014, publicou que os Terena de Buriti prometeram: “retomada em massa de áreas ocupadas por fazendas para o próximo sábado (7), caso não haja novidades por parte do governo federal sobre o conflito agrário na região até sexta-feira (6). Fazendeiros temem novo conflito e falam que estão ‘armados até os dentes’” (ÍNDIOS, *Midiamax*, 05 de junho de 2014).

Com o agravamento do problema fundiário, o governo começou a delinear a possibilidade de indenizar os proprietários, além da compensação pelas benfeitorias, mas acrescentando um valor que compensaria a terra nua. Conforme Cavalcante (2013, p. 381), essa possibilidade já vinha sendo discutida pela FUNAI, que “defende a criação de um instrumento que permita o pagamento de indenizações que contemplem, além das benfeitorias de boa-fé, valores relativos à terra nua, também nos casos de ocupação de boa-fé”. Em 2009, o Ministério da Justiça sinalizou sua disposição para encontrar uma saída jurídica que permitisse o esse tipo de pagamento, mas “o tema da indenização por terra nua vem e vai, mas o governo federal ainda não tem uma posição definitiva” (CAVALCANTE, 2013, p. 382).

Diante do exposto, o assunto voltou à tona após a morte do Terena Oziel Gabriel em 2013, e a Terra Indígena Buriti seria a primeira a ser regularizada dessa forma. Entretanto, alguns proprietários discordaram do valor proposto pela União para compensação sobre a terra nua e seguiu-se o impasse. Embora a área já esteja declarada de posse permanente dos Terena, por meio da Portaria do Ministério da Justiça nº 3.079, de 27 de setembro de 2010, os indígenas aguardam a conclusão do processo de demarcação. Os Terena exigem “diante da não aceitação por parte dos fazendeiros do acordo estipulado pelo Ministério da Justiça, a imediata desapropriação da área em litígio” (CONSELHO DO POVO TERENA, *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015).

Em 2016, o Ministério Público Federal – MPF, no Mato Grosso do Sul, concluiu inquérito sobre a operação que resultou no óbito de Oziel Gabriel, no ano de 2013 e apontou que a Polícia Federal foi responsável pela morte:

De acordo com o MPF, Oziel foi morto por munição 9 mm da marca CBC, com encamisamento tipo Gold, de uso exclusivo da Polícia Federal. Ele estava atrás de uma árvore, portando faca, arco e flecha, a cerca de 100 metros de distância do pelotão de policiais. Não oferecia perigo, segundo o MPF, aos policiais militares e federais envolvidos na ação ocorrida naquele dia em Sidrolândia. A violência do episódio, afirma o Ministério Público, foi resultado de uma “operação policial fracassada, com graves erros”, que não seguiu procedimentos padrões. Segundo o MPF, o planejamento foi realizado exclusivamente com informações obtidas pela PF e fotos de satélite adquiridas na internet, sem qualquer tipo de levantamento de campo. Ainda segundo o MPF, as informações foram repassadas à tropa da Polícia Militar e aos federais em momentos e locais diferentes. Não havia comando único nem comunicação via rádio entre as corporações. Assim, os policiais agiram isoladamente. O MPF afirma que o planejamento da Polícia Federal excluiu deliberadamente a participação da FUNAI e do próprio MPF da operação, contrariando normas vigentes, “suprimindo a fase de negociação e resultando no emprego de força policial desproporcional à conduta dos indígenas”. [...] Além de 82 policiais militares do Batalhão de Choque, o efetivo na reintegração era de 70 policiais federais, mas apenas 15 haviam participado de treinamentos de armamento e tiro em época recente, de acordo com os procuradores. No ápice da ação, o número de indígenas foi estimado pelo MPF entre 1,5 mil e 2 mil pessoas. Durante o conflito, afirmam os procuradores, houve o acionamento emergencial de uma aeronave e mais 22 policiais militares e dois policiais federais foram enviados às pressas até a sede da PF, a 80 quilômetros de distância, para buscar mais armamento e munições não letais, que haviam acabado. Segundo a investigação, a espera por reforço foi de cerca de duas horas e, enquanto isso, as forças policiais ficaram estacionadas, sendo agredidas pelos indígenas, cada vez mais numerosos, e, por vezes, diante da inexistência de instrumentos menos letais disponíveis, disparando com armas de fogo, ainda que inobservando as regras técnicas. A morte de Oziel Gabriel e os ferimentos mais graves aconteceram neste intervalo (POLÍCIA, *Carta Capital*, 20 de outubro de 2016, grifos nossos).

Apesar dos erros indicados pelo MPF, a Polícia Federal negou que tenha sido responsável pelo disparo que vitimou o indígena. Uma sindicância interna da PF considerou que não houve irregularidade na operação e a delegada Juliana Resende Silva de Lima, deu

parecer favorável ao arquivamento do processo. Todavia, a delegada era casada com Eduardo Jaworski de Lima, também delegado e um dos comandantes da operação de 2013 em Buriti. Devido a isso, o MPF ajuizou uma ação de improbidade administrativa contra a delegada, já que ela não informou a existência de um conflito de interesses para elaboração do parecer (POLÍCIA, *Carta Capital*, 20 de outubro de 2016).

Esse caso evidencia que o Estado brasileiro, assim como aconteceu em décadas anteriores (como demonstrado no capítulo 3), continua violando direitos indígenas e agindo de forma violenta, especialmente em relação às suas reivindicações territoriais. Para os Terena, a violência estatal não é exclusividade de regimes ditatoriais.

#### **4.2.4 A Retomada em Limão Verde**

Por meio do Decreto de 10 de fevereiro de 2003 foi homologada a área de 5.377 ha. da Terra Indígena Limão Verde, processo que já se arrastava há mais de 20 anos. No entanto, isso não garantiu a posse dos Terena, pois, o fazendeiro que tinha o título da propriedade Santa Bárbara recusou-se a receber a indenização e sair da área. Os Terena, por sua vez, ocuparam o local e exigiram a efetivação do seu direito.

De acordo com notícias de jornais locais, em fevereiro de 2008, cerca de 300 pessoas das aldeias Limão Verde e Córrego Seco (Terra Indígena Limão Verde) ocupavam a fazenda Santa Bárbara (ÍNDIOS, *Campo Grande News*, 11 de fevereiro de 2008). Em dezembro de 2009 a Justiça Federal reafirmou a legitimidade da demarcação, em detrimento da tese do marco temporal (JUSTIÇA, *MPF*, 02 de dezembro de 2009).

Em setembro de 2013, os Terena retomaram mais duas áreas da Terra Indígena Limão Verde. Conforme informações dos indígenas, não houve violência durante a ocupação e as famílias assentadas nas propriedades ocupadas (a Fazenda da Mocinha, de 150 hectares, e a Fazenda Bonanza, de 400 hectares), já haviam iniciado “a limpeza e o plantio no terreno” (TERENA, *Instituto Humanitas Unisinos*, em 19 de setembro de 2013).

Entretanto, a tese do marco temporal voltou a ser motivo de preocupação. Em 2015, a 2ª Turma do STF anulou a Portaria Declaratória da Terra Indígena Limão Verde, com base no acórdão de 09 de dezembro de 2014, publicado no Diário da Justiça Eletrônico, de 12 de fevereiro de 2015, sob a alegação de que ela não era ocupada pelos Terena em 1988. Os indígenas, por sua vez, peticionaram a nulidade da decisão.

Na petição, os Terena afirmam que, por outro lado, são excluídas das análises da Corte, em demandas similares, “a existência de um período ditatorial (1946-1988) que impediu, como se percebe do Relatório Figueiredo e do Relatório da Comissão Nacional da Verdade sobre Violações de Direitos Humanos dos Povos Indígenas e dos demais relatos de lideranças indígenas, a supressão das vozes nesse período, a supressão do desejo e dos direitos indígenas, ainda tutelados e impossibilitados de acessar o judiciário e de reclamar direitos e de disputar faticamente a terra” (SANTANA, *CIMI*, 19 de março de 2015).

Em abril, as lideranças Wagner Krahô Kanela, do Tocantins, Valdelice Veron Kaiowá e Lindomar e Paulino Terena, do Mato Grosso do Sul, foram recebidos pelo ministro José Dias Toffoli, no STF. Eles trataram da decisão da 2ª Turma que anula as portarias declaratórias de terras tradicionais dos Kaiowá, dos Terena, e dos Canela-Apãnjekra. O ministro recebeu um memorial sobre a Terra Indígena Limão Verde (MINISTRO, *Apib*, 16 de abril de 2015).

No mesmo mês, indígenas de várias etnias participaram do Acampamento Terra Livre, um ato da Mobilização Nacional Indígena que tem ações por todo o Brasil.

As delegações dos povos indígenas, que acamparam três longos dias debaixo de forte chuva e sol quente na Esplanada dos Ministérios de Brasília, arrumaram suas mochilas, desmontaram lonas e barracas. [...] Antes de vir para Brasília, as lideranças convocadas pelas suas organizações regionais e pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), percorreram as regiões e conversaram com seus povos sobre o significado do ATL. Já preparando futuros militantes da causa indígena, trouxeram muitos jovens que pela primeira vez estiveram em Brasília (ACAMPAMENTO, *Cimi*, 20 de abril de 2015).

As principais bandeiras do ato eram contra a tese do marco temporal e a Proposta de Emenda à Constituição – PEC nº 215/2000. Essa proposta, ainda em tramitação na Câmara dos Deputados, altera o processo de reconhecimento das terras indígenas, transferindo-o do âmbito do poder executivo para o legislativo: “inclui dentre as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação de demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e a ratificação das demarcações já homologadas” (BRASIL, 2000, p. 69).

Os Terena exigem a incidência direta da Advocacia Geral da União no processo de Limão Verde, para desconstituir a decisão do STF que aplicou a inconstitucional tese do marco temporal (CONSELHO DO POVO TERENA, *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015).

#### 4.2.5 A Retomada em Pilad Rebuá

Em 2008 a mídia local começou a noticiar a Retomada protagonizada pelos Terena da Terra Indígena Pilad Rebuá. Oficialmente a área já tinha 208 ha. regularizados, no entanto, não indígenas avançaram sobre o perímetro demarcado, restando aos Terena apenas 160 ha. Além de reivindicar a recuperação desta área, os indígenas também exigiam a retomada de mais 400 ha.

Conforme o site *Agência Brasil*, em maio de 2008, cerca de 200 Terena da aldeia Moreira (Terra Indígena Pilad Rebuá) mantiveram dois funcionários da FUNAI retidos em Miranda. Eles estavam reivindicando a área de 400 hectares que ainda não foi regularizada. Eles foram liberados no mesmo dia após negociação com o administrador regional da FUNAI, na época, o Terena Claudionor do Carmo Miranda, que assumiu o compromisso de analisar a viabilidade das reivindicações (ZENKER, *Agência Brasil*, 26 de maio de 2008).

Em 28 de maio cerca de 300 famílias montaram acampamento em parte da terra reivindicada. Após saírem da área, depois de uma ordem de reintegração de posse, um grupo de lideranças foi à Brasília cobrar medidas efetivas da FUNAI em relação à terra.

Cerca de cinco mil Terena vivem confinados em 159 hectares, nas aldeias Moreira (45 hectares) e Passarinho (114 hectares), na periferia de Miranda, no pantanal sul matogrossense. É um dos menores índices de terra por habitante indígena. “O pessoal se cansou. A população se revoltou. Não agüenta mais”. Foi assim que uma das lideranças expressou a ação de retomada feita no dia 28 de maio. “Só tem umas dez famílias que conseguem fazer uma rocinha. O resto é obrigado ir para os canaviais, as usinas” (POVO, *Cimi*, 05 de junho de 2008).

No dia 13 de junho, os Terena voltaram a ocupar a área e no mesmo dia, a mesma juíza da decisão anterior, Vânia de Paula Arantes, da 1º Vara Cível de Miranda, deferiu liminar de reintegração de posse ordenando desocupação imediata da área retomada e decretando a prisão das lideranças que tentassem resistir. A polícia militar efetuou a expulsão com bombas de efeito moral e balas de borracha.

De um lado, os policiais informam que houve resistência, de outro, os indígenas disseram que foram pegos de surpresa. Crianças, mulheres e idosos estavam no local. Dois homens e duas mulheres foram presos. Uma delas foi trocada por um índio, ainda conforme relato de um indígena, cuja identidade foi preservada a pedido do entrevistado. Ao Midiamax, um dos indígenas disse que prisões foram feitas dentro da Aldeia Passarinho, o que seria ilegal, e também que o oficial de Justiça não apresentou a ordem de despejo. “Chegaram e derrubaram a placa da FUNAI (Fundação Nacional do Índio), o portão, e não apresentaram nada” (PM, *Midiamax*, 17 de junho de 2008).

No dia 19, diante da criminalização dos seus *patrícios*, os Terena prometeram reocupar a área caso as pessoas presas não fossem postas em liberdade. “Eles afirmam que a soltura dos quatro foi colocada como um dos termos para que o grupo deixasse a área” (COM, *Camapuã News*, 19 de junho de 2008). No dia seguinte, outro jornal noticiou que eles foram soltos e a iniciativa de ocupação foi suspensa (ÍNDIOS, *Campo Grande News*, 20 de junho de 2008).

Em 2010 a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul – FAMASUL, conseguiu liminar impedindo a realização dos estudos antropológicos para a ampliação da Terra Indígena Pilad Rebuá (JUSTIÇA, *Campo Grande News*, 15 de junho de 2010).

Em 09 de outubro de 2013, de acordo com o Portal *GI*, os Terena ocuparam duas propriedades na área indígena e cobraram a presença de técnicos da FUNAI (GRUPO, *GI*, 09 de outubro de 2013). No mesmo dia o *Cimi* noticiou:

[...] os Terena passaram o dia sendo intimidados. Pela manhã, 16 caminhonetes, de acordo com os indígenas, circularam pelas retomadas com homens armados nas caçambas. Em declarações para a imprensa, os ruralistas dizem que se as autoridades não resolverem a questão, eles mesmos vão resolver. “Acreditamos que à noite eles possam fazer algum ataque contra a gente. Solicitamos a presença das autoridades policiais. Tem fazendeiro que teve de sair das terras indígenas, em outras áreas, e que incentiva os demais a praticar violências”, explica Paulino Terena (SANTANA, *Cimi*, 09 de outubro de 2013).

No dia seguinte foi noticiado que homens armados em caminhonetes atacaram o grupo. Foram encontradas cápsulas de pistola 9 mm. Ninguém ficou ferido, mas os Terena ficaram apreensivos. A reivindicação era de que fosse instituído o GT para finalizar o processo de identificação e demarcação de Pilad Rebuá (SPOSATI, *Cimi*, 10 de outubro de 2013).

No dia 11 de novembro de 2013, o jornal *Campo Grande News* publicou a manchete: “Por ordem nacional, índios ameaçam enfrentar ‘milícia’ de fazendeiros”. A matéria trata do anúncio de que produtores rurais contratariam seguranças para proteger as fazendas e do posicionamento dos indígenas, que de acordo com o jornal, “vão seguir orientação nacional de intensificar as invasões se o governo não apresentar, até o dia 30 deste mês, solução para dar fim ao conflito por terras em Mato Grosso do Sul” (KODER, *Campo Grande News*, 11 de novembro de 2013). A *ordem nacional* a que a manchete se refere, provavelmente é uma orientação da Apib, organização que reúne lideranças indígenas (inclusive Terena) articuladas em todo o Brasil.

O *Cimi*, em novembro de 2013, noticiou que fazendeiros expulsaram a tiros os Terena que ocuparam a área. Acrescentou ainda que o trator pertencente ao grupo foi incendiado (SPOSATI, *Cimi*, 12 de novembro de 2013). Em 18 de dezembro foi publicada matéria com o título: “Querem a cabeça dele como troféu”, em referência à liderança Paulino Terena. “Durante a assembleia [Assembleia Terena], representantes da retomada relataram ameaças de morte que uma das lideranças da comunidade, Paulino Terena, tem sofrido [por parte dos fazendeiros] (SPOSATI, *Cimi*, 18 de novembro de 2013).

Em 19 de maio de 2014, foi publicada matéria a respeito de dois atentados contra Paulino Terena:

Baleado na madrugada de hoje (19), em Miranda (MS), o líder indígena Paulino Silva Terena é uma das 342 pessoas incluídas no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. [...] Três dias após terem atado fogo em seu carro, a casa de Paulino Terena, foi arrombada, neste domingo, 8, na aldeia Moreira, no município de Miranda (MS). O indígena é liderança da retomada do território reivindicado como Pillad Rebuá, em conflito com fazendeiros da região. No sábado, 7, Paulino deixou o Mato Grosso do Sul e está sob os cuidados do Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (RODRIGUES, *Agência Brasil*, 19 de maio de 2014).

Em julho de 2014, a 4ª Vara Federal de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, determinou a reintegração de posse da área retomada na Terra Indígena Pilad Rebuá. Em documento de 2015, os Terena exigiram a imediata conclusão dos estudos antropológicos na área (CONSELHO DO POVO TERENA, *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015).

Importante destacar que além das áreas já abordadas, cujos casos foram fartamente noticiados pela mídia (Cachoeirinha, Taunay/Ipegue, Buriti, Limão Verde e Pilad Rebuá), os Terena também se organizam para recuperar territórios incidentes nas áreas de Lalima e de Nioaque. Exigem, portanto, “a constituição de Grupo de Trabalho para iniciar a identificação e delimitação da terra indígena Nioaque; c) a imediata conclusão dos estudos antropológicos das terras indígenas Pilad Rebuá e Lalima [...]” (CONSELHO DO POVO TERENA, *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015).

No item seguinte será abordada a atuação das lideranças terena nas Retomadas e as estratégias utilizadas ao longo da luta pela recuperação de seus territórios.



### 4.3 Os guerreiros terena nas Retomadas

*Retomada e guerreiros* são categorias utilizadas pelos próprios Terena para designar respectivamente, as ações para recuperação de seu território tradicional e os indígenas atuantes nesse processo. A hipótese é de que, além das lideranças tradicionais, como *trancos* e caciques, outras despontam nesse cenário, como por exemplo, os acadêmicos e professores terena. São lideranças de diferentes gerações, e que contribuem de formas singulares com a Retomada, de acordo com seus conhecimentos e redes de relações.

Nesse contexto, em relação à questão territorial, os Terena adotaram em diversas situações uma postura diplomática com o Estado brasileiro e com a população não indígena do seu entorno. Ao passo que as fazendas em formação avançavam sobre o território indígena, eles lançaram mão de estratégias como abaixo-assinados, comissões e ofícios para tentar barrar a diminuição de suas terras, como demonstram Vargas (2003) e Eremites de Oliveira e Pereira (2003).

O domínio que tinham de alguns códigos de conduta da sociedade não indígena não foi suficiente para impedir a titulação da maior parte do território terena em favor de terceiros. Faltou poder aos índios e aos funcionários do SPI que eram favoráveis às suas demandas. Entretanto, os indígenas pressionaram o Estado no sentido de efetuar a constituição das então Reservas Indígenas pelo SPI, embora com áreas diminutas.

Os Terena se orgulham da sua índole pacífica. Pereira (2009, p. 115) aponta que “gradativamente [essa] imagem terena construída passa a integrar, pelo menos parcialmente, a própria autorrepresentação das pessoas que compõem suas figurações sociais”. A diplomacia terena é vista como uma característica positiva pelos próprios índios. Isso fica evidente quando tentam negociar com o Estado e com os regionais usando as vias da legalidade, em atitudes diplomáticas muito características desse povo (XIMENES, 2011).

Nós somos pessoa que... nós procura de respeitar né. As classe né? Meu pai tinha um dito né? “Nós tem que saber onde entrar e onde sair.” Não por o pé adiante do braço. Tudo isso. Então por isso nós apanhamo muito. Porque eu não vou lá na presença deles [fazendeiros] fazer invasão. Nós não vai fazer isso com eles. Porque nós tem justiça aí, que luta. Apesar que a justiça na nossa frente... mas quando demora... quem sofre é nós né? Ficamo esperando, mais dois, três anos. Quem que sofre né? Quem sofre é nós (Leonardo Reginaldo, índio Terena, 84 anos, 2003 *apud* XIMENES, 2011, p. 84).

Porém, quando essa condição não confere mais possibilidade de diálogo com a sociedade não indígena, os Terena invocam a expressão *guerreira* do seu *ethos*. Que também

é motivo de orgulho para os índios. Episódios como sua participação na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870); ou ainda quando reagem às violências praticadas pelos não índios que adentravam suas aldeias, são lembrados pelos índios como emblemáticos de uma postura mais *guerreira* (XIMENES, 2011).

A partir da década de 1990, os Terena, passaram a assumir essa condição de *guerreiros* (como eles próprios denominam aqueles que participam das ações de Retomada). Ou seja, passaram a adotar novas medidas para pressionar o governo no sentido de demarcar as terras indígenas transformadas em imóveis particulares. As ações descritas no item anterior, tidas como atos de desobediência civil (ocupação das fazendas que estão em terras tradicionais, bloqueio de estradas, protestos na FUNAI etc.) passaram a fazer parte de suas estratégias.

As ações protagonizadas pelos Terena recentemente, na visão dos proprietários rurais contrasta radicalmente com as representações que eles tinham a respeito dos Terena há alguns anos e, que em certa medida foi expressa na fala dos fazendeiros transcrita por Cardoso de Oliveira (1976, p. 125), de que o Terena: “trabalha bem, vive com pouco, e é muito obediente”. Ou seja, os Terena deixaram de ser majoritariamente mão de obra e passaram a reivindicar as condições para a manutenção da vida por meio de suas próprias terras.

Essa mudança de postura é recebida por parte da sociedade não indígena como uma *declaração de guerra*, expressão definida por Scott (2000, p. 31): “la primera declaración abierta de un discurso oculto, una declaración que rompía con la etiqueta de las relaciones de poder, que perturbaba una superficie de silencio y aceptación aparentemente tranquila, tiene la fuerza de una simbólica declaración de guerra”.

A fala do senhor Arzemiro, Terena participante da Retomada na região de Buriti, denota que as novas ações (embora ligadas à imagem do guerreiro, evocada do passado terena), representam uma nova conjuntura, com a qual eles ainda estavam (ou estão) aprendendo a lidar:

Nós aqui quem começou para nós foi o nosso vereador [então cacique Percedino Rodrigues], através de um velho [Armando Gabriel] que faleceu a poucos tempos, que deu essa ideia pra ele mexer com a terra. Primeiro já tinha mexido mas não deu muito certo né. Aí depois nós fomos essa vez, nós fomos madrugada. Um temporal, vento, chuva, garoa, frio. 116 pessoas saíram daqui. Foi 3 horas da madrugada. Aí chegemo ali, separemo ali, passemo na igreja. Separamo um pouco pra cá, outro pra cá, outro foi pra cá pro portão, cada um garrou um rumo. A maioria foi pra cá. Foi ali pra uma ponte um lá embaixo, outra aqui em cima na encruzilhada. Cada um cuidou as estrada aí. Fiquei lá com 4 pessoa, aqui fico 4, lá mais 4 e a maioria ficou do outro lado. Aí que essa vez eu achei triste isso aí e com medo. Falei agora, essa vez... tem as dona aí, coitada, as criança, achei que ninguém ia voltar. Porque nós

nunca tinha mexido com essas coisa. Pra nós era perigoso. Aí fiquemo, passemos o dia dos índio aí (Arzemiro Jorge Pinto, aldeia Buriti, 77 anos, 2011, *apud* XIMENES, p. 89, grifos nossos).

O trecho em destaque evidencia a tensão gerada na comunidade, ciente de que as ocupações de terra por vezes geram reações violentas, empreendidas pelos proprietários das fazendas ou pelas ações policiais que visam à reintegração de posse dos fazendeiros (XIMENES, 2011).

A entrevista com senhor Arzemiro também demonstra o papel desempenhado pelas lideranças ditas tradicionais: caciques e *troncos* (em especial índios mais velhos). Em entrevistas realizadas também em 2011, jovens professores indígenas que participam da Retomada afirmaram que antes os Terena não tinham conhecimento e meios suficientes para organizar o movimento existente hoje. Portanto, podemos inferir que a situação atual decorre do florescimento do movimento a partir da década de 1970 e de mudanças estruturais no sistema político-jurídico do Estado, cujo marco é a Constituição de 1988. A mudança de postura também é justificada pelos indígenas como necessária para pressionar o Estado brasileiro, visto que, com outras medidas reivindicatórias os Terena não obtiveram resultados satisfatórios.

No contexto das Retomadas terena, existem diversas lideranças atuando nas aldeias e fazendo a interlocução com indivíduos e instituições externas. Além das lideranças tradicionais (como *troncos* e caciques), outras despontam nesse cenário (por exemplo, os acadêmicos e professores terena). Esses atores sociais (lideranças novas e lideranças tradicionais) contribuem de formas diversas, uma vez que articulam diferentes redes de relações.

Os *troncos* são abordados neste texto, de acordo com as formulações de Eremites de Oliveira e Pereira (2003), Pereira (2009) e Almeida (2013). Almeida considera que o *tronco* (ou *xuve* no idioma terena) é uma liderança capaz de mediar conflitos, aconselhar, resolver problemas etc. Mas que para isso, precisa se portar de forma específica, ter uma trajetória que demonstre sua confiabilidade e capacidade de resolver as demandas de seu grupo. Nesse ponto, dialoga com Pereira (2009), que expõe a ideia de um *ethos* Terena, de um tipo de comportamento ideal esperado das lideranças.

Almeida (2013), destaca que um dos elementos que podem auxiliar na formação de um *tronco* é sua experiência fora da aldeia. A mobilidade pode ser vista como algo positivo pelos Terena, dependendo das relações que cria, e das experiências que agrega.

Mas o *tronco*, além de ser a liderança, é o próprio grupo que ele aglutina, conforme expõe Pereira (2009). Nesse sentido, Almeida (2013, p. 48), acrescenta a importância do “*Komuxoneti*”, termo do idioma terena que corresponderia a “ficar junto”. Ou seja, para que o *tronco* se consolide é necessário que exista uma liderança capaz de fazer com que seus familiares permaneçam sempre por perto.

A autora sinaliza uma contradição entre a valorização da mobilidade e o *Komoxuneti*, ambos presentes nos discursos dos Terena. “Assim, o *ethos* de movimentação e expansão que encorpa a liderança política contrasta-se com o imperativo de estar junto e viver a aldeia, visto que não é possível ser líder sendo sozinho/solteiro” (ALMEIDA, 2013, p. 74). Mas, em ambos os casos, a capacidade de construir uma rede de relações (dentro e fora da aldeia) é uma característica valorizada nas lideranças.

Outra dimensão importante dos *troncos* é sua relação com a temporalidade e com a memória. Essa abordagem permite buscar uma compreensão histórica dos indígenas para além dos marcos da história oficial. Diz-se de uma história indígena em seus próprios termos, como propõem trabalhos de Viveiros de Castro e Carneiro da Cunha (1986) e Viveiros de Castro (2002), que apresentam a temporalidade a partir da vingança tupinambá.

Peter Gow também contribui com o debate sobre história e temporalidade em sociedades indígenas:

A constante evocação do passado nas vidas dos nativos deve ser referida a seus próprios valores. Para as pessoas nativas, a história é o parentesco. A história não é experimentada como uma força que vem de fora para corromper uma estrutura atemporal de deveres e obrigações de parentesco. As relações de parentesco são criadas e dissolvidas no tempo histórico que confere significados e influências para os nativos ao serem estruturadas pelas relações de parentesco (GOW, 2006, p. 198).

Com relação aos Terena, Almeida (2013), ressalta que os *troncos* (tanto a figura do líder individualmente, quanto da rede de parentes articulados por ele), oferecem possibilidades de compreensão da temporalidade para os Terena. De acordo com a autora, a história é acionada a partir da trajetória dos *troncos* e, portanto, da memória.

As expressões *tempo dos antigos* e *hoje em dia* são as balizas temporais empregadas nas falas dos interlocutores ouvidos pela pesquisadora. Ela observou que as datas e os cálculos de tempo em anos, por exemplo, são invocados apenas na tentativa de legitimar o discurso dos Terena frente aos *purutuya*.

Almeida (2013) faz ainda considerações sobre a *memória que se troca*, ou conforme Le Goff (2003), a memória como construção/criação individual e coletiva. Nesse sentido, o *tronco* é aquele capaz de guardar e transmitir as memórias dos antepassados.

Essa memória, avivada pelos mais idosos, constitui-se como um elemento essencial da Retomada, à medida que fornece informações acerca dos territórios ocupados e da forma como ocorreu a saída das famílias Terena das áreas hoje ocupadas por propriedades particulares.

A partir da conversa com interlocutores da Terra Indígena Cachoeirinha, Almeida (2013), pontua que não existe um mínimo de idade para o indivíduo ascender à condição *tronco*. Também não há nada que impeça formalmente um recém-casado de se eleger cacique. Entretanto, seus interlocutores (que de forma geral eram mais velhos) afirmaram que a liderança de caciques mais jovens, tende a ser problemática. “[...] ao que tudo indica, dentre outras coisas, o reconhecimento e respeito pleno da condição de *Xuve [tronco]* está intimamente relacionado com a antiguidade e ancestralidade no bojo da família” (ALMEIDA, 2013, p. 132).

Mas, outras posições de liderança despontam entre os Terena, contemplando preferencialmente gerações mais jovens:

No contexto atual Terena, além do Cacique e do Conselho Tribal, novas referências de lideranças se constituem e se destacam nas aldeias, entre elas os professores indígenas, que, com suas ações político-educacionais, tornaram-se importantes interlocutores entre a aldeia e a sociedade envolvente. Junto dessas lideranças, outras estão constituindo-se e contribuindo diretamente para essa situação, como é caso dos acadêmicos indígenas esparramados pelas universidades, como alunos da graduação e da pós-graduação, proporcionando discussões em torno da sua história e dos direitos indígenas nas instituições em que se encontram (VARGAS, 2011a, p. 137).

Vargas (2011a), demonstra que os indígenas mais velhos valorizam os conhecimentos adquiridos na universidade e percebem que essa é uma forma de conhecer os códigos de conduta da sociedade não indígena e ampliar as articulações com apoiadores externos. Os pesquisadores Luiz Henrique Eloy Amado e Augusto Ventura dos Santos (2014) destacam que o estado do Mato Grosso do Sul tem a maior quantidade de acadêmicos indígenas do Brasil, sendo o número de Terena, bastante significativo.

A historiadora Terena Devane Alves Gabriel destacou a postura e as expectativas dos coletivos Terena em relação à inserção acadêmica:

O acadêmico, ao iniciar sua carreira estudantil na universidade é apoiado por toda a comunidade indígena, sendo que, esta comunidade de origem aguarda pelo seu retorno contribuindo com subsídios de conhecimentos científicos adquiridos na academia para serem trabalhados juntos com a comunidade. Sendo este o objetivo maior em sua ida às instituições, para dar contribuições ao regressar e assim trabalharem em conjunto com as nossas “lideranças tradicionais”. Nós enquanto acadêmicos, somos postos como a nova liderança de letrados e aptos a defender a comunidade e seus direitos, independente do tempo e espaço, o compromisso é esse: a defesa de nossos direitos (GABRIEL, 2015, p. 158).

É possível perceber, portanto, que se espera dessas novas lideranças algumas características que já eram valorizadas para as lideranças tradicionais: a capacidade de articular parceiros externos e mediar situações de conflito. Nesse sentido, os Terena que passaram pelas universidades tendem a fazer a intermediação entre as comunidades e os *purutuya* com mais facilidade que as lideranças mais velhas. Isso ocorre porque a sociedade não indígena exige cada vez mais o domínio da educação formal a que esses jovens têm acesso. É significativo que nas Assembleias Terena, os organizadores cobram constantemente a presença e o envolvimento dos professores e dos acadêmicos Terena de todas as áreas.

Também percebi que existe incentivo por parte das lideranças Terena para que os acadêmicos assumam na universidade uma postura de afirmação étnica e de defesa dos direitos indígenas. A já citada historiadora Devane Gabriel (da aldeia Buriti) em mais de uma ocasião durante a realização de sua graduação em História na UCDB fez questão de, durante os debates em sala de aula, falar a respeito da história dos Terena, da trajetória dos movimentos indígenas, da importância da afirmação de sua identidade étnica e dos direitos indígenas.

Ainda a esse respeito, destaco uma ocasião em que outra acadêmica Terena da aldeia Buriti, estudante de História na mesma universidade, apresentou em conjunto com seus colegas *purutuya* uma encenação sobre a chegada de Pedro Álvares Cabral ao Brasil, em 1500. Ela e outros Terena (que não faziam parte da turma, mas, foram convidados a participar), representavam os indígenas do litoral brasileiro. Os colegas não índios representavam os portugueses. Os indígenas estavam com pinturas e trajes terena tradicionais e os colegas com trajes que remetiam aos europeus dos séculos XV-XVI. Embora a peça representasse o período colonial, conteúdo da disciplina de História do Brasil I, o cenário tinha uma faixa com os dizeres “Não à PEC 215”, em alusão aos problemas atuais para o reconhecimento das terras indígenas. Posteriormente, soube-se ter sido uma sugestão das lideranças da aldeia que viram no evento uma oportunidade para chamar a atenção da comunidade acadêmica para as suas demandas. A atividade foi realizada em um dos

anfiteatros da universidade e contou com a presença de acadêmicos e professores de vários cursos.

A inserção dos Terena em diversos espaços da sociedade não indígena é consequência da abertura terena para a exterioridade, como forma de reprodução do seu *ethos*. E, concomitantemente, atende à necessidade de conhecer os trâmites legais para a garantia de direitos.

A professora Terena Edineide Bernardo Faria, da Terra Indígena Buriti, sobre a atuação dos professores na Retomada, destaca em entrevista analisada por Vargas (2011a):

Até pelo fato que aquela vez, não que a gente desistiu, mas terem saído daquela terra que a gente estava lá na fazenda, pelo fato que os professores chegaram e falaram: nós não temos força não adianta ficar insistindo, porque vai acabar em morte e a gente não quer que isso aconteça e vamos voltar para a aldeia, vamos ficar lá e vamos esperar até o julgamento [decisão sobre as terras em questão]. É a melhor coisa que a gente faz porque se a gente ficar aqui pressionando, vai causar mais violência do que já causou. Então foi assim uma questão de conversa e aí tem os professores que realmente tem suas reuniões com o Cacique e assim se faz. Aí às vezes ele consulta para fazer essas retomadas [de terras] ou às vezes ele vem com ideias aí fala nós vamos tal dia aí vai fazer isso e aquilo os professores devem ir. (Edineide Bernardo Farias, *apud*, VARGAS, 2011a, p. 138).

É perceptível que essas lideranças mais novas, por conhecerem melhor os processos burocráticos da sociedade não indígena, auxiliam as lideranças ditas tradicionais a perceber os momentos mais propícios às ocupações e a outras ações ditas de desobediência civil; e os momentos mais propícios à negociação.

A inserção nas universidades e em outros espaços antes ocupados somente pelos *purutuya* não eliminou outras formas de atuação dos Terena na luta pela terra. Ao invés disso, esse momento chamado por Miranda (2006) de tempo do Despertar, está pautado também pela atuação *guerreira*, isto é, por ações de enfrentamento aberto ao Estado no sentido de reivindicar a garantia de seus direitos.

O contato entre essas diversas lideranças ocorre não somente nas aldeias, mas também nos próprios espaços acadêmicos. A presença dos acadêmicos indígenas e as próprias mudanças no campo teórico das diversas áreas, proporcionaram uma aproximação entre as comunidades indígenas e as universidades. Dessa forma, é cada vez mais comum a participação de anciões, caciques, rezadores e outras lideranças nos eventos acadêmicos. Exemplo disso é o encontro entre duas importantes lideranças terena: o advogado Luiz Henrique Eloy Amado e Lindomar Ferreira, liderança da retomada da Terra Indígena Cachoeirinha.

Luiz nasceu na aldeia Ipegue (Terra Indígena Taunay/Ipegue), em Aquidauana. Cursou direito na UCDB e é advogado de várias comunidades Terena e Guarani-Kaiowá. Lindomar nasceu na Terra Indígena Cachoeirinha, na qual foi cacique da aldeia Argola. Em 2010 os dois se conheceram no Encontro de Acadêmicos Indígenas de Mato Grosso do Sul, realizado em Dourados. Lindomar era então liderança da comunidade *Tumuné Kalivono* (futuro da criança), que havia sido despejada recentemente de uma área de retomada (Fazenda Petrópolis). Ele havia sido convidado para o evento pela coordenação do Rede de Saberes (projeto de apoio à permanência indígena no Ensino Superior). Durante sua fala no evento, Lindomar solicitou apoio dos estudantes indígenas nas ações de retomada. A partir daí, Luiz passou a acompanhá-lo nas reuniões com outras lideranças. Aos poucos esses encontros resultaram na organização da primeira Assembleia do Povo Terena (*Hánaiti Ho'únevo Têrenoe*), realizada em 2012 (AMADO; SANTOS, 2014).

Outro exemplo importante das relações entre as lideranças mais velhas e os mais jovens, é evidenciado na fala do professor Terena e atual vereador Éder Alcântara de Oliveira: “Ali [nos acampamentos das áreas retomadas] é o momento que você tá sentando que você escuta cada conversa contada pelos anciãos que ali estão, de que ‘ah, esse fazendeiro aqui não deixava nós entrarmos aqui. Tá vendo aquele açude ali, nós não podíamos pescar ali, eles atiravam em nós”” (Éder Alcântara de Oliveira, *apud* XIMENES, 2011, p. 119). Fica clara novamente a importância da memória no contexto da reivindicação territorial. As Retomadas constituem-se como espaços de acionamento da memória e dos modos próprios de viver.

No próximo capítulo serão abordadas as estratégias adotadas pelos Terena no contexto atual da luta pela terra, perpassando as articulações dos Terena entre si, com indígenas de outras etnias do Mato Grosso do Sul e do Brasil e com os apoiadores não índios.



## **CAPÍTULO 5**

# **ESTRATÉGIAS GUERREIRAS E DIPLOMÁTICAS NA LUTA PELA TERRA: desafios e alternativas contemporâneas**

O povo Terena renova o seu compromisso de continuar lutando por seus direitos juntamente com todos os povos indígenas do Brasil. [...] Ressaltamos que na constituinte de 1988 os nossos antepassados participaram ativamente para garantir os artigos 231 e 232 da Constituição Federal, e hoje, após 26 anos, reafirmamos que estamos prontos para lutar pela garantia desses direitos (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 09 de maio de 2015).

A proposta para este capítulo é apresentar as estratégias utilizadas pelos Terena no contexto das Retomadas, pontuando novamente as estratégias diplomáticas e guerreiras (que permearam a trajetória histórica terena) mas que, nessa conjuntura estão acrescidas de elementos característicos do final do século XX e início do século XXI, a saber as novas configurações do movimento indígena, tanto em nível regional, quanto em nível nacional, a conjuntura política nacional e regional, o esgotamento de inúmeras formas de reivindicação territorial pelos povos indígenas, e a emergência de novos meios de comunicação com destaque para a *internet* e para as redes sociais.

Antes de passarmos à temática abordada no capítulo, é importante pontuar algumas questões em relação às fontes utilizadas nesta parte da pesquisa. Foram analisadas além das fontes orais e dos materiais da imprensa, já empregados em outros capítulos, os documentos finais das Assembleias Terena e as publicações em redes sociais da *internet*: textos, imagens e vídeos produzidos pelos próprios Terena e veiculados em uma página administrada por eles.

Quanto ao material audiovisual, são úteis os apontamentos de Marcos Napolitano (2005, p. 253), considerando que “o campo de produção conhecido genericamente como ‘vídeo independente’ oferece ampla área de pesquisa para o historiador”. Conforme o autor, esses materiais são em geral produzidos pelos movimentos sociais urbanos e rurais que procuram registrar suas ações políticas e institucionais:

[...] constituindo-se num importante material de memória de lutas sociais e políticas que pode se transformar em documento histórico extremamente fecundo. Ato público, passeatas, greves, assembleias, experiências educacionais e culturais, o cotidiano de militantes conhecidos e atores anônimos desses movimentos tem sido objeto constante de registros videográficos, realizados muitas vezes pelos próprios movimentos ou por produtores simpatizantes. Esse tipo de fonte audiovisual oferece ao pesquisador um olhar diferenciado da imprensa televisiva, constituindo uma espécie de discurso audiovisual interno aos movimentos, livre de certos vícios ideológicos liberais, quase sempre hegemônicos do discurso da televisão comercial. Não se trata de decidir qual a fonte mais “verdadeira”, mas ampliar o escopo documental na abordagem dos processos e fenômenos sociais estudados pelo historiador (NAPOLITANO, 2005, p. 253).

As imagens foram amplamente utilizadas, sendo todas de caráter público, algumas produzidas e divulgadas pelo movimento indígena, outras produzidas e divulgadas por órgãos da imprensa. A historiadora Ana Maria Mauad (2013), pontua que uma fotografia “se torna pública para cumprir uma função política, que garante a transmissão de uma mensagem para dar visibilidade às estratégias de poder, ou ainda, às disputas de poder” (MAUAD, 2013, p. 13).

Constrói-se assim, a partir de inúmeras imagens, uma memória pública que registra e projeta versões de um processo ou acontecimento histórico. Entretanto, é sempre forçoso

lembrar que a fotografia é um recorte do real, é um corte no fluxo do tempo, o congelamento de um momento separado da sucessão dos demais acontecimentos. Além disso, como destaca Mauad (2013, p. 12), é um fragmento escolhido pelo fotógrafo “pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido, da luminosidade, da forma, etc”.

Charles Monteiro (2012, p. 13), define a fotografia como uma “convenção do olhar e uma linguagem de representação e expressão de um olhar sobre o mundo”. O autor destaca o caráter ambíguo dessas imagens, que possuem uma natureza técnica, mas também são passíveis de múltiplas interpretações, de acordo com o meio em que circulam e com o olhar que as contempla. Dessa forma, as imagens utilizadas na tese são compreendidas como recortes selecionados/construídos a partir de determinadas situações históricas e divulgados com objetivos sociais e políticos definidos pelos agentes que as produzem e/ou veiculam.

## **5.1 Articulações dos guerreiros em rede/nas redes**

Neste item serão abordadas as relações entre os Terenas e os interlocutores de outras áreas indígenas e não indígenas envolvidos nas questões territoriais (aliados ou não) – órgãos e autoridades governamentais, instituições aliadas, agências da mídia, proprietários rurais.

O conceito de *redes* está sendo empregado com dupla conotação. A primeira, ressaltando, que a questão das demarcações de terras indígenas está imersa em um contexto muito mais amplo e que envolve interesses econômicos e políticos da sociedade não indígena, o que por vezes, resulta na morosidade para a solução do problema.

A segunda, destacando que essas *redes* podem ser tecidas a partir de variados caminhos: nas próprias aldeias, nas universidades, nos órgãos públicos e na *rede* mundial de computadores. Ou seja, este capítulo também se propõe a compreender a utilização das redes sociais para organização, articulação e divulgação das reivindicações e demandas dos Terena.

Nesse sentido, também será enfatizado o protagonismo indígena na busca por apoiadores externos. O objetivo é perceber quais são as lideranças terena que mais se relacionam com esses interlocutores e como isso se enquadra nas suas estratégias de Retomada.

O tema será abordado sob a perspectiva do conceito de *redes*, trabalhado por Bruno Latour (1994), no livro *Jamais Fomos Moderno: ensaio de Antropologia simétrica*, e por Dominique Gallois (2005) no livro *Rede de Relações*. Para Latour (1994, p.9) “nosso meio de

transporte é a noção de tradução ou de rede. Mais flexível que a noção de sistema, mais histórica que a de estrutura, mais empírica que a de complexidade, a rede é fio de Ariadne destas histórias confusas”. Gallois (2005), afirma que por meio das redes é possível mediar esferas tomadas como separadas.

Nesse sentido, os Terena mobilizam uma rede de parentes no interior das terras indígenas, mas também fora delas, a partir de lideranças diversas. Nessa mobilização estão envolvidas questões políticas internas, se pensarmos na articulação feita a partir dos *troncos*. Mas envolvem também as motivações simbólicas, sociais e econômicas que suscitam a necessidade da reivindicação territorial.

De outro ângulo, essas relações se dão no contexto extra-aldeia. Os próprios laços de parentesco envolvem famílias de aldeias e Terras Indígenas diferentes, ampliando a rede de apoiadores. Os Terena que tem maior acesso aos espaços da sociedade não indígena, como estudantes, egressos de universidades, funcionários públicos etc., ampliam a rede de aliados entre os não indígenas. Nesse caso, podem estar implicadas questões políticas, tanto dos Terena quanto dos *purutuya*. Esses são apenas alguns exemplos dos desdobramentos em rede das ações de Retomada. Elas perpassam as esferas sociais, étnicas, políticas, econômicas etc., em que estão imbricadas.

Conforme pontuado, o movimento indígena tem se articulado, visando o fortalecimento das lutas locais e nacionais. Gersem Luciano Baniwa, parafraseando Daniel Mundurucu explica que:

[...] no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer *índios em movimento*. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve o seu movimento (LUCIANO, 2006, p. 58).

Portanto, como foi possível perceber em algumas reportagens mencionadas no capítulo anterior, há ações realizadas de forma articulada entre grupos indígenas de diferentes locais. Essa articulação, não tira a autonomia de cada coletivo para organizar sua luta, mas, os fortalece nas demandas comuns.

Dentre as ações feitas em conjunto por índios de diferentes Terras Indígenas e etnias, é importante retomar o exemplo da reunião na aldeia Mãe Terra (retomada pelos Terena da Terra Indígena Cachoeirinha) realizada em abril de 2009. O evento reuniu além dos Terena, índios Guarani Kaiowá, para discutir os problemas territoriais enfrentados por ambos os

povos em Mato Grosso do Sul. A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, participou dos debates (INDÍGENAS, *Cimi*, 18 de abril de 2009).

Em 2011 foi realizado o 1º Encontro de Acampamentos Indígenas, reunindo os Guarani, os Kaiowá e os Terena no *tekohá* Itay, município de Douradina. Ao final foi publicada uma carta em que eles demonstraram sua “insatisfação com a maneira como o Estado desrespeita a legislação que garante a demarcação dos territórios indígenas” (CRESPE, 2015, p. 164).

A morte do Terena Oziel Gabriel também mobilizou indígenas de várias etnias, além de outros movimentos sociais, estudantes, ONGs e outros apoiadores não indígenas. Apenas para citar um exemplo, no dia 04 de junho de 2013, cerca de 300 pessoas participaram de uma marcha na BR 163 entre o distrito de Anhanduí e a cidade de Campo Grande, como pode ser observado na figura 17, que apresenta diversos manifestantes carregando bandeiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (MANIFESTANTES, *G1*, 04 de junho de 2013).

**Figura 17** – Marcha com indígenas e integrantes do MST



Fonte: *G1* MS, 04 de junho de 2013. Créditos: Fabiano Arruda.

As redes sociais (*Facebook, Whats App, You Tube* etc.) passaram a ser constantemente utilizadas pelos Terena na tentativa de divulgar suas demandas, suas reivindicações e mesmo as ameaças e violências sofridas. Nesse sentido, a *internet* foi percebida como forma de atrair simpatizantes e apoiadores não indígenas e mesmo mobilizar e articular os próprios indígenas. O uso desse tipo de tecnologia, algumas vezes foi utilizado para desqualificar ou colocar em dúvida a indianidade dos usuários, sob a velha alegação de que isso não faz parte da cultura indígena. Em outros casos, a autoria foi contestada com a afirmação de que os índios não seriam capazes desse tipo de articulação.

O antropólogo Marshall Sahlins (2007, p. 446), sobre as ilhas Sandwich, destacou que há situações em que os nativos “se apropriaram das mercadorias ocidentais para seus próprios projetos hegemônicos”. Nesse sentido, é possível pensar que os Terena utilizam diversos instrumentos/mecanismos e instituições fornecidos pelos não índios para alcançar objetivos próprios. É o caso do trabalho nas cidades, nos órgãos públicos (incluindo SPI/FUNAI), do ingresso nas universidades, na vida político-partidária e da utilização da *internet* e das redes sociais para mobilização/articulação do movimento indígena.

Ainda de acordo com Sahlins (2007, 448) a “continuidade cultural” frequentemente, se constitui na “lógica da mudança cultural” e, há mudanças culturais que se transformam em formas de “resistência política”. Nessa perspectiva, é possível inserir as mudanças culturais terena, de que tratamos neste estudo: sejam as mudanças do período colonial, a partir do contato com os não indígenas, ou o contato com os Guaicuru; sejam as transformações que os coletivos terena protagonizaram na situação de Reserva ou, contemporaneamente, nas atuais Retomadas de terra.

Luiz Henrique Eloy Amado, enquanto participante do movimento indígena, explicou a importância das redes sociais para as articulações no Mato Grosso do Sul:

O *Facebook* foi fundamental. O Tônico [Benites] falou lá no Rio [em evento no Rio de Janeiro]: “se não fosse o *facebook* hoje os guarani estaria morto”. Lembra da carta Pyelito Kue<sup>1</sup>? Então! O Face a gente tem utilizado muito. Tem uma página, Resistência do Povo Terena, que quem cuida é uma pessoa do Conselho Terena. Tem o aval das lideranças, então o que é postado ali tem base no Conselho. Mas agora nós vamos criar um blog, uma página do Conselho Terena. Onde nós vamos disponibilizar todas as cartas finais, os documentos finais, os vídeos das principais lideranças. E, a gente tem vontade de ter uma assessoria de comunicação, mas isso no futuro... Mas a gente vê como muito positivo isso, no sentido de você dar

---

<sup>1</sup> Trata-se de uma carta escrita pelos Kaiowá Guarani de Pyelito Kue em 2012, na qual questionavam uma decisão judicial de reintegração de posse do fazendeiro na área em que estavam. A carta foi publicada na página do *Facebook* do Conselho *Aty Guassu* e teve ampla repercussão.

visibilidade. É uma coisa instantânea. Você jogou ali, muitas pessoas já estão compartilhando, já estão sabendo. Então é uma coisa que a gente tem usado muito a nosso favor, e quer utilizar mais e mais com certeza. E mesmo as lideranças que não sabem mexer, elas já falam: “Ah, doutor, bota isso lá.” Eles não sabem mexer, mas sabem pra que serve. Sabe o efeito que tem. Então isso não é uma opinião só minha que já sou um Terena que sabe mexer com as tecnologias, mas também é uma opinião de uma liderança tradicional, que não sabe o que é, mas sabe que tem um efeito positivo. Tanto é que falam: “grava aí e manda”. Então é uma coisa que a gente tem usado e vai continuar usando com certeza (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Assim, mesmo os Terena que não têm familiaridade com esses recursos da *internet*, já conhecem o seu potencial e incentivam sua utilização em favor das demandas indígenas. A página no *Facebook*, mencionada por Luiz, *Resistência do Povo Terena* foi criada em 2013 e no campo reservado para a descrição dos seus objetivos consta: “O Povo Terena está de pé em defesa de seus direitos contra a repressão imposta aos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul”. Até janeiro de 2015 a página tinha 13.310 curtidas, o que significa que as postagens aparecem no painel de notícias das pessoas que curtiram. Em dezembro de 2016, o número de curtidas na página já era de 14.283.

As publicações dizem respeito às questões regionais da luta pela terra, pela educação diferenciada, pela assistência à saúde. Mas também têm informações e críticas sobre questões nacionais que afetam os povos indígenas. São comuns as denúncias dos atentados praticados contra os índios (como os que foram descritos no capítulo anterior). Dessa forma, o *Facebook* é utilizado como uma alternativa aos jornais da grande mídia.

A maioria das postagens são de fotos, ou fotos acompanhadas de texto, o que potencializa o alcance da mensagem que desejam transmitir. As imagens e frases de efeito (curtas) são mais eficientes para chamar a atenção dos demais internautas. Os Terena e outros grupos indígenas não têm os mesmos recursos econômicos e midiáticos de que dispõem aqueles que se posicionam contra as demarcações, mas, a página *Resistência do Povo Terena*, bem como as postagens em páginas pessoais, demonstram que eles se apropriaram de forma hábil de meios alternativos de divulgação de suas demandas. A seguir, na figura 18, um exemplo da repercussão que as postagens podem ter:

**Figura 18** – Crítica aos políticos de Mato Grosso do Sul



Fonte: Facebook Resistência do Povo Terena, 12 de setembro de 2013.

Como pode ser percebido na figura 18, a postagem faz uma crítica aos políticos de Mato Grosso do Sul, destacando o então governador André Puccinelli/PMDB que “tem investido contra a demarcação das terras indígenas”. A postagem destaca que os conflitos fundiários no estado são históricos e resultam da omissão do poder público. A imagem de diversos políticos reunidos em torno de uma mesa, traz uma inscrição que resume o texto: “são contra os índios [sic.]”. A postagem teve 88 curtidas (que são um sinal de aprovação), 304 compartilhamentos (ou seja, foram replicadas no mínimo outras 304 vezes) e 17 comentários, apoiando as críticas.

Outra postagem bastante compartilhada foi sobre uma manifestação dos indígenas em Brasília, contra a PEC nº 215/2000, em dezembro de 2014 (figura 19). No texto da postagem, os indígenas denunciam a repressão policial. A fotografia mostra diversos indígenas deitados no chão, e vários policiais posicionados em pé atrás dos manifestantes. A publicação recebeu 323 curtidas, teve 511 compartilhamentos e foi comentada por 25 pessoas. Evidentemente cada uma dessas ações (curtir, comentar e compartilhar) multiplica o alcance da imagem e do texto postados, uma vez que a publicação passa a ser visível também para a rede de *amigos virtuais* das pessoas que efetuaram essas ações. Foram utilizadas expressões de efeito como “parlamentares das trevas” e “PEC do demônio”, remetendo à já citada PEC nº 215/2000 e



aos membros do legislativo favoráveis a ela. O texto pede solidariedade aos indígenas e afirma que eles estão decididos a lutar por seus direitos.

**Figura 19** – Postagem sobre manifestação em Brasília



Fonte: Facebook *Resistência do Povo Terena*, 16 de dezembro de 2014.

Dentre as pessoas que comentaram essas e outras postagens estão indígenas e *purutuya*. A maioria dos comentários na página são favoráveis aos Terena, o que pode ser explicado pela própria dinâmica do *Facebook*. Em geral, quando um internauta curte determinada página, ele o faz porque concorda com o teor dos materiais veiculados por ela. Mas, vez por outra, surgem comentários contrários, como será demonstrado posteriormente. Também é significativa a movimentação das páginas pessoais dos Terena, que, entretanto, não foram utilizadas na pesquisa.

A imagem de capa da página *Resistência do Povo Terena* (figura 20) utilizada no início de 2016 faz parte de uma campanha de boicote à exportação de produtos do agronegócio sul-mato-grossense, articulada pelos indígenas de Mato Grosso do Sul e por alguns apoiadores (notadamente o Cimi). A campanha foi organizada após ter início a CPI do Cimi (que visava responsabilizar o referido órgão pelas ocupações de terra por indígenas no Mato Grosso do Sul).

Figura 20 – Imagem de capa da página do Facebook *Resistência do Povo Terena*

# EUROPA

A carne de Mato Grosso do Sul tem sangue de anciãos indígenas.



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 05 de janeiro de 2016.

A figura 20 apresenta o rosto de um ancião indígena sobreposto em um pedaço de carne bovina, com sangue em volta. Vê-se ainda um selo com código de barras e a inscrição: “Produzido no Mato Grosso do Sul – Brasil”. O título reforça a imagem: “Europa. A carne de Mato Grosso do Sul tem sangue de anciãos indígenas”.

Outros cartazes da mesma campanha foram compartilhados na página *Resistência do Povo Terena*. Destaca-se o compartilhamento de uma postagem da página *Frente em Defesa dos Povos Indígenas*. Essas imagens associam as violências praticadas contra os indígenas à produção de biodiesel (figura 21), açúcar (figura 22) e soja (figura 23), produtos do agronegócio sul-mato-grossense, por vezes produzidos em terras de ocupação tradicional indígena.

Figura 21 – Campanha de boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul  
**O biodiesel de Mato Grosso do Sul tem sangue de lideranças indígenas.**



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 28 de outubro de 2015.

**Figura 22** – Campanha de boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul  
**A cana-de-açúcar de Mato Grosso do Sul tem sangue de crianças indígenas.**



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 28 de outubro de 2015.

**Figura 23** – Campanha de boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul  
**A soja de Mato Grosso do Sul tem sangue de crianças indígenas.**



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 28 de outubro de 2015.

A postagem (figuras 21, 22 e 23), com 39 curtidas, contém ainda um texto elencando as diversas violações de direitos praticadas contra os indígenas no Mato Grosso do Sul, do qual se destaca o fragmento:

**Não ao Genocídio dos Povos Indígenas.**

Porque pedimos o embargo/boicote aos produtos do agronegócio de Mato Grosso do Sul:

- Mato Grosso do Sul tem a segunda maior população indígena do Brasil, cerca de

77 mil pessoas, e é palco das maiores e mais graves violações de Direitos Humanos do Brasil e do mundo: casos de tortura, estupros, espancamentos, ataques armados e assassinatos, praticados por milícias de jagunços e organizações paramilitares, contratadas por fazendeiros, além dos altos índices de desnutrição e suicídios. Está em curso um verdadeiro genocídio, especialmente do povo Guarani-Kaiowá.

- Nos últimos 12 anos, foram registrados mais de 400 homicídios. O Estado concentra mais de 60% dos casos de assassinatos de indígenas do país e mais de 700 suicídios. Em 2010, por exemplo, a taxa de homicídios na aldeia Guarani-kaiowá do município de Dourados, é maior do que a registrada no Iraque. Conforme já anunciou o antropólogo, Eduardo Viveiros de Castro, temos aqui uma verdadeira Faixa de Gaza. Se no Iraque a proporção é de 93 assassinatos para cada 100 mil pessoas, na aldeia de Dourados é de 145 assassinatos, 495% maior do que a média nacional. Atualmente os dados comprovam que as estatísticas são: um homicídio a cada 12 dias e um suicídio a cada 7 dias.

- Apenas em 2014 o Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil, publicado pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI), registrou 138 casos de assassinatos e 135 casos de suicídios no país, sendo que destes 41 assassinatos e 48 suicídios aconteceram no Mato Grosso do Sul. Os dados também revelam um severo aumento das mortes por desassistência à saúde, mortalidade na infância, invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais, omissão e morosidade na regularização das terras indígenas.

- Nos últimos 60 dias, foram registrados mais de quinze ataques contra cinco comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul, promovidos por fazendeiros, suas milícias armadas e, de acordo com denúncias dos indígenas, sob proteção de aparato policial do Estado. Além da morte do líder indígena, Simeão Vilhalva, no Tekoha Nanderu Marangatu, no município de Antônio João, esses ataques deixaram três indígenas baleados por arma de fogo, dois jovens desaparecidos, que podem estar mortos, vários feridos por balas de borracha e dezenas de torturados e espancados, inclusive, crianças, mulheres e idosos. Chegamos ao ponto de, conforme denunciam os indígenas, um boi no pasto tem mais valor do que a vida de uma criança indígena (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 28 de outubro de 2015).

O texto cita documentos legais como a Constituição Federal de 1988, a Convenção para a prevenção e a repressão do crime de genocídio (1948) e o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos das Nações Unidas (1966). Explica ainda que a campanha, protagonizada pelo Conselho do Povo Terena e pelo Conselho *Aty Guassu*, do Povo Guarani-Kaiowá, foi inspirada nos movimentos de não violência indiano, liderado por Gandhi, de *antiapartheid*, liderado por Nelson Mandela, e dos trabalhadores rurais nas plantações de uva nos Estados Unidos, liderado por César Chavez. O texto aponta os fatores determinantes para a continuidade do quadro de violações dos direitos dos indígenas:

- A violência contra os povos indígenas e o genocídio em curso está vinculada a três fatores que se relacionam:

1. A violação dos direitos individuais e coletivos está intrinsecamente ligada ao processo histórico de colonização e ocupação do Mato Grosso do Sul e ao modelo econômico que foi escolhido pelo Estado brasileiro, o qual foi implantado à base da violência, do confinamento dos povos originários e do desrespeito aos seus direitos fundamentais. Sem cumprir as determinações constitucionais e tratados internacionais dos quais é signatário, mantendo-se omissos na demarcação e homologação das terras indígenas, não assegurando direitos humanos e territoriais dos povos originários, o governo brasileiro se tornou o principal responsável por esta realidade de violência. Em Mato Grosso do Sul são mais de 50 áreas em

situação de conflito, aguardando demarcação e homologação das terras, conforme determina a Constituição Federal. Enquanto o rebanho bovino de Mato Grosso do Sul ocupa 23 milhões de hectares de terra, a etnia Guarani-Kaiowá, é constituída por 45 mil pessoas e ocupa apenas 30 mil hectares de suas terras tradicionais. Se todas as áreas reivindicadas, por eles, como territórios indígenas, forem demarcadas, elas representarão cerca de apenas 2% da área total do estado.

2. A atuação institucional e organizada dos ruralistas que, por meio das suas instituições classe, tem estimulado o enfrentamento aos povos indígenas. A gravidade da situação chegou ao ponto de, acintosamente, em 2013, a Acrisol e a Famasul anunciarem e realizarem o “Leilão da Resistência” para arrecadar recursos para este tipo de enfrentamento, o qual contou com a participação de fazendeiros e políticos. Ação que mereceu repúdio internacional e cujos recursos financeiros arrecadados foram embargados judicialmente, graças à luta dos movimentos sociais organizados.

3. A impunidade é outro elemento central na perpetuação da violência e do genocídio. Executores de homicídios, de ataques, de casos de tortura, estupro e espancamentos, bem como os seus mandantes, raramente são identificados e, sequer, vão para os bancos dos réus, prevalecendo à impunidade. Se por um lado a impunidade reina para os que massacram os povos indígenas, por outro há uma tentativa de criminalizar as entidades indigenistas e as lideranças indígenas, por meio de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 28 de outubro de 2015).

O texto é assinado por cerca de cem entidades e grupos, evidenciando as articulações dos povos indígenas do Mato Grosso do Sul com apoiadores não indígenas no estado, com apoiadores indígenas em outros estados do país e apoiadores não indígenas no restante do Brasil e até no exterior.

#### ASSINAMOS:

Via Campesina do Brasil, Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros – PAD, MST, Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, CIMI, Central Única dos Trabalhadores de Mato Grosso do Sul – CUT, Associação Brasileira de Antropologia – ABA, Rede de Profissionais em Antropologia – PROA, CDDH Marçal de Souza Tupã, APIB, Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI, Comunità di S. Francesco Saverio (Trento - Itália), Cáritas Brasileira, Coordenadoria Ecumênica de Serviço – CESE, Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil – CONIC, Movimento Nacional de Direitos Humanos – MNDH, Central Brasileira de Associações e Jornalistas Sem Fronteira, Fundação Luterana de Diaconia – FLD, Marcha Mundial de Mulheres, Plataforma de Direitos Humanos Dhesca Brasil, Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, Vivat International, Rede de Juventude Indígena/REJUIND, Comissão Nacional de Juventude Indígena/CNJI, Fórum Mudanças Climática e Justiça Social, Comissão Pastoral da Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores/MPA, Tribunal Popular da Terra – TPT, Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale S.A., CEBI – Centro de Estudos Bíblicos, Blog Amazônia em Foco, O RUA – Juventude Anticapitalista, Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, Associação Ambiental Voz da Natureza (ES), Coletivo Terra Vermelha, Teatro Imaginário Maracangalha, Coletivo Papo de Rua, Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais do Brasil, PSTU/MS, CSP – Conlutas, Aliança Nacional dos Estudantes Livres – ANEL, Coletivo Detona, Coletivo VDL, Sintes/MS, UMAM/CG, FBOMS, APOINME, Alternativa Terrazul, RBJA, Instituto de Pesquisa e Formação Indígena – Iepé, Centro de Trabalho Indigenista – CTI, Associação de Conservação Ambiental Orgânica - ACAÓ, Movimento de Apoio aos Povos Indígenas – MAPI, Conselho de Gestão Ka'apor, Associação Ka'apor Ta Hury do Rio Gurupi, Conselho das Aldeias da TI Alto



Turiaçu, Instituto Internacional de Educação do Brasil, Uma Gotinha no Oceano, Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul – Arpinsul, Instituto Sociedade, População e Natureza – ISPN, Instituto de Estudos Socioeconômicos – INESC, Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM, Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – Cedefes, Associação BEM TE VI Diversidade, Serviços SVD de JUPIC, Serviço Interfranciscano de Justiça, paz e ecologia – Sinfrajupe, RBJA, Ação Franciscana de Ecologia e Solidariedade – AFES, Núcleo de Investigações em Justiça Ambiental (NINJA) da Universidade Federal de São João del-Rei, Fórum dos Atingidos pela Indústria do Petróleo e Petroquímica nas Cercanias da Baía de Guanabara - FAPP-BG, Associação Movimento Paulo Jackson – Ética, Justiça, Cidadania (Bahia), Articulação Antinuclear Brasileira (Brasil), AMPJ – Ética, Justiça, Cidadania, IEAB – Igreja Episcopal Anglicana do Brasil, Rede Jubileu Sul Brasil, Comissão Pastoral da Terra Nacional, COMIN – Conselho de Missão entre Povos Indígenas, KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço, IPES – Incubadora Popular de Empreendimentos Solidários, Centro de Defesa de Direitos Humanos Heróis do Jenipapo, Centro de Defesa de Direitos Humanos Tomas Balduino de Atilio Vivacqua – Espírito Santo, Centro de Defesa de Direitos Humanos Nenzinha Machado, Centro de Defesa de Direitos Humanos Elda Regina, Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura do Piauí – CEPCTPI, Comitê Estadual de Educação em Direitos Humanos do Piauí – CEEDHPI, Comissão de Direitos Humanos de Passo Fundo – CDHPF, Fórum de Mulheres de Mercosul/PI, Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular do Acre – CDDHEP, Fundação Instituto Nereu Ramos – Finer – Lages, MNDH-SC, MNDH – RS, CPP – Conselho Pastoral de Pescadores PJR/ TB, Pastoral da Juventude Rural (PJR), Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), CPT – Maranhão, Serviço Pastoral dos Migrantes (SPM), Pastoral da Juventude Rural (PJR), PJR – TB, CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 28 de outubro de 2015).

Não foi possível apurar se a campanha teve algum impacto econômico no agronegócio sul-mato-grossense, entretanto, certamente contribuiu para divulgar os problemas que os indígenas enfrentam no estado, com destaque para as questões que resultam da expropriação de seus territórios tradicionais.

Os povos indígenas do Brasil perceberam que aqueles que se posicionam como adversários também se organizam de forma coletiva, especialmente para tentar mudar a política indigenista e a legislação que rege as demandas territoriais. A tese do marco temporal (uma das condicionantes da demarcação de Raposa/Serra do Sol aplicada à Limão Verde) é percebida como uma ameaça a muitas áreas indígenas em processo de regularização.

A esse respeito, Crespe (2009) pontua que, tanto indígenas quanto proprietários formaram uma extensa rede de aliados para fortalecer seus posicionamentos. Evidentemente que essas redes têm diferentes proporções de influência política, social e econômica. Exemplo da mobilização dos proprietários foi o chamado Leilão da Resistência:

Os fazendeiros contam com apoio de políticos e celebridades, como é o caso da senadora da república pelo PMDB Kátia Abreu [ministra da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no governo Dilma Rousseff, de janeiro de 2015 a maio de 2016]. A senadora esteve presente no MS em 2013, quando fazendeiros do MS e do Paraná

organizaram o “Leilão da Resistência” com objetivo de fazer um fundo para garantir segurança privada nas fazendas. Também esteve em Dourados, durante a feira agropecuária da cidade no ano de 2009, a atriz global Regina Duarte que fez pronunciamento público contrário às “invasões” indígenas e a favor dos fazendeiros do estado (CRESPE, 2015, p. 160).

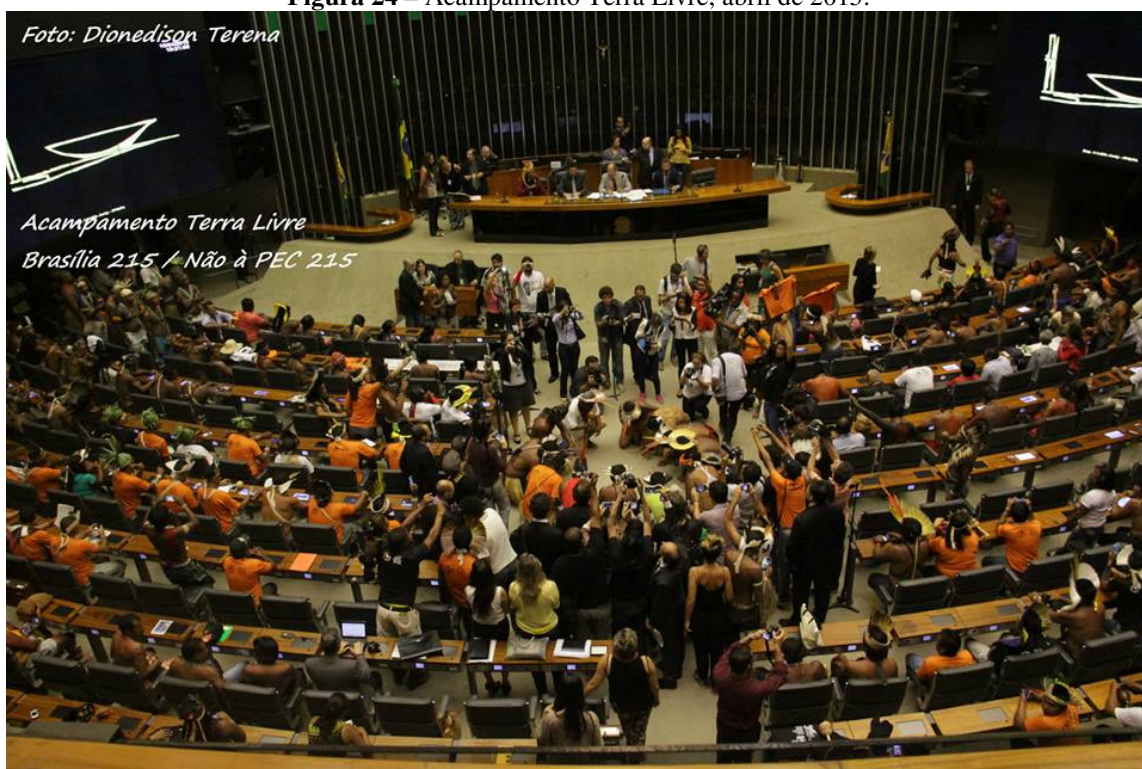
Outra ameaça aos direitos territoriais de inúmeras etnias é a já citada PEC nº 215/2000. O Instituto Socioambiental publicou um relatório sobre o impacto da possível aprovação da PEC e sintetizou suas propostas:

(1) a alteração da sistemática de reconhecimento das Terras Indígenas, transferindo do Executivo ao Legislativo o poder de decisão final sobre as demarcações; (2) a abertura das terras reconhecidas como indígenas a empreendimentos econômicos e atividades de impacto, como aquelas definidas em lei complementar como sendo de relevante interesse público da União (abrindo margem, tal como definido no Projeto de Lei Complementar 2272, à exploração mineral e de potenciais hidrelétricos e à construção de oleodutos, gasodutos, portos, aeroportos, linhas de transmissão de energia, entre outros) e obras de infraestrutura (estradas, ferrovias e hidrovias), bem como assentamentos rurais de não indígenas e atividades agropecuárias, inclusive mediante arrendamento de terras; (3) a vedação à ampliação das Terras Indígenas já demarcadas; (4) inserir a tese do “marco temporal” no texto da Constituição Federal; e (5) aplicar retroativamente as disposições da proposta às Terras Indígenas que estejam sendo objeto de questionamento perante o Poder Judiciário, apesar de já demarcadas e homologadas (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL, 2015, p. 4).

Acrescente-se a essas iniciativas, as CPIs, como a já citada CPI do Cimi, no Mato Grosso do Sul e a CPI da FUNAI e do INCRA, instituída pelo Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, em 28 de outubro de 2015, para apurar supostas irregularidades na demarcação de terras indígenas e quilombolas. Esta última foi encerrada em 19 de agosto de 2016 sem a votação do relatório final e recriada em 30 de agosto de 2016.

Em razão disso, os Terena e outros grupos percebem a articulação, principalmente da bancada que se opõe no Congresso à demarcação dos territórios indígenas, e cada vez mais têm se mobilizado junto a outras etnias. A figura 24, veiculada na página *Resistência do Povo Terena*, é uma fotografia tirada por Dionedson Candido, conhecido como Dionedson Terena. Na imagem há vários indígenas (paramentados com cocares), em uma sala do Congresso. Ao centro da imagem, alguns indígenas estão em círculo com fotógrafos a sua volta, mas não é possível concluir o que estava sendo realizado, se estava sendo entoado algum canto, realizado algum ritual, ou mesmo, se estava sendo proferida alguma fala. A legenda colocada sobre a imagem explica que se trata da mobilização Acampamento Terra Livre – ATL, realizada em 2015 em protesto contra a PEC nº 215/2000.

**Figura 24** – Acampamento Terra Livre, abril de 2015.



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 21 de abril de 2015. Créditos: Dionedison Terena.

Em 2015, outro assassinato mobilizou os indígenas do Mato Grosso do Sul e do Brasil. Em 29 de agosto na área de Retomada Guarani Kaiowá Ñande Ru Marangatu (município de Antônio João-MS), Simião Vilhalva foi encontrado morto a tiros. Nesse dia, proprietários rurais também estavam na área (KLEIN, ISA, 31 de agosto de 2015). Evidentemente o debate entre apoiadores e opositores da demarcação das áreas indígenas se intensificou na mídia e nas instâncias de poder do Estado brasileiro.

O Conselho do Povo Terena publicou na página do *Facebook Resistência do Povo Terena*, uma nota de luto pelos Guarani e Kaiowá. A postagem teve 349 curtidas, 579 compartilhamentos e 25 comentários apoiando a luta dos indígenas.

Mais uma vez as lideranças Terena vem a público denunciar o agrobandidismo que impera em Mato Grosso do Sul com a conveniência das autoridades públicas estadual e federal. Nós lideranças Terena estamos de luto juntamente com o povo Kaiowá e Guarani. A Terra Indígena Ñande Rú Marangatú é território sagrado que há muito tempo vem sendo palco de matança de lideranças indígenas – MARÇAL DE SOUZA TUPÃI em 25 de novembro de 1983; DORVALINO ROCHA em 24 de dezembro de 2005 e SIMIÃO VILHALVA em 29 de agosto de 2015. [...] Nós lideranças Terena reafirmamos que não iremos recuar e continuaremos lutando até o último hectare de território tradicional que nos pertence. Este Estado bandido nega aos povos indígenas o nosso bem maior – nossa TERRA MÃE – e tenta vender ao mundo a falsa realidade de que estamos bem, promovendo jogos indígenas enquanto nossas crianças passam fome e nossos líderes são mortos. Repudiamos e denunciaremos os parlamentares senador Waldemir Moka (PMDB), deputado Federal



Luiz Henrique Mandetta (DEM) e deputada federal Teresa Cristina (PSB), que ao invés de pautarem-se pelo princípio da imparcialidade e legalidade, planejaram e executaram o ataque a comunidade indígena resultando na morte de uma liderança e várias mulheres e crianças feridas. [...] Conclamamos todos os guerreiros Terenas a se juntarem aos Guarani e Kaiowá para concluir a autodemarcação desse Tekohá! E decidimos: Se o governo federal não punir os executantes e mandantes desse homicídio, nós TERENA, vamos dar uma resposta a altura para os ruralistas e iniciar imediatamente a autodemarcação de TODO NOSSO TERRITÓRIO!!! (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 31 de agosto de 2015).

Dentre outras postagens acerca do assassinato, feitas na referida página, destaca-se um vídeo que mostra o corpo de Simião Vilharva sendo carregado por outros indígenas bastante emocionados com o ocorrido. A legenda postada foi a seguinte:

PEDIMOS JUSTIÇA!!

Vídeo mostra corpo do indígena Guarani Kaiowa Semião Vilharva sendo carregado após levar tiro certo no rosto pelo pistoleiro dos fazendeiros na TERRA INDIGENA NHANDERU MARANGATU-MATO GROSSO DO SUL – BRASIL. Assista ao vídeo para compreender o ataque e massacre aos indígenas Guarani Kaiowá ocorrido no dia 29 de agosto de 2015, por volta das 13 horas. Os indígenas foram cercados pelos fazendeiros, policiais e pistoleiros (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 11 de setembro de 2015).

Conforme dados do próprio *Facebook*, o vídeo teve 10 mil visualizações, foi curtido por 164 pessoas, compartilhado por 187 e teve 43 comentários. A maioria das mensagens era de apoio aos indígenas ou de indignação com a violência sofrida por eles. Entretanto, alguns comentários revelaram não só desconhecimento em relação à temática indígena e posicionamentos contrários às reivindicações territoriais, mas também posturas desrespeitosas, preconceituosas e repletas de estereótipos negativos acerca dos indígenas. A seguir, as manifestações de quatro internautas nos comentários da postagem:

Internauta A: Para toda ação, tem uma reação!! É só respeitar o direito de propriedade que não acontece nada!!

Internauta B: Concordo com [Internauta A] toda ação tem uma reação é só não invadir terras documentadas...

Internauta C: Concordo com [Internauta A]. Cada um deve respeitar o espaço do outro. E seguir as regras. Estamos no ano de 2015, e não em 1400 e pouco. Parem com essa idéia de a terra é dos índios. Quando os índios estavam aqui não haviam 200 milhões para ser alimentados. Vamos fazer o que? Deixar todos passando fome? Ou mesmo, todos viverão de caça? Absurdo haver gente com a filosofia tão atrasada. E outra, quantos peões e proprietários de fazenda foram assassinados por índios durante a invasão. Daí morre dois ou três é genocídio? Lalala lula pra vocês

Internauta D: Querem justiça? Vão em busca de um emprego então, um emprego pra gerar renda para si e para a união (embora embolsem grande parte)... Não é justo dizer que a terra é do índio pra não fazer nada, pra ficar sentado o dia todo, tirar uma terra de um produtor, seja agricultor ou pecuarista, que gera um capital enorme, tem muito índio matando fazendeiro por aí e fazendo pior, tá muito longe do Brasil se acertar... enquanto muitos acreditarem em governos sem fundamento, sem compromisso com a população (independente de partido político), enquanto muitos

defenderem mst e outros do gênero, o Brasil continuará caminhando a passos lentos, muito lentos (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 11 de setembro de 2015).

Esses são apenas alguns exemplos de comentários preconceituosos, e que foram, por sua vez, criticados por outros internautas que apontaram as visões distorcidas presentes nessas manifestações. Não reproduzimos outros comentários por não ser esse o foco da pesquisa, mas uma análise dos que foram transcritos evidenciam que a garantia da propriedade privada é colocada como elemento superior a outros direitos (inclusive o direito à vida dos indígenas). A lógica da produtividade capitalista no campo também é utilizada para justificar os ataques aos índios. Os comentários acusam os indígenas de matar não índios e revelam desconhecimento acerca da persistência da violência e das ameaças contra indígenas. E, por fim, os velhos e já conhecidos estereótipos afirmando que os índios não trabalham, são evocados para desqualificar as reivindicações territoriais.

Os ânimos na *internet* e fora dela continuaram tensos e a deputada estadual Mara Caseiro, então do PT do B, propôs a realização da já citada Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar o Cimi, pois na visão da deputada, o órgão manipula e incita os indígenas à ocupação de terras:

Diferentemente do que fazem os indígenas acreditarem, não estamos fazendo nada para prejudicar, não queremos que eles sejam manipulados, e é por isso que precisamos saber da verdade, para que eles tenham terra onde é preciso mais terras, saúde onde precisa de mais saúde, e assim por diante. Não podemos mais deixar que outras pessoas, inclusive de outras nacionalidades, venham aqui para manipular os indígenas. Eles precisam decidir o que eles querem para suas vidas (CASEIRO, s. d.).

Os indígenas por sua vez cobraram dos parlamentares a realização de uma CPI do Genocídio, para apurar a responsabilidade do Estado nas mortes de indígenas no Mato Grosso do Sul. Lindomar Ferreira em reunião com o Ministro da Justiça Eduardo Cardoso, discursou argumentando que as ocupações são fruto da iniciativa dos indígenas. A página *Resistência do Povo Terena* publicou o vídeo do discurso:

Ninguém incita os povos indígenas invadir porque não invadimos as terras. Nós retomamos o nosso território. Não é CIMI que diz para nós o que nós temos que fazer, porque o CIMI existe 40 anos e a luta dos povos indígenas já tem mais de 500 anos, lutando para defender seus territórios. A luta dos povos indígenas é de séculos, impressionante a deputada Mara Caseiro dizer que é preciso abrir CPI contra CIMI em Mato Grosso do Sul, porque os índios são incapazes de escrever a nota que o Conselho do Povo Terena soltou, que o Conselho Aty Guasú soltou (Lindomar Ferreira, vídeo, *Facebook Resistência do Povo Terena*, 03 de outubro de 2015).

Os Terena e indígenas de outras etnias protagonizaram, ao lado de estudantes, sindicalistas, militantes de movimentos sociais e outros apoiadores, ações de protesto na Assembleia Legislativa, como demonstra a figura 25, em que é possível observar indígenas e não indígenas no plenário da Assembleia. A imagem contém cartazes com os dizeres: “Deputados ruralistas, porque vocês perseguem quem luta por justiça e protegem quem mata indígenas?” e “Deputados ruralistas, os guarani perderam suas terras, estão perdendo suas vidas. Não sejam cúmplices desse genocídio”. Ambos são finalizados com “#cpidogenocídio já”. Os cartazes são parte do protesto contra a CPI do Cimi e da cobrança da realização da chamada CPI do Genocídio. O uso da *hashtag*<sup>2</sup> denota que a campanha também foi feita virtualmente, nas redes sociais.

**Figura 25** – Indígenas, representantes da CUT e da FETEMS na Assembleia Legislativa – MS em 07 de outubro de 2015



Fonte: O Estado *online*, 07 de outubro de 2015. Créditos: Mariana Anjos.

A página *Resistência do Povo Terena* foi utilizada para repercutir e discutir a CPI do Cimi, e a CPI da ação/omissão do Estado de MS nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015, a chamada de CPI do Genocídio, criada pelo Ato Administrativo nº 09/15, em virtude das reivindicações dos indígenas e de seus apoiadores.

---

<sup>2</sup> *Hashtags* são compostas pela palavra-chave do assunto antecedida pelo símbolo cerquilha (#). As *hashtags* se tornam *hiperlinks* na *internet*, indexáveis pelos mecanismos de busca. Sendo assim, outros usuários podem clicar nas *hashtags* para ter acesso às publicações que a utilizaram.

Destaca-se que os relatórios das duas CPIs foram desfavoráveis aos indígenas e seus apoiadores. A CPI do Cimi contou com os deputados Mara Caseiro/PSDB como presidente, Marquinhos Trad/PSD como vice-presidente, Paulo Corrêa/PR como relator e os deputados Onevan de Matos/PSDB e Pedro Kemp/PT como membros. O relatório conclui que o Cimi é o responsável pelas reivindicações territoriais dos indígenas e afirma que os produtores rurais são “os grandes prejudicados, as inegáveis vítimas da ilegalidade praticada pelo CIMI” (MATO GROSSO DO SUL, 2016b, p. 211).

Outro trecho do relatório cita os Terena Lindomar Ferreira (T. I. Cachoeirinha), Alberto França Dias (T. I. Buriti), Luiz Henrique Eloy Amado (T. I. Taunay/Ipegue) e o Conselho do Povo Terena:

Lindomar Terena e o Professor Alberto, também no entendimento deste relator, devem ser responsabilizados pelos atos que levaram à invasão de propriedades privadas no Mato Grosso do Sul e também por incitação à violência. Verifica-se que a criação desse suposto conselho terena foi um dos responsáveis pela radicalização dos movimentos e, quando se analisa a sua composição, de membros ligados umbilicalmente ao CIMI, não é tarefa difícil concluir por que motivos isso ocorreu. Lindomar Terena é integrante desse conselho terena que, aparentemente, fala pela etnia em órgãos públicos e demais eventos externos. O mesmo ocorre para o Professor Alberto e também para Luiz Eloy, sendo que em relação a este último já foram tecidas as considerações sobre sua atuação e responsabilidade (MATO GROSSO DO SUL, 2016b, p. 182).

O relatório tenta criminalizar as lideranças indígenas pela sua atuação nas Retomadas, ao passo que contradiz seu principal argumento: o de que os indígenas seriam manipulados pelo Cimi para efetuarem as ocupações de terra.

O deputado Pedro Kemp deu voto contrário ao referido relatório e apresentou outro, concluindo que indígenas e proprietários rurais são vítimas da omissão do Estado em relação à questão territorial. Discorda, portanto, da criminalização do Cimi e das lideranças indígenas:

Por tal razão, como questão preliminar, refutamos a conclusão de restar caracterizado tipificações delituosas em qualquer conduta atribuída aos membros do CIMI, bem como aos indígenas Lindomar Ferreira e Alberto França, por apoiar as retomadas, uma vez que elas não são tipificadas como invasões pelas instâncias jurisdicionais. Portanto, não pode ser considerado crime, conduta com o propósito de prestar qualquer tipo de apoio (KEMP, 2016, s. n., grifos no original).

A CPI da ação/omissão do Estado de MS nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015, teve como presidente o deputado João Grandão/PT, como vice-presidente a deputada Mara Caseiro/PSDB, como relatora a deputada Antonieta Amorim/PMDB e como membros os deputados Paulo Correa/PR e Professor

Rinaldo/PSDB. De acordo com o relatório final, a violência que vitima os povos indígenas não tem raízes diferentes daquela que vitima outros brasileiros:

Inexistem provas materiais e liame jurídico necessário à responsabilização do Estado do Mato Grosso do Sul, motivo pelo qual, concluímos que não há ação ou omissão do Estado nos casos de violência praticados contra povos indígenas no período de 2000 a 2015. Assim concluímos, haja vista que tudo aquilo que restou proporcionado a esta Comissão, e neste aspecto consideramos os depoimentos prestados e as provas documentais apresentadas, não nos levam a crer que há uma ação ou omissão dolosa ou ainda culposa do Estado ao se deparar com os atos de violência praticados contra indígenas. Em primeiro lugar, no que tange à Segurança Pública, não se pode negar que a violência é um mal que assola toda sociedade brasileira considerada de modo amplo, colocando em risco e por vezes vitimando negro, branco, pardo, indígenas, não indígenas e todas as outras raças que formam a miscigenada população de nosso país (MATO GROSSO DO SUL, 2016a, p. 232).

Entretanto, o mesmo relatório aponta que “a maioria dos casos de violência perpetrados contra indígenas nos casos em que tem como autor sujeito não indígena, bem como, os crimes praticados por indígenas contra não indígena, ocorrem no contexto do conflito agrário de demarcação de terras indígenas”. Mas, faz a ressalva de que os parlamentares não acreditam “que a terra isoladamente seja a salvadora de todas as mazelas da população indígena” (MATO GROSSO DO SUL, 2016a, p. 241).

Portanto, embora seja afirmado no relatório que os indígenas estão tão somente à mercê dos mesmos problemas de segurança pública que os demais brasileiros, as disputas de terra figuram como pivô da violência perpetrada contra os índios. Ainda assim, no texto que resultou da CPI, os indígenas são culpabilizados pela violência sofrida ao adotarem as ações de Retomada, como pode ser inferido a partir do fragmento a seguir:

Sabidamente, o atual procedimento de demarcação de terras indígenas e a indenização do proprietário de imóvel rural demarcado são os grandes responsáveis que servem de estopim aos conflitos no campo entre índios e não índios. É evidente que os indígenas, na perseguição de seu direito garantido pelo Art. 231, da Constituição Federal, ao ocuparem as terras com procedimento de demarcação em trâmite antes mesmo de sua regularização, desrespeitam ordens judiciais de reintegração de posse e se colocam em situação de extrema vulnerabilidade. Desta forma, acabam sendo os próprios indígenas as maiores vítimas do conflito agrário em confronto com a Polícia ou com os proprietários rurais (MATO GROSSO DO SUL, 2016a, p. 232).

O presidente da CPI, deputado João Grandão, discordou do citado relatório e apresentou voto separado, pontuando que o estado de Mato Grosso do Sul tem responsabilidades nas violações de direitos dos indígenas entre os anos de 2000 e 2015:

E ainda, no que toca a responsabilidade do Estado de Mato Grosso do Sul, especificamente, devo concluir que este também é responsável solidário pelos fatos apurados durante o transcorrer desta CPI, pois sendo conhecedor dos trágicos acontecimentos em desfavor das populações indígenas, se postou omissivo, agindo de forma conivente com o silencioso e sistemático processo de violação de direitos humanos e sociais em curso neste Estado. Assim sendo, com arrimo nas provas colhidas por esta processante, bem como na tipificação do Artigo 2º da Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio de 1948, que no Brasil foi ratificado pelo Decreto nº 39.822, de 1952 e, sendo reafirmada pela Lei Federal nº 2.889/56, concluo que estamos diante do GENOCÍDIO DOS POVOS ORIGINÁRIOS, habitantes deste território, arraigado de Ação e Omissão do Estado Brasileiro, o que, lamentavelmente, inclui o estado de Mato Grosso do Sul (GRANDÃO, 2016, p. 169).

As CPIs evidenciaram as redes de apoiadores e opositores das reivindicações territoriais dos indígenas no Mato Grosso do Sul. Concomitantemente, os Terena continuaram manifestando-se nas redes sociais acerca dos problemas gerados pela falta de terras.

As publicações em apoio aos Guarani Kaiowá e de denúncias de violências contra estes grupos são constantes na página *Resistência do Povo Terena*, dado o contexto de insegurança frequente nas áreas de Retomada do sul do estado (onde se localizam suas terras de ocupação tradicional). Dentre essas postagens, destacam-se inúmeras fotografias feitas por Dionedson Terena. A figura 26, que teve 61 curtidas, mostra homens, mulheres e crianças indígenas caminhando ao lado de uma cerca, mas não há na publicação informações sobre a área onde ela foi tirada.

**Figura 26 – Indígenas caminhando**



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 12 de janeiro de 2016. Créditos: Dionedson Terena.

O texto que acompanha a imagem compara a situação dos Guarani Kaiowá a dos refugiados cujas solicitações de asilo em países da Europa têm causado repercussão na mídia brasileira e internacional desde o ano de 2015. A fotografia também parece fazer referência a imagens, veiculadas em jornais nacionais e estrangeiros, de refugiados caminhando ao longo de estradas, ladeando cercas nas fronteiras europeias.

A crueldade é que eles são tratados como “refugiados” em sua própria terra. Milhares já morreram e a tendência [é] de [que] muitos ainda vão morrer caso o Estado Brasileiro não tomar providência em demarcar e homologar terras indígenas. Não podemos permitir que neste ano 2016 se repita crueldade contra população indígena, principalmente em Mato Grosso do Sul, especialmente ao povo Guarani Kaiowá (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 12 de janeiro de 2016).

Em outra postagem, com 135 curtidas, há fotografias (que optei por não reproduzir) com três crianças pequenas fotografadas de frente, mais ou menos a partir da altura do pescoço. Uma delas parecia estar chorando. O texto que acompanha a imagem foi transcrito a seguir e denuncia inúmeras violações de direitos:

Paz neste mundo.  
Crianças vítimas de ataques em tekoha Kurusu Ambá, município de Coronel Sapucaia (MS), fronteira com o Paraguai. A falta de segurança para a comunidade indígena Guarani Kaiowa piora situação das crianças daquela área, dando visibilidade um futuro incerto. Fome, falta de atendimento a saúde, deixa as crianças numa situação drásticas. Demarcação e homologação das terras indígenas parada, Mato Grosso do Sul se transforma no verdadeiro cenário de guerra contra os povos indígenas. (Olhar das crianças diz tudo) (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 18 de fevereiro de 2016).

Em março de 2016, o *Facebook* foi utilizado para divulgar a visita da Relatora Especial das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz, que esteve no Brasil entre os dias 7 e 17 de março de 2016:

A relatora da ONU (Organização das Nações Unidas) para os direitos dos povos indígenas, Victoria Tauli-Corpuz se reuniu com lideranças indígenas Terena, Kinikinal e Kadiweu nesta sexta-feira em Campo Grande, MS. [...] Indígenas não conteram as lágrimas após relatar toda situação vivida. O indígena Otoniel Terena, irmão do Oziel Gabriel morto pela polícia na reintegração de posse no município de Sidrolândia disse a relatora muito triste após receber notícia que inquérito da morte do irmão foi arquivado. Otoniel Terena ainda finaliza dizendo "a saudade é muito grande... quero dizer que meu país matou meu irmão, mas não conseguiu matar nossas ideias". Neste encontro outras lideranças indígenas deram declaração afirmando mais uma vez de que o estado Mato Grosso do Sul é o estado que mais viola e o que mais assassina indígenas no Brasil (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 12 de março de 2016).



Em sua declaração de fim de missão, Victoria Tauli-Corpuz, apontou que o Brasil possui uma série de disposições constitucionais exemplares no tocante aos direitos dos povos indígenas, mas, que os anos que se seguiram à visita de seu predecessor (ocorrida em 2008), foram marcados pela ausência de avanços na solução de antigas questões de vital importância para os povos indígenas:

Ao contrário, houve retrocessos extremamente preocupantes na proteção dos direitos dos povos indígenas, uma tendência que continuará a se agravar caso não sejam tomadas medidas decisivas por parte do governo para revertê-la. No Brasil, os desafios enfrentados por muitos povos indígenas são enormes. Dentre eles é possível destacar: a Proposta de Emenda à Constituição, PEC 215, e outras legislações que solapam os direitos dos povos indígenas a terras, territórios e recursos; a interpretação equivocada dos artigos 231 e 232 da Constituição na decisão judicial sobre o caso Raposa Serra do Sol; a introdução de um marco temporal e a imposição de restrições aos direitos dos povos indígenas de possuir e controlar suas terras e recursos naturais; a interrupção dos processos de demarcação, incluindo 20 terras indígenas pendentes de homologação pela Presidência da República, como por exemplo a terra indígena Cachoeira Seca, no estado do Pará; a incapacidade de proteger as terras indígenas contra atividades ilegais; os despejos em curso e as ameaças constantes de novos despejos de povos indígenas de suas terras; os profundos e crescentes efeitos negativos dos megaprojetos em territórios indígenas ou próximos a eles; a violência, assassinatos, ameaças e intimidações contra os povos indígenas perpetuados pela impunidade; a falta de consulta sobre políticas, leis e projetos que têm impacto sobre os direitos dos povos indígenas; a prestação inadequada de cuidados à saúde, educação e serviços sociais, tal como assinalam os indicadores relacionados ao suicídio de jovens, casos de adoção ilegal de crianças indígenas, mortalidade infantil e alcoolismo; e o desaparecimento acelerado de línguas indígenas. Assim sendo, os riscos enfrentados pelos povos indígenas estão mais presentes do que nunca desde a adoção da Constituição de 1988 (TAULI-CORPUZ, 2016, s. n.).

A relatora citou, portanto, as questões que já têm sido percebidas pelos coletivos indígenas como ameaças aos seus direitos como a PEC nº 215/2000, a tese do marco temporal, a demora na conclusão dos processos de demarcação de terras, as violências e os despejos em áreas de Retomada. Apesar do alerta da ONU, em 2016 esses problemas não foram resolvidos.

Em junho do mesmo ano, ante a iminência do despejo em uma área denominada *Apyca'y*, em Dourados, os Guarani Kaiowá de diversas áreas mobilizaram-se junto a indígenas de outras etnias, movimentos sociais e demais apoiadores, para tentar impedir que a ordem de reintegração de posse em favor do proprietário fosse cumprida. O convite para mobilização foi publicado na página e teve 23 curtidas e 4 comentários demonstrando apoio à mobilização. A postagem foi composta com uma foto (que optei por não reproduzir), feita por Dionedison Terena, em preto e branco, com uma mulher e três crianças próximas às cinzas de



uma fogueira improvisada para cozinhar. Ao fundo é possível ver alguns homens sentados sobre uma porteira de madeira. O texto a seguir acompanha a imagem descrita:

#Diga\_NÃO\_Despejo

Juiz pede que o governo Temer mande Força Nacional para despejar Guarani Kaiowá. Movimentos sociais se mobilizam em apoio aos indígenas da comunidade, (onde já morreram nove pessoas) a partir do dia de hoje (13/06) na comunidade Apyka'i. A mobilização será na comunidade que fica na rodovia 462 (Dourados X Ponta Porã) próximo ao trevo de Laguna (*Facebook Resistência do Povo Terena*, 13 de junho de 2016).

Importante destacar, conforme pontua Crespe (2015, p. 264), que a trajetória do grupo do *Apyca'y* foi marcada “pelo alto índice de mortes, falta de espaço [já que por muito tempo eles ficaram às margens da rodovia], e condições precárias de existência”. Essa situação ganhou visibilidade internacional e resultou em inúmeras campanhas (como a *Deixe o Apyka'y viver*), para as quais a *internet* foi a ferramenta primordial, como aponta a mesma autora:

A campanha *Deixe o Apyka'y viver* foi produzida com o apoio da Campana Gurarani, do Aty Guassu e outras instituições compuseram um grupo de apoio. Assim, através das páginas na internet e das redes sociais virtuais, como o *facebook*, foram articuladas redes de colaboradores, além do espaço de denúncia (CRESPE, 2015, p. 165).

Embora a última campanha (contra o despejo em 2016) não tenha surtido o efeito esperado, já que o despejo foi efetuado em 06 de julho de 2016, o caso *Apyca'y* reforça a percepção de que a *internet* tem sido um instrumento importante para dar visibilidade às lutas dos povos indígenas.

A página *Resistência do Povo Terena* é utilizada ainda para repercutir notícias de jornais e sites regionais, nacionais e internacionais, em alguns casos concordando e reforçando as matérias veiculadas, em outros discutindo e contestando o teor das publicações. Em julho de 2016 foi feita uma postagem questionando a manchete do jornal impresso *Diário MS* (figura 27).

Figura 27 – Crítica dos Terena à matéria de um jornal local



Fonte: Facebook Resistência do Povo Terena, 05 de julho de 2016.

Como pode ser observado, foi contestado o uso da palavra *invasão* para definir as ocupações feitas por indígenas na cidade de Dourados. A publicação teve 48 curtidas, 11 compartilhamentos, e sete comentários concordando com a postagem.

Conforme atesta a mobilização dos indígenas nas redes sociais e fora delas, os movimentos de Retomada têm uma importante dimensão política tanto externamente quanto no interior das próprias comunidades. Envolvem de um lado as relações extra-aldeia, seja por relações de parentesco com habitantes de outras Terras Indígenas, seja por relações entre os Terena e órgãos da sociedade não índia (FUNAI, organizações de apoio aos indígenas etc.).

De outro lado, configuram-se como uma questão importante na pauta das lideranças e dos diálogos internos. A articulação para a Retomada baseia-se nas informações dos índios mais velhos, apontando os locais dos antigos assentamentos e a forma como ocorreu a

expropriação. Nesta conjuntura surgem novas lideranças, (além dos caciques e líderes tradicionais, atuantes na questão territorial), são acadêmicos, pesquisadores, advogados e professores terena. Eles são responsáveis por reavivar, registrar, repassar nas escolas para os mais jovens, os conhecimentos dos anciãos e conscientizar sobre a importância da luta pela terra. Conforme Vargas (2011a) também são portadores de importantes saberes da sociedade não indígena, úteis no contexto de luta pela terra.

A Retomada tem ainda relevante dimensão cultural e simbólica. A religiosidade é um aspecto sempre presente. Durante as reuniões, os líderes religiosos, sejam católicos ou evangélicos, se pronunciam, fazem orações pedindo auxílio na luta pela terra. Para os mais novos é uma oportunidade de aprendizado, de ouvir ensinamentos e memórias dos mais velhos, conforme apontado no capítulo anterior.

Evidentemente, os proprietários rurais também têm uma extensa rede de apoiadores na esfera do poder público, da mídia e da sociedade em geral, como atestado pelas iniciativas que buscam dificultar a demarcação das terras indígenas, ou no mínimo, deslegitimar publicamente a luta dos indígenas pela terra, como é o caso de ações como a PEC nº 215/2000, a realização do chamado Leilão da Resistência, a aplicação da inconstitucional tese do marco temporal em algumas terras indígenas, os relatórios das CPIs (do Cimi e do Genocídio), as reportagens que desqualificam as reivindicações territoriais etc.

Nos itens a seguir serão abordados a Grande Assembleia do Povo Terena; as estratégias guerreiras e diplomáticas dos Terena frente ao Estado atual; a redefinição de suas relações com o entorno; a sua inserção no movimento indígena; e as práticas rituais e a evidenciação da terenidade no contexto da luta pela terra.

## **5.2 Grande Assembleia do Povo Terena – *Hánaiti Ho'únevo Têrenoe***

A observação etnográfica do evento denominado Grande Assembleia do Povo Terena (*Hánaiti Ho'únevo Têrenoe*), realizado periodicamente por esses indígenas, permitiu mapear algumas relações dos Terena para além de suas aldeias, uma vez que se reúnem indígenas de diferentes áreas e também de outras etnias, além dos interlocutores não índios. As Assembleias Terena e o Conselho do Povo Terena, grupo que, entre outras ações, promove essas reuniões, figuram aqui como importantes elementos na organização da luta fundiária, embora as Retomadas tenham se iniciado antes da criação de ambos.

As Assembleias são, portanto, encontros realizados pelos Terena, nos quais é possível perceber algumas articulações das lideranças, sob a perspectiva das redes. Por exemplo, os Terena envolvidos na organização das Assembleias, estão em constante articulação com a *Aty Guassu*, organização semelhante, porém mais antiga e protagonizada pelos Kaiowá e Guarani. O pesquisador Spensy Kmitta Pimentel, que se ocupou da observação da *Aty Guassu*, destacou que:

O movimento kaiowá e guarani pela retomada de terras se estruturou, nos últimos 30 anos, em torno da organização de grandes assembleias multicomunitárias, chamadas de *Aty Guasu* – grandes reuniões. Em função disso, a própria organização política acabou, ela mesma, sendo conhecida como *Aty Guasu* (PIMENTEL, 2012a, p. 145).

Processo semelhante aconteceu com a Assembleia do Povo Terena, cujo grupo organizador, o Conselho do Povo Terena, constituiu-se como uma organização política reunindo diversas lideranças em discussões e situações que extrapolam as datas e espaços em que são realizadas as Assembleias.

A influência da *Aty Guassu* nas Assembleias Terena foi destacada na fala de Luiz Henrique Eloy, participante das Assembleias e do Conselho do Povo Terena:

Sempre tivemos o cuidado de garantir pelo menos uma representação Guarani Kaiowá, porque eles tiveram uma participação importante tanto o Otoniel quanto o Anastácio Peralta, eles contribuíam muito, porque eles já tinham essa experiência de se organizar em forma de conselho e tomar as decisões em grandes assembleias. Isso pra nós Terena era novo. Então eles trouxeram reflexões pra nós que nos ajudaram muito a dar os primeiros passos e até hoje. Esse diálogo está sendo importante pra nós (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

A primeira dessas Assembleias foi realizada na aldeia Imbirussú (Terra Indígena Taunay/Ipegue) de 1º a 3 de junho de 2012. Na ocasião foi formado o conselho representativo da *Hánaiti Ho' únevo Têrenoe* (Grande Assembleia do Povo Terena) e ficou estipulado em seu documento final que: “somente as pessoas pertencentes a este conselho representativo poderá falar em nome do povo terena. Desqualificamos assim todas as outras demais organizações que não tem representação na base de nossa comunidade a falar em nosso nome” (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 03 de junho de 2012).

Entretanto, cabe a ressalva de que apesar do Conselho ter aprovação de várias lideranças indígenas (Terena e de outras etnias), a adesão às suas propostas não é unanimidade entre os Terena. Certamente há nuances da política interna das aldeias que

interferem na aprovação/reprovação das ações do Conselho. As instâncias políticas, em qualquer sociedade, estão sujeitas ao dinamismo do contexto em que se inserem.

Entre os dias 16 e 18 de novembro de 2012, a Assembleia foi realizada na aldeia Moreira, Terra Indígena Pilad Rebuá. O documento final relembra o assassinato do cacique Kaiowá Nísio Gomes e chama a atenção para as responsabilidades do governo federal em relação à demarcação das terras indígenas:

O Povo Terena lembra a data do dia 18 de novembro, quando se completa 1 ano do assassinato do Cacique de Guayviry Nísio Gomes. Pedimos justiça e a punição dos executores e mandantes desse ato brutal. Não é tirando a vida de nossas lideranças que vai se resolver a demarcação de terra nesse estado. É preciso que o governo federal assuma sua responsabilidade em demarcar nossos territórios, principalmente no estado de Mato Grosso do Sul que é campeão em violência contra os povos indígenas (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 18 de novembro de 2012).

O documento menciona as entidades representadas na reunião: Ministério Público Federal, Secretaria de Articulação Social da Presidência da República, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, FUNAI e Coletivo Terra Vermelha. E destaca o repúdio dos Terena a “todas as formas instrumentais que o movimento anti-indígena tem articulado para usurpar nossos direitos historicamente conquistados”, como a PEC nº 215/2000, por exemplo (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 18 de novembro de 2012).

Em maio de 2013 a Assembleia foi realizada em uma área de Retomada, Acampamento Terra Vida, na Terra Indígena Buriti. No documento final os Terena afirmam não terem disposição para negociar com o governo brasileiro: “nós, povos indígenas, primeiros filhos dessa terra, repudiamos nossos governantes. Jamais abriremos mãos de nossos direitos conquistados na Constituição Federal de 1988 e não nos sentaremos à mesa para negociar nossos direitos” (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 11 de maio de 2013).

No decorrer do documento, os Terena criticam abertamente atuação dos poderes executivos federal e estadual em relação aos processos de demarcação das terras indígenas e a disposição do governo federal em dialogar com os produtores rurais em detrimento dos coletivos indígenas:

Os povos indígenas de Mato Grosso do Sul se unem diante dos desafios postos contra o movimento indígena, bem como as manobras do Estado brasileiro no âmbito de seus três poderes que tendem a tirar nossos direitos historicamente conquistados. Reafirmamos que o Estado brasileiro optou por um modelo de desenvolvimento que não há espaço para o nosso bem viver, aliando-se com o

agronegócio numa nítida opção contra nosso direito originário. Repudiamos atitude da Presidenta Dilma e da Ministra Chefe da Casa Civil Gleisi Hoffman em receber representantes do agronegócio e se pronunciar no sentido de rever o procedimento de demarcação de nossas terras tradicionais. Procedimento este já declarado constitucional pelo Supremo Tribunal Federal. É inconstitucional submeter o estudo antropológico de identificação e delimitação à apreciação da EMBRAPA, que inclusive já se manifestou ser incompetente para tal apreciação. Mais uma vez, nós povos indígenas se unimos para enfrentar todas as formas instrumentais contra nossa autonomia. Os três poderes do Estado brasileiro estão contra os nossos direitos. O Executivo têm descaradamente feito aliança com o movimento do agronegócio, impedindo a conclusão das demarcações e tentando reabrir os procedimentos já concluídos, tudo isso em nome de um dito desenvolvimento que não tem espaço para os povos indígenas e que visa explorar as riquezas minerais de nossos territórios. Ao mesmo tempo o Poder Legislativo com suas proposições que significam um retrocesso aos nossos direitos. Tais como a PEC 215, 038 e 237 que tem o objetivo de usurpar a competência da União para demarcar nossos territórios e atingir o nosso direito adquirido ao usufruto exclusivo das riquezas. O Poder Judiciário com as decisões que determinam o despejo de nossas comunidades das terras que nos pertencem. A judicialização das demarcações constitui-se em grande entrave, visto que 121 o poder judiciário não resolve a demarcações, pelo contrário, eterniza os conflitos fundiários. Repudiamos atitude do Governador André Puccinelli, que sistematicamente tem entrado nos processos de demarcação, fazendo com que os processos, travem as demarcações (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 11 de maio de 2013).

Os Terena também tecem críticas ao poder judiciário e ao poder legislativo, afirmando sua percepção de que os três poderes estão unidos no intuito de barrar a recuperação dos territórios tradicionais, por meio de mecanismos como as PECs nº 215/2000, nº 038/1999<sup>3</sup> e nº 237/2013<sup>4</sup>.

Em novembro de 2013 foi realizada a Grande Assembleia do Povo Terena na aldeia Brejão, Terra Indígena Nioaque. Estavam presentes os Terena de pelo menos 20 aldeias, de diversas Terras Indígenas de Mato Grosso do Sul; representantes de aldeias Kaiwoá; membros do Conselho *Aty Guassu*; representantes Kinikinau; representantes Atikum. Havia muitos acadêmicos indígenas, além de egressos de vários cursos como Direito. Os professores

---

<sup>3</sup> A PEC nº 38/1999 acresce inciso XV ao art. 52 da Constituição Federal para incluir entre as competências privativas do Senado Federal aprovar o processo de demarcação das terras indígenas. Altera a redação do inciso III do art. 225 da Constituição Federal para definir, em todas as unidades da Federação, observados os limites fixados no § 2º do art. 231, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção. Altera a redação do caput do art. 231 da Constituição Federal para estabelecer que são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-la, proteger e fazer respeitar todos os seus bens, e ao Senado Federal aprovar o processo de demarcação; acresce § 2º ao mencionado artigo, renumerando os demais, para prever que as áreas destinadas às terras indígenas e às unidades de conservação ambiental não poderão ultrapassar, conjuntamente, 30% (trinta por cento) da superfície de cada unidade da Federação. Foi arquivada em 26 de dezembro de 2014.

<sup>4</sup> A PEC nº 237/2013 acrescenta o art. 176-A no texto Constitucional para tornar possível a posse indireta de terras indígenas à produtores rurais na forma de concessão. Arquivada em 31 de janeiro de 2015.

também eram numerosos. Várias lideranças se pronunciaram, principalmente caciques e professores.

Dentre os não índios, compareceram: pesquisadores da temática indígena; representantes da FUNAI; professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD e Universidade Católica Dom Bosco – UCDB; e membros do Conselho Indigenista Missionário – Cimi. No material de divulgação do evento, constavam como apoiadores: Cimi, NEPPI/Rede de Saberes/UCDB, FUNAI, Conselho *Aty Guassu* e o deputado estadual Pedro Kemp/PT.

Somente enumerando as pessoas presentes e as instituições representadas, é perceptível que a rede de relações dos Terena extrapola fronteiras étnicas, políticas e institucionais. Diferentes tipos de lideranças estavam contempladas e também as redes construídas a partir delas, como é o caso das relações estabelecidas com as universidades. Os indígenas buscam fortalecer as alianças com os *purutuya* em diversas esferas. Porque sabem que, no caso da Retomada, os produtores rurais também têm apoiadores em diversas instâncias, e que a disputa envolve questões econômicas e políticas.

Essa articulação com apoiadores não indígenas também é característica das reuniões da *Aty Guassu*, como aponta Pimentel (2012b, p. 239): “a presença de autoridades, como representantes da FUNAI regional ou nacional, procuradores do MPF ou antropólogos (ligados à FUNAI ou encarregados de relatórios de identificação de terras) obedece a essa mesma lógica de compartilhamento de informações [...]”. Entretanto, o autor pontua que em alguns casos, os indígenas abordam esses interlocutores em tom de cobrança e “os discursos podem tornar-se bastante acirrados quando um grupo local resolve questionar a FUNAI, sobretudo (PIMENTEL, 2012b, p. 241)”. Essa situação também ocorre nas Assembleias Terena, especialmente quando o assunto está ligado à demarcação de terras e à insegurança dos indígenas diante do acirramento dos conflitos com proprietários rurais.

Também é importante mencionar a articulação entre as lideranças de diferentes terras e etnias. A vivência de situações semelhantes em relação às Retomadas no Mato Grosso do Sul, tem suscitado cada vez mais o apoio entre os Terena de locais diferentes, além de aumentar o apoio entre os Terena, Kaiowá e Kinikinau. Em parte a articulação dessa rede é possibilitada pelas facilidades de comunicação de que dispomos atualmente. Os indígenas tem feito uso frequente de redes sociais, como o *Facebook* e *Whats App*, para divulgar eventos como a Grande Assembleia do Povo Terena. E, nesse sentido, é perceptível a já citada articulação entre Conselho do Povo Terena e *Aty Guassu* na organização desses eventos e no apoio à

Retomadas, como demonstra novamente a fala de um dos participantes do Conselho, Luiz Henrique Eloy:

E por fim, eu acho que uma conquista importante é essa unicidade. Está havendo um diálogo entre o Conselho Aty Guassu e o Conselho Terena. Quando a Aty Guassu faz uma mobilização, o Conselho Terena responde. Quando um solta uma carta o outro também reforça. Ou se vai acontecer uma reintegração de posse aqui na área guarani os Terena vem pra cá pra dar um apoio, solidariedade. Então essa unicidade de luta tem fortalecido. As forças ruralistas têm sentido. Eles já falaram inclusive: aqui tinha índio de tudo quanto é lugar. Não era só índio dessa aldeia. Tinha muito índio. Então esses índios estão muito unidos. Tanto é que agora eles fazem a mesma coisa. O sindicato rural liga, chama todo mundo. É uma estratégia nossa que eles copiaram. Mas essa dinâmica de lutar um pelo outro, não é mais só os guarani sozinho não. Se os Guarani precisar a gente desce. Tanto é que toda Aty Guassu vai representante do Conselho Terena. E toda Assembleia Terena vai representante do Conselho Aty Guassu (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Se por um lado, a organização da Aty Guassu (mais antiga e consolidada) influenciou na organização da Assembleia e do Conselho Terena, a união entre ambos fez emergir outros mecanismos de luta, inclusive utilizando-se de estratégias de âmbito jurídico, que demandam certo domínio dos trâmites burocráticos próprios dos não indígenas. Um exemplo disso foi a ação movida contra o Leilão da Resistência, que não impediu a sua realização, mas bloqueou judicialmente os recursos arrecadados pelos proprietários:

Foi a primeira vez que os índios, em nome próprio, por meio de advogado próprio, estavam em juízo defendendo. Não era mais a FUNAI, nem o Ministério Público. E o juiz, numa decisão até escreve isso. É importante que quem está figurando no processo são os índios, por meio de uma organização tradicional, por meio de advogado próprio [o próprio Luiz Henrique Eloy]. Isso tem um significado importante pra nós, pra nossa luta, pra ver que nós podemos demandar também outras formas de luta, luta política, luta jurídica e utilizar os instrumentos do Estado pra garantir os nossos direitos (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

A fala evidencia o movimento pendular terena entre as estratégias diplomáticas, oficiais e as estratégias ditas guerreiras (como as ocupações de terras), e a importância da articulação dessas diferentes formas de luta, que longe de serem antagônicas, são complementares.

Ainda nas articulações entre as diferentes etnias, situa-se a realização da Assembleia Kinikinau, que tem acontecido anualmente desde 2014. A reunião de 2016 foi realizada na Retomada terena Mãe Terra, Terra Indígena Cachoeirinha, em Miranda. Lideranças de outras etnias marcaram presença e a pauta estava focada na recuperação dos territórios tradicionais dos Kinikinau:



Acolhidos pelos Terena da terra indígena retomada Mãe Terra, localizada no município de Miranda (MS), os indígenas Kinikinau – a única população do estado completamente “sem terra” – se reuniram entre os dias 13 e 16 [de outubro] com lideranças Terena, Kaiowá, Guarani e Kadiwéu, apoiadores, organizações indigenistas e Ministério Público Federal (MPF). Em documento final, as lideranças acusaram o Estado brasileiro de ser responsável pela presença de fazendas nas terras tradicionais Kinikinau, e reivindicaram a criação de um Grupo de Trabalho (GT) para identificação da terra indígena. A ausência de um representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) também foi criticada pelos indígenas (SPOSATI, *Cimi*, 18 de outubro de 2016).

E, retornando à reflexão sobre a Assembleia Terena realizada em novembro de 2013 na aldeia Brejão, é importante citar o documento redigido ao final do evento, com os principais encaminhamentos, dos quais destaco:

1. Exigimos que a FUNAI publique portaria constituindo grupo de trabalho para fins a identificação e delimitação da Terra Indígena Nioaque, Município de Nioaque, Mato Grosso do Sul;
2. Exigimos que a FUNAI publique portaria constituindo grupo de trabalho para fins a identificação e delimitação do território do Povo Kinikinau, Mato Grosso do Sul; [...]
4. Exigimos que o Ministério Público Federal e o Ministério dos Direitos Humanos incluam nossas lideranças que estão na luta pela terra no programa de segurança de direitos humanos; [...]
10. O conselho Terena se propõe a dialogar com a FUNAI, no sentido de apoiar o povo Kinikinau a lutarem por seu território; [...]
12. O Conselho do Povo Terena em conjunto com o Conselho Aty Guasu indicou nome de liderança indígena para serem lançados ao pleito de deputado estadual e federal em 2014;
13. Fica encaminhando que o III Encontro da Juventude Terena (Hánaiti Ho`únevo Inámati Xanéhiko Têrenoe) será realizado na Comunidade Esperança em setembro de 2014 (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 16 de novembro de 2013).

Os itens 1, 2 e 10 evidenciam a articulação dos indígenas no Mato Grosso do Sul, embora a Retomada de cada área se configure como uma ação autônoma do grupo que a realiza, os demais buscam apoiar para fortalecer as lutas pelo direito às terras tradicionais. O item 4 denota a situação de insegurança em que as lideranças se encontram, dada a situação conflituosa que envolve a questão fundiária. O item 12 mostra a disposição para conquistar espaço na sociedade não indígena, como forma de participar das decisões governamentais que influenciam a vida dos povos indígenas. E, finalmente, o item 13 evidencia a mobilização dos jovens Terena no contexto atual.

A Assembleia Terena realizada na aldeia Babaçu, iniciada em 08 de maio de 2014, realizou-se em ambiente de tensão. Paralelamente, na cidade de Campo Grande, os

proprietários rurais organizaram uma audiência pública a respeito das demarcações. Várias lideranças falaram sobre o assunto e decidiram que os indígenas não compareceriam à reunião e que se algum indígena comparecesse, não era representante dos demais. Chamou-me a atenção um *banner* próximo à mesa de autoridades, com fotos de Oziel Gabriel e Marçal de Souza.

Nessa assembleia, estava presente uma liderança de fora do estado: Nailton Pataxó Hã Hã Hã e lideranças de outras etnias de Mato Grosso do Sul, dentre eles, representantes da *Aty Guassu*. Dentre os *purutuya* estavam presentes: um representante da FUNAI, o procurador de justiça Emerson Kalif, o deputado estadual Pedro Kemp e a equipe do NEEPI/UCDB e do Programa Rede de Saberes. Iniciando as falas oficiais, o Terena Elvisclei Polidoro, da Terra Indígena Cachoeirinha, pediu apoio de todos para a cacique Damiana, do acampamento Kaiowá *Apika'y*. Falou sobre a necessidade de movimentar a população de Cachoeirinha para a Retomada e cobrou a presença dos professores da região na Assembleia.

O procurador Emerson Kalif falou sobre a PEC nº 215/2000 e sobre a mesa de negociação para indenização dos proprietários rurais, que na prática compensaria o valor da terra nua em Buriti. Um representante da FUNAI de Brasília também se pronunciou acerca da Proposta de Emenda Constitucional. O deputado Pedro Kemp fez algumas perguntas a ele referentes a esse tema.

Paulino Terena (liderança de Pilad Rebuá) foi à frente com um grupo, todos com algum acessório tradicional. Tocaram e cantaram uma música em Terena. Os demais participantes acompanharam com palmas. Na sequência Paulino apresentou outros caciques e em seguida, de costas para o público e de frente para a mesa de autoridades, fez uma fala afirmando que os Terena (especialmente de Pilad Rebuá) estavam cansados de ser enganados, que ele estava sendo intimidado e sem apoio da FUNAI. Pontuou que ele tem condições de se deslocar, mas essa não é a realidade de todas as lideranças. Afirmou que quem os defende é o advogado Luiz Henrique Eloy, ao que foi bastante aplaudido. Acrescentou que a Retomada em Pilad Rebuá é para chamar a atenção da FUNAI e que se não houver providências eles mesmos vão demarcar suas áreas “no peito”. Alguém lembrou a situação de Lalima e pediu apoio aos demais. O representante da FUNAI falou novamente, explicando as limitações do órgão.

No período da tarde, foram proferidas várias falas, dentre elas a de Nailton Pataxó Hã Hã Hã; de um cacique Ofayé que disse estar aprendendo com os Terena e com os Kaiowá;

do Gerson Pinto Alves (diretor da escola Alexina Rosa Figueiredo na Terra Indígena Buriti) que discorreu sobre a experiência de levar a escola para a Retomada.

Lindomar Terena destacou que as mesas de diálogo não dão resultados efetivos: “Muitos guerreiros tombaram. Estamos demarcando a terra com nosso sangue” e os “três poderes estão unidos contra os índios”. Destacou que eles têm aliados, mas que são os próprios índios que tem que “se levantar”. Cobrou a presença do restante da população de Cachoeirinha e pediu para cada um trazer mais três ou quatro pessoas para o movimento. O que evidencia que participar das ações de retomada não é unanimidade nos coletivos indígenas.

Elvisclei Polidoro convidou os acadêmicos de Direito da UCDB para somarem esforços no movimento. Essa foi mais uma demonstração do papel da instrução formal como instrumento político de luta.

No dia 09 de maio o tema da mesa era saúde, mas a questão da terra era constantemente pautada, por ser considerada indissociável. Ficou decidido que no período da tarde seria feito o fechamento da rodovia e foi feito o planejamento logístico (divisão de carros e ônibus que vieram com grupos de outras áreas para transportar as pessoas para o local do bloqueio). Ao meio dia começaram os preparativos e foi avisado que o almoço seria servido após a ação.

Indígenas e *purutuya* presentes se dirigiram para a rodovia que foi fechada com pedaços de madeira. Foram utilizadas faixas e cartazes com frases pró demarcação e contra a PEC nº 215/2000. Os Terena entoaram cantos e fizeram danças tradicionais.

No documento final, o conselho afirmou que integra a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, “sendo a organização que congrega lideranças indígenas, professores indígenas, caciques, acadêmicos indígenas, rezadores, anciões e atua na defesa dos direitos dos povos indígenas, juntamente com o Conselho *Aty Guasu* Guarani Kaiowá, povo Kinikinaw, povo Kadiwéu e povo Ofaié” (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 10 de maio de 2014).

No referido documento, os indígenas destacaram que estavam vivenciando o momento mais crítico em sua trajetória de lutas, “pois tramitam nos âmbitos dos poderes constituídos dispositivos que visam retirar os direitos territoriais historicamente conquistados”. Declararam ainda, que repudiavam a mesa de negociação do Ministério da Justiça, cujo objetivo, em seu entendimento é postergar os procedimentos demarcatórios (GRANDE

ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 10 de maio de 2014). Os encaminhamentos em relação à questão territorial foram:

Exigimos justiça na apuração da morte do nosso guerreiro Oziel Gabriel, morto durante ação violenta da polícia federal no cumprimento de ordem judicial em ação de reintegração de posse; [...]

Exigimos que o Ministro da Justiça expeça portaria declaratória da Terra Indígena Taunay/Ipegue, em virtude de não existir mais a decisão judicial que impeça a demarcação. Fica decidido que o Conselho do Povo Terena encampará articulação em prol da Portaria Declaratória de Taunay/Ipegue; [...]

Por fim, não iremos sentar a mesa com ruralistas e seus deputados para negociarmos nossos direitos. A PEC 215 é uma afronta aos nossos direitos. A audiência tentada pelo Deputado Reinaldo Azambuja e Luiz Henrique Mandetta anuncia a retirada da mesa do Ministério da Justiça (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 10 de maio de 2014).

Mais uma vez os Terena anunciam estratégias em conjunto, especialmente diante das articulações dos agentes contrários às demarcações das terras indígenas e salientam a responsabilidade do Estado em relação às violências cometidas contra eles.

Em novembro de 2014 foi realizada outra Assembleia, na aldeia Lalima. O documento final evidencia a intenção de fortalecer a articulação política do movimento indígena, tanto envolvendo diversas etnias no contexto regional/nacional, quanto acionando interlocutores fora do país:

Fica decidido que o Conselho do Povo Terena, juntamente com Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá e Conselho Kinikinau irão no ano de 2015 fortalecer as suas articulações e distintas formas de luta pela garantia dos seus territórios tradicionais. [...] Fica decidido que no ano de 2015 este Conselho continuará atuando junto com seus aliados nas instâncias internacionais. [...]

Fica decidido que no ano de 2015 serão realizadas Oficinas de Formação Política nas comunidades de Mato Grosso do Sul (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 23 de novembro de 2014).

Em maio de 2015, foi realizada a Assembleia na Terra Indígena Cachoeirinha. No documento final constaram os encaminhamentos para fortalecer a luta internacionalmente (na ONU), para discutir a questão do território e da sustentabilidade e para reforçar a articulação com a *Aty Guassu* e com o Conselho Kinikinau:

1. O Conselho do Povo Terena acolhe a indicação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), e legitima a indicação da liderança Lindomar Terena como representante dos povos indígenas do Brasil na Organização das Nações Unidas – ONU; [...]
3. Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena irá coordenar as conferências locais e regionais de política indígena e parceria com FUNAI.[...]

5. Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena, por meio de sua assessoria jurídica irá acompanhar o processo judicial referente a Terra Indígena Limão Verde, em trâmite no Supremo Tribunal Federal; [...]

7. Fica encaminhado que para a próxima assembleia a questão do território seja amplamente discutida no viés da sustentabilidade e de projetos de reorganização comunitária tradicional;

8. Fica encaminhado que o Conselho do Povo Terena continuará atuando em articulação com o Conselho Aty Guasu Guarani Kaiowá e Conselho do Povo Kinikinaw (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 09 de maio de 2015).

Importante mencionar ainda o documento produzido em reunião extraordinária no dia 21 de setembro de 2015, na Terra Indígena Buriti em relação à mesa de diálogo proposta pelo Ministério da Justiça. De acordo com o texto, os Terena só irão participar da mesa quando o Estado tomar iniciativas concretas:

a) baixar imediatamente a portaria declaratória da Terra Indígena Taunay-Ipegue, visto que não há nenhum empecilho jurídico; b) constituição de Grupo de Trabalho para iniciar a identificação e delimitação da terra indígena Nioaque; c) a imediata conclusão dos estudos antropológicos das terras indígenas Pilad Rebuá e Lalima; d) imediata demarcação física e homologação da Terra Indígena Cachoeirinha; e) a incidência direta da Advocacia Geral da União no processo da Terra Indígena Limão Verde que tramita no Supremo Tribunal Federal com o fito de desconstituir a decisão da segunda turma daquele tribunal que aplicou a inconstitucional tese do marco temporal; f) por fim, em relação a Terra Indígena Buriti, diante da não aceitação por parte dos fazendeiros do acordo estipulado pelo Ministério da Justiça, exigimos a imediata desapropriação da área em litígio (CONSELHO DO POVO TERENA, *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015).

As Assembleias reforçaram a perspectiva de que as Retomadas fazem parte de redes muito mais amplas do que os limites das aldeias e acampamentos Terena. Envolvem além dos indígenas, os *purutuya* (aliados ou não), em diversas esferas (políticas, econômicas, sociais), distribuídos em diferentes espaços (universidades, mídia, organizações não governamentais, órgão públicos etc.).

Essas reuniões também são espaços dos dois tipos de estratégias Terena, pois em alguns momentos e com alguns interlocutores são acionadas ações de negociação e aliança. Em outras situações e de acordo com os diferentes interlocutores, são adotadas posturas de enfrentamento, seja por meio dos discursos mais eloquentes (proferidos oralmente e/ou registrados nos documentos finais), seja por meio de ações de protesto como bloqueios de estrada e de iniciativas de ocupação de fazendas, em algumas vezes definidas durante as reuniões.

As Assembleias do Povo Terena são espaços do protagonismo indígena e isso é evidenciado nos documentos finais desses eventos, e como símbolo desse protagonismo

vários desses textos são finalizados com a frase: “Povo Terena, povo que se levanta!” (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 18 de novembro de 2012; 11 de maio de 2013; 10 de maio de 2014; 23 de novembro de 2014; 09 de maio de 2015).

Importante destacar que em todas as edições da Assembleia foram discutidos assuntos ligados à educação, saúde, meio ambiente e sustentabilidade, e foram feitos encaminhamentos sobre essas questões em todos os documentos finais, ficando essas demandas sempre vinculadas à questão do território.

### **5.3 Estratégias guerreiras e diplomáticas frente ao Estado atual**

Os Terena têm um longo histórico de interação com o Estado brasileiro. Desde o período de sua consolidação, estabeleceram-se “relações de troca” entre esses indígenas e as autoridades brasileiras, como atesta Vargas (2003, p. 71). Embora essas relações não fossem simétricas, são exemplos do protagonismo terena.

Além das relações amistosas, havia também, embora de forma mais pontual, relações de conflito entre os Terena e o poder estatal. Esses conflitos são rememorados pelos indígenas e alguns deles estão registrados na documentação do SPI, na qual é possível encontrar informações sobre situações de enfrentamento entre os Terena e os funcionários do órgão, como apontado nos capítulos anteriores.

Tanto as estratégias de negociação, quanto as estratégias de oposição ao Estado continuam presentes na atual conjuntura. Entretanto, as posturas mais aguerridas tornaram-se mais frequentes em alguns coletivos Terena engajados nas Retomadas, ocasionando um reposicionamento frente ao indigenismo oficial.

#### **5.3.1 Reposicionamento frente ao indigenismo oficial**

Nas relações entre os Terena e os órgãos indigenistas oficiais (DGI, SPI, FUNAI) predominaram, pelo menos até a década de 1990, as ações diplomáticas e de negociação. Conforme abordado extensivamente por diversos trabalhos acadêmicos, como Vargas (2003), Moura (2009), Pereira (2009), as lideranças Terena investem-se de sua condição de autoridades perante seu povo para dialogar de igual para igual com as autoridades dos *purutuya*.

Dá bem para perceber, no trecho destacado, que o Senhor Apolinário relata um fato ocorrido ainda no Brasil Império e que naquela época as lideranças Terena deslocavam-se até a Capital do Império para reivindicar de Chefe para Chefe. É perceptível também, na minúcia do relato, que o Imperador deu ao Chefe dos Terena o tratamento digno de um Chefe de Nação. Suas vestes, a música, o banquete e as honras são somente oferecidos a personalidades importantes. “*O rei os tratou como pessoas importantes.*” É assim que os Terena esperam continuar sendo tratados, como pessoas destacadas e, para isso, afirmam-se em sua conduta e etiqueta. Os códigos da civilidade que os conduziu ao rio de Janeiro continua a acompanhá-los nos dias atuais quando se deslocam à Aquidauana, Campo Grande e à Brasília (MOURA, 2009, p. 103).

Seguindo antigas estratégias de inserção e domínio dos códigos culturais de outras sociedades, alguns Terena passaram a integrar o quadro de funcionários dos órgãos indigenistas. Moura (2009), argumenta que a adoção do protestantismo abriu aos Terena um novo campo de possibilidades, inclusive de instrução formal, requisito para exercício de cargos públicos. Embora os protestantes não fossem os únicos a acessar esses novos espaços, sua participação foi significativa:

A [igreja] UNIEDAS constituiu-se, a partir de então, em um novo campo de possibilidades de inclusão e inserção social para as lideranças crentes e seus familiares. Os crentes ocuparam espaços sócio-políticos, antes permitidos apenas aos não-índios, e continuaram desfrutando dos direitos indígenas, reconhecidos constitucionalmente a partir de 1988. Tornaram-se funcionários públicos, presentes em todas as esferas de governo; representantes legislativos municipais; representantes indígenas na FUNAI regional de Campo Grande; universitários graduados e graduando-se; representantes junto a organismos internacionais governamentais (ONU) e não-governamentais pró-indígenas. Enfim, demonstraram que sempre ocuparam e inseriram-se em novos espaços (MOURA, 2009, p. 99).

Assim, como forma de atender às suas demandas, os Terena passaram a fazer parte do indigenismo oficial. Evidentemente, isso não exclui discordâncias e conflitos entre as coletividades Terena e os órgãos indigenistas, mas, demonstra que a estratégia principal era fazer aliança com o Estado. Ferreira (2007), destaca:

Os Terena frequentemente comentam com satisfação o fato de os chefes (ou encarregados) dos Postos da FUNAI em suas terras serem índios da sua etnia, assim como muitos dos funcionários da Administração Executiva Regional da FUNAI. Ressaltam também a importância de uma parte significativa dos professores que lecionam nas escolas existentes nas aldeias, e em alguns casos ainda também os funcionários dos postos de saúde, serem índios Terena (FERREIRA, 2007, p. 57).

Diante dessas questões, cada vez mais os Terena buscam inserir-se nos espaços de decisão e execução das políticas de educação, saúde e do próprio indigenismo. Vargas (2011a,

p. 135), destaca que os caciques Terena tem influência inclusive na “indicação e permanência do administrador regional da FUNAI, com sede na cidade de Campo Grande, capital do estado”.

Entretanto, embora a inserção em órgãos públicos do indigenismo estatal ainda seja uma estratégia bastante utilizada pelos Terena, eles também têm utilizado significativamente estratégias de oposição aberta às práticas da política indigenista oficial, como protestos, ocupação de prédios da FUNAI e até retenção de funcionários do órgão nas aldeias.

Vale ressaltar que as diversas estratégias, sejam aquelas que têm como finalidade primordial a recuperação de territórios tradicionais, sejam aquelas motivadas por outras demandas (individuais e coletivas), não têm sempre unanimidade entre os Terena. O que significa que assim como ocorre em qualquer outro grupo, indígena ou não, apesar dos interesses em comum, há uma multiplicidade de posicionamentos inerentes às especificidades de cada área territorial e de cada indivíduo. Especificidades essas que dizem respeito às convicções pessoais e às influências sociais, políticas, educacionais, econômicas, religiosas, familiares, inerentes a cada pessoa.

Para exemplificar as diferentes estratégias adotadas frente ao indigenismo oficial e destacando a postura de enfrentamento adotada em algumas situações, é possível citar as ocupações e protestos em prédios públicos. No final do século XX, esse tipo de ação passou a ser realizada pelos Terena diante da falta de celeridade na solução dos problemas territoriais que vinham enfrentando há décadas.

Em agosto do ano 2000, 80 pessoas da Terra Indígena Buriti ocuparam o prédio da FUNAI em Campo Grande para cobrar agilidade no processo de ampliação, e mantiveram retidos por algumas horas o antropólogo Edison Netto Lasmar e o administrador da FUNAI em Campo Grande Joel de Oliveira (ÍNDIOS, *Correio do Estado*, 22 de agosto de 2000). Outros exemplos foram citados anteriormente sobre a mobilização para as Retomadas. Essas ações são protagonizadas com o intuito de pressionar a FUNAI e as demais instâncias de poder estatal.

A figura 28 é uma fotografia da referida ocupação e mostra três indígenas Terena em frente à entrada do órgão indigenista, cada um deles com um arco e flecha ou uma borduna na mão, pintados de preto, com cocares e trajes de palha. Na legenda lê-se: “Protesto: grupo de índios armados permanece na porta do prédio da FUNAI” (ÍNDIOS, *Correio do Estado*, 22 de agosto de 2000). Por um lado, a imprensa explora essa imagem, ressaltando que os manifestantes estão armados. Por outro lado, essa forma de apresentação faz parte da



estratégia Terena de valorização do guerreiro, que para além da ação propriamente dita, inclui a evidenciação de sua indianidade e a utilização de elementos que na história fazem referência aos momentos de guerra enfrentados por essa etnia.

**Figura 28** – Ocupação da FUNAI pelos Terena



Protesto: grupo de índios armados permanece na porta do prédio da Funai

Fonte: *Correio do Estado*, 22 de agosto de 2000. Créditos: Dorvacil Tarnochi.

As justificativas para essa mudança de postura estão presentes no discurso Terena ao longo dos últimos anos. Para exemplificar, destaco uma fala de Paulino Terena, representante da Terra Indígena Pilad Rebuá, na Assembleia Terena, no dia 08 de maio de 2014. Paulino falou em tom bastante enfático (apontando especificamente para o representante da FUNAI). Afirmou que estavam cansados de ser enganados pelo Estado brasileiro, e de enfrentar diversos problemas sem apoio do órgão indigenista.

Nas redes sociais os Terena também expressam constantemente seu descontentamento com o indigenismo oficial. Em 2013, por exemplo, uma charge do cartunista Carlos Latuff foi compartilhada na página do *Facebook Resistência Terena* (figura 29), em referência à ação de reintegração de posse em Buriti que resultou na morte de Oziel Gabriel.

**Figura 29** – Charge de Latuff sobre a atuação da FUNAI em Buriti



Fonte: Facebook Resistência do Povo Terena, 31 de maio de 2013.

Na charge (figura 29) a FUNAI é representada por um enfeite de geladeira, de costas para o indígena que está sozinho, sendo alvo dos ataques de homens armados, alguns deles com uniformes com as inscrições PM e PF, em referência à atuação das forças policiais no episódio que vitimou Oziel.

Além das questões ligadas diretamente à terra, também são recorrentes as críticas a outros aspectos que envolvem a relação entre o Estado e indígenas, como as políticas de saúde e educação. Essas relações têm sido conturbadas e mesmo a inserção de indígenas nos órgãos públicos não tem sido capaz de refrear as insatisfações dos Terena com as políticas estatais. Ainda assim, a estratégia de negociar, e até mesmo de inserir-se como um agente do Estado, é amplamente utilizada pelos Terena no contexto atual, como será demonstrado no item a seguir.

### 5.3.2 Estratégias de inserção e colaboração com o Estado

Os Terena exploram todos os possíveis espaços de relação e conexão com os agentes e agências do entorno. Ao longo de sua história lançaram mão de diferentes estratégias de convivência com outros povos, inclusive com os *purutuya* e notadamente com as instâncias do poder estatal. Tais estratégias, denominadas aqui como guerreiras e diplomáticas permearam os diversos contextos em que estavam envolvidos caracterizando-se por ações de enfrentamento aberto ou de negociação, colaboração e resistência cotidiana, muitas vezes utilizadas de forma concomitante.

No item anterior discutimos a inserção dos Terena nos órgãos do indigenismo oficial, mas também, as críticas e manifestações contrárias dos Terena em relação à política indigenista. Ampliamos aqui a discussão para a diversidade de posicionamentos desses indígenas frente ao Estado atual como um todo, ressaltando a complexidade dos agentes públicos.

O cenário político em que os Terena estão inseridos no Mato Grosso do Sul compõe-se da dinâmica política interna das diversas aldeias, somada à dinâmica de inúmeras instituições governamentais ou não com as quais eles mantêm relações. Nesse contexto, há coletivos que se aglutinam em torno da luta pela terra e coletivos que se aglutinam em torno de demandas mais pontuais. Evidentemente esses coletivos não são conjuntos homogêneos, fechados e estáticos e interagem com as condições conjunturais do entorno. Cada opção implica contar com determinados aliados, afinados com a perspectiva adotada. Por exemplo, a opção de não entrar no movimento das reocupações e buscar aproximação do setor ruralista, favorece o acesso a uma série de serviços de agências do Estado controlada por políticos ligados ao setor. Também pode facilitar o acesso a empregos e outras formas de renda, essenciais para a manutenção das famílias na atualidade.

Portanto, cabe observar que certas estratégias diplomáticas atuais não estão focadas na questão da luta pela terra, mas buscam reconhecimento político junto a setores da sociedade nacional empoderados na gestão da política do Estado e no setor do agronegócio. Tal reconhecimento favorece o acesso a vantagens e serviços, bem como parece expressar uma descrença na possibilidade de reconhecimento de territórios indígenas e uma aposta nas vantagens da acomodação ao sistema regional. Daí a tendência destes segmentos se pensarem como opostos e em alguns momentos como antagonicos. Entretanto, as relações parentais, o

reconhecimento do pertencimento étnico e a possibilidade de acionamento de antigas redes de aliança, torna a cisão sempre algo possível de ser superado.

A expropriação dos territórios terena e as estratégias em torno da manutenção e recuperação desses territórios são o fio condutor da tese, por isso, os dados e análises se concentraram nos coletivos que se organizam prioritariamente, não exclusivamente, na luta pela terra, utilizando para tanto de estratégias diplomáticas e guerreiras.

Mas, é importante mencionarmos as estratégias dos coletivos que se organizam prioritariamente em torno de questões mais imediatas e que buscam apoio de agências governamentais nas situações de vulnerabilidade dos diversos grupos terena. Em geral, estão mais focados em demandas imediatas das comunidades e centrados nas questões dos *troncos* e aldeias que representam.

Esses coletivos, para além do engajamento nas instituições que trabalham diretamente com a política indigenista, têm buscado a inserção e o apoio de outras instâncias governamentais. Um exemplo dessa estratégia é o Fórum dos Caciques – FOCAMS, organizado no mês de setembro de 2016. Outros eventos e grupos com o mesmo nome já foram articulados por lideranças terena e de outras etnias. Mas, esse se diferencia por ter sido apoiado pela Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, e, mais particularmente, pelos deputados Professor Rinaldo/PSDB, Onevan de Matos/PSDB, Mara Caseiro/PSDB e Paulo Corrêa/PR. Os três últimos foram respectivamente: membro, presidente e relator da CPI do Cimi (finalizada em maio do mesmo ano) e deram votos favoráveis à aprovação do relatório final que afirma a responsabilidade do Cimi no que consideram “invasão de propriedades rurais” (MATO GROSSO DO SUL, 2016b, p. 215), além do alinhamento explícito com as demandas da bancada rurulista.

A formação do Fórum foi precedida da audiência pública *Valorização dos Caciques Indígenas de Mato Grosso do Sul*, proposta pelos deputados Paulo Corrêa, Mara Caseiro e Onevan de Matos em parceria com o governador de Mato Grosso do Sul, Reinaldo Azambuja/PSDB, e com a Subsecretaria Estadual de Assuntos Indígenas (cuja subsecretária era a indígena Silvana Terena).

Participaram do evento caciques das etnias Ofaié, Guaraní Kaiuá, Kadiwéu e Terena. O plenário da Assembleia Legislativa foi tomado por lideranças e integrantes de diversas aldeias, entre elas: Água Azul, Olho D'água e Barreirinho (Dois Irmãos do Buriti), Jaguapiru (Dourados), Babaçu, Argola e Morrinho (Miranda), Alves de Barros (Porto Murtinho), Taboquinha, Água Branca, Brejão e Cabeceira (Nioaque), Aldeinha (Anastácio), Tereré, Lagoinha, Córrego do Meio e 10 de Maio (Sidrolândia), Ipegue (Aquidauana), Ofaié (Brasilândia), Marçal de

Souza (Campo Grande) e Córrego de Ouro (Bodoquena), entre outras (CACIQUES, *Agora MS*, 09 de junho de 2016).

De acordo com Onevan de Matos, a CPI do Cimi foi decisiva para a realização da audiência, pois a partir da Comissão os deputados teriam conhecido “a verdadeira ação que o Cimi desenvolvia nas aldeias e a necessidade de ouvir os caciques” (Onevan de Matos, *apud* RODRIGUES, *Midiamax*, 08 de junho de 2016).

Com a realização da CPI estabeleceram-se diversos tipos de relações entre os coletivos Terena e os referidos parlamentares. Por um lado, relações de enfrentamento e discordância ligadas à questão territorial e, por outro lado, relações de negociação ligadas a inúmeras outras demandas, como evidencia figura 30, retirada da página de notícias do governo estadual. A legenda original que acompanha a foto é “Reinaldo recebe pedidos de caciques durante audiência pública” (GAÚNA, *Notícias MS*, 08 de junho de 2016).

**Figura 30** – Encontro entre o governador de MS, Reinaldo Azambuja e lideranças indígenas em audiência pública



Fonte: *Notícias MS*, 08 de junho de 2016. Créditos: Chico Ribeiro.

O jornal *Midiamax* noticiou que dentre as “reivindicações dos caciques [participantes da audiência], as ações mais solicitadas foram: construção de unidades de saúde, reforma de escolas, melhoria da segurança dentro das aldeias e recuperação de estradas” (CACIQUES, *Midiamax*, 08 de junho de 2016). Os Terena não necessariamente se comprometem com a pauta do Estado quando fazem essa opção por atenderem ao chamado e participarem da reunião proposta pela Câmara dos Deputados. Entretanto, aproveitam a ocasião para buscar



assegurar serviços nas aldeias, como saúde, educação, estrada, segurança etc. Trazer esses serviços reforça o papel deles como liderança, mas não necessariamente “amarra” os caciques à pauta do Estado. Em outra ocasião, as mesmas pessoas podem requerer a demarcação da terra. Isto não descarta a possibilidade da existência de “intelectuais orgânicos terena” trabalhando para a perspectiva do Estado e recebendo vantagens pessoais.

Dentre os encaminhamentos da referida audiência, ficou definida a criação do Fórum dos Caciques, cujo estatuto foi aprovado em setembro de 2016. Foram eleitos sete membros do Conselho de Administração, três titulares e três suplentes do Conselho Fiscal. O então cacique da Aldeia Tereré, Juscelino Custódio Mamede, foi eleito presidente, e “como vice-presidente do FOCAMS foi eleito o então cacique da Aldeia Argola, do Município de Miranda, Fábio Lemes” (PAES, *Região News*, 06 de setembro de 2016).

O deputado Paulo Corrêa afirmou que seu objetivo com a iniciativa era “dar voz” aos indígenas e a subsecretária Silvana Terena pontuou que assim os índios seriam “protagonistas de suas próprias histórias”, conforme noticiado no site da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul:

“Nós estamos exercendo a cidadania e criando um espaço para consolidar o diálogo e dando voz aos caciques que sabem do que suas aldeias precisam”, declarou o deputado Paulo Corrêa (PR).

A subsecretária de Políticas Públicas para a População Indígena, Silvana Terena complementou a importância do ato. “Estamos concretizando um desejo para que vocês sejam protagonistas de suas histórias, porque são vocês que sabem da realidade que vivem, e é necessário trazer as demandas para o coletivo”, admitiu. (TURATI, *Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul*, 05 de setembro de 2016).

Esses discursos se correlacionam com o Relatório Final da CPI do Cimi, que afirma que os indígenas, quando reivindicam territórios, estariam sendo manipulados pelo Cimi, por antropólogos e até por interesses internacionais. Tese frequentemente utilizada para desqualificar a luta dos coletivos indígenas pela terra, fundamentada nas velhas representações que consideravam os indígenas como “menos capazes”. O fragmento a seguir é do referido relatório:

Os índios vêm sendo, em verdade, iludidos, ludibriados, enganados pelo CIMI. Manipulados em sua miséria, infelizmente, e da qual não podem ser responsabilizados os produtores rurais, para atuarem conforme os escusos interesses do CIMI e de organizações internacionais, que certamente compromissos algum possuem para com o Brasil (MATO GROSSO DO SUL, 2016b, p. 211).

Os parlamentares envolvidos na criação do Fórum dos Caciques aproveitaram para afirmar seu comprometimento com o bem estar dos indígenas (a despeito de sua discordância em relação às Retomadas):

“Fui muito criticado quando participei da CPI do CIMI e, na verdade, eu só queria defendê-los [os indígenas] de pessoas que se aproveitam deles. Hoje me sinto vitorioso. É um dia histórico. Esse Fórum é resultado de um trabalho sério e nós vamos informar sua criação e composição a todas as secretarias de governo e ao governador Reinaldo Azambuja”, finalizou Paulo Corrêa (FÓRUM, *Página Dep. Paulo Corrêa*, 05 de setembro de 2016).

Os Terena participantes do Fórum, por sua vez, afirmaram seu compromisso com as demandas de suas comunidades, como aponta a fala de Juscelino Custódio Mamede, presidente do Fórum: “Eu agradeço a confiança de todos que acreditam em mim temos muito que lutar para melhorar a nossa qualidade de vida” (PAES, *Região News*, 06 de setembro de 2016).

O vice-presidente, Fábio Lemes, da aldeia Argola, salientou a importância da nova relação estabelecida com o legislativo estadual: “Acredito que esse conselho [Fórum dos Caciques] vai trazer o fortalecimento para que possamos lutar pelos nossos direitos. É uma porta de acesso ao Legislativo, o que vai nos ajudar encaminhar as demandas que necessitamos. Educação, saúde e segurança é o que vamos trazer aos parlamentares” (Fábio Lemes *apud* LEITE, *O Estado online*, 06 de setembro de 2016).

Conforme o mesmo jornal, outra liderança Terena, Ana Batista, então vice-cacique da aldeia Tereré, lembrou a questão territorial e disse ter esperanças que esse processo caminhe a partir dos novos direcionamentos. “Este ano sofremos muito com tudo que vem acontecendo com o nosso povo, espero e acredito que com caciques participando desta nova ferramenta que foi criada hoje, possamos acabar com os conflitos e ter paz onde vivemos” (Ana Batista *apud* LEITE, *O Estado online*, 06 de setembro de 2016, grifo nosso). Essa última fala e as relações entre o Fórum dos Caciques e o governo estadual, evidenciam que alguns coletivos Terena, na conjuntura atual, utilizam de estratégias diplomáticas (já presentes na história terena) na tentativa de alcançar diversas demandas.

Essas relações envolvem interesses do próprio Estado, e de modo particular de seus agentes, que se aproveitam também das divisões políticas internas dos grupos indígenas. Cabe ainda a ressalva de que são relações assimétricas, uma vez que os representantes do poder executivo e legislativo estadual detêm mais poderes políticos e econômicos inerentes à posição que ocupam na esfera pública do que os Terena de modo geral.

Ainda assim, é preciso reconhecer que tanto as estratégias de enfrentamento quanto as estratégias de inserção nos órgãos estatais e de negociação com agentes do Estado (mesmo com os agentes que se colocam como opositores na questão territorial), são formas de atuação dos Terena, que evidenciam o seu protagonismo e a sua condição de sujeitos históricos.

O movimento pendular entre estratégias guerreiras e estratégias diplomáticas é por vezes acionado por coletivos diferentes em uma mesma temporalidade, dependendo não só da conjuntura regional/nacional em que estão inseridos, mas da própria dinâmica interna das relações entre os Terena.

#### **5.4 A redefinição das relações com o entorno**

As Retomadas alteraram não só as relações entre os Terena e o Estado, mas também suas conexões com outros atores sociais. A interlocução com os proprietários rurais era (na maioria das situações) amistosa, e envolvia a prestação de diversos serviços e *favores* por parte dos Terena. Essa situação alterou-se com a emergência das reivindicações territoriais dos indígenas.

Os Terena, por sua vez, aproximaram-se de outros grupos e instituições, principalmente do indigenismo não oficial, incluindo órgãos como o Cimi, as universidades e pesquisadores de modo geral.

##### **5.4.1 Mudanças nas relações com patrões, padrinhos e compadres**

Conforme discutido em capítulos anteriores, os Terena buscaram manter relações amistosas com seu entorno. Sua presença no espaço urbano sempre foi significativa pelas relações de comércio mantidas entre eles e os regionais e também pela ocupação de alguns postos de trabalho. Além disso, seu engajamento como mão de obra nas fazendas foi constante. Essas relações, em alguns casos, eram marcadas também pelo compadrio.

Além de patrões, os Terena tinham na vizinhança das Reservas, padrinhos e compadres. A imagem de *índios mansos* recorrente nos documentos dos períodos colonial e imperial foi, dessa forma, preservada pelos regionais e valorizada pelos órgãos indigenistas durante a maior parte do século XX. Evidentemente, em momentos em que os Terena não



correspondiam às expectativas desses mesmos padrões, essa imagem era transformada no estereótipo negativo do *bugre*.

Todavia, a estratégia terena predominante, embora não exclusiva, até a década de 1990, era reforçar essa postura diplomática, característica do seu *ethos*. Os Terena orgulham-se da boa convivência que mantiveram com os não índios ao longo da sua história, e identificam-se como índios “que não gostam de briga” (Lúcio Sol, Terena, 2003 *apud*, PEREIRA, 2009, p. 28).

Conforme pontuado por Vargas (2011a, p. 129) “essas relações amistosas mantidas entre os Terena e os fazendeiros não foram, entretanto, suficientes para impedir as disputas pelas terras entre eles”. Quando os indígenas esgotaram as possibilidades *diplomáticas* (solicitações, requerimentos e abaixo-assinados) de recuperação de suas terras, e passaram a adotar a postura denominada por eles como *guerreira*, as relações com o entorno também se redefiniram.

Sobre a Retomada nas fazendas Buriti e Recanto do Sabiá (na Terra Indígena Buriti) o jornal *Correio do Estado* publicou uma reportagem que expressa a estranheza dos fazendeiros diante da mudança de postura dos Terena:

Chegava dezembro até início de janeiro, a gente já sabia. Os índios passavam, levando a bandeira [dos festejos do Divino, comemorativos ao dia de Reis, 6 de janeiro] e a gente já deixava pronto o almoço pra ele. Tinha um deles que sempre estava em casa, saía levando leite para as crianças dele. Mais tarde soube que ele estava morando lá [na fazenda ocupada]. (Entrevista de uma produtora rural, *apud* ARRUDA, *Correio do Estado*, 30 de julho de 2007, p. 6).

A reportagem aborda ainda a alteração nas relações de trabalho afirmando que “dependendo do volume da colheita [dos proprietários], 20 funcionários são recrutados para compor a mão de obra, porém, diferentemente de quatro anos e meio atrás, nenhum deles é indígena” (ARRUDA, *Correio do Estado*, 30 de julho de 2007, p. 6).

Nas cidades as relações também se alteraram. Um episódio que exemplifica isso ocorreu em um conhecido estabelecimento de Miranda, em 2013. O restaurante Zero Hora, conforme noticiado em jornais *on-line* e na página do *Facebook Resistência do Povo Terena*, recusou-se a atender uma família terena que voltava de uma área de Retomada no município. A esse respeito a Terena Zuleica Tiago, cliente que passou pela referida situação, afirmou “foi uma humilhação e um ato de preconceito. Nós temos certeza que isso aconteceu por causa da Retomada das terras de Miranda” (SANTOS, *Campo Grande News*, 15 de outubro de 2013).

Dentre as relações conflituosas é possível citar também o drástico episódio em que o Terena Jolinel Leônico foi baleado em 2015, como abordado no capítulo 4. Os suspeitos são conhecidos por irmãos Amaral, donos de uma das fazendas na área de Retomada e de um supermercado em Miranda. Os Terena da Retomada Mãe Terra fizeram protestos na cidade para que os suspeitos fossem presos. Depois protestaram (junto com indígenas de outras aldeias) para que eles não fossem soltos, conforme informações da página do *Facebook Resistência do Povo Terena*, em postagem do dia 1º de junho de 2015.

Em 2015 cartazes foram espalhados em Miranda em uma campanha contra as Retomadas. Também foram colocados *outdoors* em Campo Grande (figura 31), com intenção de desqualificar as iniciativas indígenas de reivindicação territorial, afirmando que a ocupação não indígena é mais antiga.

**Figura 31** – *Outdoor* fixado em Campo Grande, referente à fazenda Esperança, na Terra Indígena Taunay/Ipegue, 2015



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 10 de junho de 2015.

Dessa forma, as Retomadas e a adoção de uma postura de enfrentamento e de luta pela recuperação de seus territórios tradicionais, redefiniu as relações dos Terena com seu entorno, bem como trouxe à tona antigos preconceitos da sociedade sul-mato-grossense contra os indígenas.

#### 5.4.2 Novos aliados: indigenismo não oficial

A nova conjuntura política dos Terena no final do século XX, que redefiniu as relações com o entorno, provocando um distanciamento dos vizinhos *purutuya* (seus antigos padrões, padrinhos e compadres), também aproximou os Terena de outros atores sociais. Dentre essas novas conexões destaca-se a aproximação com o indigenismo não oficial: Cimi, universidades, antropólogos e pesquisadores de modo geral.

A antropóloga Graziella Reis de Sant’Ana (2010) pontua que as relações com o Cimi iniciaram-se na década de 1970, por meio de encontros promovidos pelo órgão e que reuniam diversas etnias para compartilhar experiências, levantando situações em comum ao mesmo tempo em que destacavam suas especificidades.

Nesses encontros, nacionais ou regionais, os indígenas também se relacionavam com outros movimentos sociais como: os camponeses, os movimentos dos trabalhadores urbanos, movimento das mulheres e dos perseguidos pelo regime [militar]; ganhando, assim, experiências e vivências múltiplas. Pontua que os encontros nacionais ganhavam força a partir das mobilizações regionais, ou seja, das demandas e lutas travadas cotidianamente por grupos mais próximos uns dos outros (SANT’ANA, 2010, p. 96).

Essa aproximação se inicia no bojo da ascensão de diversos movimentos sociais e no período final da Ditadura Militar. A autora pontua que nas décadas seguintes, a partir de 1980, o Cimi continuou sua atuação junto aos indígenas, mas no papel de coadjuvante, “principalmente diante do cenário crescente das associações e da formação técnica e acadêmica de várias lideranças indígenas” (SANT’ANA, 2010, p. 97).

O Cimi configurou-se como importante aliado dos indígenas, como pode ser percebido inclusive pela sua frequente presença nas Assembleias do Povo Terena. Assim como os proprietários rurais, os indígenas buscam formar uma rede de apoiadores em relação à questão da terra. Corroborando com essa constatação, Eremites de Oliveira e Pereira (2012), a partir do trabalho de campo na Terra Indígena Buriti, destacam:

Os Terena de Buriti possuem uma grande capacidade de articulação e organização interna para a tomada de decisões. Portanto, foram eles próprios — na condição de agentes sociais de sua própria história — que decidiram *reaver* aquelas terras que tiveram de deixar no passado. Isto não exclui, eventualmente, um ou outro apoio buscado em entidades indigenistas, sobretudo ao longo desses últimos anos de conflitos fundiários. Assim sendo, é muito provável e natural que eles tenham feito articulações externas com vistas a obter apoio para sua causa, da mesma forma que os proprietários buscaram apoio em suas entidades de classe, como a FAMASUL (Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Mato Grosso do Sul) (EREMITES DE OLIVEIRA E PEREIRA, 2012, p. 211).

Quanto à interlocução dos Terena com antropólogos e demais pesquisadores, Sant’Ana (2010) pontua que a Antropologia no Brasil está ligada à atuação indigenista e à militância no movimento indígena, especialmente nas últimas quatro décadas. Dessa forma, os antropólogos compartilham o palco das lutas pelos direitos indígenas “seja participando junto aos órgãos oficiais (FUNAI, Ministérios, entre outros), seja atuando nas Universidades ou em ONGs” (SANT’ANA, 2010, p. 99). A autora aponta que assim como os missionários, os antropólogos são apoiadores, cujo campo de atuação se restringe a momentos pontuais e específicos (como técnicos nos projetos das associações indígenas ou em momentos em que o conhecimento antropológico é imprescindível).

Cada vez mais os Terena estão presentes nas universidades, inclusive como parte da estratégia de se apropriar de conhecimentos que sejam úteis na luta por suas demandas. A presença desses indígenas não se restringe à graduação, tendo em vista que alguns já concluíram cursos de mestrado e doutorado.

É significativo que os Terena, apesar de considerarem os pesquisadores como aliados, têm cada vez mais reivindicado para si o papel de escreverem sua história, tornando-se eles mesmos antropólogos, historiadores, pesquisadores da educação, entre outros. Por diversas vezes ouvi alunos de História da UCDB afirmando que muitas informações já haviam sido passadas para os pesquisadores e que agora era o momento dos próprios Terena discutirem sua história em âmbito acadêmico.

Nesse contexto a universidade é um espaço de luta e seus professores continuam como apoiadores importantes na rede de relações dos Terena. Até o final do século XX, os pesquisadores iam às aldeias e lá eram recepcionados pelos índios. A partir do final do século XX, e principalmente no século XXI, os Terena vieram para as universidades. É a vez dos membros da Academia recepcionarem os indígenas. E assim, esse espaço universitário converteu-se também em espaço de luta. Vargas (2011a, p. 37), aponta que “os professores e acadêmicos Terena tornaram-se referências de lideranças entre os índios. Tanto em suas aldeias, quanto nas universidades, os seus discursos são sempre voltados para o fortalecimento de sua identidade e dos direitos dela decorrente”.

## 5.5 A inserção no movimento indígena

As Retomadas devem ser entendidas no bojo da inserção dos Terena no indigenismo não oficial e no movimento indígena. Nos itens anteriores foi abordado o contexto de surgimento do movimento indígena. O pesquisador Baniwa Gersen Luciano (2007) traz importantes contribuições acerca do tema:

Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades, organizações e povos indígenas desenvolvem de forma minimamente articulada em defesa de seus direitos e interesses coletivos. O líder indígena Daniel Mundurucu costuma dizer que no lugar de movimento indígena dever-se-ia dizer ÍNDIOS EM MOVIMENTO. Ele tem certa razão, pois não existe no Brasil um movimento indígena. Existem muitos movimentos indígenas, uma vez que cada aldeia, cada povo ou cada território indígena estabelece e desenvolve seu movimento de luta em defesa de seus direitos. Mas as lideranças indígenas brasileiras, de forma sábia, gostam de afirmar que existe sim um movimento indígena, aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas, na perspectiva de uma luta articulada em níveis locais, regionais, nacional e internacional em torno dos direitos e interesses comuns, frente a outros segmentos e interesses nacionais e regionais. É importante dissociar a existência de movimento indígena nacional da existência de uma organização indígena nacional (LUCIANO, 2007, p. 128-129).

Nesse sentido, para os Terena essa inserção no movimento nacional, ou ainda, essa interação com outros *índios em movimento* não diminui a especificidade e a autonomia de suas mobilizações, mas, fortalece-os por meio do apoio dos *parentes* que têm interesses e demandas em comum, e, frequentemente unem-se para apoiar-se mutuamente seja em mobilizações em torno de questões específicas, seja em lutas contra problemas mais abrangentes como a PEC nº 215/2000, por exemplo.

Luciano (2007, p. 129-130), ainda destaca que foi a mobilização dos indígenas apoiados “por seus aliados, que conseguiu convencer a sociedade brasileira e o Congresso Nacional Constituinte a aprovar em 1988 os avançados direitos indígenas na atual Constituição”. Luiz Henrique Eloy Amado, em uma mesa redonda sobre os direitos indígenas no Encontro de Acadêmicos Indígenas de Mato Grosso do Sul, chamou a atenção dos jovens para a necessidade de lutarem para que esses direitos não sejam revogados:

A PEC 215 ela vem justamente pra isso, pra tirar a competência que é do poder executivo pra demarcar e homologar terra indígena e transferir para o Congresso Nacional. Isso significa um retrocesso aos nossos direitos, porque se esses artigos estão hoje na Constituição Federal não é porque os deputados da época da Constituinte eram bonzinhos não. É porque os nossos caciques ficaram dois anos acampados em Brasília. Peguem um dia pra ler o histórico. Vários caciques Terena que não estão mais entre nós, os Guarani-Kaiowá que não estão mais entre nós, que

lutaram por esses dois artigos. Então é dever nosso, enquanto estudantes indígenas, enquanto futuro dos povos indígenas, lutar e defender esses direitos (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, Mesa Redonda sobre direitos indígenas no Encontro de Acadêmicos Indígenas do MS, 14 de novembro de 2015).

Luiz Eloy, em entrevista sobre a inserção dos Terena no movimento indígena, afirmou que sua atuação enquanto participante do movimento se dá por meio do Conselho do Povo Terena (grupo que organiza as Assembleias Terena). Ele explicou que o conselho surgiu a partir da primeira Grande Assembleia, realizada em 2012 na aldeia Imbirussú (Terra Indígena Taunay/Ipegue), mas que antes disso já haviam sido realizadas reuniões em várias aldeias pra discutir temas como a demarcação das terras e a PEC nº 215/2000. Luiz também relatou os desafios iniciais para que o Conselho fosse reconhecido pelos caciques:

Foi engraçado que num primeiro momento nenhum cacique quis participar, porque eles pensavam que era um movimento politiquero, pensavam que eram reuniões pra fazer politicagem ou pra promover fulano, pra discutir política. Mas aos poucos eles foram vendo que não, que a gente se reunia justamente pra tratar da questão da terra. Tanto é que participava o Ministério Público Federal, a AGU, a procuradoria da FUNAI, sempre participando e dando informações pra gente. Então foi a partir disso que foi ganhando mais adeptos. Cada reunião que a gente fazia, a gente ia ganhando um cacique, ganhando uma liderança, porque ele ia vendo que o movimento estava se levantando pra brigar por um direito coletivo, não pra ficar discutindo cargos e política, essas coisas. E aí que nós marcamos uma reunião um pouco maior que foi essa do Imbirussú, que foi em maio de 2012. E essa reunião foi boa porque foi muita gente. Ou seja, acho que dos 43 caciques terena que nós temos, se não me engano, estavam 38, 39. E estavam os caciques Kadiwéu, os Kinikinao, os Ofayé. Tinha muita gente. Estava muito bom (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Embora seja uma organização recente e formada por diversas lideranças, inclusive pessoas mais novas, o Conselho é reconhecido, pelo menos por parte dos Terena, como uma organização tradicional. Esse reconhecimento se deve à participação de lideranças tradicionais e à constante busca por valorizar elementos da tradição. A fala de uma anciã da aldeia Água Branca reproduzida por Luiz remete a origem da Assembleia Terena aos Tempos Antigos:

E aí uma senhorinha levantou, uma senhora da aldeia Água Branca, ela levantou pra fazer uma pajelança e ela disse que aquilo ali não se tratava de uma simples reunião. Ela falou que desde a Guerra do Paraguai ela nunca mais ouviu falar que os caciques tinham se reunido, com os Kadiwéu, com os Kinikinao. E que a Guerra do Paraguai também foi um enfrentamento comum a todos. Ela disse que há muito tempo que não ouvia falar que os povos tinham se reunido. Então ela falou: isso aqui não é uma simples reunião, isso aqui é uma *Hánaiti Ho'únevo*. É uma grande reunião. Eu tenho até hoje ela falando (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Uma referência a essa fala abre o documento final da primeira Assembleia, possivelmente para afirmar a tradicionalidade da reunião: “Desde a Guerra do Paraguai os povos indígenas do pantanal não se reuniam. Após 177 anos, as lideranças Terena se reúnem juntamente com representantes do povo Guarani, Kaiowá e Kinikinau na terra indígena Taunay/Ipegue” (GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA, *Documento final*, 03 de junho de 2012).

O Conselho Terena, assim como o Conselho *Aty Guassu*, optou por integrar a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil – Apib, criada pelo Acampamento Terra Livre de 2005<sup>5</sup>. Dessa forma, desde 2012 os Terena têm participado regularmente das mobilizações organizadas pela Apib, inclusive organizando comitivas para Brasília. Luiz justifica que o Conselho não foi criado para interferir em questões internas das aldeias, que são da alçada dos caciques, mas sim, para fazer um “enfrentamento mais a nível geral”, como a campanha contra a PEC nº 215/2000, a luta pelas demarcações, e outras que questões que afetam coletivamente os grupos Terena (como saúde, educação e sustentabilidade). Assim, o Conselho é concebido como uma instância de fortalecimento das lideranças indígenas e de mediação com o Estado:

O conselho é uma instância de decisão dos caciques, mas que leva as demandas para o Estado, tanto poder executivo federal quanto estadual e municipal. Nós já fizemos vários diálogos nesse sentido, de demandar políticas em nível federal, estadual e municipal. A gente entende que um cacique sozinho, ele é mais frágil é só uma voz falando. Agora quando fala o Conselho Terena, já é todos os caciques, todas as lideranças, os jovens (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Dentre as conquistas elencadas por Luiz está o já citado diálogo com o Conselho *Aty Guassu* e o apoio mútuo, conforme apontado no item sobre a Grande Assembleia do Povo Terena – *Hánaiti Ho’únevo Têrenoe*.

Essa relação entre as duas organizações pode ser percebida nas mobilizações e reuniões e até mesmo nas redes sociais. Na página do *Facebook Resistência do Povo Terena* são constantes as referências aos Guarani Kaiowá, como demonstrado anteriormente e como pode ser percebido na figura 32, publicada dias após a morte de Simião Vilhalva. Na imagem, aparece uma criança e ao fundo alguns bovinos. A inscrição sobre a imagem diz: “Mato

---

<sup>5</sup> O Acampamento Terra Livre – ATL é uma mobilização nacional que é realizada todo ano, desde 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado brasileiro o atendimento das demandas e reivindicações dos povos indígenas.

Grosso do Sul: onde um boi vale mais que uma criança indígena. Tekohá Manderú Marangatu. Guarani-Kaiowá – MS/Brasil”. Também são compartilhados vídeos, fotos e textos publicados pelo Conselho Aty Guassu, assim como a página do Conselho *Aty Guassu* compartilha as postagens do Conselho Terena.

**Figura 32** – Página do *Facebook Resistência do Povo Terena*, referência aos Guarani Kaiowá de Nhanderu Marangatú, dias após a morte de Simião Vilhalva



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 13 de setembro de 2015.

Luiz destaca, ainda, que os Guarani Kaiowá contribuíram muito com organização do Conselho Terena “porque eles já tinham essa experiência de se organizar em forma de conselho e tomar as decisões em grandes assembleias”, o que para os Terena, nesse contexto, era novo.

Outra conquista do Conselho, na visão de Luiz, é o assento na Organização das Nações Unidas – ONU, que desde 2013 é ocupado por Lindomar Terena. Ele pontua que a indicação foi da Apib, ratificada na Assembleia Terena de 2015:



Porque desde a década de 90 tem um parente nosso que vai lá que é o Marcos Terena. Só que o Marcos Terena todos esses anos ele ia e falava o Brasil tem uma Constituição boa. O Brasil tem uma legislação boa para os indígenas. O Brasil está perfeito. Então em 2013 foi a primeira vez que nós conseguimos mandar o Lindomar. E o Lindomar falou: “Sim, o Brasil tem uma legislação muito boa, muito avançada. Mas não está sendo cumprido”. Então pela primeira vez conseguimos expor a realidade na ONU. [...] Ele foi indicado pela APIB e foi ratificado na nossa Assembleia de Cachoeirinha, que teve em maio desse ano. Então os caciques confirmaram o Lindomar como nosso legítimo representante na ONU. E está lá pra falar a nossa realidade. Então nos últimos três anos ele foi e falou. Denunciou mesmo o que está acontecendo, que o Brasil está cometendo todas essas omissões e violações principalmente contra o povo Guarani-Kaiowá. Resistência do PovoTerena (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Quanto às retomadas, convém lembrar que elas já eram realizadas antes da existência do Conselho Terena, porém, o Conselho teve um papel significativo na continuidade dessas ações. Conforme avaliação de Luiz nos últimos três anos foram retomados mais de 30 mil ha. “Então eram 30 mil ha. que estavam na mão do fazendeiro, estavam servindo pra engordar boi, pra soja. E que hoje estão na mão da nossa comunidade, servindo de roça, de moradia”. (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Assim o Conselho Terena e o reposicionamento frente ao movimento indígena, são elementos importantes nas lutas e conquistas recentes dos Terena no Mato Grosso do Sul, especialmente em relação à recuperação de seus territórios tradicionais. Importante destacar ainda que embora a atuação do Conselho evidencie a apresentação *guerreira* do *ethos* terena, ela não exclui as ações diplomáticas, potencializadas agora por profissionais indígenas que buscam cada vez mais utilizar também os mecanismos oficiais para a garantia dos seus direitos.

Sem falar nos outros modos de disputa: as ações judiciais que nós impetramos em nome do Conselho Terena, da Aty Guassu, essa admissão enquanto organização tradicional figurar num processo, é uma coisa nova. Principalmente no processo do Leilão [da Resistência] foi muito significativo. Foi a primeira vez que os índios, em nome próprio, por meio de advogado próprio, estavam em juízo defendendo. Não era mais a FUNAI, nem o Ministério Público. E o juiz, numa decisão até escreve isso. É importante que quem está figurando no processo são os índios, por meio de uma organização tradicional, por meio de advogado próprio. Isso tem um significado importante pra nós, pra nossa luta, pra ver que nós podemos demandar também outras formas de luta, luta política, luta jurídica e utilizar os instrumentos do Estado pra garantir os nossos direitos (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

Os Terena constantemente evocam em seu discurso o Artigo 231 da Constituição Federal de 1988, demonstrando o conhecimento que têm de seus direitos, a disposição em

lutar por eles e a habilidade de utilizar os mecanismos dos *purutuya* nessa luta. O Conselho do Povo Terena demonstra mais uma vez o movimento pendular do *ethos* Terena, oscilando entre as estratégias de *diplomacia* ou de *guerra*, de acordo com a conjuntura vivenciada por eles. Assim sendo, nos últimos anos, as estratégias de enfrentamento têm se destacado, daí o acionamento da categoria *guerreiro*, que assume centralidade nas iniciativas de reocupações das terras tradicionais, usurpadas durante o processo de ocupação agropecuária em Mato Grosso do Sul.

## 5.6 Práticas rituais e a evidenciação da terenidade

Uma característica importante do movimento indígena atual é a valorização de elementos que evidenciem sua distintividade étnica. Esse fenômeno tem se configurado também em outros locais do mundo, como observa a pesquisadora Ana Paula Comin de Carvalho (2006), que abordou um movimento protagonizado pelo Quilombo Família Silva, no Rio Grande do Sul. Ela traz importantes contribuições para essa discussão:

A ressemantização de conflitos pelo viés étnico é um fenômeno global, que tem atingido tanto os países de “primeiro mundo” como os “periféricos”, ainda que em temporalidades e profundidades distintas. Primeiramente, nos Estados Unidos, na Europa a partir dos anos 1970 e no Leste Europeu, após a dissolução da União Soviética e dos regimes comunistas, observa-se a emergência de movimentos étnicos e o deslocamento de uma identidade mais abrangente e homogênea para identidades específicas e diferenciadas (CARVALHO, 2006, p. 37).

Assim, Carvalho (2006, p. 38), pontua que esse processo de “eticização da luta fundiária” é caracterizado pela utilização que seus participantes fazem dos “símbolos e categorias étnicas como instrumentos de ação política”. O pesquisador Edmundo Pires (2015) utilizou esse conceito para compreender as ações dos Terena em torno da luta pela regularização fundiária do território de Aldeinha (município de Anastácio-MS).

O conceito, entretanto, é útil também para entender a mobilização dos Terena em outras áreas. Nesse processo de etnicização da luta fundiária uma das formas que os Terena têm utilizado para evidenciar sua terenidade, é vestir-se de forma tradicional em determinadas situações, por exemplo, durante algumas ações de Retomada, e mesmo quando comparecem a eventos em que os direitos indígenas são discutidos. Isso pode ser observado por meio das imagens que são veiculadas pelos diversos jornais, estão em arquivos históricos ou que são

divulgadas pelos próprios indígenas em suas redes sociais (como evidenciam as figuras 24, 25, 28, 33, 35, 36 e 38).

A expressão *forma tradicional* deve ser entendida como o conjunto de conhecimentos e práticas que os próprios Terena elegem como importantes marcadores de sua distintividade étnica. Assim, em diversas ocasiões de relação com representantes do Estado e da sociedade nacional (ou seja, os *purutuya*), em especial em cenários de interação interétnica, quando necessitam apresentar a exclusividade de seus coletivos ou reivindicar direitos referidos a condição de indígena, os Terena se apresentam a caráter, ou seja, com vestes e expressões consideradas propriamente terena. Algumas dessas manifestações são concebidas como frutos de contextos interétnicos, como no caso da dança conhecida como Bate Pau, que teria se originado nos festejos comemorativos a vitória na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), na qual os Terena participaram ao lado das tropas brasileiras. Outras podem se referir às práticas dos antigos xamãs.

Uma importante referência para conceituar tradição é o trabalho do historiador Eric Hobsbawm (1984), muito discutido entre pesquisadores da História e da Antropologia. O autor trabalha com a noção de tradição inventada para definir “tanto tradições realmente inventadas, construídas e formalmente institucionalizadas, quanto as que surgiram de maneira mais difícil de localizar num período limitado e determinado de tempo – às vezes coisa de poucos anos apenas – e se estabeleceram com enorme rapidez” (HOBBSAWM, 1984, p. 9). Importante considerar que invenção tem aqui o sentido de produção humana, não de falseamento da realidade. É claro que muitas vezes a prática de uma tradição passa por processo de objetivação, excluindo, entre seus praticantes, a percepção de seus elementos de historicidade. A tradição é normalmente praticada como se fizesse efetivamente parte da história, uma história construída a partir da necessidade de situar-se no tempo frente aos acontecimentos e outros povos com os quais determinado coletivo se relaciona e, em certo sentido, se diferencia mesmo compartilhando uma história comum.

Nesse sentido, Hobsbawm (1984, p. 9), pontua que aquilo que é tradicional não precisa necessariamente ser localizado de forma intacta em um período remoto, mas, pode ser resultado de adaptações e significações, para as quais tenta-se estabelecer “continuidade com um passado histórico apropriado”. E, em geral, são elementos que “estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais” (HOBBSAWM, 1984, p. 9).

A imagem a seguir (figura 33) é de um seminário realizado na Terra Indígena Cachoeirinha, em 2007. Mostra diversos indígenas pintados e paramentados com cocares e colares. Também há arcos e instrumentos musicais terena, como o pife (uma espécie de flauta) e a caixa (tambor). Em um cartaz, os dizeres: “Salve os heróis que lutaram pela conquista do nosso direito pela terra. Acampamento ‘Mãe Terra’ [área de retomada na T. I. Cachoeirinha]”.

**Figura 33** – Seminário sobre retomada do território tradicional, na T. I. Cachoeirinha, 2007



Fonte: Acervo Centro de Documentação Teko Arandu, TKF 04095. Créditos: Marcelo Casaro.

Observei que em vários eventos realizados no espaço das aldeias, ou nos espaços das universidades, que as lideranças e muitos acadêmicos e acadêmicas buscam utilizar as pinturas Terena, brincos, cocares e colares. Apenas para citar alguns dos eventos em que observei essa postura: 2ª Sessão de Audiência da Comissão Nacional da Verdade, realizada nos 24 e 26 de abril em Dourados/MS, nas diversas Assembleias Terena, no VI Fórum de Educação Indígena, realizado em 06 de março de 2015 na aldeia Tereré (Terra Indígena Buritizinho), em Sidrolândia.

Nas universidades em diversas ocasiões os acadêmicos utilizam algum elemento tradicional em sua vestimenta, especialmente em eventos que abordam a temática indígena.

As mulheres, nessas ocasiões, geralmente utilizam brincos, colares ou até mesmo enfeites de cabelo. No caso dos homens, alguns utilizam cocares ou colares. Isso pôde ser observado em diversos eventos, como no Encontro dos Acadêmicos Indígenas – Enei 2015, realizado na UEMS, campus de Dourados. Mas, mesmo em eventos que não são diretamente ligados à temática indígena, alguns acadêmicos, apresentam-se com vestimentas ou adornos tradicionais, por exemplo, em apresentações de trabalhos de conclusão de curso, defesas de dissertação e tese e até mesmo em cerimônias de formaturas. Isso demonstra o esforço de evidenciar a presença indígena na universidade e marcar a diferença, mesmo no espaço que em geral é utilizado para alcançar a igualdade de direitos, ou a igualdade social com os não indígenas.

Por conseguinte, percebe-se o reflexo das mudanças do movimento indígena em sua totalidade, já que quando as primeiras lideranças indígenas mobilizaram-se publicamente, a partir da década de 1970, o contexto não era favorável a essa postura. Essa diferença pode ser percebida nas fotos de Marçal de Souza, na década de 1980 e nas imagens recentes de lideranças indígenas, como Lindomar Terena. Em ambos os casos, a atuação desses líderes teve repercussões internacionais.

Na figura 34, observamos Marçal de Souza no encontro com o Papa João Paulo II, em sua primeira visita ao Brasil, em 1980. Na ocasião, Marçal discursou a respeito das dificuldades que os indígenas já enfrentavam em relação aos seus territórios tradicionais. A trajetória de Marçal, assassinado em 1983, tornou-se um símbolo importante no movimento indígena, constantemente comparada à trajetória de outras lideranças que morreram nos últimos anos no contexto da luta pela terra. Entretanto, a forma como Marçal se apresentava difere, em geral, da forma como as lideranças costumam se apresentar atualmente em ocasiões como essas. Na referida ocasião, ele não está fazendo uso de nenhum adorno ou vestimenta tradicional.

Na figura 35, observamos Lindomar Terena, discursando no Fórum da ONU, em Nova York, em abril de 2015. Na ocasião, ele denunciou as violações de direitos praticadas no Brasil contra os povos indígenas. Ao fundo, está Sonia Guajajara, outra importante líder do movimento indígena. Lindomar está usando um cocar e braçadeiras de penas e Sonia Guajajara usa um brinco de penas.



**Figura 34** – Marçal de Souza Tupã-Y e o papa João Paulo II, 1980



Fonte: Cimi. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo>. Créditos: Paulo Suess.

**Figura 35** – Lindomar Terena e outras lideranças indígenas na ONU, 2015



Fonte: Racismo Ambiental. Disponível em: <http://racismoambiental.net.br/2015/liderancas-indigenas-enfrentam-governo-denuncia-onu/>.

Por um lado, a mídia em geral explora de forma negativa as imagens dos Terena paramentados de forma tradicional nas Retomadas. Os indígenas por outro lado, apropriaram-se dessa imagem de *guerreiro* para expressar um posicionamento político, tanto de valorização da cultura, com todas as transformações que ela apresenta na prática, quanto de demonstração de insatisfação com o Estado e com os *purutuya*. A figura 36 mostra uma

ocupação na região da Terra Indígena Buriti em 2003, possivelmente no momento inicial de uma das Retomadas nessa área, referida pelo jornal *Correio do Estado* como fazenda Nossa Senhora Aparecida. Vários homens indígenas, sem camisa, alguns de cocar, levantam bordunas ou cruzam-nas no alto. Mais uma vez, os Terena parecem fazer referência aos guerreiros antigos.

**Figura 36** – Ocupação da fazenda Nossa Senhora Aparecida



*Os índios afirmam que vão defender a área da Fazenda Nossa Senhora Aparecida, que era dos seus antepassados*

Fonte: *Correio do Estado*, 21 de agosto de 2003.

O pesquisador Terena José Carlos Rodrigues Mamede (2016, p. 11), a respeito dos trajes e pinturas tradicionais na aldeia Buriti, destacou que eles são elementos importantes “nos momentos de mobilização para as Retomadas, nas quais os entrevistados revelaram que se animam de espírito de guerreiro, com o rosto e o corpo pintados e munidos de arco flecha, remetendo à sua cultura e à sua história”.

Nesse contexto, é importante discutir a apropriação dos indígenas do conceito de cultura. É perceptível que essa iniciativa de paramentar-se de forma tradicional é vista pelos Terena como um ato político de resistência. Para Sahlins (2007, p. 504), “a autoconsciência

cultural que vem se desenvolvendo entre as antigas vítimas do imperialismo é um dos fenômenos mais notáveis da história mundial no fim do século XX”.

Carneiro da Cunha (2009, p. 313) sobre cultura e “cultura”, salienta que, enquanto antropólogos têm se esforçado para desconstruir a noção de cultura, cada vez mais vários povos têm celebrado e buscado demonstrar “performativamente sua cultura”. A antropóloga define o termo (sem aspas) como uma “rede invisível na qual estamos suspensos”, enquanto “cultura” (com aspas) como “recurso e arma para afirmar identidade, dignidade e poder diante dos Estados nacionais ou da comunidade internacional” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 373).

Além da vestimenta e seus significados, outros elementos são importantes para os Terena nesse contexto, como a dança, a língua terena (mesmo que não seja falada por todos) e as manifestações religiosas. O pesquisador e vereador Terena, Éder Alcântara de Oliveira, importante liderança da aldeia Buriti, na Terra Indígena de mesmo nome, mencionou a relevância da religiosidade no cotidiano da Retomada, quando ainda estavam em situação de acampamento na área:

Então toda manhã tem reunião, tem oração, tem fala de lideranças, de guerreiros, dando incentivo. E a partir das oito até dez e meia é só reunião, sempre discutindo momentos, o que nós podemos fazer. Sempre antes de acabar a reunião tem a oração. Depois todos voltam pra sua barraca, ficam conversando, ficam andando, vai na barraca do outro. Mas sempre tem um grupo atento. São as pessoas que ficam guardando, fazendo a guarda a distância. Um grupo fica na mata olhando. Então durante o dia você fica discutindo estratégias. Outros vão melhorando sua barraca, vão construindo quase uma casa mesmo, porque vão permanecer. Hoje já tem casa estruturada com quarto, com tarimba, alguns já devem ter levado pra lá panela, pratos, talheres, já devem estar fazendo alimentação lá. (Eder Alcântara, índio Terena, aldeia Buriti, 29 anos, 2011 *apud* XIMENES, 2011, p. 120)

Nas Assembleias do Povo Terena é comum mais de um participante (de diferentes religiões, em geral católica e/ou protestante) fazer alguma oração, por vezes pedindo auxílio para solução dos problemas territoriais e força para que permaneçam na luta. Também ocorrem manifestações do xamanismo terena, em que são entoados cantos e rezas e é utilizado o *purungo*, instrumento importante na religiosidade terena, como apontam Pereira (2003) e Acçolini (2012).

O processo de valorização desses elementos dentro do movimento indígena foi acontecendo aos poucos, como demonstra a fala de Luiz Henrique Eloy:

Se você olhar as fotos da primeira Assembleia, a gente tava cru. Mas aí durante as Assembleias a gente criou as noites culturais. Então tem crescido muito esse resgate cultural. A gente tem resgatado muito a nossa dança, que é a expressão cultural máxima da nossa cultura, é a Dança da Ema, Kohixoti Kipahé. Ali você, a partir



daquela dança você consegue interpretar a sociedade terena, de castas, bem dividida, a própria figura da ema, o jeito que a gente dança. O jeito certo você tem que fazer o gingado da ema. E por que a ema? Como meu vô diz, a ema é um bicho que ninguém pega. Ela sabe caminhar a passos largos, mas a passos rápidos também. Eles sempre falam: “você tem que ir que nem a ema”. Você come, você levanta a cabeça, olha, observa, aí vai. E se alguém quiser te pegar você tem que ir nesse movimento. Ele fala que Terena tem que ser assim, você tem que transitar entre os espaços, nas mais variados espaços, mas ir nesse movimento da ema, observando, olhando, nesse movimento de deslize, pra que não seja pego em nenhuma armadilha. E, nas últimas assembleias isso tem sido muito recorrente. A questão da língua... Eu, particularmente, não falo o terena, mas eu entendo. Mas uma coisa que eu quero aprender, uma das minhas metas é aprender essa comunicação em terena. Mas na nossa assembleia tem sido muito forte isso, a valorização da língua, da cultura, dos cantos. Nas noites culturais já não tem nem espaço, porque cada comunidade traz suas apresentações. Se antes a gente tinha que ficar pedindo: “oh cacique vamos apresentar alguma coisa aí hoje”, hoje não, é totalmente espontâneo (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015, grifos nossos).

Dessa forma, conforme já abordado anteriormente, a interação entre jovens e velhos é importante para a dinâmica do movimento. Luiz Henrique Eloy Amado citou a Dona Miguelina, uma anciã da aldeia Ipegue. Ele destaca seu papel rezando e cantando em terena no momento em que eles entraram na fazenda para retomá-la.

E aquela senhora que tem a foto dela cantando, ela participou da retomada e ela entrou cantando, fazendo as rezas. E depois que o fazendeiro saiu dali ela foi cantando também, tocando. Comemorando no idioma. Aí todo mundo se reuniu e ela começou a lembrar do tempo passado dela, da tia Miguelina. Aí tem duas coisas que me marcou muito. E isso eu lembro porque eu cresci ali... naquela fazenda, eu pescava ali. Essa época é a época da guavira, que pra nós é uma fruta importantíssima. Quando ia chegando a época da guavira, ou ele mandava passar roçadeira, porque ele não queria ver os índios entrando pra pegar guavira. Ou ele sempre botava touro bravo. Justamente na divisa da aldeia. E ela lembrou, a partir desse ano nós vamos poder pegar nossa guavira. Esse ano todo mundo aqui vai chupar guavira. Porque era aquela coisa, as crianças queriam chupar guavira não podiam, porque ele tinha passado a roçadeira. E outra coisa que ela lembrou, é que há uns trinta anos teve uma grande seca na região e a única mina que tem na região que é o pilão d'água, que a gente fala, fica dentro da fazenda e ela lembrou que nessa época de seca, não tinha água. O único lugar que tinha água era ali. Até hoje tem a mina. Uma mina cristalina. E ela lembrou o que o fazendeiro fez. Ele cercou a mina e mandou botar vaca ali, pra sujar a água. E como a seca era tanta, não nos restou outra coisa a não ser beber aquela água, com urina, com estrumes. “Então nunca mais” – ela falou pra ele, ela cantava – “nunca mais você vai fazer isso com a gente. Chegou a sua vez de ir embora” (Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015).

As palavras de Dona Miguelina para o fazendeiro (rememoradas por Luiz) também são significativas. A anciã ainda reuniu os demais Terena em torno de si para relatar os momentos de dificuldades vividos por não poderem adentrar seu território tradicional. Uma foto de Dona Miguelina (figura 37), com um traje terena, iluminada por reflexos de sol, de

braços abertos e purungo na mão, estampou várias notícias sobre a 4ª Assembleia do Povo Terena, realizada na aldeia Brejão (Terra Indígena Nioaque), em 2013.

**Figura 37** – Dona Miguelina, na 4ª Assembleia do Povo Terena, Aldeia Brejão, 2013



Fonte: Agência Porantim. Disponível em: <https://www.flickr.com/photos/agenciaporantim/>. Créditos: Ruy Sposati.

Dessa forma, conforme entrevista de 2011, concedida pelo já citado Éder Alcântara de Oliveira, participante do movimento de Retomada em Buriti, “a retomada não é apenas territorial, mas também cultural, pois eles revivem alguns costumes tradicionais, compartilham alimentos, paramentam-se tradicionalmente, etc.” (XIMENES, 2011, p. 119).

Essa atuação *guerreira* que os Terena buscam evidenciar no contexto das reivindicações territoriais também está acompanhada da valorização da memória daqueles que tombaram na luta pela terra. É o que tem acontecido com a imagem de Oziel Gabriel, morto durante reintegração de posse em Buriti, e que já acontecia com outras lideranças indígenas como Marçal de Souza, por exemplo. A figura 38 foi veiculada no *Facebook Resistência do Povo Terena*, com a legenda a seguir:

Oziel Vive!! Sua voz foi calada em 30 de maio de 2013, mais o eco de sua consciência retumba até hoje. Oziel Gabriel não é apenas um marco na luta recente do povo Terena, mas do movimento indígena nacional e internacional. Resta dizer, confirmar e testemunhar, que depois de 2 anos do assassinato do grande guerreiro

Terena, Oziel Gabriel, vive! Viva a luta indígena! Viva Povo Terena! (*Facebook Resistência do povo Terena*, 30 de maio de 2015).

**Figura 38** – Homenagem à Oziel Gabriel



Fonte: *Facebook Resistência do Povo Terena*, 30 de maio de 2015.

Os movimentos de recuperação das terras tradicionais dos Terena demonstram as mudanças históricas que eles protagonizaram e a forma como se apropriaram dos elementos culturais considerados tradicionais e dos elementos culturais dos *purutuya*. Em ambos os casos, os Terena agiram e agem como sujeitos históricos plenos, ora evidenciando sua distintividade étnica, ora evidenciando sua capacidade de manejar os mesmos aparatos sociais que os *purutuya*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões sobre a história dos Terena neste trabalho foram norteadas pela perspectiva do território. Os processos de esbulho vivenciados por esses indígenas e sua luta pela manutenção e recuperação de suas terras de ocupação tradicional formaram o fio condutor da tese. Ao longo dessa trajetória, que culminou com as ações de Retomada realizadas a partir do final do século XX, foi possível perceber o movimento pendular empreendido pelos Terena (oscilando entre as posturas denominadas aqui como *diplomáticas* e as posturas consideradas *guerreiras*).

É importante referenciar que essas duas posturas ocupavam um lugar significativo pelo menos nos rituais terena etnografados por antropólogos que estiveram com eles na primeira metade do século XX, como Roberto Cardoso de Oliveira e Kalervo Oberg. Esses pesquisadores registraram as narrativas terena sobre uma antiga divisão entre *sukirikionó* ou gente mansa e *shumonó* ou gente brava. A explicação para essa dualidade remete ao mito de origem dos Terena, que retrata o herói *Orekajuuakái* ou *Yúrikoyuvakái*, que foi partido ao meio. As metades são representadas na dança *Kohixoti Kipaé*, conhecida entre os não índios como dança do Bate Pau.

Não é possível afirmar que as categorias *sukirikionó* e *shumonó* ainda estejam ativas para dividir ou classificar indivíduos ou grupos terena de forma particular, como compondo coletivos rigorosamente definidos. Mas, argumento que tanto as características de *gente mansa*, quanto as características de *gente brava*, configuram o *ethos* terena.

O capítulo 1 desta tese *Os Terena e o processo de consolidação do Estado brasileiro*, abordou a história dos Terena no período que se estendeu até meados do século XIX, e que corresponde na historiografia brasileira aos períodos colonial e imperial, em que o Estado brasileiro estava ainda se consolidando. Foram utilizados documentos oficiais como os relatórios de presidentes de província, crônicas e textos historiográficos e antropológicos para compreender as ações e transformações dos Terena nesse contexto.

O território ocupado por esses indígenas nesse período foi denominado como Chaco/Pantanal, por compreender um amplo espaço geográfico com fronteiras nacionais ainda pouco definidas, uma vez que Paraguai e Brasil ainda estavam em processo de formação político-administrativa. Os Terena e diversos grupos indígenas que se relacionavam nesse amplo território, formavam um sistema regional multiétnico. O que não significa que

mantivessem apenas relações amistosas, mas que estabeleciam entre si diversos tipos de interação: colaboração, intercâmbio material e cultural e também conflitos.

Foram retomadas questões já trabalhadas por autores importantes na literatura sobre os Terena, evidenciando suas estratégias de convivência com outros povos, adotando muitas vezes mecanismos, sociais, culturais e materiais de outros grupos étnicos. Essa postura, que já era adotada frente a outros coletivos indígenas no Chaco/Pantanal (como exemplificam as relações com os Guaicuru), também foi utilizada com os colonizadores. Dessa forma, alguns grupos terena estabeleceram-se nas imediações de empreendimentos coloniais: presídios, fortes e vilas. E mantiveram com os *purutuya* relações predominantemente amistosas que envolviam trocas comerciais.

A política indigenista, colonial e imperial, classificava os grupos étnicos de acordo com suas interações com os não índios e seu grau de resistência às ações colonizatórias. Seu objetivo era que os indígenas fossem *civilizados*, ou seja, demovidos de suas especificidades culturais ao passo que se integrassem como mão de obra na nova dinâmica econômica estabelecida pós-colonização europeia. Na documentação oficial é perceptível a dicotomia *índios mansos X índios bravos*, atribuída aos coletivos indígenas pelos *purutuya*.

A postura Terena de negociação e mesmo de apropriação de saberes, estratégias e instrumentos dos não índios, construiu ao longo do tempo a imagem desses indígenas como *dóceis* e *mansos*. Em certa medida os Terena apropriaram-se dessa imagem, aqui traduzida como *diplomacia*, considerando suas habilidades em negociar com outros povos. Entretanto, é preciso fazer a ressalva de que possivelmente nem todos os coletivos terena tenham se estabelecido no entorno dos empreendimentos coloniais e que alguns deles tenham adotado uma postura de maior resistência a essa interação.

Embora as levas de colonização nesse período tenham sido relativamente esparsas no sul do Mato Grosso (parte do território denominado como Chaco/Pantanal), os novos ocupantes e a política indigenista alteraram a ocupação territorial de alguns grupos. O Regulamento 426, de 1845, estabelecia que as terras em que os índios se encontravam passariam a pertencer ao Império e poderiam ser vendidas por este. Diversas etnias deveriam ser aglomeradas em pequenos aldeamentos nas terras *doadas* pelo Estado para seu usufruto.

Evidentemente, cada coletivo indígena reagiu de forma diferente a esse modelo aldeador. A resistência de alguns deles, inclusive de alguns grupos terena, fez com que a política dos aldeamentos não fosse totalmente exitosa. Além disso, a eclosão da Guerra da

Tríplice Aliança (1864-1870) desestruturou ainda mais as frágeis iniciativas indigenistas do Império no sul do Mato Grosso.

A guerra, que teve como mote a definição de limites entre os Estados platinos, teve ampla participação indígena. Os Terena, cujo território foi palco de muitos combates, engajaram-se do lado brasileiro e serviram como guias, forneceram alimentos aos *purutuya*, e combateram as tropas paraguaias. Mas, apesar disso, o conflito resultou em maiores dificuldades para os Terena permanecerem em suas terras. Após o fim da guerra, ondas mais intensas de colonização chegaram ao sul do Mato Grosso, incentivadas pelo Império e depois pelo governo republicano.

O período abordado nesse capítulo demonstrou a habilidade terena de negociar, colaborar com os *purutuya*, apropriar-se de algumas estratégias de outros povos, exemplificando sua postura diplomática. Mas, em algumas situações os Terena também evidenciaram um perfil *guerreiro* ou de resistência. Seu engajamento na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), ao mesmo tempo em que expressa sua disposição para o enfrentamento, também expressa sua disposição de colaboração (com o Império brasileiro), inclusive como tentativa de garantir a posse de seus territórios.

O capítulo 2, *Formação das Reservas indígenas: os Terena, as frentes de colonização e o SPI*, abordou os desdobramentos do fim da Guerra da Tríplice Aliança para os Terena, perpassando a expropriação de parte de seu território titulado em favor de não índios, a exploração da mão de obra indígena e o processo de formação das Reservas criadas pelo SPI. O texto foi fundamentado por autores que abordam os temas do território para os Terena, do protagonismo indígena e do emprego de sua mão de obra. As principais fontes utilizadas foram os documentos do SPI.

No final do século XIX e início do século XX, com a intensificação das ondas colonizatórias na região, os Terena tentaram por meio de diversas estratégias diplomáticas permanecer em suas terras de ocupação tradicional. Conforme pontuado acerca da formação das Reservas de Cachoeirinha, Taunay/Ipegue (que inclui parte da área denominada Pilad Rebuá), Lalima, Nioaque, Buriti e Limão Verde, esses indígenas fizeram várias reivindicações às autoridades brasileiras (reuniões, abaixo-assinados, tentativas de compra, reclamações verbais) para permanecerem em suas áreas. Um dos argumentos era justamente sua atuação ao lado do exército brasileiro no conflito contra o Paraguai.

Apesar disso, o avanço das novas propriedades rurais não se fez esperar. Os recursos de que dispunham os Terena não foram suficientes para impedir o esbulho de grande parte de

suas terras em um contexto político que privilegiava a expansão agropastoril. De forma geral, o Estado e a sociedade brasileira acreditavam que ser *índio* era uma condição transitória. Ou seja, previam que em breve os indígenas não existiriam mais como grupos cultural e etnicamente diferenciados e seriam *assimilados* pela sociedade não indígena ao transformarem-se em trabalhadores nacionais.

A política indigenista do governo republicano foi orientada por essa perspectiva *assimilacionista*. Em 1910 foi fundado o SPI, com influência positivista. Sua atuação na questão territorial foi marcada pela criação das Reservas Indígenas, com espaços muito menores do que as áreas antes ocupadas pelos diversos grupos. Em geral, essas terras eram reservadas nas sobras das propriedades em formação, de onde os proprietários exerciam diversas formas de pressão para expulsar os indígenas. Entretanto, é imperioso reconhecer que as Reservas de Cachoeirinha, Taunay/Ipegue (que inclui parte da área denominada Pilad Rebuá), Lalima, Nioaque, Buriti e Limão Verde não foram criadas apenas pela iniciativa do órgão indigenista, mas sim pela ação e insistência dos próprios Terena em permanecerem em parte de seu território.

Além do avanço sobre as terras indígenas, muitas das novas fazendas contavam com o trabalho terena para as mais diversas atividades, desde a derrubada da mata para formação das pastagens até a lida com o gado. Evidentemente as relações de trabalho eram precarizadas e os indígenas em sua maioria, eram alvo da exploração compulsória. No sistema de barracão, utilizado amplamente no sul do Mato Grosso, os patrões, ao invés de salário, pagavam em produtos, cujos preços eram mais altos que em condições normais. Assim, os trabalhadores ficavam endividados e não podiam deixar o serviço, o que os tornava *camaradas de conta*, como denominam os Terena.

Nesse contexto, em que os indígenas estavam em flagrante desvantagem para um enfrentamento mais aberto, os Terena perceberam que seria útil se aliar ao Estado e aceitar parcialmente a política indigenista. As Reservas, embora também fossem redutos de mão de obra para a região, possibilitaram uma alternativa aos Terena antes espalhados por várias fazendas que se formaram em seu território.

Ao lado do esbulho territorial o Estado também tentou impor a invisibilidade étnica a várias etnias indígenas. Durante o período colonial e imperial, os Terena foram considerados *índios mansos* pelas autoridades não indígenas. Em uma continuidade dessa representação, o SPI considerou-os como mais *propensos à civilização*. Mais uma vez os Terena aproveitaram-se das representações que os *purutuya* lhes atribuíam. Apropriando-se dessa relativa

invisibilidade étnica (nunca totalmente alcançada), os Terena tiveram condições de manter diversas relações de trabalho, comércio e compadrio com os não índios ao passo que se reorganizavam como grupo étnico no interior das Reservas.

Ainda em relação ao emprego da mão de obra, destaca-se que os Terena trabalharam em empreendimentos públicos como a instalação das linhas telegráficas e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, para a qual também forneceram madeira retirada de suas Reservas.

O trabalho nas fazendas evidenciou a exploração compulsória do trabalho indígena e, nesse contexto, emerge o compadrio, pelo qual os Terena tornavam-se afilhados ou compadres dos fazendeiros. Embora envolvesse relações assimétricas e possibilitasse a exploração da mão de obra terena, o compadrio também era vislumbrado pelos indígenas como possibilidade de acessar espaços e obter alguns benefícios.

O trabalho nas fazendas perdurou mesmo após a criação das Reservas. Nem sempre os Terena conseguiam tirar o sustento exclusivamente das áreas reservadas. Em certos casos o serviço nas propriedades rurais permitia o contato com um território que antes era de posse indígena. Para os fazendeiros era uma oportunidade vantajosa, tanto que os Terena ficaram conhecidos no sul do Mato Grosso pelas suas habilidades como peões, como artesãos na produção de selas, arreios e outros apetrechos da lida com o gado, e como casqueiros, quando faziam a retirada de cascas de angico.

Importante ressaltar que nem sempre essas habilidades eram reconhecidas, uma vez que a própria documentação do SPI e textos como o de Cardoso de Oliveira (1976) registraram atitudes de discriminação e violência dos regionais em relação aos Terenas, especialmente quando surgia alguma disputa por terra.

Os Terena também mantinham uma estreita relação com as cidades, nas quais vendiam a produção de suas roças e da coleta de frutos nativos, constituindo-se como importantes fornecedores de alimentos e consumidores do comércio local. Destaca-se ainda, o trabalho das mulheres indígenas como empregadas domésticas nas fazendas e residências nas cidades.

Outro empreendimento que utilizou fartamente o serviço dos Terena foi a agroindústria sucroalcooleira. A primeira delas foi a Usina Santo Antônio, que operou no município de Miranda entre as décadas de 1940 e 1970. A documentação do SPI tem inúmeros registros de reclamações dos Terena e de funcionários do órgão em relação às precárias relações de trabalho na usina. A empresa por sua vez, justificava o descumprimento



das obrigações trabalhistas com o argumento de que os Terena, por serem índios, não teriam os mesmos direitos que os demais empregados.

Apesar das duras condições de trabalho impostas aos indígenas, destaca-se que os Terena ao engajarem-se como trabalhadores nacionais colocaram antigas pautas em prática. A partir de habilidades características do seu *ethos* como agricultura e comércio com outras etnias, os Terena ressignificaram a invisibilidade étnica que o órgão indigenista e mesmo a sociedade regional tentaram impor-lhes, utilizando-as como estratégia de convivência e negociação com o indigenismo do Estado. Assim, mais uma vez os Terena faziam valer suas táticas *diplomáticas*, como forma de interação no novo cenário econômico que se formava no sul do Mato Grosso.

Atualmente os Terena têm acessado outros postos de trabalho, principalmente nas cidades e no serviço público, em virtude da maior escolarização. Entretanto, no meio rural esses indígenas têm enfrentado uma crise estrutural na oferta de emprego, em parte associada à mecanização do corte da cana. Também vivenciam uma crise política, associada ao processo de reocupação de suas terras tradicionais. Muitos proprietários rurais deixaram de contratar indígenas em virtude das Retomadas.

O capítulo 3, *Os Terena nas Reservas: imposições do Estado brasileiro X agência dos Terena*, discutiu a responsabilidade do Estado por uma série de prejuízos causados aos Terena em situação de Reserva, abrangendo violências físicas, a continuidade da exploração da mão de obra em condições degradantes, depredação dos recursos naturais das áreas indígenas e má gestão dos recursos públicos destinados ao atendimento dos Terena. Por outro lado, também evidenciou a ação desses indígenas negociando, se adaptando, cobrando das autoridades brasileiras os seus direitos, negando-se a permanecer nos espaços estabelecidos pelo SPI, enfim, *reterenizando* o espaço das Reservas e impondo obstáculos à atuação dos agentes do órgão indigenista. Foi possível observar tanto posturas de negociação, quanto posturas de enfrentamento (embora em menor escala) da política indigenista.

A constituição das Reservas seguiu um modelo autoritário estabelecido pelo SPI. Apesar da parcial aceitação desse modelo, os Terena adaptaram o espaço reservado a partir da sua organização em *troncos*. Conforme as necessidades administrativas e/ou políticas, e o arranjo das alianças entre os *troncos*, foram fundadas novas aldeias (cada uma delas com seu cacique e outras lideranças). Esse processo aconteceu em todas as Reservas terena criadas pelo SPI.

O órgão indigenista estabeleceu e/ou reforçou outros tipos de liderança, como as categorias de *Capitão* e de Conselho Tribal. Essas lideranças foram, entretanto, apropriadas pelos Terena de forma a colocar em pauta as suas demandas e criar formas de representação diante do órgão indigenista. Assim, mais uma vez, utilizando a diplomacia característica do seu *ethos*, os Terena conseguiram aumentar seu poder de decisão ou influência diante da política estabelecida em suas áreas.

Em relação às violações de direito praticadas contra os Terena, foram consultados o acervo do SPI (1910-1967), o Relatório Figueiredo (1967) e o Relatório da CNV (2014), que aborda as violações de direitos humanos contra os povos indígenas no período de 1946 a 1988. Também foram utilizadas fontes orais (entrevista e depoimentos de indígenas nas audiências públicas realizadas pela equipe da CNV). Estão relatadas na documentação histórica inúmeras prisões ilegais. Algumas delas evidenciam que os Terena que se opunham às determinações do órgão indigenista eram punidos com reclusão.

Também foram registrados casos de ameaças, espancamentos e outros abusos, em alguns casos perpetrados por funcionários do SPI, em outros casos por policiais. Também há indicativos da má gestão dos recursos das Reservas, como retirada ilegal de madeira (que afetou negativamente os recursos naturais já escassos das áreas reservadas), compra e venda de gado e bens dos Postos Indígenas sem licitação, dentre outros.

Além desses casos, a conivência do Estado com o esbulho do território indígena, por si só, já constitui grave violação de direito e que resulta atualmente em diversas outras violações. A negligência e/ou a violência estatal contra os povos indígenas não foi uma prerrogativa exclusiva da Ditadura Militar (1964-1985), uma vez que persiste até os dias atuais, como evidenciam os assassinatos, remoções forçadas, atentados e ameaças aos indígenas relatados no capítulo 4 e que seguem sem punição.

Além das violações de direito, as fontes consultadas evidenciaram que os Terena nem sempre aceitaram as condições impostas pelo SPI. Reclamaram das violências em outras instâncias do poder estatal, inclusive fazendo uso de instrumentos dos *purutuya*, como a linguagem escrita. Contestaram a autoridade dos chefes de posto e se atreveram, a despeito do controle do SPI, a circular em espaços onde enfrentavam a discriminação e a violência.

As discussões desse capítulo, tanto em relação às lideranças terena nas Reservas, quanto em relação às imposições e violências do Estado contra os indígenas, demonstraram mais uma vez o movimento pendular do *ethos* terena. Dessa forma, em algumas situações, os Terena tiveram iniciativas de oposição aberta à política estatal (personificada na figura dos

funcionários do SPI). De forma mais frequente, protagonizaram estratégias de *diplomacia*, negociando e se apropriando dessa mesma política.

Atualmente, os Terena destacam em seus discursos que responsabilizam o Estado brasileiro pelas violências sofridas no passado e pelos problemas que enfrentam contemporaneamente, como a diminuição de seu território e a exiguidade de recursos naturais que resultaram em inúmeras dificuldades sociais, políticas e para manutenção de seu modo de vida. Sendo assim, reivindicam políticas de reparação, pautadas pela demarcação das suas terras tradicionais e que foram tituladas pelo Estado em nome de proprietários não indígenas.

O segundo e o terceiro capítulo demonstraram que as Reservas, apesar das limitações territoriais, simbólicas e materiais, foram apropriadas pelos Terena como espaços para manutenção da sua distintividade étnica. A invisibilidade pretendida pelo Estado foi aceita pelos Terena como mecanismo de proteção no contexto das transformações do sul do Mato Grosso. A imagem de índios *mansos* e *aculturados* foi reforçada pelos regionais e de certa forma aceita pelos Terena como tentativa de manter relações menos assimétricas com o entorno.

O quarto capítulo, *As Retomadas e os guerreiros terena*, trata da mudança de postura dos Terena em relação às estratégias para recuperação dos territórios tradicionais. Essa mudança é percebida por meio das Retomadas, protagonizadas pelos Terena a partir da década de 1990. Esse contexto é marcado pela mudança de ênfase de uma postura *diplomática* para uma postura mais *guerreira*.

As Retomadas são, portanto, movimentos de recuperação dos territórios, em geral marcados pela ocupação das fazendas em áreas indígenas. Essa mudança causou espanto na mídia, nos proprietários rurais e na sociedade sul-mato-grossense de forma geral. De índios *mansos* converteram-se em *incivilizados* que são obstáculo ao progresso econômico e à ordem social.

Essa nova forma de mobilização foi possibilitada pela elaboração de uma legislação mais favorável aos direitos indígenas, a Constituição Federal de 1988, e pelo contexto de emergência dos movimentos indígenas e de seus apoiadores. Outros fatores também contribuíram como: as melhorias nas redes de comunicação e transportes, decisivas para colocar em contato grupos de etnias e locais diferentes, mas que têm demandas em comum; a facilidade de acesso à telefonia móvel; e o acesso à *internet* e às redes sociais, das quais os indígenas fazem uso, inclusive, para divulgar e organizar os movimentos políticos e sociais.

A adoção de uma postura terena em que as ações *guerreiras* ganharam destaque foi possibilitada por essas transformações no Estado e na sociedade brasileira. Ressalta-se que por *guerreiras* entende-se aqui ações de resistência *aberta*, como as ocupações de propriedades rurais que estão em terras de ocupação terena tradicional, protestos nas sedes da FUNAI, retenção de funcionários do órgão indigenista no interior das aldeias para fins de negociação e bloqueios de estradas.

As ações contra a tutela estatal e contra as pressões da sociedade não indígena sempre existiram, como foi possível perceber ao longo da história terena. Mas, as estratégias de negociação e aliança com o Estado, como por exemplo, para garantir o espaço (mesmo que diminuto) das Reservas, eram mais frequentes.

Paralelo às ações ditas de desobediência civil, os Terena continuaram utilizando meios denominados aqui como *diplomáticos* para tentar reaver os territórios expropriados, tais como: entrega de ofícios, solicitações e abaixo assinados às autoridades da FUNAI e de demais órgãos governamentais, processos judiciais, campanhas na *internet* etc.

Resultado dessas ações, as áreas Terena estão em diferentes fases do processo de demarcação. Foram apresentados no capítulo as ações dos Terena das Terras Indígenas: Cachoeirinha, Taunay/Ipegue, Buriti, Limão Verde e Pilad Rebuá. Os Terena de Nioaque e Lalima também já manifestaram por meio de documentos que suas áreas também devem ser revisadas e ampliadas. As principais fontes utilizadas no capítulo foram os jornais locais e nacionais, da mídia comum e de instituições indigenistas, *on-line* e impressos, que forneceram importantes informações acerca das reivindicações terena e dos encaminhamentos judiciais e administrativos desencadeados por elas. Cabe a ressalva de que tais textos por vezes são portadores de inúmeras representações negativas, enraizadas na sociedade brasileira, e particularmente sul-mato-grossense.

Os movimentos de Retomada evidenciam a emergência de outras lideranças como acadêmicos, pesquisadores, advogados e professores. Essas lideranças mais novas, por conhecerem melhor os processos burocráticos da sociedade não indígena, auxiliam as lideranças ditas tradicionais (*troncos* e caciques) a perceber os momentos mais propícios às ocupações e a outras ações ditas de desobediência civil, e os momentos mais propícios à negociação.

A inserção nas universidades e em outros espaços antes ocupados somente pelos *purutuya* não eliminou outras formas de atuação dos Terena na luta pela terra. Ao invés disso, esse momento denominado por Miranda (2006) como tempo do Despertar, está pautado

também pela atuação *guerreira*, ou seja, por ações de enfrentamento aberto ao Estado no sentido de reivindicar a garantia de seus direitos.

As Retomadas constituem-se ainda como espaços de acionamento da memória e dos modos próprios de viver. Nesse sentido, destaca-se que a interlocução entre as lideranças mais velhas e essas lideranças mais jovens e mais novas do ponto de vista histórico, é importante para articular os elementos da memória que fundamentam as Retomadas.

O capítulo 5, *Estratégias guerreiras e diplomáticas na luta pela terra: desafios e alternativas contemporâneas*, analisa as estratégias que permearam a trajetória histórica dos Terena, acrescidas de elementos característicos do final do século XX e início do século XXI, a saber as novas configurações do movimento indígena, tanto em âmbito regional, quanto em âmbito nacional, a conjuntura política nacional e regional, o esgotamento de inúmeras formas de reivindicação territorial pelos povos indígenas, e a emergência de novos meios de comunicação, especialmente a *internet* e as redes sociais.

Os materiais utilizados no capítulo foram as fontes orais (entrevistas e depoimentos coletados nas reuniões da Grande Assembleia do Povo Terena), reportagens de diversos jornais, e materiais produzidos e/ou veiculados pelos Terena nas redes sociais (vídeos, textos e imagens).

A pesquisa evidenciou que tanto os indígenas, quanto os produtores rurais, contam com uma ampla rede de mobilização. Cabe a ressalva de que na correlação de forças que os grupos mobilizam, os produtores rurais têm mais espaço para suas demandas nos âmbitos do poder estatal. O que pode ser percebido, por exemplo, por meio dos processos de judiciliação que impedem a conclusão das demarcações das terras dos Terena e de outros grupos indígenas no Mato Grosso do Sul e no Brasil.

A articulação dos proprietários de terra em oposição às demarcações, também fica patente em ações como o Leilão da Resistência, evento realizado em 2013 e que teve como objetivo levantar recursos para garantir a segurança privada nas fazendas. Em outras palavras, patrocinar grupos armados para efetuar remoções ou impedir ocupações de terra pelos índios. Destaca-se que os indígenas moveram uma ação contra o Leilão da Resistência, que não impediu a sua realização, mas bloqueou judicialmente os recursos arrecadados pelos proprietários.

Outro obstáculo à recuperação dos territórios tradicionais pelos indígenas é a chamada tese do marco temporal, que suspendeu, dentre outras áreas, a homologação da Terra Indígena Limão Verde. Ela é fruto de uma das condicionantes utilizadas na demarcação da Terra

Indígena Raposa/Serra do Sol, em Roraima, que considera como terras tradicionais somente aquelas que estavam sob posse dos indígenas na data da promulgação da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988. Desconsidera, portanto, que diversos grupos indígenas não ocupavam essas áreas na referida data devido a inúmeros processos de esbulho (violência, física, pressões, falta de recursos políticos e econômicos para reivindicar a permanência nas áreas etc.).

Não bastassem essas dificuldades, o poder legislativo tem contribuído substancialmente com a tentativa de barrar e até reverter as demarcações. Diversas Propostas de Emenda à Constituição foram elaboradas com esse objetivo. Exemplo disso é a PEC nº 215/2000 (ainda em tramitação), que propõe uma alteração no processo de reconhecimento das terras indígenas, transferindo-o do âmbito do poder executivo para o Congresso Nacional.

Ainda como iniciativas do poder legislativo, é imperioso citar as Comissões Parlamentares de Inquérito, realizadas com objetivo de criminalizar os movimentos indígenas e seus apoiadores, como a CPI da FUNAI e do INCRA, instituída em 2015, para apurar supostas irregularidades na demarcação de terras indígenas e quilombolas.

A CPI do Cimi foi criada em 2015 na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, com objetivo de apurar a suposta atuação do Cimi no que alguns parlamentares consideram *invasões de terra*. O relatório final responsabilizou a entidade e algumas lideranças indígenas pelas ocupações de terra, considerando a sua atuação como ilegal. Apenas um deputado votou em separado apresentando outro relatório, que sequer foi disponibilizado no site da Assembleia Legislativa.

A CPI da ação/omissão do Estado de MS nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015, a chamada de CPI do Genocídio, também foi criada em 2015, mas em virtude das reivindicações dos indígenas e de seus apoiadores, descontentes com os rumos da CPI do Cimi. Entretanto, seu relatório também não foi favorável aos indígenas, uma vez que isentou o estado de Mato Grosso do Sul das responsabilidades em relação à violência contra os indígenas. Novamente, apenas um deputado deu voto contrário, apresentando outro relatório, que nesse caso, foi disponibilizado no site da Assembleia Legislativa.

Os indígenas, assim como os produtores rurais, também estabeleceram redes de apoio às suas demandas. Essas redes podem ser percebidas na Grande Assembleia do Povo Terena, evento realizado periodicamente desde o ano de 2012 e que reúne os Terena de diversas áreas, indígenas de outras etnias do Mato Grosso do Sul e de outros estados brasileiros, apoiadores

não índios, pesquisadores, funcionários da FUNAI, do Ministério Público Federal, de outros movimentos sociais, de organizações não governamentais, e, em menor escala, políticos.

Em todas as edições da Assembleia são discutidos assuntos ligados à educação, saúde, sustentabilidade e meio ambiente, e são feitos encaminhamentos sobre essas questões em todos os documentos finais. Todavia, a questão do território está sempre vinculada a essas outras demandas. Destaca-se que essas reuniões são espaços em que se encontram os dois tipos de estratégias terena, pois, em alguns momentos e com alguns interlocutores, inclusive do Estado, são acionadas ações de negociação e aliança. Em outras situações e de acordo com os diferentes interlocutores, inclusive do Estado novamente, são adotadas posturas de enfrentamento, seja por meio dos discursos mais eloquentes, proferidos oralmente e/ou registrados nos documentos finais, seja por meio de ações de protesto como bloqueios de estrada, e de iniciativas de ocupação de fazendas, em algumas vezes definidas durante essas reuniões.

Os Terena que organizam as Assembleias formam o Conselho do Povo Terena. O grupo mantém uma página no *Facebook*, denominada *Resistência do Povo Terena*, que veicula informações sobre a luta pelo território, além de questões ligadas à educação e saúde. As publicações evidenciam a articulação entre o Conselho Terena e a *Aty Guassu*, dos Guarani Kaiowá. A página também é utilizada para denunciar as violências praticadas contra os indígenas de modo geral e para criticar matérias da imprensa consideradas tendenciosas pelos administradores da página.

As Retomadas, provocaram um reposicionamento dos Terena frente ao Estado brasileiro. Embora a colaboração e mesmo a inserção em órgãos públicos do indigenismo estatal ainda seja uma estratégia utilizada pelos Terena, eles também têm utilizado significativamente estratégias de oposição aberta à política indigenista oficial, como protestos, ocupação de prédios da FUNAI e retenção de funcionários do órgão nas aldeias.

Há também estratégias diplomáticas atuais que não estão focadas na questão da luta pela terra, mas buscam reconhecimento político junto a setores da sociedade nacional, empoderados na gestão da política do Estado e mesmo no setor do agronegócio. Tal reconhecimento favorece o acesso a vantagens e serviços e parece expressar uma descrença na continuidade dos processos de demarcação das terras indígenas e uma aposta nas possibilidades de acomodação ao sistema regional. Daí a tendência destes grupos se pensarem como opostos e em algumas situações, como antagônicos. Todavia, as relações parentais, o

reconhecimento do pertencimento étnico e a possibilidade de acionamento de antigas redes de aliança, torna essa cisão sempre algo possível de ser superado.

Vale ressaltar que as diversas estratégias, sejam aquelas que têm como finalidade primordial a recuperação de territórios tradicionais, sejam aquelas motivadas por outras demandas, não têm sempre unanimidade entre os Terena. O que significa que assim como ocorre em qualquer outro grupo, indígena ou não, apesar dos interesses em comum, há uma multiplicidade de posicionamentos inerentes às especificidades de cada área territorial e de cada pessoa.

Tanto as estratégias de enfrentamento quanto as estratégias de inserção nos órgãos estatais e de negociação com agentes do Estado, mesmo com os agentes que se colocam como opositores na questão territorial, são formas de atuação dos Terena, que evidenciam o seu protagonismo e a sua condição de sujeitos históricos.

O movimento pendular entre estratégias guerreiras e estratégias diplomáticas é por vezes acionado por coletivos diferentes em uma mesma temporalidade, dependendo não só da conjuntura regional/nacional em que estão inseridos, mas da própria dinâmica interna das relações entre os Terena.

As ações de reivindicação das terras tradicionais também alteraram as relações dos Terena com seu entorno. As representações dos proprietários rurais acerca dos indígenas (*amigos*, bons empregados, compadres), se desfizeram e deram lugar a imagem de adversários. Por outro lado, os Terena estreitaram os laços com outros *purutuya*: antropólogos, pesquisadores de modo geral, organizações não governamentais, movimentos sociais, sindicatos, enfim, com entidades e indivíduos que somam esforços no apoio à demarcação das terras indígenas.

A inserção dos Terena no movimento indígena também é um dado significativo, pois sua interação com outros grupos do estado e do país não diminui a especificidade e a autonomia de suas mobilizações. Mas, fortalece-os por meio do apoio dos *parentes* que têm interesses e demandas em comum, e, unem-se para apoiarem-se mutuamente, seja em mobilizações em torno de questões específicas, seja em lutas contra problemas mais abrangentes, como os já citados nesse texto (PEC nº 215/2000 e tese do marco temporal, por exemplo). Essa articulação também aumenta a visibilidade dos problemas indígenas em âmbito internacional, o que amplia a rede de seus apoiadores.

Um fenômeno importante também associado às Retomadas, é a evidenciação da terenidade. Nos momentos mais visíveis das ações Terena ligadas à luta por direitos, eles



buscam paramentar-se de forma tradicional, marcando e ressaltando sua diferenciação étnica, revertendo o quadro de invisibilidade incentivado pelo Estado em décadas anteriores. Esse é um reflexo das mudanças do movimento indígena na sua totalidade. Quando as primeiras lideranças indígenas mobilizaram-se publicamente, a partir da década de 1970, o contexto não era favorável a essa postura. Por isso, os Terena aceitaram parcialmente a invisibilidade étnica que o Estado tentou impor, especialmente durante a vigência do SPI.

A mídia, em geral, explora de forma negativa as imagens dos Terena paramentados de forma tradicional nas Retomadas. Os Terena, por sua vez, apropriaram-se dessa imagem de *guerreiro* para expressar um posicionamento político, tanto de valorização da cultura, incluindo todas as transformações que ela apresenta na prática, quanto de demonstração de insatisfação com o Estado e com os *purutuya*.

É importante ressaltar que essa postura *guerreira* não exclui as ações de negociação, diplomacia e a utilização de mecanismos da sociedade não indígena. Pelo contrário, esses elementos são apropriados e ressignificados no contexto de luta. Assim, a presença nas universidades, a formação no ensino superior, a atuação em órgãos públicos e a utilização da *internet* e das redes sociais, são formas de articulação e fortalecimento dos movimentos protagonizados pelos Terena. Argumento, dessa forma, que as duas posturas, *diplomática* e *guerreira*, continuam presentes no *ethos* terena, não como rígida divisão entre os indivíduos, mas como expressões exteriorizadas pelos sujeitos e coletivos Terena, de acordo com o contexto vivenciado por eles.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

### Referências bibliográficas

- ACÇOLINI, Grazielle. Xamanismo e protestantismo entre os Terena: contemporaneidades. In: *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, jan./jun. 2012.
- AGUIRRE, Juan Francisco. Etnografía del Chaco: manuscrito del capitán de fragata D. Juan Francisco Aguirre (1793). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino* tomo XIX, 1898, p. 464-510.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. *História: a arte de inventar o passado*. Ensaios de teoria da história. Bauru, SP: Edusc, 2007.
- ALCÂNTARA FILHO, José Luiz. A formação da propriedade e a concentração de terras no Brasil. In: *Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada* – Vol. 4, n. 7 Jul-Dez 2009.
- ALMEIDA, Carolina Perine de. *Os troncos, suas raízes e sementes: dinâmicas familiares, fluxos de pessoas e história em aldeias Terena*. 2013. 193 f. Dissertação. (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília.
- ALTENFELDER SILVA, Fernando. Mudança cultural dos Terena. In: *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. III. São Paulo. 1949.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. *Poké'ixa Úti: o território indígena como direito fundamental para o etnodesenvolvimento local*. 2014. 125 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local). Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy; SANTOS, Augusto Ventura dos. Os Terena e o Ensino Superior para indígenas no Mato Grosso do Sul. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela; CESARINO, Pedro de Niemeyer (Orgs.). *Políticas culturais e povos indígenas*. Unesp: 2014.
- AZANHA, Gilberto. As terras indígenas terena no Mato Grosso do Sul. In: *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, v.2, n.1, p.61-111, jul. 2005
- AZANHA, Gilberto. Resumo do relatório circunstanciado de identificação e delimitação da terra indígena Taunay-Ipegue. In: Processo FUNAI/BSB nº. 0289/85. Brasília, FUNAI. *Diário Oficial da União*, 13 ago. 2004, p. 42, Seção 1.
- AZARA, Felix. *Viajes por la América Meridional*. Madrid: Espasa-Calpe, 1809.
- AZEVEDO, José Roberto Nunes. *As ações do agrohidronegócio, o papel do Estado e as formas de controle do trabalho no Mato Grosso do Sul*. 2013. 320 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- BALANDIER, Georges. A noção de situação colonial. In: *Cadernos de Campo*, ano 3, n. 3. São Paulo: USP, 1993.
- BALDUS, Herbert. Lendas dos índios Terena. In: *Revista do Museu Paulista*. Nova Série. Vol. IV. São Paulo. 1950.
- BELASPEZ, Eduardo. *As formações territoriais na terra indígena Lalima, Miranda/MS: os significados históricos e culturais da fase Jacadigo da tradição pantanal*. 2014. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias*. São Paulo: EDUSC, 1999.

BITTENCOURT, Circe M.; LADEIRA, Maria E. *A História do Povo Terena*. MEC: Brasília, 2000.

BRAND, Antonio. *O confinamento e seu impacto sobre os Pãü/Kaiowá*. 1993. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRAND, Antonio. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da Palavra*. 1997. 392 f. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Ato da Presidência da Câmara dos Deputados, de 28 de outubro de 2015. Cria a CPI para investigação da atuação da Fundação Nacional do Índio – FUNAI e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombos. *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, DF, p. 27, 29 out. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/constituicao/artigobd.asp?item=%202051>>. Acesso em 10 jan. 2014.

BRASIL. *Decreto nº 1.775 de 8 de janeiro de 1996*. Dispõe sobre o procedimento administrativo de demarcação das terras indígenas e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D1775.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D1775.htm)>. Acesso em: 10 out. 2016.

BRASIL. Decreto nº 299, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Pilada Rebuá, no Estado de Mato Grosso do Sul. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 33, 30 out. 1991. Seção 1.

BRASIL. Decreto nº 307, de 29 de outubro de 1991. Homologa a demarcação administrativa da Área Indígena Nioaque, no Estado do Mato Grosso do Sul. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 33, 30 out. 1991. Seção 1.

BRASIL. Decreto, de 10 de fevereiro de 2003. Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Limão Verde, localizada no Município de Aquidauana, no Estado de Mato Grosso do Sul. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 17, 11 fev. 2003. Seção 1.

BRASIL. Lei nº 12.528 de 18 de novembro de 2011. Cria a Comissão Nacional da Verdade no âmbito da Casa Civil da Presidência da República. *Diário Oficial da União*, 18 nov. 2011. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12528.htm)>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. *Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973*. Dispõe sobre o Estatuto do Índio. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6001.htm)>. Acesso em: 18 mar. 2015.

BRASIL. Portaria nº 158, de 17 de fevereiro de 2009, do presidente da FUNAI. Constitui Grupo Técnico com o objetivo de realizar estudos para a revisão de limites das Terras Indígenas Pilad Rebuá e Lalima. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 29, 19 fev. 2009. Seção 2.

BRASIL. Portaria nº 3.079, de 27 de setembro de 2010, do ministro da justiça. Declara de posse permanente dos índios a Terra Indígena Buriti. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 24, 28 set. 2010. Seção 1.

BRASIL. Portaria nº 497, de 29 de abril de 2016, do ministro da justiça. Declara de posse permanente do grupo indígena Terena a Terra Indígena Taunay-Ipégué. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 41, 02 mai. 2016. Seção 1.

BRASIL. Portaria nº 553, de 09 de julho de 1999, do presidente da FUNAI. Constitui Grupo Técnico para realizar levantamentos preliminares com vistas ao reestudo dos limites das Terras Indígenas Cachoeirinha, Taunay/Ipegue e Buriti. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 05, 13 jul. 1999. Seção 2.

BRASIL. Portaria nº 791, de 19 de abril de 2007, do ministro da justiça. Declara de posse permanente do grupo indígena Terena a Terra Indígena Cachoeirinha. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, p. 53, 20 abr. 2007. Seção 1.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 215, de 2000. Acrescenta o inciso XVIII ao art. 49; modifica o § 4º e acrescenta o § 8º ambos no art. 231, da Constituição Federal. *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, DF, p. 69, 19 abr. 2000.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 237, de 2013. Acrescenta o art. 176-A no texto Constitucional para tornar possível a posse indireta de terras indígenas à produtores rurais na forma de concessão. *Diário da Câmara dos Deputados*. Brasília, DF, p. 69, 05 mar. 2013.

BRASIL. Proposta de Emenda à Constituição nº 38, de 1999. Altera os Artigos 52, 225 e 231 da Constituição Federal. (Competência privativa do Senado Federal para aprovar processo sobre demarcação de terras indígenas). *Diário do Senado Federal*. Brasília, DF, p. 11, 06 mai. 1999.

BRASIL. Resolução nº 5 de 05 de novembro de 2012. Institui, no âmbito da Comissão Nacional da Verdade, Grupo de Trabalho sobre violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra e contra populações indígenas, por motivações políticas. *Diário Oficial da União*, 16 nov. 2012. Disponível em: <[http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao\\_5\\_CNV\\_051112-2.pdf](http://www.cnv.gov.br/images/pdf/resolucao_5_CNV_051112-2.pdf)>. Acesso em: 12 out. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Acórdão do Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo 803.462, de 09 de dezembro de 2014. *Diário da Justiça Eletrônico*. Brasília, DF, p. 63, 12 fev. 2015.

BUGRE. In: *Aulete Digital*. Rio de Janeiro: Lexicon Editora, s. d. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/BUGRE>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CAMPOS, André. *Exploração de indígenas nos canaviais do MS é histórica*. 2008. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/07/exploracao-de-indigenas-nos-canaviais-do-ms-e-historica/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

CANÊDO, Felipe. Documento que registra extermínio de índios é resgatado após décadas desaparecido. In: *EM Digital*, 19 de abril de 2013. Disponível em: <[http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna\\_politica,373440/documento-que-registra-extermínio-de-índios-e-resgatado-apos-decadas-desaparecido.shtml](http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2013/04/19/interna_politica,373440/documento-que-registra-extermínio-de-índios-e-resgatado-apos-decadas-desaparecido.shtml)>. Acesso em: 20 nov. 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Do índio ao bugre: o processo de assimilação dos Terena*. 2. ed. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1976.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. *Urbanização e Tribalismo: a integração dos índios Terena numa sociedade de Classes*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1968.

CARDOSO, Wanderley Dias. *Aldeia indígena Limão Verde: escola, comunidade e desenvolvimento local*. 2004. 76 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. *Cultura com aspas e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (Org.). *História dos índios no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CARVALHO, Ana Paula Comin de. O quilombo da “Família Silva”: Etnicização e politização de um conflito territorial na cidade de Porto Alegre/RS. In: *Prêmio Aba MDA*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o Imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Silvia M. Schmuziger. Chaco: encruzilhada de povos e "melting pot" cultural, suas relações com a bacia do Paraná e o Sul mato-grossense. In.: CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 457-474.

CASTRO, Iára Quelho de. *De Chané-Guaná à Kinikinau: da construção da etnia ao embate entre o desaparecimento e a persistência*. 2010. 347 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

CASTRO, Iára Quelho de; VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. Povos indígenas e políticas estatais autoritárias no Brasil. In.: MARTINS JÚNIOR, Carlos; SOTANA, Edvaldo Correa; SOUSA NETO, Miguel Rodrigues (Orgs.). *Democracias e ditaduras no mundo contemporâneo*. Campo Grande: UFMS, 2015.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. *Colonialismo, território e territorialidade: a luta pela terra dos Guarani e Kaiowa em Mato Grosso do Sul*. 2013. 470 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. Considerações sobre o CAC das terras indígenas Guarani e Kaiowa de Mato Grosso do Sul. In: XI ENCONTRO DE HISTÓRIA DE MATO GROSSO DO SUL: história e diversidade: ensino e pesquisa nas fronteiras. *Anais do XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul: História e Diversidade: Ensino e Pesquisa nas Fronteiras*. Campo Grande: Anpuh, 2012. Disponível em: <<http://www.anpuhms.org/eventos/xiencontrohistoriams/anais/anais.htm>>. Acesso em: 6 out. 2012.

CAVALCANTE, Thiago Leandro V. “Terra Indígena”: aspectos históricos da construção e aplicação de um conceito jurídico. In: *História*, v.35, e75, Franca, 2016. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v35/0101-9074-his-35-00075.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CELESTINO DE ALMEIDA, Maria Regina. Os índios na História do Brasil no século XIX: da invisibilidade ao protagonismo. In: *Revista História Hoje*, v. 1, no 2, p. 21-39. 2012.

COMBÈS, Isabelle Combès. *De la una y otra banda del Río Paraguay: Historia y etnografía de los itatines (siglos XVI-XVIII)*. Cochabamba: Ilamis, 2015.

CORRÊA FILHO, Virgílio. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1969.

COSTA, Maria de Fátima. Alexandre Rodrigues Ferreira e a capitania de Mato Grosso: imagens do interior. In: *Hist. cienc. Saúde*. vol.8 suppl. 0, Rio de Janeiro, 2001.

CRESPE, Aline Castilho. *Acampamentos indígenas e ocupações: novas modalidades de organização e territorialização entre os Guarani e Kaiowa no município de Dourados – MS: (1990-2009)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

CRESPE, Aline Castilho. *Mobilidade e Temporalidade Kaiowá: do tekoha à reserva, do tekoharã ao tekoha*. 2015. 428 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

DANTAS, Maressa Fauzia Pessoa; TAVARES, Maria Augusta. Mecanização: desumanização do trabalho no corte da cana-de-açúcar. In: VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 14 a 17 de julho de 2015. *Anais do VIII Colóquio Internacional Marx Engels*. Campinas: UNICAMP, 2015.

DIAS, Benedito Reginaldo. A Comissão Nacional da Verdade, a disputa da memória sobre o período da ditadura e o tempo presente. In: *Patrimônio e memória*. São Paulo, Unesp, v. 9, n. 1, p. 71-95, janeiro-junho, 2013, p. 71-95.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. 2004. 289 f. *O território Ofaié pelos caminhos da história: reencontro e trajetória de um povo*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

DUTRA, Carlos Alberto dos Santos. Ofayé Xavante, ainda estamos vivos. In: *Separata do Caderno do CEAS*, Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, nº 121, Mai/Jun. 1989, p. 31-40.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. “Duas no pé e uma na bunda”: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti. *História em Reflexão*, Dourados, 2007, 2 (1): 1-20.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, municípios de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, Mato Grosso do Sul, Brasil*. Autos nº 2001.60.00.003866-3, 3ª vara da 1ª subseção judiciária de Mato Grosso do Sul, 2003.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi Marques. *Terra Indígena Buriti: perícia antropológica, arqueológica e histórica sobre uma terra terena na Serra de Maracaju*. Dourados: UFGD, 2012.

ESSELIN, Paulo Marcos; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Índio, gado e blindagens na construção da fronteira no sul de Mato Grosso. In.: *Boletim Gaúcho de Geografia*, n.º 32, Porto Alegre, 2007, p. 37 – 56.

FERREIRA NETO, Edgard. História e etnia. In. CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. *Tutela e resistência indígena: etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro*. 2007. 410 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

FIGUEIREDO, Gleison Vasconcelos. Aldeia Bálamo, Rochedo, MS: olhar de um filho seu. In: *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 16, n. 30, p. 169-176, jan./jun. 2016.

FRANCHETTO, Bruna. Línguas e História no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FRANCO, Patrick Thames. *Os terena, seus antropólogos, seus outros*. 2011. 70 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

GABRIEL, Devane. Mulheres Terena: das universidades para as terras de retomadas da Aldeia Buriti em busca do direito coletivo: terra mãe. In: *Tellus*, Campo Grande, ano 15, n. 28, p. 157-163, jan./jun. 2015.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Percursos de uma pesquisa temática. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

GARCIA, Adilso de Campos. *A participação dos índios Guaná no processo de desenvolvimento econômico do Sul de Mato Grosso (1845--1930)*. 2008. 145 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

GIDDENS, A. *The constitution of society: an outline of the theory of structuration*. UK: Cambridge, Polity Press, 1984.

GOMES, Simião Antônio. *História, memória e identidade indígena terena na aldeia Água Branca, Aquidauana – MS*. 2016. 15 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

GOW, Peter. Da Etnografia à História: “Introdução” e Conclusão” de Of Mixed Blood: Kinship and History in Peruvian Amazônia. (Tradução Anna Maria de Castro Andrade, Jayne Hunger Collevatti e Ugo Maia Andrade). In: *Cadernos de campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006, p. 197 – 226.

GRANDÃO, João. *Voto apresentado pelo dep. João Grandão à CPI da ação/omissão do estado de Mato Grosso do Sul nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015*. 2016. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/LinkClick.aspx?fileticket=YOSvc6Nevmo%3d&tabid=203>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

GUISARD, Luís Augusto De Mola. A violência disseminada. O bugre, um João-Ninguém: um personagem brasileiro. In: *São Paulo Perspec.*, vol.13 n. 4 São Paulo Oct./Dec. 1999.

HECKENBERGER, Michael. Epidemias, índios bravos e brancos: contato cultural e etnogênese no Alto Xingu. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformações: a cultura xinguana na longue durée, 1000-2000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael (Orgs.). *Os povos do Alto Xingu: história e cultura*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

HOBSBAWM, Eric. Introdução. In: HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 9-23.

HORTA BARBOSA, Nicolau Bueno. Memorial relativo à demarcação das terras do Brejão. Campo Grande, 1924. 27 p. In: *Processo 1059/82*, CGAF, FUNAI, Brasília.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. *Impactos da PEC 215/2000 sobre os povos indígenas, populações tradicionais e o meio ambiente*. 2015. Disponível em: <[https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/isa\\_relatoriopec215-set2015.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/isa_relatoriopec215-set2015.pdf)>. Acesso em 10 out. 2016.

KEHL, Maria Rita. Violações de direitos humanos dos povos indígenas. In: BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade*. Relatório. Brasília: CNV, 2014.

KEMP, Pedro. *Voto em separado ao relatório final da CPI do Cimi apresentado pelo deputado estadual Pedro Kemp, do Partido dos Trabalhadores – PT*. 2016. Disponível em: <<http://pedrokemp.com.br/geral/cpi-do-cimi-pedro-kemp-contesta-conclusao-e-apresenta-relatorio-paralelo/6204/16/05/2016/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

LANDA, Gabriel dos Santos. O jornalismo online em Dourados – MS, origem e atualidade. In: 3º ENCONTRO DA HISTÓRIA DA MÍDIA, 23 a 24 de junho de 2016. *Anais do 3º Encontro de História da Mídia*. Campo Grande: ALCAR/UFMS, 2016.

LASMAR, Denise P. *O acervo imagético da Comissão Rondon no Museu do Índio 1890-1938*. 2. ed. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011.

LATOUR, Bruno. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de Antropologia Simétrica*. (Tradução Carlos Irineu). Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LEOTTI, Odegar. Corpos Violentados: os índios e Guerra do Paraguai (1860-1870). In: JANUÁRIO, Elias Renato da Silva et al. *Fronteira, memória e linguagem*. Cáceres: Unemat, 2001, p. 31-47.

LONG, N.; PLOEG, J. P. Heterogeneidade, ator e estrutura: para a reconstituição do conceito de estrutura. In: SCHNEIDER, S.; GAZOLLA, M. (Orgs.). *Os atores do Desenvolvimento Rural: perspectivas teóricas e práticas sociais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011. p. 21-48.

LUCA, Tânia Regina. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

LUCIANO, Gersem dos Santos. Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo: In: *Tellus*, Campo Grande, ano 7, n. 12, p. 127-146, abr. 2007

LUCIANO, Gersem dos Santos. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Museu Nacional, 2006.

MACHADO, Lia Osório. *Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade*. Rio de Janeiro: Retis, 2003.

MACIEL, Laura Antunes. *A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon*. São Paulo: EDUC, 1998.

MAESTRI, Beatriz Catarina. *O Cimi e o povo Xokleng: uma análise da atuação missionária na Terra Indígena Ibirama*. 2001. 162 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Departamento de Antropologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MAMEDE, José Carlos Rodrigues. *História e cultura terena: os trajes tradicionais na aldeia Buriti*. 2016. 12 f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

MARIZ, Alceu Cotia. *Relatório de identificação e delimitação da Terra Indígena do Limão Verde*. Brasília, 1997.

MATO GROSSO DO SUL. Ato Administrativo nº 06, de 21 de setembro 2015, do presidente da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul. Cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar a responsabilidade do CIMI – Conselho Indigenista Missionário, na incitação e



financiamento de invasões de propriedades particulares por indígenas em Mato Grosso do Sul. *Diário Oficial do poder legislativo de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, p. 06, 22 set. 2015.

MATO GROSSO DO SUL. Ato Administrativo nº 09, de 13 de outubro de 2015, do presidente da Assembleia Legislativa do estado de Mato Grosso do Sul. Cria a Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a ação/omissão do Estado de Mato Grosso do Sul, nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015. *Diário Oficial do poder legislativo de Mato Grosso do Sul*. Campo Grande, MS, p. 16, 14 out. 2015.

MATO GROSSO DO SUL. *Relatório Final da CPI da ação/omissão do estado de Mato Grosso do Sul nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015*. Campo Grande: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul/Comissão Parlamentar de Inquérito da ação/omissão do estado de Mato Grosso do Sul nos casos de violência praticados contra os povos indígenas no período de 2000 a 2015, 2016a.

MATO GROSSO DO SUL. *Relatório Final da CPI do Cimi*. Campo Grande: Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul/Comissão Parlamentar de Inquérito do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), 2016b.

MATO GROSSO. *Decreto nº 834, de 14 de novembro de 1928*. Reserva 2.000 mil hectares para a “colônia de índios” do Buriti. Palácio da Presidência do Estado, Cuiabá, 1928.

MATO GROSSO. Decreto nº. 611, de 14 de dezembro de 1922. Reserva área de 2.800 hectares de terras devolutas, no lugar denominado “Brejão”, no município de Nioac. Palácio da Presidência do Estado, Cuiabá, 1922. Pedro C. Corrêa da Costa/Virgílio Alves Corrêa Filho. In: *Processo 1059/82*, p. 05, DAF, FUNAI, Brasília.

MATO GROSSO. Decreto nº. 795, de 6 de fevereiro de 1928. Reserva, para o patrimônio do município de Aquidauana uma área de terras devolutas de 2.000 hectares. Palácio da Presidência do Estado, Cuiabá, 1928. Pedro C. Corrêa da Costa/Virgílio Alves Corrêa Filho. In: *Processo 3348/97*, p. 76, DAF, FUNAI, Brasília.

MAUAD, Ana Maria. Fotografia pública e cultura do visual em perspectiva histórica. In: *Revista Brasileira de Mídia*, v. 2, n. 2, p.11-20. jul./dez., 2013.

MIRANDA. Claudionor do Carmo. *Territorialidade e prática agrícola: premissas para o desenvolvimento local em comunidades Terena de MS*. 2006. 121 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

MONTEIRO, Charles (Org). *Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2012.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAES, Aduino (Org.). *A outra margem do Ocidente*. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

MONTEIRO, John Manuel. *Os negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. 2. ed. São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Terras indígenas do Espírito Santo sob o Regime Territorial de 1850. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 22 n. 43, p.153-169, 2002.

MOURA, Noemia dos Santos Pereira Moura. Relatório antropológico da Inspeção Judicial em áreas das fazendas Ouro Preto, Cristalina e Ipanema, e na comunidade indígena (aldeia) Taunay-Ipegue, em Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brasil. In: *Revista Nanduty*, Dourados, vol. 1, n. 1, p. 155-194, jul./dez. de 2012.

- MOURA, Noemia dos Santos Pereira Moura. *O processo de terenização do cristianismo na terra indígena Taunay/Ipegue no século XX*. 2009. 306 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- MOURA, Noemia dos Santos Pereira Moura. *UNIEDAS: o símbolo da apropriação do protestantismo norte-americano pelos Terena (1972-1993)*. 2001. 136 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.
- NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a História depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- NORA, Pierre. O acontecimento e o historiador do presente. In: LE GOFF, Jacques et al. *A nova história*. Lisboa: Edições 70, 1989. p. 45-55.
- OBBERG, Kalervo. Terena Social Organization and Law. Trad. de S. M. S. Carvalho. *Revista Terra Indígena*, Araraquara, n. 33, p. 9-21, 1985.
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. *Revista Mana*, 4(1): 47-78, 1998.
- OLIVEIRA, Éder Alcântara. Uma apresentação iconográfica dos rituais religiosos/culturais Terena na Aldeia Buriti, MS. In: *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 16, n. 30, p. 177-186, jan./jun. 2016.
- PACHECO, Rosely; PACHECO, Carlos. Questão agrária e regularização fundiária: a ação do estado e o conflito de interesses entre trabalhadores rurais sem terra e povos indígenas. In: *Planejamento e políticas públicas*, n. 34, p. 259-187, jan./jun. 2010.
- PEREIRA, L. M. O movimento étnico-social pela demarcação das terras guarani em MS. In: *Tellus*, Campo Grande, ano 3, n.4, p. 137-145, abr. 2003.
- PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: UFGD, 2009.
- PIMENTEL, Spensy K. Cosmopolítica kaiowá e guarani: uma crítica ameríndia ao agronegócio. In: *Revista de Antropologia da UFSCar*, v.4, n.2, jul.-dez., p.134-150, 2012a.
- PIMENTEL, Spensy K. *Elementos para uma teoria política Kaiowa e Guarani*. 2012b. 375 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PIRES, Edmundo. *A história de Aldeinha no município de Anastácio, Mato Grosso do Sul e sua inserção no processo de territorialização terena (1932-2014)*. 2015. 109 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.
- RAMOS, Alcida. Projetos indigenistas no Brasil independente. In: *Etnográfica*, Vol. IV (2), 2000, pp. 267-283.
- REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. *Empresas transnacionais e produção de agrocombustíveis no Brasil*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

REPÓRTER BRASIL. *Indígenas são mais explorados no trabalho escravo em MS*. 2008. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/2008/02/indigenas-sao-mais-explorados-no-trabalho-escravo-em-ms/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

REZENDE, Simone Beatriz Assis de. *Potencialidades de desenvolvimento local dos Kaiowá e dos Guarani cortadores de cana-de-açúcar da Aldeia Te'Yikue*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

RICOUER, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. (Tradução de Alain François et. al.). Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SAHLINS, Marshall. *Cultura na Prática*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2007.

SALVADOR, Mario Ney Rodrigues. *Os índios Terena e a agroindústria no Mato Grosso do Sul: a relação capital-trabalho e a questão indígena atual*. 2012. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SÁNCHEZ LABRADOR, José. *El Paraguay católico*. Buenos Aires: Imprenta de Coni Hermanos, 1910 [1770].

SANT'ANA, Graziella Reis. *História, espaços, ações e símbolos das associações indígenas Terena*. 2010. 329 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

SANTILLI, Márcio. Os direitos indígenas na Constituição brasileira. In: *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. São Paulo: CEDI, 1991.

SCHMIDEL, Ulrich. *Derrotero y viaje a España y las Índias*. Buenos Aires: Coleccion Austral, 1944.

SCHMIDEL, Ulrich. *Viaje al Río de la Plata*. Buenos Aires: Emecé Editores, 1945.

SCHMITZ, Pedro Ignácio et al. Arqueologia do Pantanal do Mato Grosso do Sul - Projeto Corumbá. In: *Tellus*, Campo Grande, ano 1, n. 1, p. 11-26, out. 2001.

SCHWENGBER, Isabela F. *Representações do MST na imprensa de Mato Grosso do Sul (1995 a 2000)*. 2005. 187 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

SCOTT, J. *Los Dominados y El Arte de La Resistencia*. Ediciones ERA, S.A. de C.V. 2000.

SGANZERLA, Alfredo. *A História do Frei Mariano da Bagnaia*. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SILVA, Marta Pereira, et al. Distribuição e quantificação de classes de vegetação do Pantanal através de levantamento aéreo. In: *Revista brasileira de Botânica*. São Paulo, v.23, n.2, p.143-152, jun. 2000.

SOARES, Inês Virginia Prado. Justiça de transição. In.: *Dicionário de Direitos Humanos*. 2010. Disponível em: <<http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tikiindex.php?page=Justi%C3%A7a+de+transi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 15 set. 2014.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Fronteiras do Brasil no Regime Colonial*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1939.

SOUSA, Neimar Machado de. *A Redução de Nuestra Señora de la Fe no Itatim: entre a cruz e a espada*. Campo Grande: UCDB, 2004.

SOUZA LIMA, Antonio Carlos. O indigenismo no Brasil: migrações e reapropriações de um saber administrativo. In: L'ESTOILE, B. et al. (Org.). *Antropologia, Impérios e Estados Nacionais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

SOUZA, Sandra Cristina de. De perda à telhado: lideranças indígenas terena em instituições públicas e a questão territorial. In: III SEMINÁRIO POVOS INDÍGENAS E SUSTENTABILIDADE: saberes locais, educação e autonomia. *Anais do III Seminário Povos Indígenas e Sustentabilidade: saberes locais, educação e autonomia*. Campo Grande: UCDB, 2006.

SUSNIK, Branislava. *Los aborígenes del Paraguay: etnología del Chaco Boreal y su periferia* (siglos XVI y XVIII). Asuncion: Museo Etnográfico “Andrés Barbero”, 1978.

TAULI-CORPUZ, Victoria. *Declaração de fim de missão – 17 de março de 2016*. 2016. Organização das Nações Unidas – ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/relatora-especial-da-onu-sobre-povos-indigenas-divulga-comunicado-final-apos-visita-ao-brasil/>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

TAUNAY, Visconde de. *A retirada da Laguna: episódio da Guerra do Paraguai* São Paulo: Martin Claret, 2005.

TAUNAY, Visconde de. *Entre os nossos índios*. São Paulo: Companhia Melhoramento, 1931.

TAUNAY, Visconde de. *Memórias*. Vol.VI. São Paulo: Melhoramentos, 1948.

TELLAROLI, Taís Marina. Atualização de notícias em dois portais locais de informação de Campo Grande – MS. In: *Rastros – Revista do Núcleo de Estudos de Comunicação*. Ano VII - Nº 7 – Outubro 2006.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A construção do território Terena (1870-1966): uma sociedade entre a imposição e a opção*. 2003. 167 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. *A dimensão sociopolítica do território para os Terena: as aldeias nos séculos XX e XXI*. 2011a. 188 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.

VARGAS, Vera Lúcia Ferreira. In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). *Memória do SPI*. Rio de Janeiro: Museu do Índio, 2011b.

VASCONCELOS, Cláudio Alves de. *A questão indígena na Província de Mato Grosso: conflito, trama e continuidade*. Campo Grande: Ed. UFMS, 1995.

VIEIRA, Jorge Luiz Gonzaga. *Desenvolvimento local na perspectiva Terena de Cachoeirinha, município de Miranda/MS*. Dissertação. 2006. 109 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Local) – Universidade Católica Dom Bosco, Campo Grande.

VIETTA, Katya. *Histórias sobre terras e xamãs Kaiowa: territorialidade e organização social na perspectiva dos Kaiowa de Panambizinho (Dourados, MS) após 170 anos de exploração e povoamento não indígena da faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. 2007. 512 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Vingança e temporalidade: os tupinambá. In: *Anuário Antropológico/85*, Tempo Brasileiro, 1986.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

WERNEK, Roberto Vieira dos Santos. *Relatório de 1922, apresentado pelo encarregado do posto de Cachoeirinha Roberto Vieira dos Santos Wernek ao Ilustríssimo Sr. Doutor Antonio Viana Martins Estigarribia*. Inspetor do Serviço de Proteção aos Índios, 1922. In: Processo 465/93, p. 617 a 665, DAF, FUNAI, Brasília, Filme 379.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

XIMENES, Lenir Gomes. *Terra Indígena Buriti: estratégias e performances terena na luta pela terra*. 2011. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

ZELIC, Marcelo. Entrevista. In: *Viomundo*, 21 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/denuncias/indigenas.html>> Acesso em: 28 de nov. 2015.

### Fontes documentais

ALBUQUERQUE, Ayrton de. *Certidão do cartório do 1º ofício*, comarca de Miranda, de 17 de agosto de 1953. Microfilmes 003\_02265 – 003\_02266. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

ALMEIDA SERRA, Ricardo Franco. *Parecer sobre o aldeamento dos índios Uiacurus e Guanás, com a descrição de seus uzos, religião e costumes* do Tenente Coronel Ricardo Franco de Almeida Serra ao Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Vila de Cuiabá, 05 de abril de 1803. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGRD, Dourados.

ALVES, Luiz Pereira. *Memorando*, 10 de agosto de 1951. Posto Indígena Cachoeirinha. Pasta 83, caixa 05, planilha 45, microfilme 274. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

ARAÚJO, Luiz de França Pereira de. *Telegrama do Diretor substituto do SPI ao Delegado Federal de Segurança Pública*, de 7 de outubro de 1965. Microfilme 021\_00940. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

ARAÚJO, José Dias de. *Telegrama*, 08 de abril de 1954. Microfilme 004\_00018. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

BARBOSA DE OLIVEIRA, Pantaleão. *Correspondência ao Chefe da IR5*, 18 de maio 1964. Posto Indígena Taunay. Pasta 97, caixa 24, planilha 218, microfilme 46. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

BRAGA, Américo. *Ofício do comandante da 9ª Região Militar ao Chefe da I. R. 5*, de 24 de agosto de 1953. Microfilme 003\_02261. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

BUCKER, Helio Jorge. *Relatório do Chefe da Ajudância em São Paulo ao Chefe da 5. I. R.*, de 14 de agosto de 1967. Microfilme 008\_00009. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

CANDIDO, Nelson. *Correspondência ao Chefe da 5ª Inspetoria Regional*, 26 de agosto de 1953. Posto Indígena Cachoeirinha. Pasta 83, caixa 07, planilha 57, microfilme 108. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio

CARTA com denúncias sobre o Delegado de Polícia Miranda. s. d., ao Marechal Candido Mariano da Silva Rondon, Miranda. Microfilmes 003\_02337 – 003\_2338. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

CHEFE DA IR5. *Correspondência ao Diretor do SPI*, de 23 de dezembro de 1950. Microfilme 020\_01417 – 020\_1418. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

CHEFE DA IR5. *Correspondência*, 26 de janeiro de 1951. Microfilme 268\_00027. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

CONSELHO DO POVO TERENA. *Carta ao Ministro da Justiça*, 21 de setembro de 2015, Terra Indígena Buriti, Dois Irmãos do Buriti. Resolução referente à mesa de diálogo proposta pelo Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-r/?system=news&action=read&id=8360&page=4>>. Acesso em: 21 set. 2015.

CORRÊA, Benedito Leopoldo. *Ofício*, 11 de julho de 1962. Microfilme 057\_00122. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

CORRÊA, Benedito Leopoldo. *Relatório do delegado de Polícia de Miranda*, de 14 de fevereiro de 1955. Microfilme 003\_02354. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

DUARTE, Alaor Fioravante. *Aviso mensal*, 30 de setembro de 1943. Microfilme 061\_00165. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

FIORAVANTE, Anulpho. *Ofício*, 13 de junho de 1942. Posto Indígena Lalima. Pasta 93, caixa 17, planilha 149, microfilme 151. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 18 de novembro de 2012. Aldeia Moreira, Terra Indígena Pilad Rebuá, Miranda. Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=6618&action=read&page=54](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6618&action=read&page=54)>. Acesso em: 12 mai. 2014.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 03 de junho de 2012. Aldeia Imbirussú, Terra Indígena Taunay/Ipegue, Aquiadauna. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=6318&page=1>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 11 de maio de 2013. Acampamento Terra Vida, Terra Indígena Buriti. Disponível em: <<https://conselhoterenams.wordpress.com/2014/05/04/documento-final-da-3a-assembleia-terena/>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 16 de novembro de 2013. Aldeia Brejão, Terra Indígena Nioaque, Nioaque. Disponível em: <<https://uniaocampocidadeefloresta.wordpress.com/2013/11/17/hanaiti-hounevo-tereneo-grande-assembleia-do-povo-terena-conselho-terena-aldeia-brejao-terra-indigena-nioaquems-13-a-16-de-novembro-de-2013/>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 10 de maio de 2014. Aldeia Babaçu, Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7523>>. Acesso em: 12 mai. 2014.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 23 de novembro de 2014. Aldeia Lalima, Terra Indígena Lalima, Miranda. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2014/11/24/documento-final-da-grande-assembleia-do-povo-terena/>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

GRANDE ASSEMBLEIA DO POVO TERENA. Hánaiti Ho'únevo Têrenoe. *Documento final*, 09 de maio de 2015. Aldeia Cachoeirinha, Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2015/05/11/hanaiti-hounevo-terenoe-documento-final-da-grande-assembleia-do-povo-terena/>>. Acesso em: 20 jul. 2015.

HORTA BARBOSA, Nicolau. *Carta do Chefe da I.R. 5 ao Dr. Manuel Bonifácio Nunes da Cunha*, de 1º de outubro, ano inelegível. Sede da Inpetoria. Pasta 666, caixa 31, planilha 310, microfilmes 65-66. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 03 de maio de 1854. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1854. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, o capitão de mar e guerra Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 03 de maio de 1852. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1853. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, o chefe de divisão Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 04 de dezembro de 1856. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1856. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do presidente da província do Mato Grosso*, o capitão de fragata Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 10 de maio de 1851. Cuiabá, Typ. do Echo Cuiabano, 1852. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

LEVERGER, Augusto. *Relatório do vice-presidente da província de Matto-Grosso*, chefe da esquadra, Augusto Leverger, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 17 de outubro de 1865. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

MIRANDA, Dionizio. *Declaração*, 11 de agosto de 1956. Microfilme 076\_00011. Arquivo SPI/IR5/Museu do índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

MONTENEGRO, Caetano Pinto de Miranda. *Offício do Capitão General e Governador da Capitania do Mato Grosso* – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar – Luiz Pinto de Souza, Villa Bela, 17 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

NENÊ, Deocleciano de Souza. *Ofício do Chefe da I. R. 5 ao comandante da 9ª Região Militar*, de 25 de agosto de 1953. Microfilmes 003\_02262 – 003\_02263. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

NENÊ, Deocleciano de Souza. *Ofício do Chefe da I. R. 5 ao gerente da Usina Açucareira Santo Antonio Ltda*, de 22 de agosto de 1953. Posto Indígena Cachoeirinha. Pasta 83, caixa 05, planilha 44, microfilme 468. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

OLIVEIRA, Joaquim José de. *Relatório do presidente da província de Mato Grosso*, do major doutor Joaquim José de Oliveira, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial, em 03 de maio de 1849. Rio de Janeiro, Typ. Imp. E Const. de J. Villeneuve e Comp., 1850. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

OSORIO, Albano de Sousa. *Relatório do vice-presidente da província de Mato Grosso*, o tenente coronel Albano de Sousa Osorio, na abertura da sessão ordinária da Assembléa Legislativa Provincial em 03 de maio de 1857. Cuiabá, Typ. do Noticiador Cuiabano, 1857. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

PEDROZA, Alan Cardec Martins. *Memorando*, 1964. Posto Indígena Cachoeirinha. Pasta 83, caixa 05, planilha 40, microfilme 19. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

PEDROZA, Alan Cardec Martins. *Ordem de serviço*, 10 de julho de 1964. Posto Indígena Taunay. Pasta 97, caixa 23, planilha 207, microfilme 113. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

PEIXOTO, Dario Pires. *Ofício*, 21 de janeiro de 1965. Microfilme 206\_00018. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

POVO TERENA DA TERRA INDÍGENA CACHOEIRINHA. *Carta ao sr. Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos*, 05 de dezembro de 2005, Terra Indígena Cachoeirinha, Miranda. Solicita providências para continuidade do processo de demarcação da terra indígena Cachoeirinha. Disponível em: <<https://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=17377>>. Acesso em: 12 mai. 2014

PRADO, Francisco Rodrigues do. *Ofício do Commandante do Presídio de Coimbra* – Francisco Rodrigues do Prado, ao Capitão General Governador da Capitania do Mato Grosso – Caetano Pinto de Miranda Montenegro, Presídio de Coimbra, 22 de junho de 1796. Arquivo Histórico Ultramarino. Cópia no Centro de Documentação Regional – CDR/UFGD, Dourados.

QUIRINO, Bruno. *Correspondência ao chefe da I. R. 5*, 07 de agosto de 1962, Aquidauana. Várias aldeias. Pasta 777, caixa 32, planilha 311, microfimes 62-63. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

RELATÓRIO FIGUEIREDO. Comissão Parlamentar de Inquério para apurar irregularidades no Serviço de Proteção aos índios – SPI, instituída pela Portaria n.º 239/1967. Arquivo Relatório Figueiredo/Museu do Índio. Disponível em: <<http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=museudoindio&pagfis=>>>. Acesso em: 20 mar. 2015.

RIBEIRO, Darcy. *Relatório*, de 19 de novembro de 1948. Microfilme 003\_01412, Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

RONDON, Candido Mariano da Silva. *Correspondência do Presidente do Conselho Nacional de Proteção aos Índios ao Diretor substituto do SPI*, de 1º de dezembro de 1954. Microfilmes 003\_02336. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SAMPAIO, Erico. *Memorando*, 03 de maio de 1961. Microfilme 040\_00104. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.



SAMPAIO, Erico. *Memorando*, 21 de maio de 1957. Posto Indígena Cachoeirinha. Pasta 83, caixa 05, planilha 40, microfilme 96. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

SILVA, José Monteiro; SANTOS, Silvio dos. *Relatório*, 25 de julho de 1967. Microfilme 076\_00113. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SIQUEIRA, Américo Antunes. *Memorando do encarregado do P.I. ao chefe da I. R. 5*, de 10 de novembro 1953. Microfilmes 003\_02298. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SIQUEIRA, Américo Antunes. *Memorando*, 07 de março de 1960. Microfilme 040\_00135. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SIQUEIRA, Américo Antunes. *Memorando*, 12 de fevereiro de 1962. Microfilme 040\_00060. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SIQUEIRA, Américo Antunes. *Memorando*, 14 de junho de 1962. Microfilme 040\_00048. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SIQUEIRA, Américo Antunes. *Memorando*, 16 de janeiro de 1962. Microfilme 040\_00143. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SIQUEIRA, Américo Antunes. *Ofício do encarregado do P.I. ao chefe da I. R. 5*, de 28 de agosto de 1953. Microfilmes 003\_02267 – 003\_02269. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SOARES, Enoch Alvarenga. *Correspondência*, 23 de agosto de 1956. Microfilme 062\_00019-00020. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

SPI. *Ofício*, 14 de agosto de 1949. Posto Indígena Cachoeirinha. Pasta 83, caixa 05, planilha 45, microfilme 03. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio.

VELOZO, Hélo. *Telegrama do chefe da Sassi*, de 06 de setembro de 1966. Microfilme 021\_01128. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

VIANA, C. *Memorando*, 25 de fevereiro de 1955. Microfilme 018\_00050. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

VIANA, C. *Memorando*, 26 de julho de 1957. Microfilme 027\_00153. Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

VIEIRA, Benedito. *Declaração*, de 13 de agosto de 1964. Microfilmes 020\_2248 – 020\_2249, Arquivo SPI/IR5/Museu do Índio. Cópia no Centro de Documentação Teko Arandu/NEPPI/UCDB, Campo Grande.

## Fontes da imprensa

### Agência Brasil

NASCIMENTO, Luciano. Justiça determina reintegração de posse em fazenda ocupada por índios em Aquidauana. *Agência Brasil*, Brasília, 18 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/brasil/2013/06/juiz-determina-reintegracao-de-posse-em-fazenda-ocupada-por-indios-em>>. Acesso em: 02 out. 2013.

RODRIGUES, Alex. Em Campo Grande, índios deixam prédio da FUNAI depois de ocupação por 12 horas. *Agência Brasil*, Brasília, 08 de junho de 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-06/indios-deixam-predio-da-FUNAI-depois-de-ocupacao-de-12-horas-em-campo-grande>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

RODRIGUES, Alex. Índio baleado está sob proteção federal desde 2013. *Agência Brasil*, Brasília, 19 de maio de 2014. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2014/05/indio-baleado-esta-sob-protecao-federal-desde-2013>>. Acesso em: 20 de mai. de 2014.

ZAMBIER, Débora. Tribunal suspende reintegração de posse de fazenda ocupada por índios em Mato Grosso do Sul. *Agência Brasil*, Brasília, 05 de junho de 2013. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-06-05/tribunal-suspende-reintegracao-de-posse-de-fazenda-ocupada-por-indios-em-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 05 jun. 2013.

ZENKER, Ana Luiza. Indígenas mantêm funcionários da FUNAI retidos em Mato Grosso do Sul. *Agência Brasil*, Brasília, 26 de maio de 2008. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-05-26/indigenas-mantem-funcionarios-da-FUNAI-retidos-em-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

### Aquidauana News

DEMARCAÇÃO de área indígena expulsa 60 fazendeiros de Miranda. *Aquidauana News*, Aquidauana, 24 de abril de 2007. Disponível em <<http://www.aquidauananews.com/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

ÍNDIOS de Aquidauana ameaçam novo bloqueio de estrada. *Aquidauana News*, Aquidauana, 09 de julho de 2008. Disponível em: <<http://www.aquidauananews.com/0,0,00,6285-125190-htm>> Acesso em: 10 mai. 2015.

### Campo Grande News

BITENCOURT, Edivaldo. Índios plantam lavoura em 300 ha de fazendas invadidas em Sidrolândia. *Campo Grande News*, Campo Grande, 30 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-plantam-lavoura-em-300-hectares-de-fazendas-invadidas-em-sidrolandia>>. Acesso em: 30 out.2013.

CAMPOS JUNIOR, Ricardo. Após pressão de comunidade, polícia prende suspeitos de atirar em indígena. *Campo Grande News*, Campo Grande, 30 de maio de 2015. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/apos-pressao-de-comunidade-policia-prende-suspeitos-de-atirar-em-indigena>>. Acesso em: 01 de jun. de 2015.

DIAS, Aliny Mary. Etnias convocam 200 caciques para decisão sobre áreas em Aquidauana. *Campo Grande News*, Campo Grande, 24 de junho de 2013. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/etnias-convocam-200-caciques-para-decisao-sobre-area-em-aquidauana>>. Acesso em: 02 out. 2013.

HADDAD, Renata Volpe. Juiz mantém índios em área invadida e dá 120 dias para retirada do gado. *Campo Grande News*, Campo Grande, 31 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/juiz-mantem-indios-em-area-invadida-e-da-120-dias-para-retirada-de-gado>>. Acesso em: 31 jul. 2015.

ÍNDIOS continuam em fazenda ocupada em Aquidauana. *Campo Grande News*, Campo Grande, 11 de fevereiro de 2008. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/indios-continuam-em-fazenda-ocupada-em-aquidauana-02-11-2008>>. Acesso em: 02 out. 2013.

ÍNDIOS são soltos e grupo retira ameaça de nova invasão. *Campo Grande News*, Campo Grande, 20 de junho de 2008. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/indios-sao-soltos-e-grupo-retira-ameaca-de-nova-invasao-06-20-2008>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

JUSTIÇA suspende estudo em área reivindicada por índios. *Campo Grande News*, Campo Grande, 15 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=296183>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

KODER, Lidiane. Por ordem nacional índios ameaçam enfrentar “milícia” de fazendeiros. *Campo Grande News*, Campo Grande, 11 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/por-ordem-nacional-indios-ameacam-enfrentar-milicia-de-fazendeiros>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MACIULEVICIUS, Paula. Terenas cultivam em área disputada e rejeitam ideia de deixar fazenda. *Campo Grande News*, Campo Grande, 27 de julho de 2012. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/terenas-cultivam-em-area-disputada-e-rejeitam-ideia-de-deixar-fazendas>>. Acesso em: 27 jul. 2012.

MALDONADO, Caroline. Índios invadem fazenda e pedem conversa com dona e presença da polícia. *Campo Grande News*, Campo Grande, 28 de novembro de 2014. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/imprensa/?=2Fcidades%2Finterior%2Findios-invadem-fazenda-e-pedem-conversa-com-dona-e-presenca-da-policia>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

MATHIAS, Fernanda; HENRI, Guilherme. Índios ocupam prédio da FUNAI e cobram agenda com ministro da justiça. *Campo Grande News*, Campo Grande, 07 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/indios-ocupam-predio-da-FUNAI-e-cobram-agenda-com-ministro-da-justica>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MPF solicitará reunião entre índios de Aquidauana e MJ. *Campo Grande News*, Campo Grande, 06 de outubro de 2009. Disponível em: <[http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=268830\\_06/10/2009](http://www.campogrande.news.com.br/canais/view/?canal=8&id=268830_06/10/2009)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

OLIVEIRA, Viviane. Índios prometem queimar tudo em fazenda contra reintegração de posse. *Campo Grande News*, Campo Grande, 1º de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-prometem-queimar-tudo-em-fazenda-contr-reintegracao-de-posse>>. Acesso em: 02 out. 2013.

RODRIGUES, Nyelder. Justiça federal determina em tempo recorde a reintegração na Buriti. *Campo Grande News*, Campo Grande, 15 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.campograndenews.com.br/cidades/justica-federal-determina-em-tempo-recorde-a-reintegracao-na-buriti>>. Acesso em: 15 mai. 2013.

SANTOS, Aline dos. Índios desistem de invasão em Miranda para não quebrar acordo. *Campo Grande News*, Campo Grande, 08 de julho de 2013. Disponível em:

<http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-desistem-de-invasao-em-miranda-para-nao-quebrar-acordo>>. Acesso em: 02 de outubro de 2013.

SANTOS, Aline dos. Índios que invadiram áreas denunciam terceiro ataque em cinco dias. *Campo Grande News*, Campo Grande, 15 de outubro de 2013. Disponível em: <http://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indios-que-invadiram-area-denunciam-terceiro-ataque-em-5-dias>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

TERENAS vão ao DF pedir demarcações. *Campo Grande News*, Campo Grande, 10 de março de 2004. Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

## Cimi

ACAMPAMENTO Terra Livre contra Alzheimer jurídico dos Três Poderes e bancadas. *Cimi*, 20 de abril de 2015. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8074>>. Acesso em: 20 abri. 2015.

GRUPO Terena retoma suas terras em MS. *Cimi*, Campo Grande, 26 de agosto de 2008. Disponível em <http://cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=3392&page=8>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

INDÍGENAS estabelecem demarcação de terras como principal reivindicação em 2009. *Cimi*, Campo Grande, 18 de abril de 2009. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/>>. Acesso em: 10 ago. 2012.

PF apreende equipamento de jornalista. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 20 de maio de 2013. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2013/05/policia-federal-apreende-equipamentos-de-jornalista-do-cimi-7661.html>>. Acesso em: 20 mai. 2013.

POVO Terena recebe ameaças de incêndio no Acampamento Mãe Terra. *Cimi*, Campo Grande, 13 de junho de 2007. Disponível em: <http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=2612>>. Acesso em: 02 out. 2013.

POVO Terena reforça sua luta por terra tradicional no MS. *Cimi*, 05 de junho de 2008. Disponível em: <http://ti.socioambiental.org/noticia/57015>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SANTANA, Renato. Contra marco temporal e tutela, lideranças terena pedem ao STF revalidação de portaria declaratória. *Cimi*, 19 de março de 2015. Disponível em: [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=8028&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=8028&action=read)>. Acesso em: 20 mar. 2015.

SANTANA, Renato. Em nova retomada, povo Terena ocupa terra tradicional identificada no início do século XX. *Cimi*, 09 de outubro de 2013. Disponível em: [http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=7191&action=read&page=57](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7191&action=read&page=57)> . Acesso em: 10 mai. 2015.

SPOSATI, Ruy Sposati. Eles estão anunciando que vão tirar a gente a bala hoje à noite. *Cimi*, Campo Grande, 10 de outubro de 2013. Disponível em: [http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=7192&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7192&action=read)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SPOSATI, Ruy. Assembleia Kinikinau: Estado brasileiro precisa resolver o "crime que ele mesmo cometeu". *Cimi*, Campo Grande, 18 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=8969>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SPOSATI, Ruy. Fazendeiros atacam acampamento Terena no MS. *Cimi*, Campo Grande, 07 de fevereiro de 2013. Disponível em: <http://www.cimi.org.br/node/11904>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

SPOSATI, Ruy. Indígenas Terena afirmam que não saíram de fazenda, mesmo com reintegração de posse. *Cimi*, Campo Grande, 26 de junho de 2013. Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=6996&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6996&action=read)>. Acesso em: 02 out. 2013.

SPOSATI, Ruy. MS: indígenas Terena derrubam reintegração de posse. *Cimi*, Campo Grande, 05 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.cimi.org.br/site/pt-br/index.php?system=news&action=read&id=7017>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

SPOSATI, Ruy. Querem a cabeça dele como troféu. *Cimi*, 18 de novembro de 2013. Disponível em: <[http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=7258&action=read](http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7258&action=read)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

SPOSATI, Ruy. Terena: fazendeiros atiram contra indígenas, incendeiam trator e expulsam comunidade. *Cimi*, 12 de novembro de 2013. Disponível em: <[http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo\\_id=7245&action=read](http://cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7245&action=read)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

TERENA: indígenas retomam duas fazendas em terra homologada há 10 anos. *Instituto Humanitas Unisinos*, São Leopoldo, 19 de setembro de 2013. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/523844-terena-indigenas-retomam-duas-fazendas-em-terra-homologada-ha-10-anos>>. Acesso em: 10 abri. 2015.

### **Correio do Estado**

ARRUDA, Daniela. Fazendeiros transformam-se em sem-terra. *Correio do Estado*, Campo Grande, 30 de julho de 2007. Caderno A, p. 6.

ÍNDIOS brigam na justiça por terra. *Correio do Estado*, Campo Grande, 1º de junho de 2001.

ÍNDIOS fazem quatro reféns na FUNAI. *Correio do Estado*, Campo Grande, 24 de agosto de 2000.

ÍNDIOS fazem reféns na FUNAI. *Correio do Estado*. Campo Grande. 22 de agosto de 2000.

KOBER, Lidiane; OTA, Neiba. Índios bloqueiam e congestionam a BR-163. *Correio do Estado*, Campo Grande 07 de novembro de 2006.

TERENA fazem assembleia nas aldeias de Cachoeirinha. *Correio do Estado*, Campo Grande, 05 de dezembro de 2003.

VILALBA, João Gabriel. Grupo de 50 índios invade fazenda em Aquidauana. *Correio do Estado*, Campo Grande, 14 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.correiodoestado.com.br/cidades/grupo-de-50-indigenas-armados-invadem-propriedade-rural/277837/>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

### **G1**

GRUPO de índios Terena ocupa fazendas em Miranda, MS. *G1*, 09 de outubro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/10/grupo-de-indios-terena-ocupa-fazendas-em-miranda-ms.html>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

ÍNDIO morre em confronto com polícia durante reintegração de posse. *G1*, 30 de maio de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/05/indio-ferido-em-confronto-com-policia-morre-em-hospital-diz-FUNAI.html>>. Acesso em: 02 de junho de 2013.

ÍNDIOS temem ataque após ônibus incendiado em MS, diz cacique. *GI*. 29 de novembro de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/11/indios-temem-ataque-apos-onibus-incendiado-em-ms-diz-cacique.html>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MANIFESTANTES fazem marcha em protesto contra morte de índio em MS. *GI* MS, Campo Grande, 04 de junho de 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/manifestantes-fazem-marcha-em-protesto-morte-de-indio-em-ms.html>>. Acesso em: 14 ago. 2014.

### **Midiamax**

“AQUI quem pode mais vai chorar menos” diz fazendeiro que teve área ocupada por índios. *Midiamax*, Campo Grande, 06 de abril de 2011. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/748216-aqui-quem-pode-mais-vai-chorar-menos-diz-fazendeiro-que-teve-area-ocupada-por-indios.html>>. Acesso em: 08 abri. 2013.

CACIQUES apresentam reivindicações em audiência pública na Assembleia. *Midiamax*, Campo Grande, 08 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/cotidiano/caciques-apresentam-reivindicacoes-audiencia-publica-assembleia-303933>>. Acesso em: 15 out. 2016.

CASTILHO, Jucyllene. APÓS índio ser ferido por tiro, Garras e Derf vão a Miranda conter confronto. *Midiamax*, Campo Grande, 30 de maio de 2015. Disponível em <<http://www.midiamax.com.br/policia/260652-flagra-policiais-campo-grande-estao-miranda-conter-confronto.html>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

CERCA de 300 famílias indígenas invadem fazenda em Miranda. *Midiamax*, Campo Grande, 28 de novembro de 2005. Disponível em: <<https://terrasindigenas.org.br/noticia/17279>>. Acesso em: 10 ago. de 2012.

COMISSÃO indígena vai ao STF e deputados não marcam audiência. *Midiamax*, Campo Grande, 04 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/709090-comissao-indigena-vai-ao-stf-e-deputados-nao-marcam-audiencia.html>>. Acesso em: 08 abri. 2013.

FUNAI nega que servidores foram feitos reféns por índios. *Midiamax*, Campo Grande, 26 de maio de 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=56588>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

INDÍGENAS invadem a fazenda do filho do ex-governador, a 3ª desde a morte em Sidrolândia. *Midiamax*, Campo Grande, 08 de julho de 2013. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/860027-indigenas-invadem-fazenda-de-filho-de-ex-governador-a-3-ordf-desde-a-morte-em-sidrolandia.html>>. Acesso em: 02 out. 2013.

ÍNDIOS fecham rodovias para cobrar demarcação em aldeia. *Midiamax*, Campo Grande, 06 de outubro de 2009. Disponível em <[http://www.midiamaxnews.com.br/view.php?mat\\_id=566133](http://www.midiamaxnews.com.br/view.php?mat_id=566133)>. Acesso em: 25 abri. 2010.

ÍNDIOS preparam 'retomada em massa' em região de conflito e fazendeiros ameaçam resistir. *Midiamax*, Campo Grande, 05 de junho de 2014. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/913028-indios-preparam-retomada-em-massa-em-regiao-de-conflito-e-fazendeiros-ameacam-resistir.html>>. Acesso em: 05 jun. 2014.

MULHER e filho de Ricardo Bacha são reféns de Terenas que invadiram fazenda. *Midiamax*, Campo Grande, 15 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.midiamax.com.br/noticias/850936-mulher-e-filho-de-ricardo-bacha-sao-refens-de-terenas-que-invadiram-fazenda.html>>. Acesso em: 18 jul. 2014.

PM retira índios de área invadida em Miranda. Quatro estão presos e um teria sido ferido. *Midiamax*, campo Grande, 17 de junho de 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/es/noticias?id=57387>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

## **MPF**

JUSTIÇA decide que fazenda em Aquidauana é terra indígena. *MPF*, Campo Grande, 02 de dezembro de 2009. Disponível em: <[http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy\\_of\\_indios-e-minorias/justica-federal-decide-que-fazenda-em-aquidauana-e-terra-indigena/](http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_indios-e-minorias/justica-federal-decide-que-fazenda-em-aquidauana-e-terra-indigena/)>. Acesso em: 13 ago. 2012.

MINISTRO da Justiça tem 30 dias para definir demarcação de terra indígena Taunay-Ipegue. *MPF*, Campo Grande, 28 de abril de 2016. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/regiao3/sala-de-imprensa/noticias-r3/ministro-da-justica-tem-30-dias-para-definir-demarcacao-de-terra-indigena-taunay-ipegue>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

MPF juíza ação para que Ministério da Justiça decida demarcação da Terea Indígena Taunay-Ipegue. *MPF*, Campo Grande, 11 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.prms.mpf.mp.br/servicos/sala-de-imprensa/noticias/2015/08/mpf-ajuiza-acao-para-que-ministerio-da-justica-decida-demarcacao-da-terra-indigena-taunay-ipegue>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

## **MS Notícias**

TERENAS da aldeia Buriti invadem fazenda em Sidrolândia. *MS Notícias*, Campo Grande, 07 de fevereiro de 2013. Disponível em: <[www.msnoticias.com.br](http://www.msnoticias.com.br)>. Acesso em: 10 de março de 2013.

TERENAS de Aquidauana cobram definição de demarcação. *MS Notícias*, Campo Grande, 29 de março de 2012. Disponível em: <<http://www.msnoticias.com.br/>>. Acesso em 10 de maio de 2015.

## **Diversos**

CACIQUES reivindicam terra, saúde, educação, e repudiam Conselho Terena. *Agora MS*, Campo Grande, 09 de junho de 2016. Disponível em: <[https://www.povosindigenas.org.br/es/noticias?id=165830&id\\_pov=124](https://www.povosindigenas.org.br/es/noticias?id=165830&id_pov=124)>. Acesso em: 12 out. 2016.

CARNEIRO, Mônica. Governo Federal publica homologações e demarcação de Terras Indígenas. FUNAI, Brasília, 02 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.FUNAI.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/3748-governo-federal-publica-homologacoes-e-demarcacao-de-terras-indigenas>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

CASEIRO, Mara. Deputados federais apoiam CPI do CIMI. s. d. Disponível em: <<http://www.deputadamaracaseiro.com.br/noticias.php?id=1056>>. Acesso em: 16 out. 2015.

COM índios presos, grupo ameaça retomar invasão. *Camapuã News*, Camapuã, 19 de junho de 2008. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/noticias?id=57534>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

CORDEIRO, César. Bancada quer anular demarcações de terras em Mato Grosso do Sul. *O Progresso*, Dourados, 15 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.progresso.com.br/caderno-a/brasil-mundo/bancada-quer-anular-demarcacoes-de-terras-em-mato-grosso-do-sul>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

FÓRUM dos Caciques de MS é criado e Paulo Corrêa diz que iniciativa vai dar voz aos indígenas. *Página Dep. Paulo Corrêa*, Campo Grande, 05 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.deppaulocorrea.com.br/noticias/forum-dos-caciques-de-ms-e-criado-e-paulo-correa-diz-que-iniciativa-vai-dar-voz-aos-indigenas/2667>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

GAÚNA, Diana. Governador participa de audiência pública e reafirma apoio às comunidades indígenas de MS. *Notícias MS*, Campo Grande, 08 de junho de 2016. Disponível em: <<http://www.noticias.ms.gov.br/reinaldo-participa-de-audiencia-publica-para-valorizacao-de-caciques-e-reafirma-apoio-as-comunidades-de-ms/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

KLEIN, Tatiane. Liderança indígena é morta a tiros na TI Ñande Ru Marangatu. *ISA*, 31 de agosto de 2015. Disponível em: <<http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/lideranca-indigena-e-morta-a-tiros-na-ti-nande-ru-marangatu>>. Acesso em: 05 nov. 2015.

LEITE, Willian. Indígenas querem eleger novo coordenador por paz no campo. *O Estado online*, Campo Grande, 06 de setembro de 2016, Disponível em: <<http://www.oestadoonline.com.br/2016/09/indigenas-querem-eleger-novo-coordenador-por-paz-no-campo/>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

MAGENTA, Matheus. Após atentado, índios andam em grupos para se proteger em MS. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 de junho de 2011. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2206201123.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2206201123.htm)>. Acesso em: 10 mai. 2015.

MINISTRO Dias Toffoli recebe lideranças indígenas no STF. *Apib*, 16 de abril de 2015. Disponível em: <<https://mobilizacao nacionalindigena.wordpress.com/2015/04/16/ministro-dias-toffoli-recebe-liderancas-indigenas-no-stf/>>. Acesso em: 16 abri. 2015.

OLIVEIRA, João Naves de. Terenas deixam sítio em MS. 19 de junho de 2008. *OESP*, São Paulo, Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=57427>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

PAES, Flávio. Juscelino Mamede da Aldeia Tereré eleito presidente do Fórum Estadual de Caciques. *Região News*, Sidrolândia, 06 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.regiaonews.com.br/noticias/210508/---Juscelino-Mamede-da-Aldeia-Terere-eleito-presidente-do-Forum-Estadual-de-Caciques----.html>>. Acesso em: 10 nov. 2016.

POLÍCIA Federal matou indígena Oziel Gabriel, conclui o MPF. *Carta Capital*, São Paulo, 20 de outubro de 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/sociedade/policia-federal-matou-indigena-oziel-gabriel-conclui-o-mpf>>. Acesso em: 20 out. 2016.

SANCHEZ, Izabela. Terenas ocupam cinco fazendas em terra tradicional. *Top Mídia News*, Campo Grande, 11 de maio de 2016. Disponível em: <<http://www.topmidianews.com.br/geral/terenas-ocupam-cinco-fazendas-em-terra-tradicional/47729/>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

SANTANA, Renato. Povo Terena realiza nova retomada no MS, área é vizinha à terra onde indígena foi morto. *Brasil de Fato*, Brasília, 31 de maio de 2013. Disponível em: <<http://www.brasildefato.com.br/node/13082>>. Acesso em: 02 out. 2013.

TURATI, Juliana. Indígenas aprovam o estatuto e elegem representantes do Fórum dos Caciques. *Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul*, Campo Grande, 05 de setembro de 2016. Disponível em: <<http://www.al.ms.gov.br/Default.aspx?Tabid=56&ItemID=47008>>. Acesso em: 11 nov. 2016.

YAFUSSO, Paulo. Ônibus que levava índios estudantes é incendiado em Mato Grosso do Sul. *O Globo*, São Paulo, 05 de junho de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/brasil/onibus-que-levava-indios-estudantes-incendiado-em-mato-grosso-do-sul-2760456#ixzz3xjOCu9Ux>>. Acesso em: 10 mai. 2015.



## Fontes orais

Davi Massi de Moraes, Terena, entrevista, 14 de julho de 2016.

Genésio Farias, Terena, 2ª sessão da Audiência Pública sobre a Violação de Direitos Indígenas (1946-1988), 25 de abril de 2014.

Johnny Alcântara Batista, Terena, entrevista, 24 de julho de 2015.

Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, entrevista, 14 de novembro de 2015.

Luiz Henrique Eloy Amado, Terena, Mesa Redonda sobre direitos indígenas no Encontro de Acadêmicos Indígenas do MS, 14 de novembro de 2015.

## Fontes audiovisuais

Discurso de Lindomar Terena. Vídeo. Página do *Facebook Resistência do Povo Terena*, 03 de outubro de 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ResistenciaDoPovoTerena/?fref=ts>>.

Página do *Facebook Aty Guassu*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aty.guassu/?fref=ts>>.

Página do *Facebook Resistência do Povo Terena*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ResistenciaDoPovoTerena/?fref=ts>>.

Tekoha – Mãe Terra. Vídeo. MPF/MS. 19 de abril de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=cj3gzoV0sq4>>.